

Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Geografia

Felipe Nunes Coelho Magalhães

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA
CIDADE-REGIÃO EM FORMAÇÃO:
A ECONOMIA GEOPOLÍTICA DO NOVO ARRANJO
ESPACIAL METROPOLITANO**

Belo Horizonte
Agosto/2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Felipe Nunes Coelho Magalhães

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA
CIDADE-REGIÃO EM FORMAÇÃO:
A ECONOMIA GEOPOLÍTICA DO NOVO ARRANJO
ESPACIAL METROPOLITANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Linha de Pesquisa: Produção, organização e gestão do espaço

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Magela Costa (IGC/UFMG)

Co-orientador: Prof. Dr. Roberto Luís Monte-Mór
(Cedeplar/UFMG)

Belo Horizonte
Departamento de Geografia
Instituto de Geociências – UFMG
2008

TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE-REGIÃO EM FORMAÇÃO:
A ECONOMIA GEOPOLÍTICA DO NOVO ARRANJO ESPACIAL METROPOLITANO

FELIPE NUNES COELHO MAGALHÃES

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFMG.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Geraldo Magela Costa
(Orientador/IGC-UFMG)

Prof. Dr. Roberto Luís Monte-Mór
(Co-orientador/Cedeplar-UFMG)

Prof. Dr. Ralfo Matos
(IGC-UFMG)

Profa. Dra. Ester Limonad
(Instituto de Geociências – UFF)

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2008.

AGRADECIMENTOS

À geógrafa Dayse e ao economista Zé Reinaldo, seres humanos e humanitários extraordinários, a quem tudo devo.

A toda a família, por todo o carinhoso apoio.

Aos bons amigos (a segunda família).

À Bela, pela presença.

À Beatriz e ao Téo Magalhães, de braços sempre abertos na Faz. São Jorge, onde grande parte desta dissertação foi escrita.

Aos generosos mestres, Geraldo e Roberto, pelas incontáveis idéias, pela atenção e por todo o precioso tempo dedicado e, sobretudo pela paciência (os equívocos, imprecisões e inconsistências que restam são de minha completa responsabilidade).

À professora Ester Limonad e ao professor Ralfo Matos, pela leitura atenciosa do texto, e pelos elogios, comentários, sugestões e críticas construtivas que me foram presenteados na defesa desta dissertação.

Aos colegas do IGC, Marcus, Cláudio, Patrícia, Daniela, Thiago, Mariana, Rafael, dentre vários outros companheiros de caminhada; aos professores que tanto ajudaram a guiá-la, especialmente Heloísa, Sérgio e Doralice; e aos membros do grupo de estudos “As (im)possibilidades do urbano no mundo contemporâneo”, pelos novos horizontes proporcionados.

Aos antigos parceiros de leituras e discussões acadêmicas, Alexandre Cunha, Lucas Linhares e Harley Silva, pela inspiração proporcionada pelo debate.

Aos ex-colegas da Secretaria de Políticas Urbanas.

Ao programa de pós-graduação em Geografia da UFMG e à Capes, por possibilitarem este trabalho.

Na vida, o que aprendemos mesmo é a sempre fazer maiores perguntas.

João Guimarães Rosa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A FORMA SOCIOESPACIAL DA CIDADE-REGIÃO.....	24
1.1: A pós-metrópole e a nova forma metropolitana.....	30
1.2: A <i>exopolis</i> e a fragmentação socioespacial da área peri-metropolitana.....	36
CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO HISTÓRICO: OS CICLOS DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA RECENTE	50
2.1: Os longos ciclos de acumulação capitalista	51
2.2: A reestruturação produtiva recente e suas diversas interpretações; a escola francesa da regulação	57
CAPÍTULO 3 – O ARRANJO ESPACIAL DA RESTRUTURAÇÃO	73
3.1: Os fluxos de reprodução do capital, o ambiente construído das cidades, as condições gerais de produção e o arranjo espacial/escalar	73
3.2: A nova inserção da região no contexto atual	88
3.3: Indústria e serviços na cidade-região	95
3.4: A divisão territorial do trabalho e a rede de cidades	101
3.5: Cidade-região, cidade global e cidade-região global	107
CAPÍTULO 4: A CIDADE-REGIÃO EM FORMAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	116
4.1: As especificidades da produção do espaço do subdesenvolvimento socioeconômico- espacial	117
4.2: Algumas tendências recentes de configuração do espaço urbano e regional no Brasil	124
4.3: A Cidade-Região de São Paulo: motor do capitalismo brasileiro.....	131
4.5: Perspectivas da reestruturação regional no Rio de Janeiro.....	138
4.3: Belo Horizonte: a consolidação da área metropolitana e o início da formação da cidade-região	144
CAPÍTULO 5 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE-REGIÃO: A URBANIZAÇÃO EXTENSIVA, A CIDADE, O URBANO E O LUGAR.....	160
5.1: A produção do espaço: alguns elementos teóricos para uma mudança de perspectiva	161
5.2: A cidade e o urbano na cidade-região	168
5.3: O processo de formação da cidade-região e a produção de seu espaço: a urbanização extensiva.....	177
5.4: O Lugar na cidade-região. A cidade-região como mosaico de lugares.....	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199
APÊNDICE: Mapas temáticos	207

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A cidade-região: processos socioespaciais e elementos principais	p. 43
Figura 2 – A cidade-região de São Paulo	p. 134
Figura 3 – A cidade-região do Rio de Janeiro	p. 143
Figura 4 – A cidade-região de Belo Horizonte	p. 152
Figura 5 – Cidade-região de Belo Horizonte: áreas de mineração e outros elementos	p. 154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Rendimento médio por setor de atividade	p. 70
Tabela 2 – Evolução das rendas de propriedades – juros	p. 71
Tabela 3 – Evolução das rendas de propriedades – dividendos	p. 71

RESUMO

Este estudo tem como objetivo abordar a configuração da cidade-região atualmente em curso no Brasil, e os processos socioespaciais diversos que a compõem. Entendemos a cidade-região como a metrópole somada de sua hinterlândia imediata, incluindo uma série de centralidades de pequeno e médio porte no alcance dos processos de metropolização. Privilegia-se uma perspectiva teórica acerca do tema, partindo de uma proposta da morfologia da cidade-região, passando por uma contextualização histórica do objeto de estudo visando esclarecer sua relação com os processos econômico-espaciais contemporâneos (sobretudo no que diz respeito à reestruturação produtiva), e chegando ao ponto de vista lefebvriano acerca da produção do espaço. Tendo em vista a intensificação da integração da metrópole com as centralidades vizinhas, e a tendência à localização das unidades industriais pós-fordistas nestas cidades, propomos a cidade-região como uma escala apropriada para o regime de acumulação flexível (da mesma forma que a metrópole foi o espaço produzido pelo regime de acumulação fordista). Deste modo, não se trata simplesmente da metrópole estendida, mas de outro ente geográfico, cujos processos de formação são distintos daqueles ligados ao histórico de formação da metrópole. A produção do espaço no entorno metropolitano se dá a partir do processo de *urbanização extensiva*, que se situa num embate entre o *espaço social* e o *espaço abstrato*, alterando a lógica de reprodução dos lugares a partir da extensão das condições gerais de produção, que fornecem as bases para um aprofundamento do processo de acumulação nestas localidades. Outro fator importante é a saturação das áreas industriais constituídas (a partir da industrialização fordista) no bojo do processo de metropolização, somada à *involução metropolitana*, que são processos socioespaciais que alteram os núcleos metropolitanos, expulsando determinados elementos para as regiões vizinhas. Além da reestruturação das economias locais nas cidades dos entornos metropolitanos, a cidade-região envolve a difusão do *urbano* enquanto substantivo, de um tecido urbano que não se traduz em cidade, cuja expressão mais significativa, em crescimento nos arredores das grandes metrópoles brasileiras, são os parcelamentos residenciais cercados, criando espaços compartimentados, de valor de uso privatizado e contribuindo para a segregação socioespacial na própria metrópole. A formação da cidade-região traz novos embates para o lugar, carregando diversos problemas e conflitos anteriormente restritos ao tecido metropolitano adensado, ao mesmo tempo em que potencializa mobilizações e organizações autônomas em busca de um aprofundamento da democracia. Neste sentido, o direito à cidade, entendido como uma luta do espaço social pela cidade enquanto valor de uso democraticamente aberto à apropriação, permanece no centro desta *luta pelo lugar*. O planejamento e o desenvolvimento local resultantes deste quadro no lugar inserido no âmbito da cidade-região situam-se entre dois pólos: o aprofundamento da democracia e o planejamento estratégico (que tem como uma de suas ferramentas principais o marketing da cidade), tendência que vem dominando o planejamento urbano atual.

Palavras-chave: cidade-região, metropolização, reestruturação produtiva, pós-fordismo, urbanização extensiva, reestruturação urbana e regional.

ABSTRACT

This study has the objective of approaching the formation of the city-region taking place in Brazil, and the several sociospatial processes which define its shape. The city-region is treated as the metropolis and its immediate hinterland, including several (small and medium) centers situated within the (new) reach of metropolization processes. A theoretical perspective is privileged, starting with a proposal of the city-region's morphology, passing through the historical context attempting to clarify its relation to the contemporary spatial-economic processes (especially those which concern the latest productive restructuring), and arriving at Henri Lefebvre's perspective on the production of space. Considering the strengthening of the metropolis's integration with its neighbouring centers, and the tendency of post-fordist industry to choose these towns as their productive sites, the city-region is proposed as a new scale which is appropriate for the post-fordist, regime of flexible accumulation (in the same fashion in which the metropolis was the space produced by the fordist regime of accumulation). Hence, the city-region should not be considered simply as the extended metropolis, but as a new geographical entity, formed by processes which are different than those involved in the formation of the metropolis itself. The production of space in the metropolitan surroundings takes place with the process of *extended urbanization*, which is situated in a quarrel between *social space* and *abstract space*, altering the logics behind the reproduction of places (transformed by the extension of the general conditions of production, which provide the basis for a deepening of capital accumulation in these areas). Another important factor is the saturation of the fordist industrial areas formed in the kernel of the metropolization process, added to the *metropolitan involution*: sociospatial processes that affect the metropolitan nuclei, expelling certain elements to the neighbouring areas. Beyond the restructuring of local economies in the cities situated in the metropolitan surroundings, the city-region involves the diffusion of the *urban* (as a noun), of an urban tissue which does not constitute cities, whose most significant expression, in current growth around the major Brazilian metropolises, is the gated community, which create compartments in space, of private use value, deepening sociospatial segregation in the metropolis itself. The formation of the city-region brings about new dilemmas for *places*, carrying several problems and conflicts previously restricted to the dense metropolitan tissue. Meanwhile, it also strengthens autonomous mobilizations and organizations struggling for a deepening of democracy. In this sense, the right to the city, understood as a struggle of social space for the city as a use value open to democratic appropriation, remains in the center of this *struggle for place*. Local planning and development practices which result from this scenario of places inserted within the city-region are situated in between two extremes: the deepening of democracy and strategic planning (which has city marketing as one of its major tools), a tendency which has been dominating current urban planning.

Key-words: city-region, metropolization, productive restructuring, post-fordism, extended urbanization, urban and regional restructuring.

INTRODUÇÃO

O crescimento das metrópoles no mundo atingiu escalas sem precedentes no final do século passado. A urbanização sem fronteiras aparentes une no espaço conurbado metrópoles facilmente delimitáveis até pouco tempo atrás, e diversas regiões se tornam cidades inteiras, dando origem a uma nova entidade socioespacial que vem sendo denominada de *cidade-região*. Deste modo, a partir dos processos socioespaciais contemporâneos, e de novos sentidos (ou simplesmente de velhos sentidos com novas roupagens) da produção do espaço urbano (e do espaço *do urbano*), começa a se evidenciar esta nova unidade de análise socioespacial, em gestação (e formação) a partir do processo de extensão do tecido urbano das grandes metrópoles industrializadas. O esforço de compreensão deste processo contemporâneo de produção do espaço deve ser colocado em perspectiva histórica, de modo que os sentidos do que venha a se apresentar de forma inédita sejam esclarecidos tendo em vista os processos socioeconômicos, também distintos em certo grau de suas formas passadas, que constituem a substância das espacialidades construídas. Parte-se da hipótese, portanto, de que a cidade-região é a forma urbana do processo de metropolização em seu estágio contemporâneo, que apresenta algumas continuidades e outras rupturas com os processos anteriores (como aqueles que deram origem às próprias metrópoles – cidades *implodidas* e *explodidas*, na terminologia lefebvriana – em contextos históricos anteriores), que devem ser entendidas para que a natureza do fenômeno atual seja melhor capturada. Tendo como referência aquilo que Soja (2000) chama de metrópole fordista-keynesiana¹, buscar-se-á comparar a forma metropolitana atual (e os processos socioespaciais que a compõem) com aquela forma anterior, no contexto do capitalismo semi-periférico² – qual seja, marcado pela

¹ Consideramos ao longo deste estudo que há uma relação histórica e socioespacial significativa da formação do fordismo com a constituição da metrópole, mas reconhecendo que ela não pode ser generalizada, podendo existir exceções, tanto na forma de metrópoles em áreas pouco atingidas por um processo de industrialização fordista, quanto o contrário, regiões com intensa inserção do fordismo sem um processo de metropolização significativo.

² Tal qual entendido por Wallerstein (1974): nos termos das teorias da dependência, são regiões que funcionam como periferia (importadoras de bens e serviços de alto valor agregado dos países centrais; e fornecedoras para estes países de recursos naturais de baixo valor agregado, de produtos intensivos em mão-de-obra barata ou em emissão de poluentes, e no contexto atual atuando como lócus de reprodução de um exército industrial de reserva global) para os países de capitalismo avançado ao mesmo tempo em que estabelecem relações de dominação semelhantes, funcionando como centro, em relação a outros países ainda mais periféricos, de subdesenvolvimento mais acentuado. Alguns exemplos de países semi-periféricos são o México, o Brasil, a

incompletude dos processos (antes que se desse como terminado, em perspectiva histórica, a formação da metrópole fordista-keynesiana, inicia-se um novo processo de reestruturação).

Este estudo tem como objetivo discutir e reunir diversas abordagens teóricas acerca da cidade-região e da produção de seu espaço, formulando elaborações teórico-conceituais a partir de diversas perspectivas que contribuam para o entendimento das especificidades da cidade-região em formação (enquanto expressão da produção do espaço urbano contemporâneo) no contexto do capitalismo semi-periférico. Propõe-se uma discussão teórica entre diversos arcabouços e escolas de pensamento dedicados à compreensão do fenômeno urbano contemporâneo, buscando através destas tentativas de diálogo construir uma abordagem consciente do problema de se importar modos de se pensar tais transformações contemporâneas para o contexto periférico de forma acrítica.

A idéia de *Economia Geopolítica* utilizada no sub-título do volume se refere a algumas abordagens distintas e complementares. O termo mais específico, *Economia Geopolítica*, é cunhado por Soja (2000), se referindo às “epistemologias Marxistas que deram forma ao desenvolvimento da Geografia Radical e aos campos híbridos da economia política urbana, regional e internacional” (SOJA, 2000, p. xiii) ³. Quanto à Economia Política propriamente dita, em primeiro lugar, Lessa (1972) argumenta a favor de uma metodologia e de uma abordagem teórica nas Ciências Econômicas, mas que poderia se aplicar a outras Ciências Humanas e Sociais no contexto mais recente, que aquele autor chama de Economia Política, que se distinguiria de uma abordagem menos crítica e mais analítica chamada por ele de Análise Econômica. A primeira, além de se preocupar com uma perspectiva mais ampla (da justiça social, das relações de produção, das teorias acerca do Estado, dos embates políticos, da transformação da sociedade), busca sempre ligar os fenômenos pontuais e específicos sendo estudados no plano empírico ao todo (com o devido cuidado com a armadilha do determinismo econômico e do estruturalismo ao fazê-lo), numa perspectiva dialética onde as partes contêm manifestações do todo que o esclarecem. Por sua vez, a análise econômica se ocuparia da análise exaustiva dos fenômenos específicos e pontuais *per se*, não se ocupando primordialmente de contextualizações mais ampliadas e da perspectiva dialética da retro-alimentação do todo com as partes.

África do Sul e mais recentemente a Rússia, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, a Índia e a China. Como detalhado no Capítulo 4, entendemos o subdesenvolvimento econômico-espaçial a partir das abordagens de Celso Furtado e de Milton Santos, ambas compreendendo-o como um fenômeno histórico de modernização incompleta e inserção periférica de determinada região na economia-mundo.

³ Observação: todas as citações de obras em língua estrangeira sem traduções disponíveis aqui utilizadas são de responsabilidade do próprio autor.

Martins (1999) propõe uma crítica à Economia Espacial (principalmente à sua vertente mais analítica) a partir da incapacidade daquela abordagem de lidar com o *espaço social* e suas texturas/rugosidades, tratando o espaço (de forma estritamente utilitarista) na maioria das vezes como um obstáculo a ser vencido (aplainado, alisado) pela necessidade de fluidez imposta pela dinâmica da acumulação, ou por eventuais objetivos de atingir maior eficiência no provimento e na formulação de políticas públicas (da mesma forma ignorando o espaço social ao fazê-lo). Reitera-se que a Economia Política a que o sub-título se refere de forma mesclada ao estudo da Geografia Econômica não deve deste modo ser confundida com o discurso da Ciência Econômica em si mesmo, o que era o caso da “Crítica da Economia Política” proposta por Karl Marx no subtítulo de sua obra inacabada, O Capital. O termo (*Political Economy*) era utilizado no século XIX para se referir à Ciência Econômica de modo geral, antes de ser substituído pela revolução marginalista pós-Marx⁴ pelo termo Economia (*Economics*), cujo sufixo em língua inglesa carrega uma conotação de Ciência Exata, uma abordagem ditada pela lógica formal (em detrimento da lógica dialética) e estritamente quantitativa dos mercados, das funções de produção, das curvas de oferta e demanda, da distribuição, das preferências do consumidor etc.

Diversos são os aspectos da história da formação das espacialidades urbanas que devem ser destacados para que se esclareçam os fenômenos contemporâneos. Em primeiro lugar, mas não mais importante, a história econômica apresenta uma relação com a produção do espaço urbano de tal magnitude que se torna ferramenta de análise imprescindível para tal propósito. Se ao longo de determinado período da história da industrialização brasileira, certos fatores foram importantes na transformação das cidades em metrópoles, por exemplo, é fundamental levar em consideração tais fatores para se analisar os processos de produção do espaço a partir dos processos mais recentes de reestruturação produtiva. Deste modo, o estudo dos diversos ciclos de expansão do capitalismo e das fases entre eles como representantes dos períodos de reestruturação é tomado como ponto de partida para o entendimento das formações socioespaciais correspondentes a cada período. Deve-se ressaltar que não se propõe aqui que as dinâmicas socioeconômicas *determinam* de modo linear as formações socioespaciais (ponto de vista que colocaria o espaço como simples palco, passivo, do que ocorre no âmbito

⁴ Esta revolução marginalista constitui na História do Pensamento Econômico o embrião da Economia Neoclássica moderna, onde alguns autores do final do século XIX (principalmente William Jevons, Léon Walras e Carl Menger) inserem um aparato matemático de análise que seria conjugado com a elaboração dos clássicos (Smith, Ricardo e Malthus), e que tomaria a centralidade das elaborações de grande parte da Teoria Econômica ortodoxa posterior.

político, social ou econômico), por um lado, ou nem que as formas de organização do espaço são *determinantes* das características sociais ou econômicas de determinada população (o que consistiria num determinismo geográfico, ou num “vício espacialista”). Propõe-se uma leitura do conceito de *dialética socioespacial*, tal qual formulado por Soja (1993), que permite uma interpretação dialética, onde ocorre uma interação retro-alimentadora entre estes dois níveis de análise. Assim, o espaço carregaria em si um conteúdo intrinsecamente político, social ou econômico (chegando a revelar inclusive os problemas em se separar tais esferas como componentes autônomos de análise e crítica), e as diversas configurações políticas, sociais ou econômicas teriam um conteúdo espacial também inseparável – não podendo existir sem uma espacialidade própria.

A cidade-região vem sendo objeto de estudo de diversos autores (de diversos campos do conhecimento, como a Geografia, o Planejamento Urbano e Regional, ou a Economia Regional e Urbana), tomados como referências teóricas no presente estudo. Destaca-se em primeiro lugar o trabalho dos geógrafos economistas da escola californiana, Allen Scott e Michael Storper, que se dedicam às transformações causadas pelo processo de globalização em suas diversas esferas (política, cultural, econômica, ...) na organização dos espaços metropolitanos atuais, tendo como referencial a região sul do estado norte-americano da Califórnia, palco de intensas transformações socioespaciais nas últimas décadas, bastante férteis para a compreensão das conseqüências espaciais (localizadas) de processos globais. Estes autores se dedicam à compreensão do novo regionalismo no contexto da globalização, e tomam a cidade-região como uma unidade socioespacial em fortalecimento neste palco global de fluxos cada vez mais fluidos (em detrimento do Estado-nação, que estaria perdendo significância relativa enquanto unidade de análise).

No contexto brasileiro, diversas publicações da geógrafa Sandra Lencioni (2000, 2004, dentre outras) analisam estes processos de produção do espaço urbano-regional a partir da reestruturação da indústria (cuja empiria também se baseia no caso que representa o processo de formação da cidade-região mais expressivo do contexto do tecido urbano-industrial brasileiro, qual seja, a cidade-região paulista). Outra referência bastante influente da abordagem aqui adotada é a trilogia do geógrafo norte-americano Edward Soja, composta pelas obras: *Geografias Pós-Modernas* (1993), *Thirdspace – journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places* (1996) e *Postmetropolis – critical studies of cities and regions* (2000). Neste último texto o autor propõe um conceito-síntese para a forma urbana/metropolitana contemporânea, chamado de Pós-Metrópole, como expressão de um

conjunto de transformações socioespaciais entendidas a partir de uma miríade de pontos de vista, que vão desde a organização industrial estudada por seus colegas citados acima até a esfera política e cultural, passando pela forma arquitetônico-urbanística do ambiente construído desta (pós-)metrópole atual, cujo exemplo mais facilmente visível em todo o mundo, segundo o autor, seria a própria cidade-região de Los Angeles.

O largo trabalho de teorização do filósofo Henri Lefebvre acerca da cidade e do urbano é uma referência que permeia todo este estudo (direta e indiretamente – pois é fonte inspiradora também de grande parte das outras fontes anteriormente citadas). As contribuições deste autor para a teoria urbana e a compreensão da produção do espaço são fundamentais para o esforço de diálogo aqui proposto entre a economia política do espaço e da urbanização e as esferas da política e da cultura, tomando o cotidiano enquanto elemento de análise. A idéia de extensão do tecido urbano se baseia em argumentos apresentados no livro “A Revolução Urbana”, principalmente na idéia do urbano (enquanto substantivo) e da urbanização completa da sociedade a partir da implosão-explosão da cidade industrial. A obra “O Direito à Cidade” também é tomada como uma referência importante, no que diz respeito à politização da questão urbana e à luta pela *cidade* (idéia que se desprende do conceito de *urbano*, e que é radicalmente transformada pelo processo de metropolização). As referências ao cotidiano enquanto elemento importante de análise da cidade e do urbano se baseiam n”A Vida Cotidiana no Mundo Moderno”, cujo conteúdo espacial é bastante expressivo. E a obra “A Produção do Espaço”, tida freqüentemente como o principal trabalho do autor, é a fonte para a noção de produção social do espaço urbano recorrente ao longo do texto e explorada de forma mais aprofundada no quinto capítulo.

E finalmente, uma referência fundamental que está nas origens dos questionamentos do autor deste estudo⁵ acerca da expansão do tecido urbano das metrópoles em direção a espaços regionais em escalas ampliadas é o conceito de Urbanização Extensiva, proposto por Roberto Monte-Mór⁶, a partir de inspirações lefebvrianas. Propõe-se aqui uma leitura do conceito na qual ele abrange toda uma gama de processos socioespaciais, podendo ser dividido entre aqueles que se referem mais à extensão do tecido urbano-industrial através das condições gerais de produção (Lojkine, 1981; Topalov, 1979) e do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1988) por um lado, e de outro a extensão da *práxis* urbana, referente à

⁵ Ver Linhares *et al* (2004), Magalhães (2004; 2005) e Magalhães *et al* (2006).

⁶ Monte-Mór (1994; 2004; 2006a).

esfera sócio-política e cultural, anteriormente restrita às cidades e atualmente estendida para todo o espaço social.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo funciona como uma espécie de panorama do tema, tendo como objetivo a proposta realizada ao final do capítulo, qual seja, uma morfologia socioespacial da cidade-região, composta por diversos processos socioespaciais que a compõem. O segundo capítulo discorre acerca do contexto histórico destes processos, tratando dos longos ciclos históricos de acumulação capitalista e dos diversos processos de reestruturação que ocorrem na passagem entre eles, privilegiando a reestruturação produtiva recente, a partir do arcabouço teórico da escola dos regulacionistas. O terceiro capítulo trabalha a ligação destes processos históricos com os processos de reestruturação do espaço, através do conceito de “arranjo espacial” formulado por David Harvey (1990), discutindo também as formulações da chamada Economia Política da Urbanização acerca da metrópole fordista-keynesiana. O capítulo quatro retorna à perspectiva panorâmica do capítulo um, inserindo o tema das especificidades da produção do espaço semi-periférico, e tentando ilustrar a discussão dos capítulos precedentes com uma breve análise dos processos de formação da cidade-região no entorno metropolitano das três principais áreas metropolitano-industriais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. E finalmente, o quinto capítulo propõe uma mudança mais expressiva de perspectiva, indo além do olhar da Economia Política, entrando de forma mais verticalizada na discussão do conteúdo político do espaço, e atingindo o plano da Produção do Espaço (Lefebvre, 1991), utilizando este olhar para discutir a questão do *lugar* na cidade-região e as diversas implicações políticas de sua transformação a partir deste plano de análise.

Vale ressaltar que este é um estudo predominantemente teórico-conceitual acerca do processo contemporâneo de formação da cidade-região como um novo arranjo espacial nas áreas metropolitanas industrializadas, cuja empiria se limitou a algumas ilustrações deste processo no Brasil atual (reunidas no capítulo 4). Acreditamos que alguns pequenos avanços podem ser extraídos do presente texto, começando com o entendimento da morfologia da cidade-região e uma proposta preliminar de aplicação desta (no capítulo 4). Considerando o espaço social e sua produção como processos que vão muito além da perspectiva formalística da morfologia, realiza-se passagens desta perspectiva geral do capítulo 1 para outras abordagens, quais sejam, o ponto de vista dos processos econômico-espaciais ligados à formação da cidade-região nos capítulos 2 e 3, e a abordagem da produção do espaço no capítulo 5. O estudo oferece também uma reflexão acerca de uma série de processos

socioespaciais contemporâneos que vão além da metrópole, tal qual proposto por Soja (2000), e procuramos também, principalmente no último capítulo, adotar uma perspectiva que fosse além (mesmo que somente na parte final do texto) da Economia Política da Urbanização, que predomina nas partes do texto mais ligadas aos processos econômico-espaciais. Devemos reconhecer que esta diversidade de olhares prolongou o texto para além de um nível razoavelmente sintético e objetivo, ressaltando que o trabalho deve ser lido com esta advertência de que suas partes representam rodadas diversas, que procuram circundar o objeto de estudo a partir de perspectivas distintas e complementares.

Convém ainda nesta introdução tentar esclarecer a interpretação aqui adotada de alguns conceitos que fundamentam a construção teórica aqui buscada, e são deste modo utilizados de modo intenso ao longo do texto. Em primeiro lugar um conceito lefebvriano aqui utilizado freqüentemente é a idéia de “implosão-explosão” da cidade. Lefebvre (1999) propõe um *continuum* para caracterizar a evolução da cidade e da forma urbana, que vai desde as primeiras aglomerações de caçadores e coletores, que se tornaria posteriormente a cidade política, passando pela cidade comercial (a partir da entrada do mercado na cidade) e a cidade industrial, até chegar na *zona crítica*, momento atual de anúncio da “urbanização completa da sociedade”, conseqüência do processo de industrialização. A entrada da indústria na cidade seria um ponto de inflexão fundamental, onde a dominação campo-cidade se inverte, e o campo passa a se sujeitar à lógica, às demandas e à dinâmica própria da sociedade urbano-industrial.

Para Lefebvre a indústria é um elemento estranho à cidade mercantil, anterior à sua *invasão*, intrinsecamente vinculada à *não-cidade*, e com sua entrada no espaço urbano “a não-cidade e a anti-cidade vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as remanescências da cidade anterior à indústria”. E “nesse movimento, a realidade urbana, ao mesmo tempo amplificada e estilhaçada, perde os traços que a época anterior lhe atribuía: totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais” (LEFEBVRE, 1999, p. 25-26). Tem-se daí um processo de implosão-explosão deste tecido urbano-industrial, “ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos,

de meios e pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, *subúrbios*, residências secundárias, satélites etc.)” (LEFEBVRE, 1999, p. 26). Esse processo de implosão-explosão está intimamente ligado ao processo de metropolização e ao dito *fim da cidade*, do qual a formação da cidade-região aqui discutida é uma seqüência e um resultado.

Quanto à perspectiva da história do capitalismo (já exposta inicialmente acima) a partir da existência de diversos ciclos longos de acumulação (períodos históricos de “longa duração”, na terminologia da escola dos anais⁷), a idéia de reestruturação produtiva também é de extrema importância para as formulações que seguem. Diversas são as abordagens teóricas que trabalham com tal ponto de vista da evolução do capitalismo, destacando-se, para nossos propósitos, a escola francesa dos regulacionistas. Trata-se de um grupo de economistas geralmente de orientação marxista e cientistas sociais críticos que ao longo das últimas décadas procuraram explicações históricas e macro-sociológicas para fenômenos de natureza macroeconômica (ciclos de crescimento e recessão no curto e no longo prazo, desequilíbrios nos balanços de pagamentos, inflação etc.), transbordando a ciência econômica e seu referencial empírico tradicional, enriquecendo o campo da economia política com a construção de arcabouços transdisciplinares. É interessante observar que o trabalho do austríaco Joseph Schumpeter acerca dos ciclos econômicos é tomado como uma referência bastante importante para os teóricos da regulação, a partir da premissa de que nos tempos de Karl Marx não se teriam reunidas as condições históricas para que se pudesse observar um processo de reestruturação do capital que desse novo impulso ao processo de acumulação. Utilizando-se a terminologia dos regulacionistas, o capital resolveria este problema construindo novos *regimes de acumulação* (tecnologia; organização industrial; relações capital-trabalho; padrões de consumo; organização do espaço etc.) baseado em novos *modos de regulação* (contrato social por trás do modo de atuação do Estado; aparato institucional – nos seus diversos níveis, do local ao internacional – etc.).

⁷ A *École des Annales* é uma corrente da historiografia francesa (que surgiu a partir do periódico “Annales d’histoire économique et sociale”), marcada por uma metodologia de pesquisa transdisciplinar, a partir de diálogos entre a história e as ciências econômicas e sociais, cujos principais autores são Fernand Braudel, Marc Bloch e Lucien Febvre.

O último grande processo de reestruturação teria se dado a partir do esgotamento do que Harvey (1992) chama de capitalismo fordista-keynesiano, e a posterior configuração do regime de acumulação flexível (ou pós-fordista) em conjunto com a política econômica de cunho neoliberal (enquanto modo de regulação). Deve-se ressaltar, em primeiro lugar, que em grande medida os pressupostos básicos da reprodução do capital e do processo de acumulação são intocados ao longo destes processos de reestruturação das macro-estruturas da produção capitalista. Em segundo lugar, os processos de reestruturação não significam o desmantelamento completo de regimes anteriores. Como será discutido adiante, o modelo fordista ainda permanece fortemente presente, apesar de alguns de seus pressupostos terem sido alterados de forma mais abrupta (principalmente no que diz respeito ao repasse dos ganhos de produtividade aos salários dos trabalhadores para se formar um mercado de consumo de massa, na experiência do pós-guerra em grande parte dos países de industrialização avançada). O capítulo 2 buscará aprofundar tal discussão, mas adianta-se que as implicações para a organização (e a produção) do espaço urbano e regional dos processos de reestruturação são não somente inúmeras, mas fundamentais para o processo de formação da cidade-região que constitui nosso objeto de estudo principal.

Um último tema a ser discutido para que se encerre a presente introdução, presente em alguns pontos ao longo do texto e que remete a grande parte das questões aqui tratadas, é a espinhosa discussão acerca da pós-modernidade. Trata-se de tema bastante polêmico, com uma grande diversidade de interpretações e questionamentos quanto a sua validade. Porém, considera-se aqui que as discussões levantadas por todo o arcabouço teórico pós-modernista traz contribuições de importância inquestionável para o entendimento das sociedades contemporâneas e sua espacialidade, podendo esclarecer mais que prejudicar o entendimento de uma série de questões muito pertinentes ao presente estudo acerca dos processos contemporâneos de urbanização e produção do espaço.

O termo *pós-moderno* surge pela primeira vez na crítica arquitetônica de Charles Jencks acerca da demolição do Pruitt-Igoe, conjunto habitacional modernista na periferia de St. Louis, em 1972. O urbanismo modernista da vertente ortodoxa, inspirado largamente na

Carta de Atenas⁸ e no amplo trabalho do arquiteto suíço Le Corbusier, já teria sido duramente criticado pela também crítica de arquitetura canadense Jane Jacobs (1961), que questionava os pressupostos da racionalidade instrumental weberiana por trás daquela vertente de planejamento de cidades e sua incapacidade de compreender a complexidade da organização espontânea do espaço urbano, onde muitas vezes as intervenções do urbanismo de orientação modernista teriam justamente os efeitos inversos daqueles pretendidos, aumentando a criminalidade e diminuindo a possibilidade da convivência, da diversidade (de usos e de apropriações) e do encontro espontâneo na cidade.

Posteriormente a idéia do pós-moderno passa a ser incorporada por campos diversos nas ciências sociais, para descrever uma série de processos supostamente inéditos, que marcavam uma nova fase que não superava a modernidade de forma alguma, mas questionaria alguns pressupostos modernistas básicos, indo *para além do moderno*. Um destes pressupostos⁹ é a crença em grandes projetos emancipatórios da humanidade. Os grandes discursos emancipatórios (inclusive marxistas, revolucionários; mas também aqueles de cunho mais conservador) que propunham transformações totalizantes nas sociedades seriam atacados pelos críticos pós-modernistas como necessariamente totalitários e autoritários – segundo tais críticos os mais concretos exemplos de experiência do projeto de sociedade resultante dos projetos modernistas de emancipação teriam sido o nazi-fascismo (à direita) e o stalinismo (à esquerda)¹⁰.

No campo das ciências sociais, o estruturalismo marxista de cunho althusseriano¹¹ seria atacado por uma vertente pós-estruturalista que se centrava sobre a análise dos discursos (o próprio discurso sendo uma forma de poder e dominação), largamente influenciada pelo trabalho do filósofo Michel Foucault, e que propunha uma agenda de pesquisas voltada para

⁸ Documento resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (que era também o nome da organização responsável pelo evento), realizado em 1933 na cidade de Atenas, e publicado em 1942 por Le Corbusier, como um programa para a construção de cidades baseado nos pressupostos funcionalistas. A construção de Brasília pode ser considerada um dos poucos casos em que aquele manual foi seguido fielmente e aplicado de forma exaustiva.

⁹ A partir da crítica ao modernismo segundo Jean-François Lyotard (Monte-Mór et.al, 1995), mas também da abordagem de Michel Foucault.

¹⁰ Harvey (1992) ressalta que os autores pós-modernos não reconhecem, no caso do nazi-fascismo, que se tratava muito mais de um impulso de irracionalidade na busca por um projeto de hegemonia imperialista do que mais precisamente uma *crise da razão*, ou da racionalidade instrumental (weberiana) que tanto marca o pensamento e a ação modernistas.

¹¹ Referência à escola liderada por Louis Althusser, expoente de um pensamento marxista estruturalista, onde a determinação em última instância de todos os fenômenos sociais estaria no âmbito econômico, mais precisamente do Modo de Produção Capitalista, a partir do qual se estruturaria todo o conjunto de instituições (inclusive o Estado), e a esfera da cultura.

pequenas determinações da reprodução da sociedade, na esfera da cultura, do consumo, da etnia, do lugar ou do gênero¹². Foucault, ao longo de sua obra, propõe uma série de críticas ao moderno de forma geral (sobretudo a suas diversas formas de repressão e dominação contidas nas micro-estruturas das relações sociais), e também aos projetos de transformação social de pretensões totalizantes citados acima:

Prefiro as transformações mais específicas que se provaram possíveis ao longo dos últimos vinte anos num certo número de áreas que dizem respeito às nossas maneiras de ser e de pensar, às relações de autoridade e entre os sexos, ao modo em que percebemos a insanidade ou a doença; prefiro mesmo essas transformações parciais que foram feitas na correlação entre análise histórica e atitude prática, do que os programas por um novo homem que os piores sistemas políticos repetiram ao longo do século XX (FOUCAULT *et. al.*, 1984, p. 46-47).

Supostamente e colocado de forma simplista, o pós-modernismo também valorizaria o tradicional (enquanto os impulsos de modernização o entenderiam como o ultrapassado que precisa ser substituído), respeitando suas particularidades e propondo a possibilidade de convivência com práticas e elementos da modernidade de ponta – atitude que se relaciona com uma série de críticas ao discurso e ao etnocentrismo de forma geral, como o exemplo de uma literatura mais recente crítica do desenvolvimentismo como portador de um discurso ocidental iluminista marcado pelo ideário do progresso¹³.

Quanto à esfera econômica e da organização da produção, o pós-moderno segundo Harvey (1992) seria justamente a passagem para o regime de acumulação flexível brevemente citada acima, somada de um predomínio da esfera financeira sobre a economia real. O mercado financeiro tornar-se-ia a instituição central da economia globalizada, que estaria operando a partir de *simulacros*¹⁴ da realidade, em certa medida descolados de processos reais

¹² Ou tudo aquilo que os estruturalistas agrupavam de forma simplista sob a rubrica da *ideologia*, como um dos elementos da super-estrutura, determinada em última instância pelo próprio modo de produção capitalista. Foucault procura analisar de forma minuciosa uma série de relações de poder contidas no âmbito do ideológico e segundo o autor “o poder no capitalismo ocidental era denunciado pelos marxistas como ‘dominação de classe’; mas a mecânica do poder em si mesma nunca foi analisada. Esta tarefa só poderia ser empreendida depois de 1968, na base de lutas cotidianas de base, dentre aqueles cuja luta se situava nas malhas finas da teia do poder” (FOUCAULT *et al*, 1984, p. 58).

¹³ Ver: ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: the making and unmaking of the third world.** Princeton : Princeton University Press, 1994.

¹⁴ A idéia de simulacro é trabalhada por Jean Baudrillard (1981), que propõe uma evolução das representações que culmina no simulacro e no que o autor denomina *hiperreal* (resultado da primazia das simulações e de sua determinação do próprio real): “as fases da imagem seriam as seguintes: ela é o reflexo de uma realidade profunda; ela mascara (...) uma realidade profunda; ela mascara a *ausência* de uma realidade profunda; ela não estabelece relações a `qualquer realidade que seja, ela é seu próprio e puro simulacro” (BAUDRILLARD, 1981, p. 17).

– como o crescimento recente dos mercados futuros evidencia, possibilitando ganhos especulativos sem precedentes de maneira relativamente descolada do desempenho real das empresas, e muito menos da situação econômica de determinada sociedade como um todo. No campo da política, Harvey argumenta que a tendência pós-moderna de se colocar a estética à frente da ética se demonstra de forma decisiva – chegando a ser a explicação para a reeleição de certos presidentes norte-americanos apesar dos baixos índices de popularidade:

O pós-modernismo surgiu em meio a este clima de economia vodu, de construção e exibição de imagens políticas e de uma nova formação de classe social. A existência de algum vínculo entre essa eclosão pós-moderna, a construção de imagem de Ronald Reagan, a tentativa de desconstruir instituições tradicionais do poder da classe trabalhadora (os sindicatos e os partidos de esquerda) e o mascaramento dos efeitos sociais da política econômica de privilégios deveria ser bastante evidente. Uma retórica que justifica a falta de moradias, o desemprego, o empobrecimento crescente, a perda de poder etc. apelando a valores supostamente tradicionais de autoconfiança e capacidade de empreender também vai saudar com a mesma liberdade a passagem da ética para a estética como sistema de valores dominante (HARVEY, 1992, p. 301).

Um elemento adicional que caracteriza o que Harvey chama de condição da pós-modernidade é o que o autor chama de *compressão do espaço-tempo*, “que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural” (HARVEY, 1992, p. 257). Esta diminuição das distâncias efetivas se deu não somente através da generalização dos avanços tecnológicos nos meios de transporte e comunicações, mas sobretudo devido ao impacto de novas práticas organizacionais (internas às firmas), de trabalho, de configuração das unidades produtivas e dos meios de distribuição de mercadorias e serviços, que para os trabalhadores “implicou uma intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho” (HARVEY, 1992, p. 257). Harvey enfatiza de diversas formas como tal aceleração generalizada do ritmo da produção e da reprodução está intimamente ligada à “aceleração generalizada dos tempos de giro do capital”, e que são processos que contribuem para tal aceleração do ciclo de realização do capital (transformação de dinheiro em mercadoria através do processo produtivo, e a realização do valor através da transformação da mercadoria de volta em dinheiro somado de uma determinada quantia de mais-valia).¹⁵

¹⁵ Esta idéia da compressão do tempo-espaço é central para o argumento geral deste estudo, considerando que no nível urbano a produção do espaço (abstrato) atua justamente neste sentido de *aplainar* as rugosidades e as texturas espaciais, diminuindo as distâncias efetivas e trazendo para dentro da metrópole espaços anteriormente distantes e pouco relacionados a ela. Ou seja, a própria formação da cidade-região também seria reflexo desta compressão do tempo-espaço.

Propõe-se o pós-moderno aqui como toda uma gama de transformações ocorridas nas últimas décadas, e uma nova perspectiva a partir de tais mudanças (que não implicam de forma alguma uma superação do *moderno*, mas um ponto de vista que vá além de seus projetos). Dentre as diversas críticas ao modo pós-modernista de pensar a sociedade e sua reprodução, destaca-se uma abordagem mais recente de Harvey (2004), que analisa a relação do regime de acumulação com o corpo e sua produção social no âmbito da globalização. O autor reconhece a importância da obra de Foucault para destacar pontos de vista importantes acerca de formas de dominação no âmbito da etnia, do gênero, lugar e multiculturalismo, porém com o efeito de desviar a atenção de análises baseadas na dominação de classe, que ao contrário de perder a validade, hoje em dia teria maior importância do que na época em que o estruturalismo marxista se posicionava de forma dominante. A justificativa de Harvey para este aumento da importância do ponto de vista marxista se baseia num paradoxo aparente advindo da mudança de atitude em relação ao interesse pela obra marxista nos anos 60 e no contexto atual. No final dos anos 60, devido ao contexto cultural do movimento dos direitos civis e à dita contracultura nos EUA, e a todo o conjunto de mobilizações a partir do maio de 1968 parisiense no continente europeu e na América Latina, o interesse pelos escritos de Marx teria sido grande, apesar do fato de que o fordismo e o Estado de bem-estar social estavam em seu auge, e os pressupostos básicos marxistas (no que diz respeito à centralidade da extração de mais-valia para a reprodução ampliada do capital) eram muito menos visíveis. Harvey afirma que o desinteresse atual pelas teorias mais estreitamente marxistas não se fundamentam no contexto histórico, procurando demonstrar que a globalização (através de deslocamentos de unidades produtivas intensivas em mão-de-obra para países do sudeste asiático principalmente¹⁶) permitiu que o capitalismo voltasse para seu estado originário de acumulação fundamentada na exploração de mão-de-obra barata (e mantida barata pelo exército industrial de reserva¹⁷), o que nos anos 60 aparentava, no contexto dos países de centro, ser história distante (devido justamente ao contrato social capital-trabalho cunhado pelo modo de regulação fordista). Em texto anterior, o mesmo Harvey afirma que

os filósofos pós-modernos nos dizem que não apenas aceitamos mas até nos entreguemos às fragmentações e à cacofonia de vozes por meio das quais os dilemas

¹⁶ Porém, mais recentemente ocorre uma rodada adicional desta busca global por bolsões de mão-de-obra barata, incluindo outras áreas, algumas vezes na própria América Latina, no rol das regiões de localização privilegiada das etapas produtivas intensivas em mão-de-obra.

¹⁷ Termo da Economia Política marxiana utilizado ao longo do texto sem se referir exclusivamente à indústria, constituindo muitas vezes um elemento aproveitado pelo setor terciário, o que tende a se acentuar nas economias metropolitanas atuais.

do mundo moderno são compreendidos. Obcecados pela desconstrução e pela deslegitimação de toda espécie de argumento que encontram, eles só podem terminar por condenar suas próprias reivindicações de validade, chegando ao ponto de não restar nada semelhante a uma base para a ação racional. O pós-modernismo quer que aceitemos as reificações e partições, celebrando a atividade de mascaramento e de simulação, todos os fetichismos de localidade, de lugar ou de grupo social, enquanto nega o tipo de metateoria capaz de apreender os processos político-econômicos (fluxos de dinheiro, divisões internacionais do trabalho, mercados financeiros etc.), que estão se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a vida cotidiana (HARVEY, 1992, p. 112).

Adotamos aqui, portanto, um ponto de vista que não descarta a validade de nenhuma das duas perspectivas, partindo de um pressuposto de que se pode transitar entre as escalas de análise (do âmbito mais totalizante e talvez mais voltado para determinações econômicas em última instância, às discussões mais pontuais referentes à abordagem pós-estruturalista, assim como a desconstrução dos discursos enquanto forma de dominação e poder). Pode-se propor que num primeiro plano, de maneira simplista rotulado de modernista, tem-se uma série de lutas e ações em busca da *autonomia* em torno da luta de classes, enquanto a rotulação também grosseira do outro plano referente às lutas pós-modernas se dão no âmbito do dito multiculturalismo (questões de etnia, gênero, lugar etc.). Procura-se argumentar que uma visão maniqueísta acerca da invalidade de um ou do outro ponto de vista acerca da emancipação pode e deve ser superada por uma postura que interprete toda e qualquer arena de disputa política em busca da justiça social e da autonomia como de extrema importância para a superação da *heteronomia* reproduzida no plano do cotidiano pela *produção hegemônica do espaço*. A afirmação seguinte de Edward Soja é bastante esclarecedora nesse sentido:

Continuo a encarar o período atual primordialmente como outra reestruturação ampla e profunda da modernidade, e não como uma ruptura completa e uma substituição de todo o pensamento progressista pós-Iluminismo, como proclamam alguns que se autodenominam de pós-modernistas (mas a quem melhor seria descrever, provavelmente, como antimodernistas). Também compreendo o arisco antagonismo da esquerda moderna ao neoconservadorismo atualmente predominante e à obscurante extravagância da maioria dos movimentos pós-modernos. Mas estou convencido de que se perde um número excessivamente grande de oportunidades ao descartar o pós-modernismo como irremediavelmente reacionário (SOJA, 1993, p.12).

CAPÍTULO 1 – A FORMA SOCIOESPACIAL DA CIDADE-REGIÃO

Para introduzir a discussão definindo o objeto de análise, este capítulo procura abordar o fenômeno da cidade-região do ponto de vista de sua configuração espacial¹⁸ que a caracteriza enquanto uma nova forma urbana, em processo de formação. Algumas abordagens (como Parr, 2005) tratam a cidade-região como o pólo metropolitano somado de toda sua área de influência, e que todo o território de determinado país seria completamente coberto por cidades-região. Procura-se aqui uma definição (ou a formulação de uma questão) distinta, voltada para o entendimento dos processos socioespaciais contemporâneos de extensão do tecido metropolitano por espaços regionais mais amplos que a metrópole propriamente dita, mas que passam a se integrar num nexos comum do ponto de vista da organização da produção industrial¹⁹.

Vale ressaltar de antemão que a idéia de cidade-região aqui proposta se diferencia da simples metrópole estendida por uma diversidade de fatores. Em primeiro lugar, ressalta-se que a cidade-região atinge centralidades que escapam à *involução metropolitana* (discutida adiante) e às deseconomias de aglomeração, saltando por cima do tecido urbano espoliado que faz parte da metrópole e atingindo novos espaços, mais *eficientes* para a atividade industrial, onde o aspecto disfuncional da metrópole se faz pouco presente (todavia). Ou seja, trata-se de um processo contemporâneo de produção do espaço urbano onde a metrópole (fordista), produto da própria entrada da indústria de larga escala na cidade (e de sua completa sujeição às exigências e ao disciplinamento imposto pela industrialização ao espaço urbano como um todo), não deixa de forma alguma de ser funcional e necessária ao processo de acumulação, mas passa, nas margens, a se apresentar como um custo e um empecilho para determinados setores. Porém, estes permanecem dependentes do núcleo metropolitano (principalmente enquanto provedor de serviços avançados), e passam a se situar nos seus arredores, justamente nestes novos espaços industriais em crescimento nas áreas peri-metropolitanas, cuja integração crescente à metrópole estaria dando forma à cidade-região.

¹⁸ Ou do espaço físico, banal, daquilo que Soja (1996) chama de *primeiro espaço*.

¹⁹ Levando em consideração que o ponto de vista cultural da produção do espaço é central para a argumentação aqui proposta, procuramos não incluir toda a *hinterland* no âmbito da cidade-região (o que no caso de Belo Horizonte alcançaria todo o norte de Minas) também pelo fato de que trata-se de um espaço social demasiado heterogêneo, com uma diversidade de lógicas de reprodução que escapam da questão da produção da metrópole e da cidade-região centrada no fenômeno urbano-industrial.

O esforço de caracterização e definição precisa de algo ainda em processo de formação é, por razões óbvias, bastante arriscado. Os riscos de se realizar previsões e leituras equivocadas de fenômenos em curso são altos. Torna-se necessário, deste modo, o apoio de algumas ferramentas de análise apropriadas para compreender o presente a partir do futuro ali contido, do que está anunciado nas entrelinhas, “hoje virtual, amanhã real”. O autor que parece fazê-lo de modo mais apropriado é o filósofo Henri Lefebvre, que em diversos momentos de sua obra utiliza do dito método regressivo-progressivo para compreender o que estava iminente, difícil de ser visualizado por estar perto demais da vista. Trata-se de um ponto de vista dialético do percurso histórico, que projetado para o futuro (através da identificação de determinados pontos críticos porém de difícil percepção que se tornariam óbvios posteriormente), permite uma apreciação crítica do estado presente das coisas. Uma das proposições de Lefebvre para a virtualidade (o real futuro) contida na contemporaneidade é a idéia de urbanização completa da sociedade e do espaço. Para o autor, a industrialização tem como finalidade não declarada a própria urbanização, processo que passa a ser ditado pela lógica da indústria, progressivamente, a partir da sua entrada na cidade. A urbanização se torna condição de realização para o processo de acumulação e ao mesmo tempo constitui também uma restrição e um entrave para tal processo, sua fluidez e seu crescimento (Harvey, 1981). O entendimento da sociedade industrial contemporânea estaria centrado, portanto, na compreensão da sociedade urbana e de suas contradições. Atualmente este ponto de vista é muito mais facilmente comprovado por todo o mundo do que na França do final da década de 60, contexto no qual Lefebvre ousa tais afirmações a partir do método regressivo-progressivo:

É a cidade industrial, ou melhor, o estilhaçamento da cidade pré-industrial e pré-capitalista sob o impacto da indústria e do capitalismo, que permite compreender suas condições, seus antecedentes, a saber, a cidade comercial; esta, por sua vez, permite apreender a cidade política à qual se superpôs. Como Marx pensava, o adulto compreende, como sujeito (consciência), e permite conhecer, como objeto real, seu ponto de partida, seu esboço, talvez mais rico e complexo que ele próprio, a saber: a criança. Embora complexa e opaca, é a sociedade burguesa que permite compreender as sociedades mais transparentes, a sociedade antiga e a sociedade medieval. Não o contrário. Um duplo movimento impõe-se ao conhecimento, desde que existem tempo e historicidade: *regressivo* (do virtual ao atual, do atual ao passado) e *progressivo* (do superado e do *finito* ao movimento que declara esse *fim*, que anuncia e faz nascer algo novo) (LEFEBVRE, 1999, p. 33).

O objeto de estudo aqui delineado passa por um desafio de natureza semelhante. Deve-se pensar a cidade-região como um processo em formação, anunciado de diversas formas e sob inúmeros fenômenos aparentemente desconexos, em torno dos quais buscaremos refletir ao longo deste estudo (tentando construir ligações entre eles e com isso construir um todo

coerente). Propomos que a cidade-região começa a ganhar forma a partir do momento em que o processo de urbanização dos entornos metropolitanos começa a se intensificar e a ter suas lógicas integradas ao tecido metropolitano, através de um aumento também dos fluxos (de pessoas, de mercadorias, de insumos ou de informações) do núcleo metropolitano para seu entorno e vice-versa. Diversas têm sido as abordagens que tentam caracterizar tal fenômeno e seus sentidos atuais, que segundo alguns autores que serão tratados a seguir são bastante distintos do que outras abordagens mais antigas apresentadas posteriormente buscavam demonstrar. De início, trataremos de um arcabouço conceitual mais recente que procura compreender a urbanização contemporânea: a idéia da pós-metrópole formulada por Edward Soja, para em seguida aprofundar a análise em alguns de seus componentes, enfatizando a idéia de *exopolis*, discutida adiante.

Neste capítulo, procurar-se-á abordar a problemática da cidade-região a partir dos processos socioespaciais que a compõem. Propõe-se aqui que esta forma urbana se constitui da metrópole propriamente dita, somada de uma série de cidades médias vizinhas (que podem em certos contextos serem representadas por outras áreas metropolitanas) que passam a se relacionar de forma mais estreita com a metrópole, e de outros elementos e processos socioespaciais que guardam uma forte ligação com o fenômeno de extensão do tecido metropolitano. O limite da cidade-região poderia ser definido pela área de influência de cidades-médias que se relacionam mais fortemente com outras regiões – também polarizadas em última instância pela metrópole, porém com relações menos frequentes com esta – cuja definição precisa foi deixada em aberto neste estudo, por se concentrar nos aspectos teóricos da formação da cidade-região.

Uma outra manifestação da configuração da cidade-região será discutida adiante, qual seja, o aparecimento da chamada *exopolis* (ou de manifestações do tecido urbano em novas formas que não constituem *idades* – como os parcelamentos residenciais horizontais fechados), fenômeno bastante ilustrativo do caráter da produção deste espaço peri-metropolitano. Ao final do capítulo será proposta uma morfologia (na forma de croqui) para a cidade-região, procurando caracterizá-la em termos dos elementos que a compõem a partir dos processos diversos que os constituem.

O fenômeno da desconcentração econômica ligado às chamadas deseconomias de aglomeração tem uma relação estreita com o processo de formação da cidade-região (como indutor do processo na esfera da economia e da organização dos processos produtivos, que se soma, ou se apresenta de modo alternativo à abordagem na qual nos centramos, qual seja, a produção social do espaço urbano e a extensão do tecido urbano-industrial por espaços regionais mais ampliados). A desaceleração relativa do crescimento das metrópoles está intimamente ligada à desconcentração econômico-espacial, assim como às deseconomias de aglomeração e ao que Santos (1993) chama de “involução metropolitana” – que seriam as próprias deseconomias da aglomeração além de um determinado ponto ótimo (que em termos estritamente econômicos envolve um aumento generalizado de custos para a esfera produtiva – gargalos de infra-estrutura, mão-de-obra mais cara, renda da terra mais elevada etc.) acrescidas de uma deterioração nas condições de reprodução na metrópole. Como será discutido adiante, um elemento essencial da metropolização para além do tecido conurbado é a auto-segregação de certos grupos da população metropolitana, que procuram se isolar desta involução; e no âmbito da esfera produtiva, as firmas também tendem a se deslocar em direção aos entornos metropolitanos à procura de custos mais baixos, em localidades onde as condições gerais de produção necessárias já podem ser encontradas.

A abordagem econômico-espacial acerca da formação da cidade-região é realizada de forma mais aprofundada nos próximos capítulos, mas para subsidiar a elaboração posterior do capítulo, vale apresentar brevemente o ponto de vista de Jane Jacobs (1984) acerca da formação do que a autora denomina “regiões de cidade” a partir da maturação de uma centralidade metropolitana densamente industrializada. Jacobs esclarece que

idades que são boas em desenvolver atividades exportadoras ou atrair visitantes, ou servir como capitais culturais, políticas ou religiosas não necessariamente geram regiões de cidade. O que faz a diferença é a capacidade da cidade de substituir amplas e variadas importações exuberante e repetitivamente. As cidades que geram regiões de cidade de qualquer significância possuem esta capacidade, ou possuíram no passado. A própria mecânica da substituição de importações na cidade automaticamente decreta a formação de regiões de cidade (JACOBS, 1984, p. 47).

Segundo Jacobs, isso ocorre devido a um conjunto de fatores presentes nas economias das próprias cidades. Numa obra anterior (Jacobs, 1969) a autora argumenta extensivamente a favor da maior diversificação setorial possível nas economias urbanas, constituída a partir de sucessivos processos de *criação de novas atividades* a partir da substituição de importações, como um bom indicador do desenvolvimento econômico e da *saúde* da economia de determinada cidade. Segundo Jacobs (1984, p. 47), esta substituição de importações na cidade

gera cinco forças de expansão na sua região circundante: mercados urbanos para novas importações, maior contingente de empregos urbanos, maior tecnologia para a produção rural em ascensão, atividades produtivas urbanas transplantadas e investimentos gerados por capitais oriundos do pólo principal. A autora analisa um pequeno centro de apoio ao meio rural na hinterlândia imediata de Tóquio (um bom exemplo de uma grande economia urbana construída a partir de sucessivas substituições de importações), chamado pelo nome imaginário de Shinohata por Jacobs para manter o anonimato do local. Com o adensamento econômico-industrial de Tóquio ao longo da segunda metade do século XX, os cinco processos descritos acima ocorrem sucessivamente: em primeiro lugar o crescimento de Tóquio aumenta e diversifica a demanda pela produção rural de Shinohata; posteriormente os empregos gerados em Tóquio atraem um grande contingente populacional de Shinohata (que geram um segundo impacto virtuoso: o envio de renda gerada no centro principal para a cidade); este último processo acarreta uma escassez de trabalhadores no meio rural, fazendo com que os produtores busquem soluções tecnológicas para manter a produção em alta (aumentando a produtividade), muitas vezes financiadas pela poupança enviada pelos trabalhadores emigrados para Tóquio; posteriormente algumas indústrias (intensivas em capital) oriundas de Tóquio começaram a se estabelecer na cidade²⁰, começando a gerar “empregos urbanos” (no setor terciário) anteriormente inexistentes na localidade; e por último Shinohata se tornaria destino privilegiado de investimentos em infra-estrutura por parte do governo central, com o objetivo de prover as bases para este crescimento econômico e maior integração na região polarizada por Tóquio.

A autora ainda afirma que muitas vezes as cidades pólo cessam de substituir importações e entram num processo de declínio, e ainda assim os pequenos centros como Shinohata continuam atraindo investimentos, mas desta vez “fugindo de problemas urbanos não resolvidos, e deixando vazios para trás” (JACOBS, 1984, p. 58).

Curiosamente (um ponto que será trabalhado no final deste estudo), a autora conclui o capítulo sobre as regiões de cidades afirmando que

as regiões de cidades têm diversas das características das próprias cidades que substituem importações, mas elas não são cidades. Para o melhor ou para o pior, elas são criaturas de suas cidades nucleares e elas permanecem como tais (JACOBS, 1984, p. 58).

²⁰ Processo cujas causas não são exploradas por Jacobs.

É importante ressaltar antes de avançarmos nas diversas formulações teóricas que o caráter inédito da cidade-região enquanto nova forma socioespacial, apesar de aparecer inúmeras vezes ao longo do texto, é aqui colocado como uma questão que se pretende muito mais formular e lançar para o debate do que responder de modo prematuro. Porém, obviamente tal abordagem não é inédita e alguns autores já se propuseram a mesma tarefa, tendo chegado a apontamentos que propõem uma grande possibilidade de pesquisas futuras acerca deste tema, como a (longa) passagem a seguir indica e nos motiva a prosseguir na direção de pesquisa e teorização ali sugerida por Sandra Lencioni, tendo como referência o caso da cidade-região paulista(na):

... a reestruturação produtiva, como constituição de uma nova lógica histórica de reprodução do capital, ao alterar as determinações das estratégias e práticas territoriais da indústria o fez reafirmando a tradicional área industrial do interior paulista que, nesse processo, se dilui enquanto tal se metamorfoseando como território metropolitano. (...) Nesse complexo industrial metropolitano se multiplicam e se adensam as redes materiais e imateriais que permitem conectar o que está desconexo. (...) Produto da dispersão territorial da indústria, esse complexo industrial metropolitano reafirma a primazia da metrópole voltada, substancialmente, ao atendimento dos ditames da nova lógica do capital que se impõe historicamente, onde se faz presente e cintilante a descontinuidade geográfica na localização industrial assentada na combinação de redes materiais e imateriais. *Não só está aí constituído um complexo industrial metropolitano. Está, também, contido, um novo fato urbano de caráter metropolitano de dimensões inéditas.* Esse novo fato urbano de caráter metropolitano constitui uma região onde as percepções dos limites entre os municípios perde nitidez e nem sempre são nítidas as fronteiras devido às conurbações urbanas e, também, à mesmice da paisagem. Diluem-se limites, divisas e soçobram os últimos resquícios da dicotomia entre a cidade e o campo. *Nesse sentido, pensar a metrópole, a região metropolitana ou o entorno metropolitano é pensar uma região.* Mesmo examinando apenas a metrópole, o espectro da região aparece, porque ela em si, não é mais uma cidade isolada, mas uma cidade-região. Uma cidade-região que não se definiu por um planejamento, mas uma cidade que assim se definiu por um processo, por uma lógica histórica que desafia a compreensão de sua dinâmica e, até mesmo, o planejamento urbano. Essa cidade-região, como uma forma nova do processo de urbanização, é, vale repetir, um produto associado à reestruturação produtiva. *Essa cidade-região está relacionada ao processo de metropolização do espaço, processo esse que imprime características metropolitanas aos territórios.* Esse processo de metropolização significou não só homogeneização das condições gerais de produção necessárias à reestruturação produtiva, como discutimos, mas representou, também, alterações nas funções urbanas das cidades e nas relações entre elas, agora mais integradas entre si e mais fortemente vinculadas à cidade de São Paulo. Mas, também esse processo de metropolização significou um desenvolvimento acentuado da segregação nas cidades da região, fazendo contrastar mais fortemente, a produção de bairros elitizados ao lado do crescimento de favelas. A cidade-região se constitui, assim, num fenômeno do estágio de desenvolvimento do mundo atual e num nó essencial da economia global (LENCIONI, 2003, p. 7 – *grifo nosso*).

1.1: A pós-metrópole e a nova forma metropolitana

A idéia de Pós-Metrópole é proposta pelo geógrafo norte-americano Edward Soja (2000) como uma grande síntese de uma série de fenômenos de transformação social, econômica, política e cultural contemporâneos que guardam uma relação intrínseca com a cidade e o meio urbano. O autor realiza na primeira parte do livro um estudo das diversas revoluções urbanas, ou períodos críticos separadores de águas na história da cidade para em seguida apresentar sua concepção do urbano contemporâneo como um período crítico no percurso histórico das cidades.

Partindo de uma inversão na seqüência convencional segundo a qual o desenvolvimento da agricultura teria naturalmente antecedido o surgimento das cidades, possibilitando o sedentarismo e gerando o excedente necessário para a vida urbana, Soja, largamente apoiado sobre o argumento de Jane Jacobs (1969), procura *colocar as cidades na frente*, caracterizando o que teria sido uma primeira revolução urbana: o próprio surgimento das primeiras cidades – aglomerações de caçadores, coletores e mercadores. Esta aglomeração é que teria possibilitado o surgimento da técnica a ser aplicada no desenvolvimento da atividade agrícola, que teria dado um impulso a mais à própria aglomeração, através da apropriação do excedente dali extraído. As cidades de Çatal Huyuk e de Jericó, ambas do período neolítico no oriente médio, são os exemplos deste embrião de urbanidade que teriam apresentado um desenvolvimento sem precedentes nos grupos seminômades que predominavam anteriormente, no campo das artes (a cerâmica por exemplo) e da tecnologia (armas e instrumentos de pedra em geral) – desenvolvimento proporcionado segundo o argumento de Soja pelo “estímulo gerado pela aglomeração”.

A segunda revolução urbana teria ocorrido com a emergência das chamadas civilizações hidráulicas, no delta do Rio Nilo e na Mesopotâmia, tendo marcado o surgimento da escrita e o fim do período pré-histórico. Este período também é marcado pelo fortalecimento de formas de governo assentados sobre a *cidade-estado*, cuja dominação territorial se ampliaria nos entornos destes centros e permitiria maior duração e estabilidade, “fixando o processo de urbanização mais firmemente ao lugar, permitindo não somente a formação de aglomerações maiores mas sustentando também uma maior continuidade locacional e reprodução social” (SOJA, 2000, p. 53). Considerando que a primeira revolução urbana representava um embrião da cidade, tem-se pela primeira vez, nestes *espaços-cidade* pioneiros da escrita e do poder político exercido por autoridades, que

as relações sociais de produção e reprodução, assim como as associadas relações de exploração de classe, autoridade patriarcal, e dominação cultural, eram não somente concretizadas – tornadas reais, Lefebvre argumentaria – nas práticas espaciais materiais e em suas representações simbólicas, nas cidades e cidades-região, mas também estas espacialidades urbanas materiais e simbólicas eram em si forças poderosas na formação da própria natureza da produção e reprodução social. (...) Por estas razões, um forte argumento pode ser colocado para insistir que todo modo de produção além das formas mais primitivas de caça e coleta merecem ser descritas como intrinsecamente urbanas e centradas em torno da cidade em suas origens e seu desenvolvimento. (SOJA, 2000, p. 69).

Surpreendentemente, Soja realiza um salto por um período histórico de transformações socioespaciais de extrema importância para o entendimento de uma série de processos de fortalecimento da democracia direta e de luta por seu fortalecimento na produção do espaço urbano atual (qual seja, a cidade da antiguidade clássica²¹), e situa sua terceira revolução urbana no período moderno das revoluções industriais. Este seria o período histórico do capitalismo industrial nascente cujo representante seria a cidade de Manchester, na Inglaterra do princípio do século XIX, estudada por Engels (a cidade de Chicago seria a manifestação norte-americana deste mesmo fenômeno do que Lefebvre descreve como a entrada da indústria na cidade²²). Diversas foram as transformações socioespaciais ocorridas a partir deste processo de industrialização intensificado e ampliado em escala, que progressivamente se tornaria central para a produção do espaço urbano, hoje ditada largamente pela lógica da indústria. A terceira revolução urbana estaria na origem do que se tornaria a “metrópole fordista-keynesiana”, que entraria em crise no último quarto de século e daria início ao processo de transformação socioespacial ainda em curso. Uma primeira crítica que pode ser proposta ao autor nesta sua evolução do *espaço-cidade* é que ele deixa de fora diversos momentos críticos do processo de urbanização mais ligados à esfera política (como a evolução da *pólis* do mundo mediterrâneo antigo ou as revoluções burguesas da era moderna no ocidente europeu²³), privilegiando momentos de evoluções da técnica e da organização da produção que tiveram suas raízes nas cidades.

²¹ Principalmente no que diz respeito ao processo recente de fortalecimento das organizações democráticas de base no âmbito da sociedade civil e sua relação com o planejamento urbano (entendido de forma mais ampla que simplesmente a ação do Estado no provimento dos meios de consumo coletivo, incluindo também as ações destas organizações como parte do planejamento, ponto de vista defendido por Friedmann, 1987), muito ligado à prática democrática da polis antiga, onde a práxis urbana tinha como elemento central a prática cotidiana da cidadania politizada.

²² Soja afirma que pela primeira vez “a produção de um excedente social era não somente coordenada e controlada pela cidade mas também se realizava predominantemente dentro da cidade propriamente dita, dentro e em volta do núcleo denso do *espaço-cidade*” (SOJA, 2000, p. 77).

²³ O longo período de transição do feudalismo para o capitalismo teve na dinâmica socioespacial e no crescimento das cidades um elemento fundamental para a transformação de todo um modo de produção –

Um conceito central para o argumento de Soja nestas diversas passagens de fase e os momentos críticos respectivos na geo-história do espaço-cidade é o termo “sinoikismo”, utilizado pelo autor²⁴ para caracterizar o “estímulo da aglomeração urbana”. Trata-se de uma sinergia advinda da aglomeração em torno do *oikos* (no sentido aristotélico de lar coletivo), ou “as interdependências econômicas e ecológicas assim como os sinergismos criativos – e também os ocasionalmente destrutivos – que surgem a partir da deliberada aglomeração e co-habitação coletiva de pessoas no espaço, num habitat ‘caseiro’” (SOJA, 2000, p.12). Soja defende que as principais transformações socioespaciais ocorridas nos períodos críticos da história da cidade descritos acima advêm de dinâmicas internas a este caldo de urbanidade próprio de cada lugar específico, que constitui um elemento fundamental da dialética socioespacial sempre presente nos processo de mudança (geo-)histórica, portanto com um conteúdo político inerente. Este sinoikismo teria uma importância fundamental também para a economia das cidades de modo geral, tanto no argumento de Jane Jacobs (1969, 1984) quanto da escola californiana de geografia econômica de Michael Storper e Allen Scott, ambos detalhados mais adiante.

Soja propõe que o período histórico atual seria o início de uma nova fase na história da cidade, “um período definido pela emergência de mais uma variação do urbanismo como modo de vida²⁵, o que chamo de pós-metrópole” (SOJA, 2000, p.46). O prefixo *pós* é enfatizado com o intuito de reunir sob o guarda-chuva da pós-metrópole as abordagens pós-estruturalistas, pós-fordistas e pós-keynesianas e suas implicações espaciais, e segundo Soja, dentre os diversos “pós” embutidos na pós-metrópole, o primeiro e principal é o *pós-moderno*. Porém, vale ressaltar que o autor também chama atenção para as continuidades com o passado inerentes a sua concepção de pós-modernidade, afirmando que “dentre os *pós* que podem ser aplicados à metrópole contemporânea, os menos aplicáveis são pós-urbano, pós-industrial e pós-capitalista.” (SOJA, 2000, p. 147). Destaca-se a aversão à idéia de “pós-industrial”, evidenciando um ponto de vista (muito em concordância com o ponto de vista lefebvriano) segundo o qual a indústria permanece, apesar de inúmeras transformações, a entidade central no processo de acumulação de capital (locomotiva do crescimento econômico), e portanto no comando da produção (social) do espaço (urbano) – fazendo pouco

objeto de pesquisa fundamental para a toda a teoria marxista – de extrema importância para o entendimento do percurso das cidades e de seus momentos históricos críticos que Soja propõe fazer.

²⁴ Termo também utilizado na Grécia antiga e na própria obra lefebvriana.

²⁵ Referência ao texto clássico da sociologia urbana da escola de Chicago, de Louis Wirth, “Urbanismo como um modo de vida”.

sentido afirmar que a generalização do processo de terciarização, por exemplo, seria evidência de que estaríamos vivendo numa sociedade pós-industrial.

Soja divide na segunda parte de seu livro os processos socioespaciais que estariam dando forma à pós-metrópole em seis “discursos”, que são: a metrópole industrial pós-fordista; a *cosmopolis* e a globalização do espaço da cidade; a *exopolis* e a re-estruturação da forma urbana (que lida com o surgimento de novas configurações urbanas, como os parcelamentos horizontais cercados); a cidade fractal (e o “mosaico social re-estruturado”, procurando abordar a questão do multiculturalismo nas grandes metrópoles européias e norte-americanas atuais); o arquipélago carcerário; e as *simcities*, simulacros de cidades.

Uma discussão bastante importante na construção do argumento de Soja (e ligada a todos estes discursos em torno da Pós-Metrópole) é a idéia da metrópole fordista-keynesiana em crise. Esta crise urbana dos anos 60 nos países de centro representa o início de um processo de reestruturação gerado pela crise, que de acordo com o argumento colocado por Soja, se tornaria uma crise gerada pela reestruturação, cujos efeitos são ainda hoje presentes, dando início a um período na história do capitalismo de instabilidade e incerteza inerentes, re-afirmada pelo neoliberalismo que em grande medida pautaria a agenda do setor público em suas diversas escalas dali em diante. Muito rapidamente todo um esforço de pesquisa em torno da questão urbana que dera origem a um largo arcabouço teórico acerca da produção capitalista daquela metrópole industrial fordista teria seu alcance colocado em cheque por este processo reestruturante, e a escola da chamada “economia política da urbanização”, em auge de produção teórica no fim dos 60 e início dos 70, seria posteriormente criticada por seus próprios protagonistas (Topalov, 1988). Basicamente, a atuação do Estado enquanto provedor dos meios de consumo coletivo na esfera da reprodução (Castells, 1983), somada à presença estável (e empregadora de grandes contingentes de mão-de-obra) da indústria fordista no meio metropolitano na esfera da produção são aspectos que seriam alterados por uma série de processos de mudanças internas às indústrias e também na sua organização externa (nas relações inter-firmas). As implicações para o planejamento e para a organização do espaço seriam visíveis nas décadas seguintes, e o esforço de teorização acerca desta nova metrópole estão ainda em curso. Soja dá um peso bastante expressivo para esta transformação mais recente, chegando a propor que este processo seria uma “quarta revolução urbana”, a rodada mais recente de sua geo-história do espaço-cidade, marcada, do ponto vista econômico, pela emergência de formas flexíveis de organização das cadeias produtivas (o pós-fordismo – que

pode ser considerado um processo ligado à própria emergência e consolidação do neoliberalismo, referente à economia real).

Deste modo, a metrópole teria sido um produto da industrialização fordista aliada a uma atuação do Estado pautada pelo keynesianismo (no nível urbano, através do provimento dos meios de consumo coletivo), enquanto esta nova forma urbana pós-metropolitana é marcada pela indústria pós-fordista e o Estado neoliberal. Pode-se propor aqui uma análise baseada no conceito marxista de formação econômico-social (que seria devidamente adicionado também do elemento espacial), para se interpretar a emergência deste regime de acumulação pós-fordista aliado ao Estado neoliberal, representando o fim de uma era do capitalismo relativamente mais inclusiva, e a possibilidade de se aumentar consideravelmente as margens de lucro de diversos setores produtivos através de práticas mais explicitamente capitalistas, como a exploração exaustiva de mão-de-obra barata (localizada no sudeste asiático no contexto mais recente) e a definição de salários a partir das flutuações do próprio mercado de trabalho, o enxugamento (*downsizing*) de estruturas ocupacionais em empresas dos mais diversos portes e setores etc. O fordismo (aliado a um processo de modernização conservadora) teria sido responsável pela consolidação de uma formação econômico-social e espacial que generaliza os pressupostos da reprodução ampliada do capital para diversas espacialidades e diversas esferas da reprodução social (através da criação de diversas necessidades que anteriormente não passavam pelo mercado – somada à impreterível inserção da população em mercados de trabalho diversos), possibilitando a posterior passagem para um regime de acumulação mais *eficiente* e *enxuto* e menos custoso para o processo de acumulação, ampliando as margens de lucro de diversos setores.

No que diz respeito à formação da cidade-região a partir da extensão regional do tecido urbano e sua relação com a Pós-Metrópole, Soja afirma que

O conceito de sinoikismo é implicitamente regional em seu escopo. Ele se aplica não somente a um centro urbano singular de alta densidade, mas mais enfaticamente a um sistema regional e policêntrico mais amplo de assentamentos nodais que interagem uns com os outros, uma cidade-região. Esta regionalidade amplia a *escala* do espaço-cidade desde o princípio, e aponta para a necessidade de se enxergar até as primeiras cidades como aglomerações regionais. Ter em mente a regionalidade do espaço-cidade não é fácil, pois tendemos a enxergar a cidade como uma área formalmente delimitada, distinta da “não-cidade” circundante ou da *hinterland* “sub-urbana” ou “rural” (SOJA, 2000, p.16).

É mais difícil que nunca representar a cidade como uma unidade social, política, econômica e geográfica enraizada em seus entornos imediatos e *hinterlands*. As fronteiras da cidade estão se tornando mais porosas, confundindo nossa habilidade de traçar linhas separando o que está dentro do que está fora da cidade; entre a cidade e o

campo, o subúrbio, a não-cidade; entre uma cidade-região metropolitana e a outra; entre o natural e o artificial (SOJA, 2000, p.150)

O autor ainda afirma que o espaço-cidade sempre incluirá em sua regionalidade espaços aparentemente não-urbanos, mas que são urbanizados, incluindo áreas não habitadas que são “profundamente afetadas pelo urbanismo como um modo de vida e pelo sinoikismo inerente à convivência em espaços repartidos” (SOJA, 2000, p. 16). Este ponto de vista da cidade em escala regional revela uma estruturação hierárquica, consistindo de aglomerações de diversos tamanhos que compõem este tecido urbano ampliado, um ponto de vista coerente com a proposta da teoria do lugar central, onde um núcleo central de maior tamanho e densidade polariza uma série de centralidades médias, que por sua vez congregam um número ainda maior de centros menores em seus entornos. A cidade-região, através da expansão do tecido urbano-industrial mais adensado de seu núcleo para o entorno deste, através de eixos, tornaria tal hierarquia de centros anteriormente separados numa só unidade urbana, nas palavras de Soja, um só *espaço-cidade*. Se em períodos históricos anteriores os bairros da cidade funcionavam quase como cidades separadas, e as cidades vizinhas eram realmente entidades à parte, o processo de metropolização realiza, numa primeira rodada, a implosão-explosão desta cidade, que faz com que os bairros se misturem e tenham suas lógicas internas desmanteladas por este processo de escala mais ampla, e que as cidades vizinhas mais próximas (que passam por processos de industrialização intensa e/ou espoliação do tecido urbano marcada por uma expansão irregular e precária dos loteamentos residenciais) passem a funcionar como os bairros anteriormente, integrados ao tecido metropolitano. A formação da cidade-região seria uma rodada adicional deste processo de implosão-explosão da cidade industrializada, fazendo com que o processo de metropolização em sua forma atual atinja espaços (anteriormente distantes do núcleo metropolitano) na escala regional²⁶.

Embora todos os fenômenos indicados por Soja como processos de transformação que dão origem à pós-metrópole tenham uma relação estreita com os processos de formação da cidade-região, alguns dos seis discursos acerca da pós-metrópole citados acima se relacionam de forma mais direta à extensão territorial do tecido urbano metropolitano ao longo de sua região. São eles: a metrópole industrial pós-fordista (objeto de estudo do segundo capítulo); a

²⁶ Como colocado acima, entendemos a escala regional em processo de metropolização e formação da cidade-região não como a *hinterland* da metrópole em sua totalidade (ponto de vista mais relacionado a uma abordagem ligada à teoria dos lugares centrais), mas da própria metrópole somada de seus entornos – áreas que passam a apresentar uma dinâmica de crescimento da atividade industrial integrada na cadeia produtiva centrada na metrópole, mas também marcadas pela extensão do tecido metropolitano, alterando, do ponto de vista cultural e do cotidiano, o espaço-tempo local, que passa a se integrar também num *terceiro-espaço* metropolitano.

cosmópolis (devido ao fato de que os processos de globalização se complexificam bastante, chegando a ameaçar a validade do conceito de região estruturada hierarquicamente numa rede de centralidades – ponto também aprofundado no capítulo 2); e a idéia de *exopolis*, tema da próxima seção.

1.2: A *exopolis* e a fragmentação socioespacial da área peri-metropolitana

O fenômeno urbano que Soja chama de *exopolis* se refere ao surgimento de uma série de manifestações inéditas no ambiente construído e na forma urbana, geralmente isolados da malha urbana bem delimitada e situando-se em zonas anteriormente rurais, que constituem uma expressão do que pode ser definido como *o urbano* substantivo, que não chega a configurar uma cidade propriamente dita. Não somente pelo fato de ser um fenômeno inédito do ponto de vista do ambiente construído, este discurso (nas palavras de Soja) acerca da Pós-Metrópole é uma boa expressão da natureza deste processo de urbanização (e da produção do espaço urbano) para além das cidades propriamente ditas e de forma mais geral, da produção do espaço atual. No contexto norte-americano estudado por Soja, o fenômeno suburbano (referente à metrópole fordista-keynesiana) tem características muito diferentes do que se verifica em outros países, porém no que diz respeito a suas transformações recentes, eles se aproximam. O aparecimento de parcelamentos residenciais horizontais cercados, com acesso controlado e a presença de um aparato de segurança privado é um exemplo dessa convergência (a procura por residências em lugares idílicos, supostamente próximos da natureza e longe da violência e do caos das cidades é comum aos dois contextos). Outro exemplo é o surgimento de pequenas centralidades ofertantes de bens e serviços centrais fora dos núcleos urbanos, como faculdades, *shopping centers* e supermercados situados ao longo das rodovias de acesso às cidades (e aos condomínios fechados).

A idéia de subúrbio no contexto da metrópole brasileira em perspectiva histórica tem uma conotação radicalmente diferente do subúrbio norte-americano que inspira grande parte do arcabouço no qual nos baseamos. É importante, portanto, explicitar tais diferenças para melhor revelar a natureza deste fenômeno de urbanização para além das cidades no que diz respeito à formação dos subúrbios (na formação da metrópole ao longo das últimas décadas e na configuração atual da cidade-região) no contexto dos países semi-periféricos. Assim como nas grandes cidades do continente europeu, os subúrbios brasileiros são tradicionalmente marcados pelo grande contingente de populações excluídas, de baixa renda, constituindo aí

um quadro de sub-urbanização no sentido da ausência (mais acentuada nos países periféricos) de elementos próprios da centralidade urbana e de suas amenidades – chegando a situações mais urgentes de falta da infra-estrutura urbana mais básica. Deste modo, anteriormente, o subúrbio enquanto *utopia burguesa* (Fishman, 1996), como o caso da sub-urbanização norte-americana do pós-guerra, era realidade bastante distante da metropolização brasileira. Vale destacar que o subúrbio residencial de classe média norte-americano foi em grande medida um produto da ação do Estado na produção da metrópole fordista-keynesiana, que tinha um compromisso claro com a construção de espaços voltados para o automóvel e que causasse um alto grau de dependência deste, em grande medida pelo fato de ser aquele o produto da indústria motriz²⁷ da economia americana do século XX.

Portanto, falar da *exopolis* no nosso contexto exige um cuidado a mais, no sentido de que se trata de fenômeno em grande medida inédito (apesar de alguns casos pontuais anteriores) a recente tendência à saída dos grupos privilegiados das adjacências das centralidades em direção aos entornos das cidades (geralmente em áreas com a presença das ditas *amenidades*, geralmente atributos de beleza cênica²⁸), que constitui um passo adiante da direção de uma segregação (e exclusão) socioespacial cada vez mais gritante. Deste modo, a referência do subúrbio residencial burguês do contexto norte-americano nos pode servir para compreender este padrão de ocupação do solo mais recente, para esclarecer o que a versão brasileira tem de semelhante – seja na negação da cidade moderna e de seu espaço de valor de uso democrático, público, aberto a apropriações outras e ao encontro com a alteridade; seja na configuração de espaços murados de vigilância constante.

Souza (1996) tem um ponto de vista pertinente para esta discussão acerca daquilo que descreve como a “dimensão ‘disfuncional’ das metrópoles”, que se insere no debate acerca da funcionalidade das cidades e da urbanização para o capitalismo. Este debate, na própria contextualização sugerida por Souza, remonta à chamada *regional science*, e tem seu ápice na economia política da urbanização citada anteriormente. No Brasil, esta discussão se manifesta num debate entre os chamados dualistas, que propunham uma estrutura dual nas grandes

²⁷ Conceito proposto por François Perroux em sua teoria dos pólos, para descrever um setor industrial específico (que se situa num pólo industrial em torno do qual se estabelecem uma série de relações de complementaridade na formação de uma cadeia produtiva) que constitui a locomotiva do setor industrial de forma geral, ou seja, quando este apresenta uma dinâmica de crescimento elevado, todo o resto dos setores industriais (e indiretamente os não-industriais também) também aumentam sua produção.

²⁸ Que o mercado imobiliário transforma em discursos publicitários de valorização daqueles espaços – processo marcado por uma forte (e banal) contradição: a própria beleza cênica anunciada pelos lançamentos de novos loteamentos cercados (como o caso mais recente do Vale dos Cristais em Nova Lima) é profundamente alterada (e desconstituída) pela própria construção dos loteamentos.

idades brasileiras (onde um circuito moderno existiria ao lado de um circuito arcaico, *a ser integrado e modernizado*) e os críticos desta vertente, que argumentavam acerca da funcionalidade do exército industrial de reserva urbano para o regime de acumulação como um todo, em especial para o dito circuito moderno²⁹. Voltando à dimensão disfuncional tratada por Souza, o autor argumenta que recentemente ocorreu uma mudança qualitativa neste circuito inferior nas grandes cidades brasileiras, marcada pelo crescimento expressivo da economia subterrânea em torno do crime organizado baseado no tráfico de entorpecentes. Tal transformação teria tido o alcance de mudar este caráter funcional da disponibilidade de grandes contingentes de mão-de-obra barata nas metrópoles do ponto de vista dos não-dualistas, passando a se somar às ditas deseconomias de aglomeração que tornam a grande cidade um fator de expulsão devido ao alto custo das externalidades negativas congestionadas. Portanto, para Souza, a partir do recente crescimento expressivo deste circuito econômico ilícito que passa a enfrentar de maneira frontal a tentativa de ordenamento (e até de mobilização democrática através de associações de moradores das favelas³⁰),

como recusar, nessas circunstâncias, o adjetivo *disfuncional*? Obviamente, não são as metrópoles como um todo ou a metropolização em si que são disfuncionais; postular isso equivaleria a confundir a organização espacial com as relações sociais que a criam e a transformam. As metrópoles brasileiras, muito principalmente as duas metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e São Paulo, encerram, contudo, (...) uma *dimensão de disfuncionalidade*. E nisso contrastam tanto com a visão otimista de certos analistas conservadores de outrora, onde urbanização e metropolização eram tomadas, sem maiores ressalvas, como pressupostos e símbolos do “desenvolvimento”, quanto com a imagem excessivamente simples de alguns teóricos marxistas, que superenfatizam a dimensão de funcionalidade da pobreza urbana (e do urbano e da urbanização) para o sistema capitalista. (SOUZA, 1996, p. 30).

Portanto, considerando esta discussão mais recente acerca da dimensão disfuncional da metrópole, a busca por tranquilidade a partir do auto-isolamento das classes altas em espaços fortificados fora da cidade constitui uma convergência com o caso norte-americano de subúrbio enquanto utopia burguesa. Segundo Fishman (1996), o subúrbio como zona residencial da classe média tem suas origens na Inglaterra do final do século XIX³¹, a partir da construção social de um ideal familiar burguês – a

²⁹ Uma crítica adicional, colocada por Milton Santos (1979), é que ambos são produto de um mesmo processo histórico de modernização, e o que o autor chama de circuito inferior não é, de forma alguma, o *pré-moderno*, o arcaico, mas faz parte da mesma lógica mais ampla que deu origem ao dito circuito superior da economia urbana dos países subdesenvolvidos.

³⁰ Como o mesmo autor demonstra em Souza (2000), onde faz uma análise da crise recente dos movimentos sociais urbanos e da mobilização democrática de base que teria ocorrido de forma mais expressiva nos anos 70 e 80 nos bairros das principais metrópoles brasileiras, movimento exaustivamente pesquisado por Souza.

³¹ Não coincidentemente o período de intensificação e generalização do processo de industrialização em zonas próximas aos centros das grandes cidades inglesas (o que envolvia uma série de elementos nocivos ao *bem-*

família nuclear domesticada e fechada (...), voltada para dentro de si mesma e unida por laços fortes e exclusivos (...), que procurava se separar das intrusões do local de trabalho e da cidade. Este novo tipo de família criou a força emocional que separou o trabalho de classe média de sua residência. (FISHMAN, 1996, p. 28)

Os problemas da metrópole passam a ser vistos como fatores exógenos, com os quais não se tem nenhum tipo de compromisso ou relação (até mesmo de causalidade), e dos quais se pode e se deve buscar o isolamento. No âmbito do simples compartilhamento de espacialidades por parte de grupos distintos (não entrando no mérito da funcionalidade do circuito inferior para a acumulação capitalista), pode-se afirmar que se trata de uma fragmentação e exclusão socioespacial de tal ordem que as classes mais abastadas passam progressivamente a constituir espacialidades próprias no âmbito do ambiente construído, deixando aos poucos de ocorrer o que era comum anteriormente: a convivência com as camadas de menor renda no espaço físico, apesar de se viver num espaço social (no plano da cultura, do imaginário, da produção social do espaço e de suas apropriações) distinto.

Uma outra abordagem acerca da “fragmentação do tecido sócio-político espacial”, à qual os fenômenos de “escapismo das elites urbanas, definhamento da civilidade e erosão da cidadania” ligados à “auto-segregação” dessas elites (usando os termos do próprio autor de certo modo ligados à discussão acerca da *exopolis* aqui realizada), é formulada por Souza (2000). O autor demonstra uma fragmentação generalizada no tecido socioespacial metropolitano nos grandes centros brasileiros, marcada pela minimização do espaço público (que se torna no contexto atual o “espaço neutro”, potencial palco aberto de conflitos) e pela formação de enclaves de diversos tipos, por um lado nas favelas (“enclaves territoriais [do] tráfico de drogas de varejo”), passando pelos *shopping centers*³², até chegar nos condomínios residenciais cercados. A territorialização das favelas pelo tráfico de drogas³³ constitui um aspecto fundamental para a realização daquelas atividades, que dependem deste caráter de enclave armado e territorializado dos espaços urbanos onde constituem suas bases de operações. Na outra ponta deste espectro da fragmentação socioespacial estão os espaços de “auto-segregação residencial” das elites urbanas, cujo exemplo mais expressivo no Brasil é o Complexo de Alphaville, na Região Metropolitana de São Paulo, onde em 1998 moravam 32

estar das classes mais abastadas nas cidades, como a poluição, a presença de grandes contingentes de trabalhadores braçais e de um exército industrial de reserva disponível para a indústria nascente etc.).

³² Souza chama atenção também para a recente proliferação de cercamentos de áreas residenciais de classe média em áreas mais centrais das metrópoles brasileiras (através de cercamentos de ruas residenciais dentro da própria cidade, por exemplo), principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo.

³³ A idéia de território tendo uma conotação de espaço da afirmação e do exercício do poder.

mil pessoas (com uma população flutuante de 90 mil). O Alphaville paulista inclui também um centro comercial próprio, um *shopping center*, escritórios e espaços de trabalho e a oferta de uma série de serviços pessoais (de educação, saúde etc.), constituindo o exemplo mais claro da *exopolis* no contexto brasileiro. Em meados da primeira década do século XXI não se trata mais de fenômeno pontual, tendo se alastrado por um número expressivo de áreas metropolitanas brasileiras³⁴, passando a fazer parte do tecido peri-metropolitano aqui abordado enquanto espaço contemporaneamente produzido. Existe uma relação deste processo com o aumento da violência urbana, mas deve-se ressaltar que esta não é uma causa única e necessária, podendo surgir “enclaves fortificados” também em regiões pouco violentas. Porém, há uma relação direta destes com a tendência ao aumento da fragmentação sociopolítica-espacial, fenômeno que por sua vez se relaciona a aspectos diversos, que não se limitam ao aumento da violência nos grandes centros.

Vale re-enfatizar o aspecto citado acima, da magnitude da população flutuante do Alphaville paulista, que nos demonstra o grau de dependência destes enclaves elitizados dos serviços pessoais de baixo valor agregado e da mão-de-obra menos qualificada. Evidencia-se que esta *periferização da riqueza* geralmente é acompanhada de um contingente de populações das camadas populares, empregados no setor dos serviços pessoais dos moradores dos chamados condomínios fechados. Tal fato foi demonstrado por Mendonça *et al* (2006) para o caso da população migrante da cidade de Belo Horizonte para os municípios limítrofes ao sul, que era marcado por uma polarização entre os moradores dos condomínios por um lado, e as camadas populares que os acompanham. Em Belo Horizonte, tradicionalmente³⁵ a expansão metropolitana do tecido residencial de alta renda se deu na direção oposta dos loteamentos populares da periferia pobre e precária, que se espalha há algumas décadas ao longo dos vetores norte e nordeste. Através de uma análise demográfica de dados censitários as autoras mostram o crescimento expressivo tanto das classes mais altas quanto das camadas mais populares nos municípios de Nova Lima e Brumadinho entre 1991 e 2000 – ou seja, na região preferencial dos condomínios fechados e no período de maior crescimento destes. Deste modo, coloca-se esta idéia de que estas novas periferias metropolitanas seriam marcadas por uma periferização da riqueza como uma falsa hipótese, ou um fenômeno que

³⁴ O Alphaville em 2007 é representado por 32 empreendimentos situados nos seguintes estados brasileiros: Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo (informações recolhidas no sítio da empresa na Internet: www.alphaville.com.br – consulta realizada em maio/2007).

³⁵ Os primeiros parcelamentos residenciais cercados do chamado Eixo Sul remontam à década de 1970.

esconde por trás desta fachada de mansões e centros de serviços avançados uma reprodução do tecido urbano de baixa renda em condições precárias de infra-estrutura e de ocupação irregular. Trata-se de um processo socioespacial a mais no presente esforço de caracterização da *peri-metrópole*, espaços circundantes ao tecido metropolitano conurbado, mas que fariam parte da cidade-região.

Caldeira (1996), ao analisar o caso paulistano (em comparação com o que vem ocorrendo na cidade de Los Angeles), trata dessa “nova segregação urbana” como a generalização de “enclaves fortificados [que] geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas” (CALDEIRA, 1997, p. 1). A autora argumenta que alguns processos de transformação das metrópoles estiveram por trás do surgimento dos enclaves fortificados, dentre os quais se destaca a crise econômica que assola o país desde o início dos anos 80 (por trás do aumento expressivo do desemprego e da pobreza urbanos); o impacto da reestruturação produtiva na cidade de São Paulo (crescimento do setor terciário altamente especializado que gera um processo de *gentrificação*, resultando numa reordenação do espaço intra-urbano daquela cidade); e o processo que se relaciona mais diretamente ao surgimento dos enclaves fortificados, “porque fornece a retórica que o justifica: o crescimento do crime violento e do medo”, sendo que “um dos elementos mais graves no aumento da violência em São Paulo é a violência policial” (CALDEIRA, 1997, p. 3-4). Por último, esta auto-segregação se torna, através da produção social destes espaços, um símbolo de *status* e de *distinção* dentre determinados grupos das classes mais altas (nos termos de Pierre Bourdieu), o que pode ser evidenciado nos anúncios, que “não só revelam um novo código de distinção social, mas também tratam explicitamente a separação, o isolamento e a segurança como questões de *status*. Em outras palavras, eles repetidamente expressam a segregação social como um valor” (CALDEIRA, 1997, p.4).

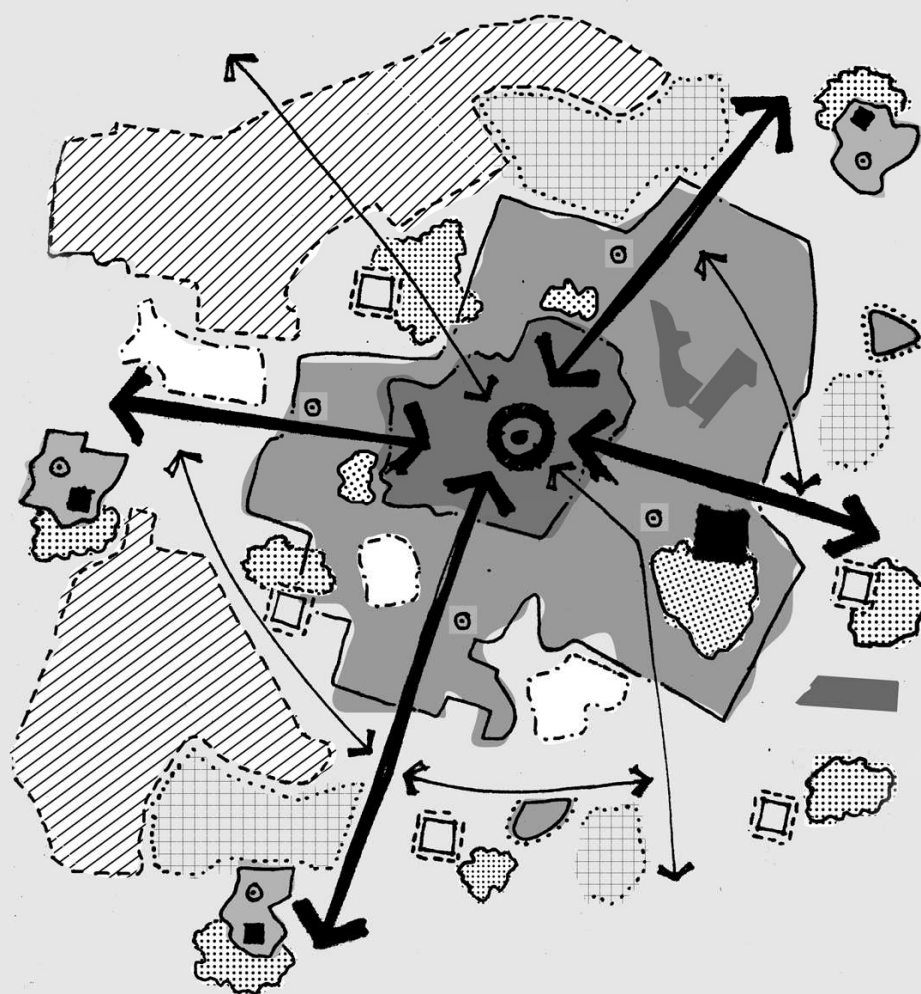
Soja afirma que o termo *exopolis* é uma tentativa de síntese dos vários discursos acerca da reestruturação da forma urbana, com alguns significados distintos. Em primeiro lugar, o prefixo *exo-* indicando o crescimento do urbano *fora* das cidades, mas “também pode ser visto com uma denotação de ‘fim de’, como uma ex-cidade, o surgimento de cidades sem os traços tradicionais das cidades como os definimos no passado. Portanto, há uma série de implicações do espaço-cidade, do urbanismo e da polis/civitas significativamente reconstituídos” (SOJA, 2000, p. 250). Tal discussão nos remete à idéia de *fim da cidade* como consequência do próprio processo de metropolização, que teria desmantelado de forma

definitiva todo um nexos próprio da cidade, fazendo com que determinadas lógicas de reprodução próprias de escalas espaciais mais restritas (como o bairro) fossem destituídas em detrimento de uma lógica de reprodução do capital inerente ao processo de metropolização. A cidade, neste ponto de vista, seria um custo a ser vencido pela necessidade de se acelerar os ciclos de realização do capital, e o planejamento um instrumento essencial para realizar tal aplainamento da cidade através de grandes obras viárias, por exemplo (ALFREDO, 2005). Este tema será retomado no capítulo cinco, ao discutir a distinção entre a cidade e o urbano na cidade-região.

1.3: Uma proposta de morfologia para a cidade-região

Da mesma forma que a cidade é uma formação resultante de um processo socioespacial específico de um período histórico, transformada em metrópole por outro processo de transformação mais recente e ligado ao fenômeno da industrialização e sua ligação à urbanização, a formação da cidade-região é resultado de uma série de processos socioespaciais contemporâneos, que são destrinchados e resumidos a seguir, e mais detalhados no decorrer deste estudo. Propor uma forma (e um modelo) para a cidade-região quando se discute no cerne do argumento que esta é antes de tudo um processo (ou a síntese de uma série de processos) pode parecer complicado e de validade discutível. Porém, uma simplificação destes processos socioespaciais complexos e sua apresentação em conjunto visando caracterizar a *forma* do todo aqui entendido como a cidade-região pode ser uma maneira de facilitar a visualização e portanto a compreensão desta unidade de análise que se propõe aqui. Deste modo, a partir do tratamento conceitual inicial esboçado ao longo do capítulo 1, propõe-se na Figura 1, como conclusão do capítulo, um esquema ilustrativo dos elementos e das tipologias de processos socioespaciais que compõem a cidade-região. Como em todo modelo desta natureza, corre-se o risco de exagerar nas simplificações (cuja implicação é que posteriormente a análise do esquema simplificado passe a ditar e a influenciar todo o esforço de análise dos processos ali contidos). Portanto, fica a advertência de que se trata somente de uma ferramenta para se visualizar num espaço regional hipotético os componentes desta cidade-região tratados ao longo deste estudo.

Partindo do ponto mais central em direção aos mais exteriores: a centralidade metropolitana é o centro principal (muitas vezes composto por diversas centralidades dentro do núcleo metropolitano, geralmente um centro antigo e alguns novos centros com instalações



LEGENDA

- | | | | |
|--|--|--|---|
| | Tecido metropolitano conurbado | | Centralidades em processo de integração à cidade-região (provedoras de serviços intermediários e com fracas ligações verticais com o espaço de fluxos da globalização). |
| | Centro metropolitano: centralidade superior, provedora de serviços especializados e com fortes ligações verticais com o espaço da globalização. | | Cidades industriais pós-fordistas em processo de crescimento e integração à cadeia produtiva constituída na cidade-região. |
| | Cidade industrial fordista em processo de reestruturação produtiva (e relativo declínio). | | Pequenos centros históricos: antigas centralidades de apoio ao meio rural (em intenso processo de transformação socioespacial: turismo, urbanização). |
| | Áreas residenciais de baixa renda em condições de precariedade e/ou irregularidade (no contexto metropolitano ligado à cidade industrial fordista e/ou ao centro metropolitano; e no contexto peri-metropolitano ligado à cidade industrial pós-fordista e/ou à <i>exopolis</i>). | | "Urbano agrícola": agroindústria e produção especializada voltada para mercados consumidores metropolitanos (produtos "s sofisticados"). |
| | Grandes equipamentos urbanos metropolitanos (ex.: portos, aeroportos, centros de convenções etc.). | | "Ilhas de ruralidade": pequenas chácaras e pequenos pecuaristas; agricultura familiar. |
| | <i>Exopolis</i> e loteamentos residenciais cercados (alta renda). | | Eixos viários estruturantes. |
| | Unidades de conservação: parques, reservas ecológicas etc. | | Eixos viários secundários. |
| | Pequenos centros metropolitanos (ex: sedes de municípios conurbados) | | |

FIGURA 1
A cidade-região: processos socioespaciais e elementos principais

Fonte: elaboração própria.

mais modernas e ligadas a um certo processo de *gentrificação*), ofertante de serviços especializados, de alto valor agregado, que são demandados por um espaço macro-regional que se estende por toda a área de influência da metrópole. A “cidade industrial fordista” é a área industrializada mais pioneira do espaço metropolitano, geralmente comportando grandes unidades produtivas verticalizadas, constituindo um pólo econômico como proposto por François Perroux (1967) – ou seja, um pólo industrial em torno do qual as cadeias produtivas de outros lugares têm uma relação de complementaridade, tanto à jusante quanto à montante (ao longo das cadeias produtivas diversas, que passam a se estender por diversas firmas especializadas na confecção e no desenvolvimento de determinadas partes, peças ou componentes de determinado produto ou serviço).

As áreas residenciais de baixa renda correspondem à espoliação urbana³⁶ das favelas e ocupações irregulares em condições de precariedade, *lócus* da reprodução de uma força de trabalho bastante abundante para os ditos circuitos superiores da economia urbana (um exército industrial de reserva), tendo mais atualmente – como discutido acima – se tornado enclaves territorializados fundamentais para as atividades do tráfico de entorpecentes e ao crime organizado generalizado nas metrópoles brasileiras. Obviamente não se trata somente disso, são espaços bastante heterogêneos e de complexidades que guardam potencialidades de transformação social e emancipação a partir de organizações autônomas³⁷ bastante expressivas, porém cujos desafios atuais (principalmente devido à presença do crime organizado) tendem a restringir tais potenciais. É necessário ressaltar como o processo de industrialização é largamente responsável pela atração da população imigrante e pelo crescimento deste contingente populacional vivendo em condições precárias, e no contexto atual (inclusive ligado à formação da cidade-região) torna-se um fator que contribui para a expulsão de determinados setores da própria indústria, ligado às chamadas deseconomias de aglomeração e ao que Souza (1996) chama de aspecto disfuncional da metrópole. Deve-se ressaltar que em muitos casos essas áreas espoliadas são proporcionalmente muito maiores em relação às áreas metropolitanas do que o tamanho representado no esquema acima (como nos casos apresentados por Davis, 2006).

³⁶ Termo utilizado por Kowarick para se referir à “extorsão total que resulta da ausência ou da precariedade dos meios de consumo coletivo que são socialmente necessários em termos de subsistência” (KOWARICK, 1979, p. 59). Processo que Costa (1997), ao analisar o tema da exclusão socioespacial de modo geral, chama atenção para o fato de que “desta espoliação, participava o Estado, que era parte integrante da estrutura que tinha como centro o modo e as relações capitalistas de produção” (COSTA, 1997, p. 1429).

³⁷ Não somente em torno de processos de organização cidadã e democrática de base potencialmente transformadores na esfera política, mas também no âmbito da Economia Popular Solidária, que corresponde a uma busca pela autonomia no âmbito da esfera produtiva.

Quanto aos grandes equipamentos metropolitanos, que dizem respeito à infra-estrutura fundamental para o desenvolvimento econômico da cidade-região (em torno das quais vêm ocorrendo processos de produção do espaço urbano relativos à *exopolis* discutidas acima: centros de serviços e de convenções anexos a grandes aeroportos), cabe aqui chamar atenção para o fato de que em cidades-região costeiras, eles incluem também (e principalmente) as zonas portuárias. Outro elemento importante são as unidades de conservação ambiental de modo geral (parques nacionais e estaduais, reservas naturais etc.). A forma referente à área metropolitana conurbada comporta todos os elementos e processos citados acima, e constitui uma unidade socioespacial mais visivelmente coerente.

Os entornos metropolitanos (ou a área peri-metropolitana), que somados à própria metrópole já constituída por processos socioespaciais anteriores, passam a formar a cidade-região, são justamente as áreas citadas acima onde se situam as centralidades que apresentam uma dinâmica recente de crescimento da indústria, pelo fato de se situarem próximas da metrópole o suficiente para que aproveitem de algumas de suas funcionalidades (inclusive o provimento de serviços especializados), escapando porém (por se situarem fora da metrópole propriamente dita) do aspecto disfuncional advindo da involução metropolitana e das deseconomias de aglomeração. Do ponto de vista cultural, são espaços que apresentam um espaço social relativamente semelhante àquele produzido na metrópole, compartilhando de seus códigos (tácitos), de seu imaginário, e principalmente, de seu *sinoikismo*.

Partindo agora para os componentes desta área peri-metropolitana³⁸, em processo de formação, que somados à metrópole formam a cidade-região, tem-se, em primeiro lugar e mais próximos ao tecido metropolitano conurbado, a *exopolis* somada dos condomínios residenciais cercados, fenômeno discutido acima. Em seguida, e com uma relação estreita com a *exopolis* (na sua versão da produção do espaço na periferia capitalista), tem-se os espaços precários de residência da força de trabalho ocupada nos serviços pessoais e de baixo valor agregado (como o caso do eixo sul de Belo Horizonte segundo Mendonça *et al*, 2006). Os pequenos centros históricos que antigamente serviam de ponto de apoio à ruralidade (pequenos centros comerciais e de alguns serviços, e espaços da religião, do poder e da festa)

³⁸ Dentre estes elementos da área peri-metropolitana poderiam ser incluídos vários outros, como áreas ocupadas por sítios e casas de campo, indústrias situadas ao longo dos eixos viários, prisões, e no caso da cidade-região de Belo Horizonte, as inúmeras mineradoras.

hoje passam por processos de transformação socioespacial ligados à extensão da urbanização, que serão tratados no terceiro capítulo³⁹.

No que diz respeito às áreas onde é realizada algum tipo de atividade agropecuária, propõe-se em primeiro lugar um “urbano agrícola”: as zonas ligadas à agroindústria (devido principalmente ao componente tecnológico, trata-se de um produto das economias urbanas) e a uma produção especializada de produtos demandados por mercados consumidores metropolitanos mais sofisticados. Por outro lado tem-se a permanência de “ilhas de ruralidade” (Monte-Mór, 1994; Lefebvre, 2006b), espaços onde a atividade rural em seu aspecto mais rústico e tradicional (anteriormente generalizada por uma enorme parte do espaço regional aqui descrito) resiste aos impulsos e às rodadas de modernização do campo que a circundam.

Quanto às centralidades de porte pequeno-médio, tratam-se de cidades do interior situadas nas proximidades da metrópole e que passam progressivamente a se integrar na malha metropolitana em expansão, mas que anteriormente tinham um grau maior de desligamento desta (e de isolamento de seus problemas). A partir de uma série de processos ligados à extensão do tecido urbano-industrial (extensão das condições gerais de produção e do meio técnico-científico-informacional), ocorre um crescimento da atividade industrial nestas localidades, de modo interligado à dinâmica recente da cidade industrial adjacente à centralidade principal na área metropolitana. Trata-se de uma das diversas conseqüências de um processo de reestruturação produtiva, responsável pelo desmonte de estruturas industriais fordistas verticalizadas e um processo subsequente de horizontalização do processo produtivo, onde pequenas unidades industriais de maior grau de especialização se separam das grandes plantas e se estabelecem muitas vezes em outros lugares relativamente próximos. A dinâmica do setor terciário (que vem apresentando um crescimento nestas centralidades peri-metropolitanas) também constitui um fator essencial desta dinâmica de urbanização, por sua relação intrínseca com o meio urbano e com o processo de produção deste espaço. Vale ressaltar que em cidades-região mais populosas e economicamente mais expressivas e densas, estes centros em processo de integração à malha metropolitana podem ser outras áreas metropolitanas com sua própria dinâmica interna, que passa a se integrar num tecido complexo de relações interurbanas numa malha metropolitana contínua (como São Paulo, Santos e Campinas).

³⁹ Nas proximidades de Belo Horizonte há uma série destes pequenos centros, como Moeda, Belo Vale, Lavras Novas e alguns casos na região da Serra do Cipó.

Torna-se necessário neste momento explicitar quais são os limites que separam a cidade-região do esquema acima de outras regiões circundantes. Como argumentado acima ao longo do capítulo, não se trata aqui da totalidade da *hinterland*, (ou da área de influência) da metrópole (o que tornaria todo o território nacional coberto por cidades-região). Entende-se a cidade-região como um espaço regional em processo de metropolização, que passa, no limite, a ter o tecido metropolitano presente por sua totalidade. Esta região é marcada, internamente, pela existência de uma rede de centralidades que se complexifica na medida em que as cadeias produtivas (industriais) também se tornam complexas (com relações em diversas camadas e planos), e menos suscetíveis a relações de hierarquia de forma simplista e linear.

Ademais, a idéia da produção social do espaço urbano deve ser levada em consideração, e muito além das relações de polarização e definição de *hinterlands* (apesar de importantes como ferramentas analíticas), a formação da cidade-região envolve a produção social de seu espaço. Adianta-se aqui que o processo de extensão da urbanização que constitui elemento central na produção do espaço da cidade-região carrega em seu bojo a produção de um espaço social que lhe é próprio. Tem-se aqui deste modo uma ferramenta de delimitação da espacialidade aqui discutida complementar ao ponto de vista econômico e que enriquece a discussão acerca da cidade-região enquanto processo não somente econômico, mas social, cultural e político (ponto de vista que permite também capturar a interação dialética entre tais esferas a partir de sua relação espacial). Limonad (2005), ao analisar a extensão da urbanização como uma generalização do sub-urbano, situa sua argumentação justamente neste ponto, do qual procura-se aqui enfatizar a importância para o entendimento dos processos de formação da cidade-região, que se situa entre os processos socioeconômicos (mais especificamente ligados à reestruturação produtiva e seu impacto na organização do espaço urbano e regional) e a esfera da cultura, afirmando que

As novas condições gerais de produção e as tendências de distribuição espacial da população e das atividades produtivas contribuem para que a urbanização hoje se estenda além do assim chamado ambiente “construído” - a cidade. Esta extensão da urbanização, prescinde, em parte da aglomeração, ao difundir-se como um modo de vida da população, definido a partir de sua condição de existência e sua inserção no processo produtivo, e não apenas em uma visão limitada de difusão de uma cultura urbana, conforme propunham os teóricos da escola de Chicago.

A nova escala da urbanização produz impactos sobre o território e o assim chamado espaço “natural” de forma distinta do período anterior. Antes o que tínhamos era a expansão de uma malha contínua a se espalhar e estender a partir do que conhecíamos enquanto cidade sobre o espaço “natural”, hoje esta disseminação dá-se de forma difusa e segmentada sem que haja necessariamente uma continuidade e contigüidade física entre os aglomerados e emerge em diversos pontos e manchas (LIMONAD, 2005, p. 5).

Outro aspecto importante dos processos gerais por trás da formação da cidade-região é aquilo que Harvey (1992) chama de compressão espaço-temporal, ou seja, uma diminuição das distâncias efetivas (e do tempo necessário para se vencer o atrito espacial) através das tecnologias de telecomunicações e transportes, mas também das estruturas organizacionais e administrativas (no caso da reestruturação produtiva, que torna obsoletas técnicas e profissões antigas em curtos períodos de tempo). A maior fluidez espacial resultante permite que espacialidades anteriormente distantes se tornem efetivamente mais próximas, trazendo para as redondezas dos processos metropolitanos as localidades que permaneciam de fora de seu alcance imediato. Vale acrescentar, de acordo com Massey (1994), que este é um processo que altera o espaço de forma desigual, aproximando determinadas espacialidades umas das outras (aquelas mais intensamente *conectadas* através da infra-estrutura de transportes e telecomunicações, cujos usuários têm maior acesso a este espaço fluido) ao mesmo tempo em que isola outros lugares, que permanecem de fora desta rede constituída ao longo do território (que muitas vezes eram anteriormente mais ligados aos fluxos nas estruturas anteriores, como ilhas situadas ao longo das rotas de navegação, que hoje se tornam mais isoladas e remotas que no período das viagens marítimas). Deste modo, a cidade-região se torna necessariamente um espaço descontínuo (característica que no espaço (semi-)periférico tende a se manifestar de forma mais expressiva), refletindo esta assimetria da compressão espaço-temporal. Deste modo, poderíamos inserir um elemento dinâmico na Figura 1 acima, onde num segundo momento, no qual as distâncias efetivas seriam representadas, determinadas localidades se aproximariam do núcleo metropolitano, enquanto outras permaneceriam onde estão ou se tornariam ainda mais distantes. Criam-se assim enclaves de maior conexão ao espaço fluido, que convivem lado a lado com outros, de maior isolamento (e exclusão).

Como advertência final, no que diz respeito ao risco de simplificação colocado acima, cabe esclarecer que os rótulos indicados na legenda da Figura 1 são processos complexos e de difícil denominação. Por exemplo, a “cidade industrial fordista em processo de desindustrialização relativa” é um rótulo bastante simplista, pois sabe-se que a chamada indústria flexível (ou pós-fordista) também se localiza ali – o que ocorre também no âmbito das ditas “cidades industriais pós-fordistas”: a presença da indústria fordista é marcante (como o caso da siderurgia em Sete Lagoas ou Divinópolis). Ou seja, trata-se de chamar atenção aqui para a necessidade de se levar em conta tais complicações – de modo que o esquema permaneça uma ferramenta válida de análise, porém sem empobrecer esta.

Conclui-se o presente capítulo com esta síntese do que foi discutido e da contextualização (em relação ao argumento geral, do processo de formação e configuração da cidade-região) do conteúdo dos capítulos posteriores contido na figura apresentada acima. A análise adiante aprofundará em alguns dos aspectos introduzidos neste capítulo, em primeiro lugar transformações econômico-espaciais, posteriormente mudando o enfoque para o ponto de vista da produção social do espaço urbano.

CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO HISTÓRICO: OS CICLOS DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA RECENTE

Os dois capítulos adiante têm como objetivo discutir os processos econômico-espaciais relacionados à formação da cidade-região. Argumenta-se que a cidade-região seria uma nova escala privilegiada para a acumulação capitalista em seu estágio atual, um novo “arranjo espacial” (HARVEY, 1990), coerente com o regime de acumulação em voga e sua dinâmica. Como colocado na Introdução, a idéia de “dialética sócio-espacial” (SOJA, 1993) que orienta a abordagem deste estudo propõe que as dinâmicas espaciais (e escalares) contêm em si as relações e as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais, ocorrendo uma interação retro-alimentadora entre estas esferas e a organização e a produção do espaço. Torna-se deste modo fundamental compreender as dinâmicas recentes que influenciam a produção do espaço, nestes capítulos restringidas aos aspectos ligados à economia política dos processos de urbanização e de produção do espaço urbano (aspectos que em várias passagens que seguem são aparentemente muito indireta e fragilmente influentes nas dinâmicas espaciais – mas ressalta-se que a própria produção do espaço permanece fundamental em cada um destes processos, sejam eles de reestruturação industrial, de regulação da relação salarial (por trás da relação capital – trabalho) ou de redefinição do aparato institucional e do Estado de modo geral).

Sob a ótica da configuração da rede urbana ao longo dos períodos históricos, Roberto Lobato Corrêa afirma que

alguns segmentos da rede urbana incorporam vários momentos da história, enquanto outros podem ser muito recentes, incorporando apenas o presente. Em outras palavras, os processos sociais que definem e redefinem uma rede urbana não atuam por igual em toda sua extensão. A periodização verifica-se de modo espacialmente desigual (CORRÊA, 1994, p. 79).

Deste modo, torna-se pertinente, do ponto de vista daquele autor, uma periodização histórica da rede urbana que auxilie na compreensão de sua configuração ao longo do tempo. Buscar-se-á portanto um entendimento do ciclo de acumulação que marca o período histórico do capitalismo contemporâneo, para então fazer a passagem à análise da produção de seu espaço, que tem na cidade-região uma das diversas manifestações de alterações nas configurações socioespaciais que são fundamentais para sua própria realização e manutenção. A intensificação do investimento na região que Jane Jacobs (1984) chama de “hinterlândia

imediate” das cidades é vista aqui como uma das várias transformações socioespaciais contemporâneas ligadas ao processo de reestruturação produtiva.

Os capítulos dois e três abordarão o processo de formação da cidade-região a partir de olhares e ângulos diversos, procurando cercar esta questão principal por vários lados possíveis. O resultado corre o risco de se marcar por uma certa fragmentação na análise, mas ressalta-se de antemão que o fio condutor da produção (social) do espaço (urbano) se faz presente nos momentos diversos que seguem. Parte-se do pressuposto de que é fundamental compreender as transformações na esfera da acumulação e nos processos produtivos para que a produção (hegemônica) do espaço contemporânea seja analisada. Cabe advertir, a partir da concepção lefebvriana acerca da produção do espaço urbano, que esta constitui peça fundamental nestes processos mais diretamente inseridos na esfera da acumulação e da organização da produção, ocorrendo uma interação de mão-dupla entre processos econômicos e processos urbanos, que se influenciam dialética e mutuamente. Ou seja, a reprodução das relações sociais de produção através da produção do espaço permanece no centro de nossas preocupações ao longo deste estudo.

Este capítulo está estruturado em duas seções: em primeiro lugar, será introduzida a discussão a respeito dos longos ciclos históricos de acumulação, que guardam uma relação estreita com a organização e a produção de seu espaço (cuja dinâmica lhes é fundamental), e em seguida percorreremos diversas abordagens em torno das transformações ligadas à passagem do último ciclo longo ao ciclo presente (a chamada reestruturação produtiva brevemente discutida anteriormente), um dos fenômenos de transformação socioespacial por trás do fortalecimento da cidade-região enquanto ente geográfico novo.

2.1: Os longos ciclos de acumulação capitalista

Sabemos, do ponto de vista mais estritamente econômico (isto é, considerando o nível de atividade econômica em dado momento e a tendência à expansão através do investimento e ao crescimento econômico no longo prazo), que o nível de produção passa por períodos de expansão e recessão por diversos motivos, e que este padrão cíclico da dinâmica capitalista é intrínseco a este sistema produtivo. A teoria econômica que discute a questão dos ciclos de atividade econômica distingue vários tipos de ciclos, desde os ciclos de negócios mais curtos, relacionados às dinâmicas macroeconômicas de curto prazo e que envolvem decisões de

investimento baseadas em expectativas em relação ao câmbio, aos juros ou à inflação, até os chamados ciclos longos, que perduram por décadas.

Nosso interesse nesta seção é discutir justamente estes ciclos históricos, que correspondem a longos períodos nos quais há uma certa lógica e uma certa coerência no processo de acumulação que dá unidade a determinado período, que entra eventualmente em crise justamente pelo esgotamento desta lógica interna, que passa a não ser mais eficiente para a acumulação capitalista, gerando períodos de crise mais profundas que os períodos recessivos relacionados às dinâmicas de curto prazo que vivenciamos periodicamente. Trata-se de períodos de inflexão na história econômica, onde paradigmas antigos são desmantelados e substituídos gradativamente (não sem conflitos e profundas contradições) por outros modos e modelos de organização da produção, de relação capital-trabalho, de atuação do Estado, de distribuição dos ganhos de produtividade e dos lucros, de definição de salários, de padrões tecnológicos (e de desenvolvimento desta), dentre inúmeros outros fatores.

Parte-se do pressuposto (a ser aprofundado e desenvolvido a seguir) que a organização e a produção do espaço têm uma relação estreita com esta dinâmica cíclica de longo prazo da acumulação capitalista. Ou seja, a produção do espaço urbano, as alterações no ambiente construído, o planejamento deste espaço, a dinâmica interregional e as políticas que lhe concernem, dentre outros inúmeros elementos mais estritamente espaciais, são dinâmicas que devem ser não somente acrescentadas aos aspectos re-estruturantes citados acima, mas sobretudo entendidas como inerentes e mescladas a eles. É importante chamar atenção para o perigo de se entender a abordagem aqui adotada como economicista ou estruturalista no sentido de redução de todo um contexto mais amplo e complexo ao determinismo econômico, devido ao fato de que privilegia-se o ponto de vista das transformações econômicas para que então seja realizada a passagem à produção do espaço – idéia lefebvriana que, como colocado na Introdução, não permite tais reducionismos e se concentra principalmente na questão da reprodução das relações sociais de produção como um fato social de facetas diversas, comportando elementos culturais tão importantes quanto os econômicos aqui privilegiados. Deste modo, poder-se-ia propor uma análise destes mesmos longos períodos cíclicos da história do capitalismo para então centrar sobre a re-estruturação mais recente e seus efeitos sobre a organização e a produção do espaço a partir de um ponto de vista que privilegiasse a esfera da cultura, ou da política, por exemplo. A esfera da economia é colocada no centro de nossa análise, mas de forma que seja respeitada a interdependência desta (que é extremamente complexa e de forma alguma determinista, mas que constitui uma interação dialética e de

mão-dupla) com as outras esferas, seja no plano da cultura, da política ou das instituições (temas que não deixarão de freqüentar os escritos que seguem, porém sem que tomem o enfoque principal da análise). Como colocado por Braudel,

Há uns cinquenta anos as ciências humanas descobriram uma verdade, ou seja, que toda a vida dos homens flutua, oscila, ao sabor de movimentos *periódicos*, infinitamente repetidos. Estes movimentos, em concordância ou em conflito, evocam as imagens de cordas ou lâminas vibratórias pelas quais se inicia nossa aprendizagem escolar. G.H Bousquet dizia, já em 1923: ‘Os diversos aspectos do movimento social [têm] uma forma ondulada, rítmica, não invariável ou com variações regulares, mas com períodos em que [sua] intensidade diminui ou aumenta’. Por ‘movimento social’ devemos entender todos os movimentos que animam uma sociedade, constituindo o conjunto destes movimentos *a*, ou melhor, *as* conjunturas. Pois, há múltiplas conjunturas, que afetam a economia, a política, a demografia, mas também as tomadas de consciência, as mentalidades coletivas, uma criminalidade com seus altos e baixos, as sucessivas escolas artísticas, as correntes literárias, até as modas (...). Só a conjuntura econômica foi estudada a sério, quando não levada às suas últimas conclusões. A história conjuntural é portanto muito complexa e incompleta. E perceberemos isso no momento de tirar conclusões (BRAUDEL, 1996, p. 59).

O economista austríaco Joseph Schumpeter foi um dos primeiros e principais teóricos dos ciclos econômicos, tanto de curto prazo quanto os ciclos históricos, privilegiando (de um ponto de vista liberal) a atuação do empresário inovador enquanto agente fundamental daquilo que chamava de “destruição criadora” – ou seja, momentos de reestruturação do regime de acumulação onde ocorre uma crise bastante severa e árdua para a população que esconde em seu bojo um movimento de renovação (através principalmente do desenvolvimento tecnológico) que seria muito promissor e positivo para o período vindouro. Schumpeter trata dos períodos de crise portanto como necessários e benéficos à sociedade e ao progresso no longo prazo⁴⁰.

Outro teórico dos ciclos de longo prazo, anterior a Schumpeter e com quem este procura debater, foi o economista russo Nicolai Kondratiev, cuja proposta de entendimento dos grandes ciclos (cuja duração ele define como cerca de cinquenta anos) deu origem aos chamados Ciclos de Kondratiev, compostos por um período de prosperidade e ascensão, seguido por uma recessão que posteriormente se transforma numa depressão estrutural, até que se atinja um ponto de inflexão a partir do qual começa a melhoria correspondente ao início do ciclo seguinte. Alguns manuais de economia atuais propõem que desde a 1ª Revolução Industrial, o primeiro Ciclo de Kondratiev teria sido dominado pela indústria

⁴⁰ Ver SCHUMPETER, Joseph A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

têxtil, com a tecnologia do motor movido a vapor; o segundo, ainda no século XIX, correspondente ao aço e às ferrovias; o terceiro, da virada do século até a crise de 29, teria sido o ciclo do desenvolvimento da química e da engenharia elétrica; seguido pelo ciclo (fordista) dos automóveis e dos petroquímicos; que teria dado lugar ao ciclo (atual) da tecnologia da informação.

Este ponto de vista dos ciclos longos, numa perspectiva geográfica-histórica crítica é adotada pelos historiadores da Escola dos Anais (principalmente Fernand Braudel) para entender o declínio e a expansão de cidades-Estado européias do advento da era moderna (capitalismo mercantil, pré-Revolução Industrial) que sucedem em sua predominância umas às outras paralelamente aos ciclos (comerciais e financeiros) que cada uma dessas cidades lidera e leva a cabo. Braudel (1996) teoriza a economia do século XV ao XVIII em termos do que chama de economia-mundo⁴¹, (tradução segundo o autor pouco adequada da palavra alemã *Weltwirtschaft*) que “envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica” (BRAUDEL, 1996, p. 12). Segundo Giovanni Arrighi, a visão braudelianiana, nada convencional, trata basicamente “da existência de uma relação ligando a criação e a reprodução ampliada do capitalismo histórico, como sistema mundial, aos processos de formação de Estados, de um lado, e de formação de mercados, de outro” (ARRIGHI, 1996, p. 10). A economia-mundo para Braudel não é somente o contexto que analisa, na Europa renascentista, mas pode servir também para o modo de produção asiático ou qualquer sistema econômico autóctone que tenha uma territorialidade razoavelmente extensa e que comporte um sistema hierárquico de relações de troca (a característica marcante do sistema europeu é que ele tendia mais fortemente à expansão de seus limites do que os outros conjuntos, que seriam progressivamente incorporados e adicionados ao primeiro).

Para entender a dinâmica desta economia-mundo (na raiz do que se tornaria o mercado global de hoje), Braudel adota a prática da Escola dos Anais de teorizar os estudos históricos com ferramentas da economia política, da sociologia ou das ciências sociais em geral, identificando algumas “regras tendenciais” que estão por trás do funcionamento desta economia. Dentre estas regras da dinâmica espaço-temporal da economia-mundo, destacam-se para os nossos propósitos as seguintes:

⁴¹ Termo utilizado também por Wallerstein (1974) – com quem Braudel procura debater no texto aqui revisto.

- os limites da economia-mundo tendem a se expandir, a transpor certas barreiras naturais (desertos, cordilheiras, oceanos etc.) e a atingir novos mercados ou fontes de recursos naturais abundantes;
- no centro, há sempre uma “cidade capitalista dominante”, *locus* do comando e do controle, necessariamente cosmopolita e “no centro da logística de seus negócios: as informações, as mercadorias, os capitais, os créditos, os homens, as encomendas, as cartas comerciais chegam a ela e dela voltam a sair” (BRAUDEL, 1996, p. 20);
- estes “primados urbanos” sucedem uns aos outros: Antuérpia sucede Gênova que havia sucedido Veneza, Amsterdam substitui Antuérpia, Londres sucede Amsterdam e é sucedida (já no século XX) por Nova York; e as zonas de influência das cidades obedecem a uma hierarquia urbana de lugares centrais, com alcances proporcionais a seu grau de centralidade e densidade econômica;
- e por último, criam-se periferias neste sistema, cujas relações desiguais de trocas desobedecem às leis ricardianas de comércio equilibrado a partir das vantagens comparativas.⁴²

Em seguida, Braudel percorre o tema que nos interessa mais diretamente, qual seja, em suas palavras, “a economia-mundo em face das divisões do tempo”. O autor discorre acerca dos diversos tipos de ciclos que os teóricos da economia propõem, Kitchin, Juglar, Kuznets, Kondratiev e o *trend* secular – cada um com sua duração, e se concentra nestes dois últimos. Braudel parece não se preocupar em teorizar exaustivamente as razões e a lógica por trás dos ciclos, aceitando o fato de que as crises que marcam a desestruturação e a passagem de um ciclo a outro (e na sua análise a passagem de um primado urbano na história da economia-mundo do século XV ao XVIII) “apresenta-se como resultado de uma acumulação de acidentes, de avarias, de distorções” (BRAUDEL, 1996, p. 72). O historiador afirma que os ciclos de Kondratiev, com os quais concorda e procura aplicar nos seus estudos históricos, teriam começado muito anteriormente ao final do século XVIII, podendo ser identificados desde o início da economia mercantil na Europa dos séculos XIII e XIV. Para Braudel, que privilegia os longos períodos e os ciclos de longa duração correspondentes, as crises se

⁴² A estas características da economia-mundo, poderíamos acrescentar também a tendência ao imperialismo por parte dos centros dominantes, porém numa forma distinta dos impérios anteriores à era moderna, baseados estritamente na dominação política de atuação diretamente coercitiva (recurso ao qual os impérios modernos recorrem somente em momentos específicos, quando lhe é necessário para sua expansão e manutenção, com a ocorrência de conflitos diretos de larga escala caso determinados interesses antagônicos de potências imperialistas entrem em choque).

explicam muito freqüentemente por causas exógenas, e elas se caracterizam por conseqüências econômicas comuns, como por exemplo o declínio dos salários reais e a estagnação do aumento da produtividade.

Não cabe aqui aprofundar em cada uma das transições dos ciclos longos associados aos primados urbanos do capitalismo nascente que Braudel descreve de forma minuciosa. O importante para nossos propósitos nas teorias dos longos ciclos de acumulação capitalista é a relação entre este fenômeno sócio-histórico e a organização do espaço urbano, não necessitando aprofundar no ponto de vista mais amplo relacionado à formação dos Estados nacionais e dos mercados em escala mundial (que corresponderia talvez à produção do espaço também em perspectiva de uma geopolítica de escala ampliada). O que nos interessa na abordagem braudeliiana, além da prova da validade das teorias dos longos ciclos, é justamente a ligação destes períodos históricos com a organização do espaço, e suas “regras tendenciais” brevemente exploradas acima. Um bom aprofundamento na dinâmica interna dos ciclos nos torna necessário para realizar a passagem à questão da formação dos tecidos metropolitanos e mais especificamente como esta se dá no contexto da semi-periferia capitalista.

Um ponto de vista marxista do ciclo de acumulação é trabalhado por Harvey (HARVEY, 1990, p. 303-308), numa perspectiva onde a tendência geral à queda na taxa de lucro e ao excesso de acumulação é vista como o motivo por trás das diversas fases do ciclo: o estancamento (diretamente ligado à super-produção, cujos efeitos seriam sentidos na queda abrupta dos preços); a recuperação (a partir de oportunidades schumpeterianas surgidas no período recessivo anterior, aproveitadas por poucos empresários que obtêm lucros diferenciais neste período); a expansão baseada no crédito (que inicia um processo de atualização dos investimentos, uma espécie de *catching-up* com o empresário inovador do período anterior); a febre especulativa (o momento de crédito excessivo, e aumento nos salários e nos preços); e a bancarrota (colocada como uma crise financeira). Esta excessiva identificação da causa das crises na tendência à sobre-acumulação é uma característica da teoria marxista que relativiza seu alcance para explicar as crises contemporâneas, sendo bastante adequada para o período pré-1929 (e pertinente na explicação daquela crise específica), devido às características competitivas da estrutura de mercado daquele capitalismo industrial pouco regulado que não se aplicam ao período fordista e no contexto atual somente parcialmente (assunto que será retomado posteriormente). Adianta-se que a própria atuação do Estado se tornaria um dentre inúmeros outros meios através dos quais o capital resolveria (logo em suas origens) as crises

de sobreacumulação (embora a tendência a sua ocorrência permaneça intrínseca ao funcionamento dos mercados).

Como relatado brevemente na Introdução, o arcabouço teórico (bastante influenciado pelas teorias de Braudel relatadas acima) acerca do tema dos longos ciclos, da reestruturação produtiva e mais especificamente, da passagem do fordismo para o regime de acumulação flexível que será adotado (pela sólida perspectiva crítica e dialética, e também pela presença de um ponto de vista espacial em alguns autores bastante coerentes com nossa tentativa de evidenciar a importância da produção do espaço para tais processos de reestruturação capitalista) é justamente a escola francesa da regulação. Dentre outros fatores que a tornam enriquecedora do argumento deste estudo, ressalta-se que esta abordagem utiliza de forma crítica a teorização marxista das crises capitalistas em seus diversos níveis de profundidade – como elemento imprescindível para o bom entendimento tanto dos momentos anteriores quanto posteriores a cada ponto de inflexão. Feita essa introdução sobre os longos ciclos, nos interessa também aprofundar na reestruturação produtiva mais recente, descartando os períodos históricos anteriores menos relacionados à dinâmica da metropolização e da atual formação da cidade-região. Porém, antes de entrar mais diretamente nesta abordagem dos regulacionistas, percorreremos brevemente outras linhas de pesquisa que procuraram compreender a transição do fordismo para o regime de acumulação flexível.

2.2: A reestruturação produtiva recente e suas diversas interpretações; a escola francesa da regulação

Partimos do pressuposto (a partir de Soja, 2000), que o processo de metropolização foi iniciado pela dinâmica do capitalismo fordista, tendo sofrido alterações (dentre elas o embrião da cidade-região) nos momentos do desmantelamento daquele *modo de desenvolvimento* e da construção do que viria a seguir. Daí a importância de se verticalizar a análise neste momento nessa reestruturação socioeconômico-espacial recente.

Harvey (1992) faz um panorama da transição do período fordista-keynesiano para o capitalismo atual, abordando seus diversos aspectos, que serão aprofundados adiante. Mantemos em foco a seguinte postura (teórica e política) de David Harvey perante a transição:

Se houve alguma transformação na economia política do capitalismo do final do século XX, cabe-nos estabelecer quão profunda e fundamental pode ter sido a mudança. São abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado etc. No Ocidente, ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como o princípio organizador básico da vida econômica. Portanto, precisamos de alguma maneira representar todos os grandes eventos ocorridos desde a primeira grande recessão do pós-guerra, em 1973, maneira que não perca de vista o fato de as regras básicas do modo capitalista de produção continuarem a operar como forças plasmadoras invariantes do desenvolvimento histórico-geográfico (HARVEY, 1992, p. 117).

Ou seja, mantém-se na análise das transformações ligadas à mudança no regime de acumulação e no modo de regulação respectivo o pano de fundo proposto por Harvey, qual seja, da alteração não tão profunda e significativa no que se refere aos pressupostos básicos da reprodução do capital e à permanência das questões de classe na produção do espaço da contemporaneidade (reconhecendo-se o surgimento e o fortalecimento de arenas diversas de emancipação e de conflitos políticos igualmente legítimos e importantes menos diretamente ligados às questões de classe, envolvendo etnia, gênero, lugar etc.). Harvey propõe também que o ponto chave que viria a ser atacado durante o desmantelamento do fordismo poderia ser resumido numa palavra: *rigidez* (HARVEY, 1992, p. 135). Cabe agora aprofundar neste desmonte das estruturas (produtivas, contratuais, tecnológicas) rígidas e suas implicações na organização do espaço urbano.

Storper (1994) afirma que a principal característica da produção fordista era a combinação de integração vertical com produção em massa e estáveis estruturas oligopolísticas de mercado. Segundo o autor, há pouco consenso acerca das novas formas, ditas pós-fordistas, de organização da produção, porém, a respeito do fato de que as formas de produção e de relações contratuais que marcaram o fordismo se enfraqueceram, pouco se discute. No contexto pós-fordista, segundo Storper, as pequenas empresas ocupam uma posição central em determinados setores, “participando de uma rede sofisticada de relações inter-firmas onde elas dividem o conhecimento e portanto desenvolvem juntas novos produtos e métodos produtivos”, acrescentando que “essas práticas e instituições tendem a ser altamente regionais em sua natureza pois as indústrias especializadas e flexíveis são aglomeradas no espaço devido à existência de densas relações de transações entre as firmas” (STORPER, 1994, p. 196). O caso estudado por aquele autor para caracterizar a passagem da produção em massa e larga escala para o regime flexibilizado é a indústria cinematográfica

californiana, setor que segundo Storper constitui um “caso de livro-texto” da reestruturação produtiva.

Amin (1994) apresenta a emergência do pós-fordismo a partir de uma discussão que inclui diversas facetas e pontos de vista acerca da transição ocorrida desde o declínio do regime de acumulação fordista até o fortalecimento do regime de acumulação flexível – ou pós-fordista. O autor chama atenção para as diversas interpretações do fenômeno, identificando três “modelos de transição”: a escola dos regulacionistas franceses, a abordagem neo-schumpeteriana (mais voltada para o aspecto tecnológico e dos processos inovadores por trás da passagem de um longo ciclo de acumulação para outro), e a abordagem da especialização flexível – cujos principais expoentes teriam sido Charles Sabel e Michael Piore (1984).

Estes autores da abordagem da especialização flexível propõem que os dois grandes paradigmas de produção – a especialização flexível e a produção em massa – sempre coexistiram deste o século XIX, com períodos em que um se posicionava de forma dominante em detrimento do outro, de forma alternada. Os autores afirmam que teriam ocorrido duas grandes divisões industriais – dois pontos críticos na história econômica da organização da produção: a predominância da produção em massa (a partir do taylorismo e do desenvolvimento tecnológico) que inibiu o crescimento de métodos de produção de pequena escala em várias regiões da Europa; e o período pós-crise do início dos anos 70. Este se relaciona, segundo os autores, a duas dinâmicas: mudanças no mercado (ameaça ao consumo de massa; o aumento da incerteza em relação à demanda a partir do novo marco regulatório iniciado pelo desmonte do aparato macroeconômico de Bretton Woods etc.) que ameaçam a produção em massa e beneficiam a especialização flexível; e em segundo lugar, mudanças nas tecnologias de produção e nas práticas de trabalho, que também favoreceriam a especialização flexível em detrimento da produção em massa. O segundo aspecto “favoreceria a produção em unidades produtivas de menor escala sem a perda das economias de escala necessárias à eficiência industrial, deste modo reduzindo a desvantagem histórica de firmas e unidades de organização menores” (AMIN, 1994, p. 15). E

a especialização flexível é proposta como o modelo industrial mais capaz de produzir bens de alta qualidade para mercados especializados e voláteis, com o menor esforço, tempo e custo. O princípio que está por trás deste modelo é uma dependência de habilidades técnicas, flexibilidade e contatos em rede entre unidades especializadas em certas tarefas de modo a produzir quantidades e combinações de bens cambiáveis sem que ocorram perdas de produtividade (resultando da não utilização de seções da força de trabalho ou do aparato produtivo em dado momento) (AMIN, 1994, p. 20-21).

As críticas a esta abordagem se concentram, segundo Amin, no aspecto dualista rígido que ela propõe, não permitindo compreender casos mais complexos como a economia japonesa, que apresenta todas estas características da especialização flexível e da produção em lotes com quantidades e características de acordo com a demanda dentro da mesma estrutura da produção em massa (inclusive no que diz respeito ao arcabouço institucional, que é mantido principalmente devido às ligações que permanecem fortes, entre o Estado, o setor financeiro e as empresas – que constitui um aparato de planejamento inconcebível no contexto das economias ocidentais contemporâneas).

Segundo Amin, todas as três abordagens tratam também da questão institucional e do aparato regulatório para lidar com a transição, de formas distintas mas com uma crítica em comum ao neoliberalismo e às posturas que passam a promover o *laissez-faire* como princípio de política econômica e de desenvolvimento regional. Porém, aquele autor identifica algumas abordagens bastante otimistas em relação às novas formas de organização da produção, a partir do desmonte de certas estruturas tayloristas que tendiam ao isolamento dos trabalhadores dos processos de inovação e de técnicas de trabalho mais avançadas (onde a baixa qualificação era reproduzida deliberadamente). Além disso, ocorreria uma descentralização das autoridades e da tomada de decisão internas às firmas, reduzindo a alienação no trabalho, e uma mudança na relação trabalhador – máquina, onde essas últimas voltariam a ser tratadas como instrumentos de trabalho (supostamente em contraste com as práticas tayloristas nas quais o trabalhador teria se tornado um mero apêndice das máquinas).⁴³ Além disso, como aspecto positivo da transição,

a escola da especialização promete restaurar a dignidade e as habilidades no trabalho, assim como estabelecer novas relações democráticas industriais baseadas na cooperação, no respeito mútuo, no diálogo e na confiança entre empregados e empregadores. Ela poderia deste modo prefigurar uma menos controversa ‘democracia yeoman (artesã)’ que substitui o modelo fordista de democracia baseado na representação em massa (como a negociação corporativista entre sindicatos, patronatos e o Estado) como um modelo geral para a interação social e o comportamento político (AMIN, 1994, p. 21).

A principal crítica a este argumento reside no fato de que este modelo de organização industrial (inclusivo) só é encontrado de fato nas indústrias de alta tecnologia de mercados altamente especializados que constituem os setores de ponta, e como argumenta Massey (1984), “pouquíssimos lugares podem de fato se tornar o Vale do Silício”. Outra crítica (presente em Tomaney (1994) em texto que relativiza fortemente o alcance das

⁴³ Os exemplos mais visíveis destas práticas estariam nas indústrias da chamada “terceira Itália”, do Vale do Silício, e dos países escandinavos.

transformações no âmbito do trabalho) cujo ponto de vista compartilhamos neste estudo, é que o otimismo da abordagem da especialização flexível negligencia o embate político capital-trabalho, cujo pêndulo foi desde o declínio do fordismo largamente puxado para o benefício dos empregadores, atualmente capazes de aproveitar de vastas quantidades de mão-de-obra desempregada de baixo custo e, no caso dos países do sudeste asiático, sem encargos trabalhistas que aumentem o custo do trabalho como nos países desenvolvidos⁴⁴. Tomaney segue propondo que as economias de escala permanecem de fundamental importância para inúmeros setores, e que aquilo que Piore e Sabel propõem como uma mudança de paradigma de amplo alcance só se verifica em alguns setores (e lugares) muito específicos, onde as pequenas firmas prevalecem. Aquele autor ainda afirma que os métodos tayloristas, ao contrário de terem sido substituídos, são hoje generalizados para muito além das linhas de montagem industriais para as quais foram pensados. A idéia (presente em Piore e Sabel, 1984, p. 261) de que o computador seria o tipo de ferramenta de trabalho do artesão como entendida por Marx (“um instrumento que responde a e estende a capacidade produtiva do usuário”) deixa de levar em consideração as práticas do setor terciário atual, como nas atividades de telemarketing, por exemplo, onde os operadores são completamente sujeitos ao *modus operandi* das máquinas e dos computadores que operam.

A escola francesa da regulação

A partir desta contextualização colocada por Amin e das críticas às diversas abordagens acerca da reestruturação produtiva, convém aprofundar um pouco na análise à escola dos regulacionistas franceses (descartando deste modo o ponto de vista da especialização flexível – que será brevemente retomado adiante com outros propósitos – e a contribuição dos neo-schumpeterianos), mais adequada para o objetivo de trazer a análise para o contexto da semi-periferia e da produção de seu espaço.

Abordaremos a escola da regulação e suas contribuições a partir de um texto escrito por um de seus próprios protagonistas, Robert Boyer (1986), que propõe uma análise crítica do percurso daquela escola de pensamento, uma década após a publicação de seus primeiros trabalhos. Um primeiro ponto fundamental é que a escola da regulação se concentra na explicação e no entendimento das crises estruturais do capitalismo que estão por trás dos

⁴⁴ Aspecto que segundo Harvey (2004), teria sido responsável por um aumento na lucratividade das empresas em geral que teria sido impossível durante o período fordista.

processos de reestruturação produtiva que dão origem a um novo longo ciclo de acumulação. Os regulacionistas criticam as abordagens dos economistas neoclássicos, que subestimam a importância dos estudos históricos, e tendem a encarar as crises como decorrentes de elementos *exógenos* (as crises como “distúrbios externos”), como a crise do petróleo de 1973, pouco importando as transformações ligadas, por exemplo, ao âmbito das relações sociais de produção e suas formas antes e depois dos períodos de crise estrutural. Deste modo, são economistas heterodoxos, de tendência marxista, e que privilegiam – a partir da escola dos Anais, como citado na Introdução – o profundo entendimento da história econômica (não somente através da interpretação de dados em séries históricas, procurando identificar causas exógenas das crises conjunturais (como secas, pestes, desastres naturais, guerras, etc.), como o fazem os economistas neoclássicos) como estritamente necessário na formulação de suas elaborações teóricas. O objeto de estudo principal dos regulacionistas foi a crise do fordismo, principalmente nos países de centro (mais especificamente os EUA e a França), como um ponto de partida para o entendimento da economia que viria a se estruturar a partir daquela crise.

Uma primeira crítica que os regulacionistas colocam ao marxismo (BOYER, 1986, p.22) diz respeito às leis tendenciais do capitalismo (queda tendencial à taxa de lucro, tendência à sobre-acumulação etc.), que estariam por trás de uma premissa de que o capitalismo se esgotaria sozinho, a partir de seu próprio progresso, ignorando as diversas dinâmicas (inclusive políticas, através da atuação do Estado) que contornariam problemas fundamentais do funcionamento da economia capitalista, e que o próprio marxismo deveria procurar atualizar.

A abordagem macroeconômica regulacionista se caracteriza por um abandono da perspectiva keynesiana em favor dos trabalhos de Michal Kalecki, economista polonês contemporâneo de Keynes que propõe uma abordagem semelhante, porém mais próxima do aparato conceitual (e do ponto de vista dos circuitos econômicos) marxista. Segundo Boyer, a abordagem keynesiana (de insuficiência de demanda agregada nos momentos de crise, que justificariam uma política econômica de gasto deficitário com o objetivo de reaquecer a economia) teria sido muito apropriada para diagnosticar (e prognosticar) a crise de 1929⁴⁵, mas não no caso da crise do fordismo dos anos 70. A teoria da “macro-dinâmica” de Kalecki contém uma separação entre capitalistas que auferem lucros e trabalhadores assalariados,

⁴⁵ Boyer (1986) diz concordar com as análises que atribuem à “inadequação da relação salarial face à produção sem precedentes do taylorismo um dos fatores chave da crise de 1929” (BOYER, 1986, p. 65).

incorporando a problemática marxista e o embate capital-trabalho (com uma preocupação distributiva) ausente da abordagem keynesiana. Este ponto de vista permitiria compreender que não se tratava naquele momento (na década de 70) de uma insuficiência de demanda e de um desemprego resultante como na crise de 29, mas do “fato de que na acumulação intensiva centrada no consumo de massa, o sistema tende a sucumbir devido à queda da rentabilidade, e não mais à insuficiência da demanda global” (BOYER, 1986, p. 25). E foi justamente esta a justificativa política (conservadora) por trás do rompimento do pacto fordista e do surgimento de uma atuação do Estado pautada pelo neoliberalismo que viria a possibilitar o atual ambiente de altíssima rentabilidade do investimento privado (em comparação com o regime anterior). Ou seja, a estagnação do aumento de produtividade que estava por trás do repasse desses ganhos aos salários dos trabalhadores (que eram também consumidores da produção em massa) causou uma pressão diminuidora do lucro capitalista que impossibilitava a manutenção daquele regime de acumulação, criando progressivamente um contexto político que viria a romper o contrato social fordista e a criar as bases do que se tornaria o neoliberalismo.

A noção de regime de acumulação, brevemente colocada na Introdução, é uma das ferramentas conceituais mais utilizadas pelos regulacionistas. Boyer afirma que as crises são inerentes ao capitalismo, mas que uma série de “regularidades econômicas e sociais” fazem com que as crises estruturais mais aprofundadas se manifestem muito menos frequentemente do que seria natural ao sistema (sendo que as crises conjunturais são contidas com relativa facilidade). Estas regularidades seriam:

- um tipo de evolução da *organização da produção* e de relação dos assalariados com os meios de produção;
 - *um horizonte temporal* de valorização do capital a partir do qual podem se definir os princípios de gestão;
 - *uma divisão do valor* permitindo a reprodução dinâmica das diferentes classes ou grupos sociais;
 - uma composição da *demanda social* validando a evolução tendencial das capacidades de produção;
 - uma modalidade de *articulação* com as formas não capitalistas, na medida em que estas têm um lugar determinante na formação econômica estudada.
- Daí a definição de um *regime de acumulação*. Designamos sob este termo *o conjunto de regularidades garantindo uma progressão geral e relativamente coerente da acumulação de capital, permitindo a reabsorção ou a demonstração ao longo do tempo das distorções e dos desequilíbrios que surgem da própria permanência do processo* (BOYER, 1986, p.46, grifo do original)

Tais regularidades permanecem razoavelmente inalteradas ao longo de cada regime de acumulação, e a própria maneira de lidar com as crises conjunturais também faz parte das

regularidades e é apropriada a cada regime, de acordo com as suas características. Por exemplo, durante o período fordista as crises conjunturais eram encaradas como problemas na alocação de recursos por dentro os componentes da demanda agregada (consumo privado, investimento, gastos governamentais e comércio exterior), ou seja, aquecia-se a demanda através do déficit público até que passasse o período recessivo e o governo pudesse praticar maior austeridade para compensar o déficit anterior. No período atual, somente os países que têm moedas sólidas podem adotar tais políticas, dada a volatilidade dos mercados financeiros internacionais, que causam desvalorizações cambiais seguidas de um período de alta inflação no caso de distúrbios nas contas públicas (que comprometam a capacidade de pagar as dívidas já contraídas) – ou seja, transfere-se o poder (político) de lidar com os períodos economicamente adversos ao setor financeiro internacional, o que é outra característica marcante do período atual.

Boyer adverte então do risco de se ignorar as especificidades de cada formação econômico-social (e espacial) na tentativa de se aplicar este conceito aos diversos contextos socioeconômicos (nacionais ou regionais), o que faz surgir a noção de diferentes regimes de acumulação, de modo que

a hipótese central [seja] de fato que a reprodução da totalidade do sistema pode tomar formas distintas. Torna-se fundamental, deste modo, num estudo preocupado com os longos períodos, analisar com precisão as *transformações*, qualitativas e quantitativas, que foram necessárias para a persistência das relações capitalistas *em geral*. Ademais, as pesquisas conduzidas anteriormente confirmam a variabilidade dos regimes de acumulação no tempo e no espaço (BOYER, 1986, p. 46, grifo do original).

Percebe-se nos regulacionistas uma preocupação com as micro-determinações que são complementares e conectadas à análise do todo, assim como uma postura interdisciplinar centrada no estudo da economia, porém capaz de incorporar contribuições das mais diversas abordagens de outras disciplinas (principalmente da História). E é justamente essa abertura e esta perspectiva crítica que tornam estas formulações e construções teóricas não somente compatíveis com a análise socioespacial que mantém a produção do espaço no centro das preocupações, mas também complementares a esta, de modo que as formas de produção e de organização do espaço podem muito bem ser acrescidas aos aspectos fundamentais de determinado regime de acumulação e de sua coerência interna por trás de sua reprodução ao longo do tempo.

O aprofundamento da análise dos regimes de acumulação parte para um estudo detalhado das instituições, outro tema importante na abordagem regulacionista. Estudam-se as

formas de política monetária e sua relação com o setor financeiro, as configurações das relações salariais, as formas de concorrência e de estrutura de mercado, as “modalidades de adesão ao regime internacional” e finalmente, as “formas de Estado” (BOYER, 1986, p.51-52). Faz-se gradualmente assim a passagem à segunda ferramenta conceitual fundamental, também citada brevemente na Introdução, qual seja, a noção de *modo de regulação*.

A preocupação central dos regulacionistas com as instituições se apresenta inclusive como um ataque ao discurso do *laissez-faire* que esconde por trás da retórica do Estado mínimo uma exigência de um tipo muito particular de atuação do Estado, mas que se prova igualmente necessária. Ou seja, o livre mercado nada mais seria do que um tipo específico de agenda governamental, que não existiria se a *ausência* do Estado de fato fosse colocada em prática.

Chamaremos de *modo de regulação* todo o conjunto de procedimentos e comportamentos, individuais e coletivos, que têm a tripla propriedade de:

- *reproduzir as relações sociais fundamentais* através da conjunção de formas institucionais historicamente determinadas;
- *sustentar e ‘pilotar’ o regime de acumulação* em vigor;
- garantir a compatibilidade dinâmica de um *conjunto de decisões descentralizadas*, sem que seja necessária a interiorização pelos atores econômicos de princípios de ajuste ao conjunto do sistema.

(...) Em efeito, todo modo de regulação descreve como a conjunção de formas institucionais funciona, canaliza e em certos casos, constringe os comportamentos individuais e predetermina os mecanismos de ajuste aos mercados, que muito freqüentemente derivam de um conjunto de regras e de princípios de organização, sem os quais eles não poderiam funcionar. (BOYER, 1986, p. 55, grifo do original).

O *modus operandi* e as pequenas configurações (que exigem uma análise minuciosa) das formas institucionais se tornam uma questão central para o entendimento do modo de regulação, e de sua relação com as regularidades que compõem o regime de acumulação descrito acima. Alguns itens são enfatizados por Boyer como componentes do quadro institucional a ser analisado como parte do modo de regulação: a legislação, os compromissos (decorrentes de negociações entre entidades de classe por exemplo), e um sistema de valores e de representações (regras de boa conduta, aquilo que é ou não aceitável como política econômica⁴⁶). Um bom exemplo de análise partindo do modo de regulação que explica um

⁴⁶ Um bom exemplo é a aversão aos períodos de instabilidade criada pela crise de 1929, cuja profundidade atingiu durante um bom tempo uma grande parcela das sociedades capitalistas ocidentais, que criaram um ambiente de valores contrários ao *laissez-faire*, e que apoiavam as políticas keynesianas. A produção social destes valores (através da difusão de signos e representações) – como atualmente ocorre na construção do *homem neoliberal*, o empresário capaz de identificar oportunidades de negócios lucrativos e maximizador de

aspecto particular da crise do fordismo é a questão da atuação dos sindicatos no período fordista como participantes de negociações contínuas em função do repasse dos ganhos de produtividade aos salários (e em grande medida abrindo mão de reivindicar alterações mais profundas em busca de maior autonomia da classe trabalhadora, em função desta participação maior nos ganhos), o que se torna uma pressão pela continuação do aumento dos salários reais no período que se esgotam os ganhos de produtividade (por motivos diversos) e que passam a pressionar para baixo a rentabilidade das empresas.

Um último nível superior de análise, constituído pela soma do regime de acumulação com o modo de regulação, é o que os regulacionistas chamam de *modo de desenvolvimento*, e que constitui um todo coerente, um conjunto de regularidades compondo um regime de acumulação em harmonia com todo o aparato político e institucional que regem as relações sociais de produção no plano do modo de regulação.

Voltando ao tema das crises como introduzido acima, Boyer propõe uma tipologia das crises de acordo com seu grau de profundidade, cada uma relacionada a um período cíclico-histórico específico, assinalando seu fim e a passagem a um novo ciclo. O primeiro tipo seria a simples recessão, ligada aos ciclos mais curtos de investimento e realização de lucros. O segundo tipo de crise é a crise estrutural, que atinge um dos dois pilares do modo de desenvolvimento, e esta crise pode ser de dois sub-tipos (BOYER, 1986, p. 63): o modo de regulação desestabilizando o regime de acumulação; ou o contrário, uma perturbação no regime de acumulação que a regulação não consegue conter. De qualquer forma e qualquer que seja a direção de causa e efeito, há sempre um descompasso entre regime de acumulação e modo de regulação por trás destas crises estruturais, segundo Boyer devido a três circunstâncias: um novo tipo de perturbações externas ou internas (choques exógenos desconhecidos ou incompatíveis com o modo de regulação em operação); “lutas sócio-políticas que colocam em cheque os compromissos institucionalizados (...), de modo que o novo estado das estruturas sociais se revela incompatível com a reprodução econômica do sistema sobre uma base ampliada. A crise manifesta portanto o conflito entre o tempo do político e o tempo do econômico” (BOYER, 1986, p.64). E por último, o próprio aprofundamento da lógica da regulação, e seu conseqüente esgotamento devido à maturação, pode estar por trás da incapacidade de lidar com “desequilíbrios locais que se conjugam e não podem mais ser reduzidos pelos procedimentos socioeconômicos em vigor” (BOYER, 1986,

utilidades – poderia ser uma forma de ilustrar as diversas manifestações destes valores ao longo dos períodos históricos correspondentes a dado regime de acumulação e modo de regulação.

p.64). As origens das crises estruturais são diversas, e podem ocorrer simultaneamente em campos distintos, afetando igualmente as estruturas do regime de acumulação ou as instituições do modo de regulação. Boyer coloca as (diversas) origens da crise de 1929 como radicalmente distintas das origens da crise do fordismo, como um exemplo de que não existem leis e padrões por trás destes embriões de crises, que não necessariamente começam na infra-estrutura econômica para somente em seguida atingir a super-estrutura política, jurídica, institucional e cultural (a própria crise do fordismo tendo origens, mais ou menos simultâneas e não necessariamente interligadas, em cada uma destas esferas).

O terceiro tipo de crise seria mais profundo que a crise estrutural (o tipo que interessa mais aos regulacionistas e que causa a passagem de um ciclo de longa duração ao seguinte): a crise do modo de desenvolvimento – entendido como o regime de acumulação somado do modo de regulação. Ou seja, seria um tipo aprofundado de crise estrutural, onde não se resolvem os problemas de descompasso entre os dois níveis criados por esta crise estrutural, e coloca-se em cheque o modo de desenvolvimento como um todo, causando seu eventual rompimento e a construção de um novo regime de acumulação, com um novo modo de regulação correspondente, e iniciando um novo longo ciclo histórico de acumulação. Boyer propõe três critérios para se identificar uma crise do modo de desenvolvimento:

- o prolongamento das regularidades *não permite a reconstituição automática dos lucros* e portanto a retomada endógena da acumulação (...)
- mais fundamentalmente, *a dinâmica da acumulação destrói as formas sociais* que constituíram seu suporte durante o período de decolagem (...)
- deste fato, *cessa de prevalecer a aparência de um determinismo restrito por parte do econômico* ou do tecnológico. Devido ao fato de que os compromissos e as regras de comportamento passadas não se efetivam na garantia da coerência econômica e social do sistema, são as lutas, abertas ou latentes, ofensivas ou defensivas, tendências inovadoras ou nostálgicas que, explorando as particularidades da conjuntura, procuram impor outras “regras do jogo”, quer sejam originais ou a reativação de práticas mais antigas. (...) nenhum automatismo permite a passagem de uma fase descendente a uma fase ascendente, contrariamente ao que ocorre no pico do ciclo (...) (BOYER, 1986, p.69)

Finalmente, o último e mais profundo tipo de crise seria a crise do modo de produção dominante, e o último momento em que tal ponto de inflexão histórico ocorreu (no ocidente) foi na passagem do feudalismo ao capitalismo como modo de produção. Esta ruptura profunda ocorre somente no caso da interrupção da reprodução das relações sociais de produção, para retomar a terminologia lefebvriana, onde a recomposição destas relações se torna impossível por qualquer re-arranjo institucional, socioespacial, político ou cultural que seja (justamente o que ocorreu no esgotamento do modo de produção feudal), que no caso do

modo de produção capitalista, permitisse a recomposição de um modo de desenvolvimento novo, que restabelecesse a reprodução das relações sociais em outros formatos.

A reestruturação produtiva recente, qual seja, a passagem do modo de desenvolvimento fordista para o atual, marcado por um regime de acumulação flexível somado de um modo de regulação neoliberal, é muito exaustiva e eficientemente analisada a partir deste corpo teórico regulacionista. O diagnóstico feito acerca da crise do fordismo forneceu todo um insumo teórico-metodológico para compreender as transformações que a seguiram e as conseqüências do desmantelamento do modo de desenvolvimento fordista-keynesiano e a posterior construção do regime de acumulação vigente, que vêm sendo colocadas em diversas passagens deste texto, e que ressaltaremos alguns pontos básicos.

Em primeiro lugar, ressaltam-se as taxas de crescimento do PIB nas economias avançadas no período conhecido como os “trinta gloriosos” (grosseiramente os anos de 1945 a 1973), que foram muito superiores aos períodos anteriores e ao período posterior. Tem-se neste período um crescimento acelerado da produtividade, assim como dos salários reais, com a taxa de lucro mantida em níveis relativamente estáveis. Cresce também a adoção dos princípios tayloristas de organização do trabalho, com as quais os sindicatos concordam em troca dos aumentos constantes dos salários reais. O processo de negociação salarial entre as entidades de classe era uma das características básicas do fordismo, e a participação dos sindicatos nas decisões das empresas chegou a níveis de participação na decisão de investimentos e até na decisão de se adotar determinadas tecnologias (principalmente nos países escandinavos, como no caso do dito modelo sueco). A produção se caracterizava por grandes lotes de produtos homogêneos, que eram mantidos a baixos custos devido aos ganhos de escala permitidos pela produção em massa e pela adoção dos métodos de produção tayloristas. Criou-se assim um mercado de consumo de massa, que era mais inclusivo que nos períodos anteriores e no período atual, capaz de consolidar uma formação econômico-social-espacial capitalista através da criação de necessidades que anteriormente não passavam pelo mercado (ou passavam por um mercado pequeno-burguês que não era necessariamente ligado à indústria de larga escala que se tornaria capaz, devido aos baixos custos, de dismantelar uma rede de pequenos produtores relativamente autônomos de seus mercados respectivos). A interrupção da curva ascendente de produtividade (por diversos motivos, potencialmente ligados ao esgotamento dos resultados das atividades de pesquisa e desenvolvimento por trás do progresso tecnológico que se traduzia em maior produtividade) foi um dos principais motivos do declínio do modelo fordista, devido à necessidade de se romper o aumento dos

salários imposta pelos empresários (considerando que o repasse do aumento de custos aos preços era inibido por diversos mecanismos regulatórios).

O mercado de trabalho pós-fordista é uma de suas principais diferenças no que diz respeito ao modo de regulação do período anterior, pois passa a entregar a definição de salários às flutuações do mercado (mão-de-obra abundante se traduz em baixos salários), e deixa-se de lado a preocupação governamental com o pleno emprego, principalmente devido ao fato de que a política macroeconômica passa a ter como enfoque principal o controle inflacionário (exigência fundamental para o bom funcionamento do mercado financeiro).

Como brevemente colocado acima, todo este aparato conceitual da escola da regulação e sua utilização para o entendimento do processo de reestruturação produtiva é não somente bastante útil para a compreensão da re-organização do espaço decorrente de todos estes processos, mas pode ter o elemento socioespacial incorporado no bojo destas análises. Ou seja, os esquemas analíticos formulados pelos regulacionistas podem (e devem) ter a organização espacial incluídos em seu corpo, pois são suficientemente abertos para esta dialética sócio-espacial, e podem ser muito enriquecidos por ela.

Para encerrar este capítulo acerca dos processos socioeconômico-espaciais por trás da reestruturação produtiva, cabe uma pequena ilustração da dinâmica da alocação de renda no Brasil durante a última década, relacionada com a redefinição das relações sociais que constituem o bojo desta reestruturação. Sabe-se que o produto de determinada economia pode ser visto sob a ótica da produção, enquanto a agregação do total consumido, investido, gasto pelo governo e do saldo das transações com o exterior – ou sob a ótica da renda, como a soma dos salários, dos lucros, dos juros e dos aluguéis. Este segundo ponto de vista permite uma aproximação, em termos macroeconômicos, da relação entre capital, trabalho e renda (inclusive da terra), a partir de uma análise da distribuição da produção de valor agregado entre estes fatores produtivos. Apresentamos a seguir alguns dados relativos ao rendimento médio por trabalhador no emprego formal no país, seguidos dos ganhos de capital, com juros e com dividendos (os dados referentes ao ganho com aluguéis não estão disponíveis neste nível de agregação).

TABELA 1
Rendimento médio por setor de atividade
Brasil – 1996 - 2006
(em reais de 2006)

Setores	1996	2006
Extrativa mineral	R\$ 2.036,38	R\$ 2.771,06
Indústria de minerais não-metálicos	R\$ 1.030,01	R\$ 884,25
Indústria metalúrgica	R\$ 1.562,31	R\$ 1.349,36
Indústria mecânica	R\$ 1.886,26	R\$ 1.614,56
Indústria do material elétrico e de comunicações	R\$ 1.777,12	R\$ 1.452,18
Indústria do material de transporte	R\$ 2.417,81	R\$ 2.189,03
Indústria da madeira e do mobiliário	R\$ 656,26	R\$ 704,56
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	R\$ 1.681,77	R\$ 1.429,66
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	R\$ 1.267,70	R\$ 1.142,17
Indústria química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	R\$ 1.816,12	R\$ 1.695,37
Indústria têxtil	R\$ 802,28	R\$ 659,88
Indústria de calçados	R\$ 623,63	R\$ 578,46
Indústria de alimentos e bebidas	R\$ 979,38	R\$ 847,84
Serviços de utilidade pública	R\$ 2.707,01	R\$ 2.216,56
Construção civil	R\$ 936,82	R\$ 884,22
Comércio varejista	R\$ 750,09	R\$ 673,41
Comércio atacadista	R\$ 1.115,77	R\$ 1.102,31
Instituições financeiras	R\$ 3.647,78	R\$ 2.962,05
Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnico- administrativos, ...	R\$ 1.210,12	R\$ 1.051,45
Transportes e comunicações	R\$ 1.476,53	R\$ 1.185,79
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, ...	R\$ 787,16	R\$ 758,64
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	R\$ 1.108,58	R\$ 1.071,05
Ensino	R\$ 1.451,12	R\$ 1.478,76
Administração pública	R\$ 1.343,68	R\$ 1.591,92
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal, ...	R\$ 567,23	R\$ 597,09
Outros/ignorados	R\$ 491,70	-
Total	R\$ 1.238,43	R\$ 1.162,01

Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho.

TABELA 2
Evolução das rendas de propriedades – juros
Brasil – 1995-2005
(em milhões de reais)

Período	Rendas de propriedades – juros
1995	9.805
1996	12.852
1997	15.606
1998	17.858
1999	31.156
2000	31.345
2001	41.505
2002	44.894
2003	46.960
2004	44.657
2005	38.208

Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais Referência 2000 (IBGE/SCN 2000 Anual); retirado de www.ipeadata.gov.br

TABELA 3
Evolução das Rendas de propriedades – dividendos
Brasil – 1995-2005 (em milhões de reais)

Período	Rendas de propriedades – dividendos
1995	3.331
1996	4.404
1997	7.192
1998	8.505
1999	9.903
2000	7.776
2001	12.175
2002	17.803
2003	19.416
2004	24.027
2005	32.227

Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais Referência 2000 (IBGE/SCN 2000 Anual); retirado de www.ipeadata.gov.br

Considerando o crescimento econômico no período analisado (não muito expressivo, mas existente, mesmo em termos per capita), uma não-redefinição da distribuição dos recursos dentre os fatores acima expostos acarretaria num crescimento equivalente em cada um daqueles rendimentos. Verifica-se que não é o caso: enquanto o rendimento médio da maioria dos setores de atividade econômica sofreu uma sensível redução, os ganhos de capital cresceram de forma bastante significativa no período analisado (sendo que o rendimento com

juros começaram a decrescer a partir do pico de 2003, devido à conjuntura mais recente, de juros em queda).

Relembrando que os repasses de ganhos de produtividade aos salários no período fordista foi um elemento central daquele regime de acumulação, evidencia-se no modelo atual uma definição dos salários a partir do próprio mercado de trabalho, sem que ela passe por qualquer processo de negociação institucionalizado como era o caso do regime anterior. Tem-se deste modo, uma estrutura de acumulação onde o crescimento econômico tem seus frutos distribuídos por dentro a receita do setor público, o capital rentista e os lucros das empresas, afetando secundariamente o nível de emprego.

A relação dessa dinâmica (intimamente ligada com uma redefinição do modo de reprodução das relações sociais de produção) com a produção do espaço se dá numa via de mão-dupla. Este processo tem implicações (e causas) na organização do espaço que são relacionadas até com a decisão de localização industrial que decide re-direcionar os novos investimentos de modo a evitar as áreas de industrialização mais antiga, onde a atuação sindical se faz presente de forma significativa, como evidenciam os trabalhos de Lencioni (2000, 2003) no caso de São Paulo e de Floriano Oliveira (2003) no Rio de Janeiro. A respeito do caso norte-americano, onde os processos de reestruturação produtiva ocorreram anteriormente e de forma muito mais intensa, David Harvey afirma que “a indústria norte-americana durante muito tempo utilizou a dispersão espacial e o isolamento geográfico de seus empregados como um dos principais mecanismos de controle do trabalho e dos sindicatos” (HARVEY, 1993, p. 43). Esta é uma discussão que será aprofundada adiante.

CAPÍTULO 3 – O ARRANJO ESPACIAL DA RESTRUTURAÇÃO

O capítulo anterior procurou enfatizar uma abordagem econômico-espacial a partir da contextualização histórica. Este capítulo buscará trazer para as elaborações uma série de aparatos teóricos de diversos autores (na sua maioria ditos “neo-marxistas”) que poderiam ser agrupados sob o rótulo da Economia Política da Urbanização, tentando ao longo destas apreciações da literatura manter o enfoque sobre a processo de formação da cidade-região na configuração espacial do capitalismo contemporâneo. A estrutura deste capítulo será a seguinte: em primeiro lugar são estudados alguns arcabouços conceituais necessários para a construção do argumento proposto: as formulações marxianas advindas da chamada Economia Política da Urbanização, seguida das idéias de “arranjo espacial” e de “arranjo escalar” (que são configurações socioespaciais que se transformam em dados momentos, tais como num processo de mudança no regime de acumulação). Passaremos então por algumas formulações a respeito do re-fortalecimento da escala regional no contexto atual, discutindo-se em seguida a importância de se entender a dinâmica setorial do emprego (distribuída por dentre as atividades industriais e terciárias) na cidade-região, passando pela divisão territorial do trabalho e sua relação com a rede de cidades (a partir da interpretação de Corrêa, 1994), concluindo com o tópico da cidade global e da cidade-região global.

3.1: Os fluxos de reprodução do capital, o ambiente construído das cidades, as condições gerais de produção e o arranjo espacial/escalar

Esta seção tem o objetivo de abordar e introduzir um aparato conceitual essencial para o argumento geral do estudo, qual seja, a centralidade do espaço e de sua produção para a reprodução capitalista a partir da formação de configurações (ou fixações) espaciais apropriadas para cada momento histórico da reprodução capitalista. Para tal, retornaremos à chamada Economia Política da Urbanização, que pode ser delineada como o arcabouço teórico de autores (ditos neo-)marxistas dos anos 70, cujos principais representantes seriam: Manuel Castells, Jean Lojkine, David Harvey e Christian Topalov. Segundo Edward Soja (2000), este seria um corpo teórico datado, que seria limitado à análise da *metrópole fordista keynesiana*, e que posteriormente não dá conta das complexidades crescentes da metrópole capitalista, incompatíveis com arcabouços rígidos e com pretensões totalizantes de análise.

Em relação à importância/funcionalidade do chamado ambiente construído para os fluxos do capital, Harvey e Topalov são talvez os autores desta corrente cujas contribuições são mais pertinentes. Como será exposto a seguir, o primeiro trabalha a idéia dos três circuitos de acumulação, e o papel do setor imobiliário na reprodução do capital. Topalov (1979), por sua vez, procura demonstrar as especificidades da produção de valor pelo setor imobiliário e a importância do capital imobiliário e da renda fundiária para o processo de acumulação. O autor trabalha também a idéia do *valor de uso complexo*, constituído no meio urbano a partir da formação de aglomerações (de mão-de-obra e infra-estrutura, do ponto de vista do capital), que é apropriado pelo capital, como elemento fundamental para sua reprodução.

Harvey (1981) tenta mostrar a estrutura dos fluxos de capital num sistema produtivo e como o chamado ambiente construído (analisado neste texto a partir da dinâmica do capital imobiliário) é de fundamental importância para tais fluxos. Existiriam três circuitos do capital. O chamado circuito básico seria o processo de produção capitalista de mercadorias, onde o incremento da mais-valia se daria por aumentos na jornada de trabalho (mais-valia absoluta) ou através do aumento da produtividade do trabalho, através do progresso tecnológico ou de inovações na organização do trabalho – como o taylorismo (responsável por ganhos de mais-valia relativa). Neste circuito da produção propriamente dita, Harvey aponta a primeira contradição que surge a partir de uma tendência dos indivíduos da classe capitalista a agirem de um modo que vai contra seus próprios interesses de classe, que é a tendência à sobre-acumulação, que se dá a partir de uma super-produção, e causa uma queda nas taxas de lucro – podendo ocorrer também a partir de uma escassez de oportunidades para investimentos produtivos.

O circuito secundário se constituiria de dois elementos: o *capital fixo* (bens de capital usados como suporte ao processo produtivo ao longo de períodos mais extensos, e que incluem a infra-estrutura física para a produção, que Harvey chama de ambiente construído para a produção), e o *fundo de consumo* (estrutura paralela, ligada à esfera do consumo, que se constitui de bens que dão suporte ao consumo de outros bens, o que também inclui a infra-estrutura física para o consumo, ou o ambiente construído para o consumo). Deste modo, o capital fixo se emprega mais diretamente na reprodução das estruturas da esfera produtiva; e o fundo de consumo seria responsável pela reprodução da força de trabalho.

Devido ao longo período que os investimentos do circuito secundário levam para dar retorno, e ao fato de que geralmente são de maior escala, os capitalistas enquanto indivíduos tendem a investir menos que o necessário nesta infra-estrutura física (apesar dela ser

fundamental para o fluxo do capital), daí a tendência à sobreacumulação no circuito básico (onde a mais-valia seria *instantânea*) e ao sub-investimento no setor secundário⁴⁷. O circuito terciário completaria o quadro da circulação de capital, e compreende investimentos em ciência e tecnologia, e uma variedade de gastos sociais que se relacionam basicamente à reprodução da força de trabalho, como investimentos em educação e saúde, em *cooptação, integração, disciplina e repressão* da força de trabalho, por meios ideológicos, militares e outros (HARVEY, 1981).

A partir desta definição dos três circuitos, Harvey procura demonstrar como a tendência à sobre-acumulação não se restringe ao circuito básico, ocorrendo no sistema como um todo, e que o simples fluxo de um circuito para os outros não livra o capitalismo das crises que lhe são intrínsecas. Segundo Harvey, isto ocorre porque grande parte dos investimentos realizados nos circuitos secundário e terciário não dão nenhum retorno direto (o que explicaria em parte também a crise do próprio Estado capitalista/keynesiano), e este investimento se dá somente devido ao fato de que ele é necessário para a própria acumulação, importando de forma indireta para as reais necessidades da classe trabalhadora. Porém, principalmente em relação ao circuito secundário, as *oportunidades de investimento lucrativo* não se restringem ao Estado – sendo o capital imobiliário o exemplo mais claro – e é justamente aí que o capital procura por aberturas quando as oportunidades do circuito primário se esgotam. O fluxo entre os circuitos se daria a partir de uma queda nos lucros do circuito básico, como um sinal de super-produção de mercadorias, que faz o capital transbordar para os circuitos secundário e terciário (o que envolve imediatamente uma valorização do mercado imobiliário), esgotando as aberturas para investimentos lucrativos nestes setores até que o circuito primário volte a apresentar oportunidades para o capital – o que não necessariamente acontece (e neste caso, tem-se um exemplo de causa de crise). Harvey mostra alguns dados do mercado imobiliário ao longo das *ondas de acumulação* (com períodos cíclicos de expansão e de crise), demonstrando como os preços do setor sobem de forma significativa nos períodos que antecedem as grandes crises. O capital imobiliário seria, a partir deste ponto de vista, uma válvula de escape (de oportunidades lucrativas) para o capital em tempos de sobreacumulação no circuito produtor de mercadorias, podendo ou não evitar a ocorrência das crises,

⁴⁷ Jean Lojkin (1981) também trabalha com a idéia do Estado ditando a produção do espaço (urbano), e Harvey afirma que a política keynesiana (desde o New Deal dos anos 30 nos EUA até a primeira crise do petróleo do início dos anos 70) seria justamente o Estado capitalista cumprindo este papel de realizar os investimentos no circuito secundário.

dependendo do (re)aparecimento de aberturas para investimentos lucrativos no próprio circuito básico⁴⁸.

Mais um ponto fundamental do caráter contraditório do investimento no ambiente construído: Harvey diz que, por um lado, o capital fixo aumenta a produtividade do trabalho, contribuindo para a acumulação. Mas por outro lado, ele constitui um valor de uso fixo – que para o capital nada mais é do que um valor de troca imobilizado/cristalizado, e com uma tendência a prover retornos decrescentes de seu investimento inicial. Assim, o surgimento de novas formas mais produtivas e rentáveis de capital fixo faz com que o antigo se desvalorize ainda mais rápido e dê menos retorno (na forma de aluguéis, no caso do capital imobiliário), passando assim a constituir um entrave ao processo de acumulação, e que tende a ser substituído:

O desenvolvimento capitalista deve, portanto, negociar um caminho na corda bamba entre a preservação de valores de troca de investimentos passados no ambiente construído e a destruição do valor destes investimentos de modo a abrir as portas para novas rodadas de investimento e acumulação. Sob o capitalismo existe, portanto, uma eterna luta na qual o capital constrói um ambiente fixo imobilizado apropriado para sua própria condição num dado período histórico, justamente para precisar destruí-lo, geralmente durante um período de crise, num ponto posterior no tempo. (HARVEY, 1981, p. 113)

Segundo Harvey, esta seria portanto a lógica da acumulação de capital por trás da formação do chamado palimpsesto urbano. Este “ambiente fixo imobilizado” apropriado para as condições de acumulação em dado período histórico (que coincide com os grandes ciclos descritos anteriormente) é o que o próprio Harvey, em *Limits to Capital*, chama de *spatial fix* (termo para o qual adotaremos a tradução da versão em língua espanhola aqui utilizada (Harvey, 1990): arranjo (*arreglo*) espacial⁴⁹). Porém, antes de introduzir a idéia de arranjo espacial, cabem algumas observações acerca do aparato introduzido acima, assim como a contribuição de Christian Topalov para o tema na idéia de valor de uso complexo e a questão das condições gerais de produção.

⁴⁸ No contexto atual, todo um aparato regulatório, que foi instituído tendo como pano de fundo uma redefinição do papel do Estado, permite uma inserção direta dos capitais em setores de longa maturação (do circuito secundário e terciário) como o provimento de infra-estrutura, que se dá a partir de uma mudança na forma de acesso a estes equipamentos coletivos, que deixam de ser “bens públicos” (no sentido do acesso não-excludente) e se tornam serviços de consumo privado. Esta redefinição dos pressupostos a partir do re-arranjo institucional está na base de uma nova lógica na produção (neoliberal) do espaço que aumenta a parcelização do território (um pressuposto para seu consumo privado) e portanto torna-o mais fragmentado e excludente.

⁴⁹ Outra tradução possível seria o termo *ajuste*, pois há uma conotação no *spatial fix* de re-adaptação e re-adequação a novas circunstâncias.

Topalov (1979) considera “a urbanização como forma de socialização das forças produtivas”. O autor descreve uma complexificação do processo produtivo, que em dado momento (etapa da cooperação) necessitava simplesmente de um agrupamento dos trabalhadores num mesmo lugar, e na medida em que a divisão do trabalho se acentua (passando pela manufatura até atingir a industrialização mais intensiva em capital automatizado), as necessidades do processo produtivo – em termos de condições de produção, na maioria das vezes externas às firmas – se tornam cada vez mais complexas. Topalov afirma que tais necessidades industriais são apresentadas como externas a elas – por serem necessariamente de baixa lucratividade – e que a cidade é justamente o fator que permite “que se exclua da esfera do capital os setores não-rentáveis necessários à produção” (TOPALOV, 1979, p. 25).

O autor então considera a concentração espacial como algo imprescindível para que as empresas tenham efetivas economias de gastos de circulação aumentando a produtividade do trabalho, e diminuindo a quantidade de capital que permanece improdutivo. Numa seqüência de complexificação ao longo do tempo da estrutura produtiva urbana, Topalov coloca que em primeiro lugar, teria existido uma simples infra-estrutura física, a seguir, uma reserva de mão-de-obra, em terceiro lugar, um conjunto de empresas cuja cooperação no espaço aumenta a produtividade e por último, aparece a necessidade (a partir de um incremento na interdependência entre elas) de tais condições se articularem espacialmente, formando o que o autor denomina o *valor de uso complexo*, “que se desprende do sistema de todos estes valores de uso simples”.

Revela-se deste modo uma contradição fundamental neste processo de urbanização capitalista. Segundo Topalov, os elementos não rentáveis do valor de uso complexo urbano serão deixados de lado pelo capital, cuja dinâmica de produção do espaço construído se dará de forma contraditória que lhe será custosa e retornará como um fator de ineficiência, necessariamente, devido ao fato de que a busca do ganho privado cria por si mesma obstáculos para a formação dos efeitos úteis da aglomeração, sub-investindo na infra-estrutura e nas condições necessárias à realização do valor de uso complexo – o que seria, portanto, função de Estado (e em última instância, do Planejamento Urbano e Regional).

As condições gerais de produção⁵⁰

⁵⁰ Trecho adaptado de sub-seção anteriormente publicada pelo autor deste estudo em Magalhães (2005).

Somando ao arcabouço conceitual advindo da Economia Política da Urbanização explorado acima, cabe introduzir a idéia de Condições Gerais de Produção (CGP doravante), bastante interligada ao conceito de valor de uso complexo como proposto por Topalov, e que será explorada em seções posteriores deste estudo. O conceito de CGP tem origens em Karl Marx, que o definiu como a infra-estrutura básica sobre a qual a produção capitalista se assentaria, imprescindível à acumulação do capitalismo industrial, como transportes e comunicações. Mais recentemente, passa-se a incluir dentre as condições gerais de produção aspectos indiretamente ligados ao capital, mas que são essenciais para a (re)produção capitalista. Dentre tais aspectos, estão desde elementos ligados à reprodução da força de trabalho até aparatos legislativos e institucionais que envolvam a regulação das relações sociais de produção. Como uma introdução a esta perspectiva mais ampla das condições gerais de produção, pode-se citar os meios de consumo coletivo, que são uma parte destas condições que garantem a reprodução da força de trabalho, e estão intimamente ligados aos centros urbanos.

A cidade pode ser compreendida a partir da esfera do consumo como em Castells (1983), que define o centro urbano como lócus da reprodução da força de trabalho. O autor aponta como elemento essencial para tal reprodução a moradia, que “provoca, em caso de crise, um ponto de estrangulamento importante no processo de produção” (CASTELLS, 1983, p. 187), e demonstra que os mecanismos de mercado são ineficientes no que diz respeito à oferta de moradias, citando Engels: “uma sociedade não pode existir sem crise de moradia, quando a grande massa dos trabalhadores só dispõe exclusivamente de seu salário, quer dizer, da soma dos meios indispensáveis à sua subsistência e à sua reprodução” (ENGELS *apud* CASTELLS, 1983, p. 182).

O argumento de Castells parte do crescimento industrial na metrópole, força atrativa de mão-de-obra, para um aumento da demanda de serviços para a reprodução da força de trabalho, criando assim o problema citado acima: “[...] quanto maior a taxa de crescimento industrial (capitalista), mais intenso é o crescimento urbano, maior é a tendência à concentração em grandes aglomerações e maior é a penúria de moradias como também a deterioração do patrimônio imobiliário” (CASTELLS, 1983, p188). A moradia seria assim parte de um conjunto de meios de consumo coletivo, que compreendem também equipamentos urbanos como transportes, escolas, hospitais, parques e outros serviços ligados à reprodução da força de trabalho.

Lojkin (1981) amplia o conceito de CGP definido por Marx. Mais amplamente do que Castells, que se restringe à esfera do consumo (embora explicitado como indispensável à reprodução mais ampla do capital, podendo constituir fator de estrangulamento), Lojkin engloba a esfera da produção em sua definição do urbano, onde os equipamentos coletivos são necessários não somente à reprodução da força de trabalho, mas também à reprodução do capital mais amplamente, chamando atenção para a baixa lucratividade intrínseca à oferta de infra-estrutura urbana, tornando-a pouco atrativa à iniciativa privada, o que faz a presença do Estado no provimento de tais bens coletivos indispensável à própria reprodução do capital. Lojkin inclui dentre as condições gerais de produção não só os meios de comunicação e transporte – e os meios de consumo coletivo, como em Castells (1983), mas também outros elementos da infra-estrutura de produção industrial capitalista, como centros de pesquisa científica, universidades, escolas politécnicas, zonas industriais, centros de comércio, serviços financeiros e de saúde, dentre outros, indicando que a aglomeração é imprescindível para a viabilidade de tais elementos que requerem uma escala mínima de utilização, afirmando que “a cidade, a região e os diversos tipos de aglomeração espacial seriam a combinação de infra-estruturas em parte indissociáveis, estreitamente complementares, que forneceriam uma base indispensável às diferentes atividades” (LOJKINE, 1981, p.158).

O centro urbano seria assim resultado de uma cooperação para cumprir a escala mínima necessária ao provimento das CGP e, portanto, diminuir custos de capital. O caráter coletivo de todos os elementos componentes das CGP que os diferem de meios de consumo individual se baseia, segundo o autor, no fato de que o valor de uso destes é coletivo “no sentido de que se dirige não a uma necessidade particular de um indivíduo mas a uma necessidade social que só pode ser satisfeita coletivamente” (LOJKINE, 1981, p.132). Há uma dificuldade de se agrupar tais bens coletivos ao lado de mercadorias individuais, devido também à difícil indivisibilidade e mobilidade: “os meios de consumo coletivo têm enfim a característica de não possuir valores de uso que se coagulem em produtos materiais separados, exteriores às atividades que os produziram” (LOJKINE, 1981, p.134). Deste modo, as CGP são diretamente ligadas às economias de escala (num sentido coletivo do termo) no nível urbano, não somente no que diz respeito à importância da aglomeração em termos quantitativos (para se reduzir os custos fixos per capita), mas também qualitativos como proposto por Jane Jacobs (1969), ou seja, a aglomeração enquanto estimuladora da diversidade de atividades (e da criação de novas atividades, aumentando o grau de solidariedade orgânica e aprofundando a especialização na divisão social do trabalho).

O arranjo espacial

Retornando às formulações marxianas de David Harvey acerca do espaço urbano, em *Limits to Capital*, aquele autor compila uma ampla leitura da obra marxista, principalmente d'O Capital, a partir de um ponto de vista espacial. O conceito de arranjo espacial consiste basicamente numa configuração espacial do ambiente construído (em termos de infraestrutura urbana inclusive) apropriada para as necessidades da acumulação em dado período, que com o passar do tempo se torna obsoleta e passa a constituir um entrave (através das próprias deseconomias de aglomeração), devendo ser re-estruturada, re-configurada, re-construída, para dar as bases mais eficientes para o novo contexto. Para Harvey, a geografia adequada às necessidades da acumulação em dado momento histórico se torna eventualmente obsoleta em relação às exigências posteriores:

A circulação de capital se torna cada vez mais prisioneira das infra-estruturas físicas e sociais imóveis criadas para apoiar certas classes de produção, certas classes de processos de trabalhos, arranjos distributivos, pautas de consumo etc. As quantidades cada vez maiores de capital fixo e os tempos de rotação cada vez mais longos na produção impedem que o capital se mova sem inibições. Em poucas palavras, o crescimento das forças produtivas atua como uma barreira à rápida reestruturação geográfica exatamente da mesma forma que constitui um obstáculo à dinâmica da acumulação futura ao impor o peso morto dos investimentos passados (HARVEY, 1990, p. 431).

Há na dinâmica do capital uma tendência constante à mobilidade e à superação deste arranjo espacial (que constitui um grande investimento coletivo em capital fixo de longo prazo de maturação, bastante rígido e difícil de ser superado e reconstruído, se tornando deste modo uma barreira), em permanente tensão com a necessidade fundamental do próprio arranjo (um fator de imobilidade) para a acumulação: “as estruturas espaciais fixas que se requerem para salvar o espaço se convertem elas mesmas nas barreiras espaciais que devem ser superadas”, e há uma

tensão fundamental entre a fixação e a mobilidade, tensão que originou os arranjos hierárquicos no princípio. Depois de tudo, a estabilidade dos arranjos de coordenação é um atributo vital frente ao dinamismo perpétuo e incoerente. A tensão entre a fixação e a mobilidade está destinada a romper-se em algum ponto (HARVEY, 1990, p. 432-433).

A tendência à sobre-acumulação é que explica o ponto de inflexão nesta tensão para o rompimento com determinados arranjos para a constituição de novos (o próprio imperialismo

sendo uma rodada de busca por mercados e investimentos mais lucrativos, que passa a fazer parte de um novo arranjo). Harvey posiciona a vantagem locacional como um atributo semelhante ao progresso tecnológico: do mesmo modo que alguns empresários obtêm lucros diferenciais a partir da maior produtividade advinda da tecnologia, outros os auferem devido à localização privilegiada. O próprio desenvolvimento geográfico desigual é explicado nestes termos: o ímpeto à maximização de lucros resulta numa constante re-locação das firmas, que abandonam lugares pouco competitivos e se aglomeram em outros (sendo que as últimas a fazê-lo tendem a obter menores lucros diferenciais, devido ao aumento na renda da terra⁵¹).

O capitalismo concorrencial profundamente analisado por Marx é mantido no centro das preocupações de Harvey, no sentido de que a busca por vantagens locais está sempre em função da pressão que as empresas sofrem pela tendência à queda na margem de lucro. Assim como nas formulações acerca dos três circuitos do capital exposta acima, a economia profundamente analisada por Harvey, devido principalmente ao fato de que aquele autor se baseia quase exclusivamente na obra marxista original, é um contexto (regulatório, principalmente) um tanto distinto do atual, onde a coordenação de investimentos por parte do Estado ou dos consórcios de investidores capitalistas se torna uma regra mais freqüente do que a acirrada concorrência direta (ainda que atualmente não tão fortemente quanto no período fordista) que faria a busca por pequenas margens diferenciais por parte dos capitalistas individuais um objetivo central para cada um destes. Harvey permanece preso à premissa de que “os capitalistas seguirão sendo capitalistas, [portanto] o excesso de acumulação está destinado a aparecer” (HARVEY, 1990, p. 429). Ignora-se o fato de que a gestão macroeconômica atual lida com a tendência à sobre-acumulação de forma relativamente simples, mantendo o “bom ambiente para o investimento privado” (seja no setor produtivo ou no setor financeiro – dentro os quais o capital passa a alocar suas dotações de acordo com o momento e as expectativas) – para usar o jargão próprio da abordagem neoliberal à regulação econômica – com o uso de ferramentas inexistentes no período histórico do capitalismo industrial imaturo (cujos pressupostos são mantidos por Harvey)⁵².

⁵¹ A renda da terra é um fator amplamente analisado por Harvey (a partir das formulações de Karl Marx no livro III d'O Capital), como uma espécie de capital fictício que exerce uma subtração no lucro diferencial (ou seja, o capital monopolista repassa seus ganhos diferenciais em dado momento ao *landlord* urbano, obtendo este lucro acima da média somente temporariamente).

⁵² Outra forma que o capitalismo contemporâneo utiliza amplamente para lidar com a sobre-acumulação é a constante criação e re-invenção de itens de consumo (o que no setor terciário não tem restrições materiais, criam-se novos serviços de consumo pessoal de alto valor agregado tendo como função de produção restritiva da quantidade ofertada somente o fator mão-de-obra qualificada – e este é um dos sentidos do aumento de importância da economia dos serviços para a acumulação capitalista contemporânea), através de novos nichos

As economias de escala e sua relação com a tendência à aglomeração também são fatores pouco analisados (ao contrário do que acontece nas formulações de Jean Lojkine acerca das condições gerais de produção).

Porém, mesmo considerando esta ressalva, as ferramentas de análise de Harvey permanecem bastante úteis para a compreensão da dinâmica espacial de longo prazo da acumulação capitalista, pois, no contexto contemporâneo de hiper-competitividade interregional no palco global, os novos arranjos espaciais podem se fazer necessários para que determinada região aumente sua eficiência (em termos de custos) e portanto sua competitividade (lógica que deixa de lado a questão da tendência à sobre-acumulação por trás do argumento de Harvey, sem descartá-lo por isso). Como colocado no capítulo 1, este novo arranjo espacial em construção na espacialidade da cidade-região se relaciona também com a compressão espaço-temporal e está ligado a uma série de fatores que contribuem para este processo, cujo espaço fluido resultante de certa forma passa a ser uma exigência de eficiência em termos de infra-estrutura do capitalismo de ponta (tanto na indústria quanto nos serviços).

Do arranjo espacial ao arranjo escalar

Como vem sendo colocado ao longo destas elaborações, procura-se demonstrar como, através de inúmeros processos socioespaciais contemporâneos, a cidade-região vem ganhando forma e tornando-se uma nova unidade de análise urbano-regional, e um novo ente geográfico. Com uma certa coerência e unidade que lhe são próprias, ela vem se transformando num novo lócus das tensões, das contradições e dos conflitos em torno da produção do espaço urbano. Desta maneira, vale a referência a algumas considerações acerca do problema das escalas socioespaciais, justamente pelo fato de que a emergência desta nova unidade socioespacial carrega em seu bojo a questão da dinâmica das escalas – como determinadas escalas ganham importância em determinado período histórico em detrimento de outras.

Neil Brenner (1998) procura discutir a questão da dinâmica das escalas espaciais em perspectiva histórica, propondo que cada grande ciclo de acumulação capitalista de longa duração envolve um “arranjo escalar” que lhe é apropriado. A idéia de arranjo escalar proposta pelo autor parte do conceito de arranjo espacial segundo Harvey discutido acima, e

de mercado, novos produtos, e a criação de novas necessidades (inclusive através do encurtamento do ciclo de utilização das mercadorias, como no caso dos computadores pessoais que se tornam rapidamente obsoletos).

das questões colocadas por Henri Lefebvre (1991; 1976), acerca da questão das escalas, que “hoje se insere na fundamentação da análise dos textos e na interpretação dos eventos” (LEFEBVRE, 1976, p. 67, *apud* BRENNER, 1998, p. 1). As escalas espaciais/territoriais (que constituem os *loci* privilegiados de processos socioespaciais econômicos, sociais, políticos, institucionais) são produtos históricos, socialmente construídos e politicamente contestados, e não categorias predeterminadas. Elas constituem o palco de conflitos e contradições, sendo que estes podem inclusive ter o poder e o alcance de gerar um processo de redefinição das próprias escalas.

Também a partir de Harvey, Brenner afirma que há uma permanente tensão entre o *arranjo* (fix) e a *fluidez* (motion) na circulação capitalista – “entre a dependência necessária que o capital tem do território ou do lugar e suas tendências aniquiladoras de espaço” – o que tem implicações profundas na “organização escalar mutante do capitalismo” (BRENNER, 1998, p. 3). Sintetizando, aquele autor procura demonstrar que

quando crises de sobreacumulação ocorrem, cada uma das formas de territorialização do capital é reestruturada, reterritorializada, e freqüentemente re-escalada. Portanto, a contradição entre o arranjo e a fluidez na circulação do capital se traduz numa tensão dialética sob o capitalismo entre a territorialização das relações sociais em configuração escalares relativamente estáveis e seu recorrente re-escalamento através da tendência do capital à des-territorialização através da compressão espaço-temporal (BRENNER, 1998, p.3).

Assim, se por um lado o capital busca permanentemente a aceleração dos tempos mínimos necessários à sua realização através da supressão de barreiras espaciais (nas palavras de Marx, “eliminando o espaço através do tempo”), por outro lado isso “só pode ser realizado através da produção de configurações relativamente fixas e imóveis de organização territorial que permitem tal movimento acelerado” (BRENNER, 1998, p.4), o que requer necessariamente uma re-organização do arranjo escalar, diminuindo o grau de importância de determinadas escalas em detrimento de outras, em termos políticos, sociais, econômicos e institucionais. Como colocado por Harvey (*apud* Brenner, 1998, p.4), “a organização espacial é necessária para se superar o espaço”.

Retornando à idéia de arranjo espacial por trás desta tensão entre o arranjo e o movimento, Harvey afirma que as empresas multinacionais constituem um bom exemplo desta tensão, à qual estão constantemente sujeitas em suas estratégias de localização, pois elas “têm uma perspectiva global mas precisam se integrar às circunstâncias locais em diversos lugares”, e isso significa “algum grau de compromisso e responsabilidade com a localidade,

junto com a capacidade para exercer maior poder local através de ameaças diretas ou indiretas” (HARVEY, 1990, p. 425). Em termos gerais, Harvey propõe que

As tensões entre o arranjo e o movimento na circulação de capital, entre a concentração e a dispersão, entre o compromisso local e os interesses globais, põe imensas tensões sobre as capacidades organizativas do capitalismo. Em consequência, a história do capitalismo se caracterizou pela contínua exploração e modificação dos arranjos organizacionais que podem acalmar e conter estas tensões. O resultado foi a criação de estruturas hierárquicas integradas de organização que podem enlaçar o trabalho local e particular alcançando o trabalho abstrato no cenário mundial. As crises se articulam e as lutas de classes e de facções se desenvolvem dentro destas mesmas formas de organização, enquanto as próprias formas em questão requerem uma transformação dramática frente às crises de acumulação. (HARVEY, 1990, p. 425).

Harvey (1981) tende a privilegiar a escala urbana e o ambiente construído como terreno a ser transformado por cada arranjo espacial em cada onda de reestruturação gerada pela crise (a cidade mercantil, que é seguida pela cidade industrial, a metrópole fordista-keynesiana e a atual metrópole pós-fordista/keynesiana). Brenner acrescenta outros níveis escalares nesta análise, principalmente a partir das contribuições acerca do Estado (nacional) moderno e de sua construção necessária para a acumulação capitalista nascente advindas de Lefebvre (1976). Brenner entende estas contribuições lefebvrianas como uma

geografia histórica do capitalismo que precisa ser interpretada em termos da transformação da produção de commodities individuais no espaço (‘capitalismo concorrencial’) à produção do próprio espaço, uma ‘segunda natureza’ socialmente produzida de infra-estruturas territoriais e organizacionais através da qual o capital é continuamente territorializado, des-territorializado e re-territorializado (BRENNER, 1998, p. 8).

Deste modo, tem-se aí uma interpretação da noção lefebvriana de produção do espaço que inclui no seu âmbito a produção do arranjo escalar que é apropriada a cada momento histórico do processo de acumulação, a partir de reestruturações geradas por crises, que envolvem necessariamente a organização das escalas. O próprio processo de redefinição das escalas privilegiadas (e das que se tornam obsoletas e jogadas ao segundo plano) faz parte de uma estratégia de resolução de crises de paradigmas.

Brenner realiza então um breve retrospecto das mudanças no padrão do arranjo escalar ocorridas ao longo da história moderna, privilegiando a mais recente, ligada à reestruturação do regime de acumulação fordista-keynesiano e ao concomitante enfraquecimento da escala nacional paralelo ao fortalecimento das escalas local, regional e global: “a circulação de capital não pode mais ser adequadamente concebida em termos de ‘economias nacionais’ auto-centradas ou da imagem de uma economia mundial parcelizada em espaços nacionais-territoriais distintos” (BRENNER, 1998, p. 17). Deste modo, ocorre uma crescente atuação de

instituições regionais e/ou locais na produção das pré-condições territoriais fundamentais à acumulação. Quanto à idéia amplamente difundida do enfraquecimento do Estado, Brenner argumenta (bastante fundamentado nos escritos lefebvrianos acerca do Estado) que este

re-escalonamento das instituições estatais não assinalam o declínio ou a erosão do Estado, mas precisamente uma estratégia geográfica de acumulação para promover e regular a reestruturação nas regiões urbanas de maior importância. De fato, estratégias neoliberais recentes para promover mercados desregulamentados e a mobilidade do capital necessariamente pressupõem a construção de novos espaços locais e regionais de produção e regulação no qual o momento de arranjo geográfico do capital pode ser assegurado. Esta tensão entre a desregulamentação (que favorece o momento de mobilidade geográfica do capital) e a re-regulamentação (que privilegia o momento de arranjo geográfico do capital) pode ser vista como uma das contradições insolúveis do neoliberalismo enquanto estratégia de acumulação (BRENNER, 1998, p. 18).

Não se deve confundir, deste modo, o esvaziamento do aparato de bem-estar social (fordista-keynesiano) com o esvaziamento do próprio Estado, pois este passa a atuar em outros níveis e com outras abordagens. Poder-se-ia ousar afirmar que o próprio enfraquecimento (liberal) da atuação ativa e regulatória das instabilidades do mercado por parte do Estado é uma política de Estado em si, com objetivos muito particulares com os quais o Estado passa não somente a cooperar, mas a tomar a frente das iniciativas para que sejam alcançados de fato. Assim o re-escalonamento da escala da política em sua fase mais recente transforma (desmantelando) o aparato nacionalizado e centralizado do período fordista-keynesiano e “constrói novas arenas em novas escalas onde as formas pós-fordistas/keynesianas de poder sobre o espaço e as escalas podem ser exercidas” (BRENNER, 1998, p. 20). Tem-se aí – na construção e na reformulação da organização das escalas espaciais (onde se situam as dinâmicas ligadas tanto à esfera do regime de acumulação quanto do modo de regulação correspondente) – um elemento adicional na produção do espaço fundamental para a reprodução das relações sociais de produção, tal qual argumentado ao longo das formulações aqui ensaiadas.

Retornando a Braudel (1996), aquele autor argumenta que a passagem do primado urbano de Amsterdam para o de Londres a partir do final do século XVIII corresponde a um período de fortalecimento da escala nacional e do mercado ali constituído como algo que desse impulso adicional às centralidades dominantes (o que teria ocorrido na Inglaterra daquele período em detrimento dos Países Baixos – sendo que o predomínio de Amsterdam se baseava numa atuação internacional expressiva, inclusive no âmbito financeiro, à moda atual). Há também uma reestruturação no plano político-institucional, com a passagem da primazia da cidade-Estado ao Estado-nação, concomitantemente à passagem da dominação de Amsterdam

àquela de Londres. Realizando um salto por um longo período histórico, podemos interpretar que a cidade global atual, tal qual estudada por Saskia Sassen (2001), seria em grande medida um retorno à lógica do primado urbano de Amsterdam, centrado numa predominância financeira e comercial que se estendia para muito além dos espaços nacionais e menos diretamente dependente da dinâmica destes. Ou seja, trata-se de uma dinâmica histórica de transformação na lógica das escalas espaciais que perdura por séculos, e muda de acordo com os ciclos longos de acumulação (aos quais nos referimos anteriormente).

Diversas são as transformações nas escalas que vem ocorrendo nas últimas décadas. Ao enfraquecimento do Estado-nação e o re-fortalecimento da região citados acima (ponto aprofundado adiante), somam-se a criação de blocos de países de regiões do mundo, como o Mercosul, a União Européia, o Nafta etc.; assim como uma redefinição da atuação de instituições multilaterais (cujo caráter de baixo grau de democracia permanece evidente), como o novo palco de conflitos criado na transformação do GATT (Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio) na Organização Mundial do Comércio. Tratam-se de novos arranjos institucionais que se tornam necessários devido aos enormes fluxos internacionais e à intensificação das trocas e das relações entre os países como consequência da globalização, que fortalece as redes transnacionais que eram muito tímidas no período (relativamente fechado em cada Estado-nação) fordista-keynesiano. É interessante ressaltar que a internacionalização das economias (principalmente dos países de centro, mas atingindo também o sul global) atingiu tal escala nos últimos anos que cria-se inclusive um desafio para a contabilidade nacional medir com precisão onde começa a economia de determinado país e onde termina a de outro.

Mas deve-se ressaltar que a escala nacional não pode ser subestimada. Como colocado por Lencioni (1999, p. 190-191), trata-se de uma escala de atuação política democrática que permanece essencial em várias questões que só podem ser solucionadas através do alcance de suas instituições. Para Lencioni, no processo de internacionalização dos circuitos produtivos e de consumo levado a cabo pelas empresas transnacionais,

enquanto os lucros são privados, os custos sociais são socializados e delegados ao Estado. Em outros termos, enquanto a produção da riqueza é apropriada privadamente, rompendo o Estado-nação, os custos de sua produção são socializados internamente. Devido à socialização dos custos que se dá no âmbito do Estado-nação é que negamos qualquer idéia de sua implosão (LENCIONI, 1999, p. 191).

E ademais, os próprios processos “globalitários” (nos termos de Milton Santos) só se tornam efetivos a partir de uma atuação conjunta de dois níveis de uma tecnocracia com

pouco ou nenhum contato (e representatividade) com as demandas democráticas: o grupo que atua acima da escala do Estado-nação, como os diplomatas da União Européia, ou o corpo técnico das instituições multilaterais (Banco Mundial e FMI, principalmente); e o grupo que atua no âmbito do Estado-nação, da tecnocracia econômica alocada nos Bancos Centrais e em alguns órgãos do poder executivo central, responsáveis pela implantação de políticas macroeconômicas (e de processos de desestatização das economias nacionais) a partir de demandas (ou exigências) do primeiro grupo, sem que as decisões (supostamente de cunho técnico) passem pela política (entendida como a prática do debate democrático). A tecnocracia regional e urbana também estabelece ligações diretas com a tecnocracia em escala transnacional, com efeitos semelhantes na formulação pouco democrática de políticas públicas, mas a consolidação deste neoliberalismo não prescinde de forma alguma da escala nacional e de suas instituições. Voltando ao ponto de vista de Lencioni acima, esvazia-se, através de novos arranjos institucionais, este potencial do Estado-nação de formular e implementar políticas voltadas por exemplo à diminuição dos equilíbrios regionais em dado país (possíveis somente na escala nacional) justamente através deste mesmo processo de re-arranjo escalar fundamental para o avanço do neoliberalismo e da globalização.

Portanto, a valorização das cidades e regiões no sentido da possibilidade de sua inserção (que necessariamente ocorre privilegiando algumas regiões em detrimento de outras – acentuando os desequilíbrios regionais) nos fluxos globais e de sua ligação direta (muito aproveitada pelo dito planejamento estratégico) com instituições multilaterais e transnacionais, se insere nesta lógica do (re-)arranjo escalar. Este permite um “by-pass” (um salto por sobre) da escala nacional e suas instituições, mas não diminui sua importância para esta própria dinâmica de produção hegemônica do espaço em escala global.

No que tange mais diretamente nosso objeto de estudo, sob este ponto de vista construído nas idéias de arranjo espacial e escalar, e a partir dos diversos processos socioespaciais aqui discutidos, propõe-se que a cidade-região torna-se uma destas escalas privilegiadas no novo arranjo escalar produzida a partir do processo contemporâneo de reestruturação produtiva. Esta ligação do núcleo metropolitano (através dos serviços avançados) com o espaço de fluxos global potencialmente amarra a região circundante, representando um portal de acesso do espaço de fluxos à região (cuja finalidade é uma inserção desta no fluxo dos investimentos, do comércio, da exploração de recursos naturais (e humanos) que hoje se efetiva na escala global). Por outro lado, deve-se ressaltar uma hipótese contrária (segundo Milton Santos, 2002 e Amin, 2006) de que a globalização cria “conexões”

diretas (ou ligações verticais) do local com o global, desrespeitando as hierarquias urbanas, e não necessitando da centralidade principal para estabelecer estas relações. Propomos uma hipótese intermediária, pressupondo que o acesso e as ligações da centralidade principal com os fluxos globais são muito mais intensas do que aquelas realizadas no âmbito das centralidades inferiores.

Deste modo, a cidade-região seria um novo arranjo espacial, apropriado para o processo de acumulação (principalmente do ponto de vista industrial) atual. Isto se dá pelo esgotamento da metrópole enquanto espaço privilegiado para a acumulação industrial, mas também pelo aumento e o fortalecimento das ligações que (em detrimento da escala nacional) esta escala urbano-regional passa a estabelecer com o espaço global de fluxos (a outra escala privilegiada no ciclo atual), e se insere numa hierarquia urbana global que (supostamente) cada vez menos responde aos processos que se realizam no âmbito dos Estados-nação. Vale ressaltar que do ponto de vista dos serviços e da realização do ciclo capitalista de produção de valor (através do consumo), o núcleo metropolitano mais denso e coeso permanece central e predominante na geografia econômica contemporânea. Porém, cria-se em seu entorno um anel em intenso processo de produção do espaço urbano, bastante atrativo para a indústria de ponta neste primeiro momento, e onde o modo de vida torna-se mais propriamente metropolitano (apresentando deste modo também uma dinâmica de crescimento do setor terciário que é inerente ao processo de urbanização).

Pode-se propor que este novo arranjo escalar se realiza na cidade-região em dois níveis distintos: em primeiro lugar tem-se a cidade-região como um todo, enquanto unidade privilegiada no que diz respeito às suas relações externas (a partir do re-fortalecimento da região descrito a seguir), com outras cidades-região situadas ao redor do mundo. Em segundo lugar, e internamente à cidade-região e sua organização interna, tem-se o papel da metrópole redefinido e reestruturado, concomitante ao fortalecimento dos novos centros médios situados nos entornos das áreas metropolitanas mais densamente construídas, que intensificam suas relações com o núcleo metropolitano, em termos de fluxos materiais e imateriais, aumentando a interdependência entre os espaços locais e aprofundando a divisão territorial do trabalho.

3.2: A nova inserção da região no contexto atual

A partir da discussão a respeito do re-arranjo escalar, tem-se os elementos necessários para um breve aprofundamento nesta questão do re-fortalecimento da região, necessário para o

entendimento do fortalecimento da cidade-região enquanto unidade socioespacial de análise, de políticas e de contradições e disputas em torno da produção do espaço.

Sabel (1994) propõe que na economia do século XIX a região era uma “unidade natural de atividade e análise econômica”, citando a especialização de diversas regiões da França e da Inglaterra em determinados produtos, constituindo sistemas de especialização flexível, onde

até mesmo as firmas mais fortes dependiam da extensiva co-operação com seus concorrentes seja diretamente através de relações complexas e instáveis de subcontratação ou indiretamente através da participação conjunta nas instituições que regulavam a economia municipal (SABEL, 1994, p.101)

O autor afirma que ao longo do século XX a região se tornaria uma categoria secundária para a análise e para o lócus da atividade econômica, em grande medida devido à organização da produção em massa e padronizada, aliada à forte atuação dos Estados nacionais que tornavam os governos e as agências regionais altamente subordinadas ao contexto nacional. A crise do início dos anos 70 traria uma volatilidade aos mercados responsável pela implementação de formas flexíveis de organização que permitiriam rápidas mudanças na produção – o que “incentivou a re-consolidação da região como uma unidade integrada de produção” (SABEL, 1994, p. 103).

Para Sabel, várias foram as dinâmicas que contribuíram para (e que foram afetadas por) este resultado: a re-emergência de distritos industriais bem sucedidos na Itália, na (ex-)Alemanha Ocidental, no Japão, na Dinamarca, na Áustria, na França e nos EUA; a re-organização das grandes corporações (que re-criam as colaborações com outras firmas características da especialização flexível); e a lenta transformação de governos locais, que deixam de ser distribuidores das políticas de bem-estar vindas das autoridades superiores e se tornam progressivamente agências de criação de empregos. Sabel acrescenta que a concorrência com a indústria de baixo custo de produção instalada no sudeste asiático seria outro elemento a favor dos novos distritos industriais (que responderiam com inovações tecnológicas, trabalhadores de alta qualificação, e máquinas flexíveis capazes de produzir “bens semi-customizados” de alto valor agregado). De modo geral, Sabel considera que cresceram expressivamente as relações inter-firmas a partir do declínio da produção em massa, aumentando a complementaridade entre elas, o que por um lado, devido ao barateamento dos transportes, gera um impulso para as trocas inter-regionais. Mas estas se restringem aos insumos e produtos (formalizados por contratos) que não incluem um aspecto fundamental para a minimização de riscos e a redução de custos de transação e de

aprendizado por trás da formação das redes nesta relação de complementaridade, que é aquilo que Michael Storper (1997) chama de “interdependências não-comercializáveis”.

Revelando as complicações em torno das pesquisas (etnográficas) destas relações tácitas e muitas vezes informais supostamente tão importantes na nova organização industrial que estaria por trás do re-fortalecimento das regiões (onde os entrevistados, segundo Sabel, se sentem ofendidos ao serem questionados acerca da cooperação e das relações informais inter-firmas), aquele autor afirma que a minimização dos custos de transação envolve

relações de alta confiança típicas de clãs, mercados socialmente construídos e comunidades produtivas. A premissa de que todas as trocas econômicas devem também ser ocasiões para o aprendizado recíproco implica em que as partes antecipem os problemas, e que os problemas sejam resolvidos em conjunto. Esta é a definição de uma relação de alta confiança, e no atual ambiente econômico ela minimiza os custos de transação ao liberar as partes da tarefa impossível de especificar precisamente seus respectivos direitos e responsabilidades através de contratos elaborados (como nos mercados) ou regras burocráticas (como na hierarquia) (SABEL, 1994, p. 120-121).

Outro autor que trata do re-fortalecimento da escala regional no capitalismo contemporâneo é o geógrafo economista Michael Storper (1997). O autor apresenta uma visão orgânica do funcionamento da economia no espaço (aparentemente ligada ao ponto de vista de Jane Jacobs), bastante influenciada por uma ênfase na *agência humana*, em detrimento de uma visão estruturalista voltada para a identificação de estruturas mais rígidas e *determinantes*. Storper poderia ser criticado por uma visão mais estreita que não aceitasse o conteúdo dialético (impregnado inclusive no método daquele autor) compatível com este ponto de vista da agência em detrimento da estrutura, como uma capacidade deliberada dos sujeitos de alterarem o funcionamento e a lógica da esfera produtiva, das relações sociais etc. Aquele autor se baseia na *reflexividade econômica* que teria se generalizado na contemporaneidade, como esta capacidade da agência humana e dos sujeitos de alterarem seus contextos respectivos a partir da tomada de posições críticas a respeito de determinados aspectos destes contextos, ou seja,

a possibilidade de grupos de atores nas diversas esferas institucionais do capitalismo moderno – firmas, mercados, governos, lares, e outras coletividades – de dar forma ao curso da evolução econômica. Isso se torna possível devido ao fato de que atualmente estes grupos podem refletir sobre o funcionamento de seus ambientes numa maneira que não se limita pelos parâmetros existentes, onde certos grupos são explicitamente ligados com o objetivo de alterar tais ambientes para seu próprio proveito (inovação) (STORPER, 1997, p. 29).

Storper propõe que as relações institucionais e extra-econômicas sempre foram vistas pelos economistas como imperfeições, como atributos que travavam o pleno desenvolvimento

dos mercados, e ataca este ponto de vista, afirmando que estas relações são constantemente (re)apropriadas e tomadas como ativos tão importantes para o capitalismo contemporâneo quanto o capital imobilizado na forma de máquinas ou a tecnologia. Deste modo, o entendimento destas relações (muitas vezes informais) é de extrema importância para a economia geopolítica.

Storper enfatiza o papel central das externalidades positivas para as economias regionais, transbordando conhecimento acerca de técnicas, métodos produtivos, organizacionais etc. das firmas umas para as outras. O autor procura enfatizar as relações pessoais informais e tácitas (frequentemente inseridas nas relações inter-firmas), dizendo que elas são específicas de cada região, entendendo as “regiões como relações e convenções”. Storper se baseia também na contribuição das teorias de *path-dependency* (“dependência da trajetória”) para a compreensão da dinâmica de desenvolvimento socioeconômico-espacial das regiões. Muito basicamente, este corpo teórico procura teorizar o percurso histórico de determinado contexto regional de forma distinta da economia neoclássica (que se baseia nos atributos e recursos exploráveis disponíveis atualmente), re-afirmando a importância de certos eventos aleatórios ocorridos no passado que influenciam diretamente o que viria a ocorrer em momentos posteriores naquela região. Deste modo, o contexto regional atual deve ser entendido a partir desta apreciação das especificidades do percurso sócio-histórico, enfatizando seus pontos de inflexão determinantes do que viria a ocorrer em seguida. Assim como o sujeito, cada região teria sua especificidade que lhe é única e exclusiva, justamente devido ao fato de que este percurso histórico com seus pontos de inflexão específicos é particular e exclusivo a cada região. Cada região teria assim seu “sistema regional específico”, construído a partir da “dependência da trajetória” e que constituem “mundos regionais de produção”, com suas relações e convenções (tácitas) que lhe são únicas e apropriadas, e principalmente, com suas “interdependências não-comercializáveis” (as próprias redes de relações e convenções constituídas ao longo do tempo, assim como as externalidades positivas advindas da proximidade de fornecedores, clientes, pesquisadores, financiadores etc.), que se tornam ativos importantíssimos para a esfera produtiva. O ressurgimento e o fortalecimento das economias regionais para Storper ocorrem justamente neste contexto de maior importância das economias externas devido ao aumento da incerteza, do risco e da instabilidade por trás da exigência de flexibilização, onde estas diversas relações tácitas e externas às firmas (que passam a ter um papel central e decisivo) se tornam ativos específicos das regiões, dificilmente codificáveis e transferíveis para outros contextos regionais.

Estes deveriam ser, no ponto de vista proposto por Storper, os temas a serem pesquisados pela Geografia Econômica interessada no desenvolvimento regional contemporâneo. A “mecânica do desenvolvimento econômico” deve deste modo conceber

a economia como relações, os processos econômicos como conversações e coordenações, os sujeitos dos processos não como fatores mas como atores humanos reflexivos, tanto individuais quanto coletivos, e a natureza da acumulação econômica não como ativos materiais, mas como ativos relacionais (STORPER, 1997, p. 28. Grifo do original).

A região concebida nestes termos por aquele autor não é qualquer ente geográfico de escala intermediária entre o local e o nacional, mas justamente a região que interessa para este estudo, qual seja, aquela cujo nó localizado em seu centro é uma área metropolitana de alto contingente populacional, economicamente densa e diversificada (em termos setoriais), e que comporta em seu entorno uma série de centralidades de menor grau de importância que são envolvidas na sua dinâmica de metropolização: a cidade-região. A razão para esta primazia da cidade-região sobre outras regiões econômicas é o fato de que a densidade e a heterogeneidade proporcionadas pelo meio urbano de maior tamanho são os fatores que proporcionam estas características reflexivas por trás das convenções e relações que constituem fatores específicos das regiões e que se tornam importantes para a esfera produtiva⁵³:

Convenções e relações sempre foram elementos centrais na distinção das economias de cidades grandes e médias. Porém, de diversas formas, sua importância está crescendo devido ao enorme salto na reflexividade econômica a qual nos referimos (...). Dimensões importantes e distintas desta reflexividade, tanto na produção quanto no consumo, na manufatura e nos serviços, ocorrem nas cidades; elas são dependentes das relações concretas entre pessoas e organizações que se formam nas cidades; e elas são coordenadas por convenções que têm dimensões especificamente urbanas e ademais são frequentemente diferentes de uma cidade para outra. Especificamente, as cidades são locais privilegiados para as partes das atividades manufatureiras e de serviços onde a reflexividade é posta em prática (STORPER, 1997, p. 222. Grifo do original).

Storper afirma então que a distinção entre atividades voltadas à base de exportação das atividades de serviços locais é útil neste esforço teórico, no sentido de que as atividades especializadas que constituem o núcleo da base exportadora são aquelas mais ligadas à organização social da reflexividade econômica. Ou seja, as atividades nas quais a cidade-região é especializada e exporta para mercados cada vez mais amplos e longínquos são

⁵³ Em diversos textos de sua autoria, Storper caracteriza essa rede de relações e convenções informais externas às firmas como o *buzz* (ou o “burburinho”) da cidade.

exatamente as mais sujeitas a estas relações e convenções tácitas, pouco codificáveis e diretamente dependente da proximidade.

A organização da reflexividade é primordialmente, embora não exclusivamente, urbana. Este é o caso porque a reflexividade envolve relações complexas e incertas entre organizações, entre partes de organizações complexas, entre indivíduos, e entre indivíduos e organizações, onde a proximidade é importante devido à incerteza e à complexidade substantivas de tais relações. Estas duas características de relacionamentos freqüentemente requerem que elas sejam imersas ou em relações diretas e concretas entre indivíduos ou que elas sejam levadas a cabo de acordo com rotinas ou convenções construídas localmente que permitem que os atores envolvidos nestas relações complexas progridam sob condições de grande incerteza ou complexidade substantiva. Em outras palavras, o tecido transacional dessas atividades urbanas é de natureza relacional/convencional, e é urbano porque certas convenções e relações só funcionam em contextos de proximidade (STORPER, 1997, p. 245).

As atividades por trás da base exportadora das cidades-região se constituem deste modo, como “esferas sobrepostas de ação econômica reflexiva” que incluem no bojo destas atividades as “estruturas relacionais e convencionais de coordenação e coerência” (STORPER, 1997, p. 245). A pesquisa empírica, deste modo, deve se concentrar na identificação destas esferas de ação econômica reflexiva diretamente ligadas às atividades da base exportadora da cidade-região, e de que forma elas são coordenadas por convenções e relacionamentos. Os meios pelos quais a região circundante aos grandes centros urbanos se inserem nesta complexa teia de convenções, relacionamentos e externalidades positivas torna-se uma hipótese importante para a inserção das formulações de Storper no argumento geral da dinâmica de formação da cidade-região. Hipótese que será trabalhada na próxima seção, depois de uma breve digressão acerca da atuação recente do Estado em torno deste fortalecimento atual da região, que enquanto abre possibilidades reais de colocar em prática a chamada *democracia regional*, vem sendo marcado pelo chamado planejamento estratégico na atuação dos governos locais e estaduais.

As políticas públicas (regionais) resultantes do quadro econômico-espacial referente ao fortalecimento da acumulação flexível envolvem uma série de medidas altamente voltadas à criação de um bom ambiente para os investimentos que são de certa forma semelhantes às práticas do dito planejamento estratégico que vem sendo adotadas em algumas grandes cidades brasileiras (que se pautam pelo empresariamento e o empreendedorismo urbano).

Vários autores⁵⁴ vêm criticando o caráter anti-democrático destas políticas, que se pautam pela criação de um consenso em torno da necessidade de se atrair investimentos que gerem emprego e renda, muitas vezes a partir de políticas fiscais mais atrativas, gerando uma competição interregional bastante prejudicial ao Estado de modo geral. Além do ímpeto à atração de investimentos externos, tem-se também uma atuação do planejamento em função da acumulação flexível em torno de várias práticas: o fortalecimento da ligação entre os centros de excelência em tecnologia e as empresas; a renovação da infra-estrutura voltada para a exportação (portos, portos secos, aeroportos industriais); e mais recentemente o investimento na imagem da cidade visando a atração de uma *classe criativa* que se torne um ativo para a economia urbana a partir da maior disponibilidade de mão-de-obra de alta qualificação.

Estas políticas têm uma relação estreita com a cidade-região – da mesma forma que o planejamento estratégico da escola catalã está ligado aos processos de revitalização dos centros das cidades e de áreas degradadas nas áreas portuárias. No segundo caso o planejamento estratégico se pauta mais pela atração de investimentos em serviços (enquanto demanda em potencial por escritórios que causariam a valorização de áreas centrais “degradadas”) e de pessoal qualificado e de alta renda (enquanto moradores) que se insiram na economia do terciário avançado dos grandes centros. No caso da cidade-região enquanto palco do planejamento de uma determinada vertente estratégica, trata-se de uma atuação mais voltada para a coordenação da produção especializada de acordo com as vantagens comparativas urbano-regionais, e para a oferta dos produtos ali desenvolvidos no mercado internacional. Ou seja, se o planejamento estratégico atuante nos núcleos urbanos se volta para o setor terciário especializado de alto valor agregado, para a espetacularização do espaço urbano em função da realização do consumo (e do turismo consumista) e para a criação de um ambiente favorável para tais atividades, na cidade-região este planejamento seria mais voltado para a acumulação industrial de alta tecnologia, especialização e valor agregado (voltada para mercados externos), e igualmente para a criação de um ambiente favorável – em termos de instituições, de políticas fiscais, e de infra-estrutura – para tal.

Deste modo, através de um discurso apoiado na necessidade da região se destacar no cenário internacional (somado ao contexto de instabilidade inerente provocado pela globalização dos mercados desregulados e pelas políticas macroeconômicas neoliberais), a atuação do Estado reafirma seu compromisso com a retirada dos entraves à acumulação,

⁵⁴ Ver Compans (2004), Harvey (1996a) e Vainer (2000)

ignorando as demandas democráticas de mais urgência (sobretudo no contexto da periferia global). Trata-se de uma submissão completa ao mercado por parte do Estado, que ao invés de procurar regular e buscar uma atuação mais proativa para corrigir suas intempéries inerentes (o que era prática comum outrora), parece se sujeitar a estas e agir de acordo com suas exigências. A democracia regional, se colocada em prática de fato, traria para o primeiro plano de prioridades as necessidades que envolvem mais diretamente a maioria (excluída) – o que implicaria um planejamento urbano-regional pautado por uma distribuição mais agressiva da renda no ambiente construído da cidade (a partir de ações neste). O que o planejamento estratégico faz é deixar tais demandas em segundo plano (ainda que elas não deixem de ser importantes, principalmente em função da dinâmica eleitoral), em detrimento das demandas do capital por um espaço mais fluido, o que resulta num planejamento em função da gestão das deseconomias de aglomeração (através por exemplo de investimentos na renovação e na ampliação da malha viária) que viriam a resultar (na ausência das obras) em maiores custos para a acumulação e um tempo de giro mais lento para a realização de valor capitalista. Aqui as determinações do *espaço derivado* (Santos, 1978) voltam a aparecer no sentido de que a atuação do Estado se dá em função das exigências de atualização da infra-estrutura, das políticas públicas (incluindo a política fiscal) e do aparato institucional impostas pela esfera produtiva em determinado momento (de acordo com as dinâmicas próprias dos países de centro e em função da inserção no contexto da competição globalizada), antes que as medidas distributivas dos benefícios do modelo anterior fossem completadas. Este tema do planejamento estratégico será brevemente retomado adiante, nas discussões acerca da atuação política localista e sua crítica.

3.3: Indústria e serviços na cidade-região

Muito se discutiu nas páginas anteriores a respeito da reestruturação produtiva e da mudança na organização industrial, e dos aspectos espaciais destas transformações. Esta seção tem o objetivo de abordar a dinâmica industrial e do setor terciário (os dois grandes grupos de atividade econômica da economia urbana) na lógica da organização interna da cidade-região.

Propõe-se em primeiro lugar, que as centralidades peri-metropolitanas seriam os novos espaços privilegiados para atração da atividade industrial, por uma série de fatores anteriormente discutidos: proximidade relativa do centro provedor de serviços avançados (fator potencializado pela compressão espaço-temporal); disponibilidade das condições gerais

de produção e das amenidades do meio técnico-científico-informacional; baixo custo de localização (renda da terra menor do que na área metropolitana mais densa, e menor sujeição às deseconomias de aglomeração que se traduzem em maiores custos); e a disponibilidade de mão-de-obra mais barata do que a metropolitana (pelo fato de que o custo de vida nestas cidades é mais baixo do que no núcleo da cidade-região).

Em segundo lugar, tem-se nessas localidades um crescimento também do setor terciário – grupo bastante heterogêneo de atividades econômicas que comporta desde os empregados dos serviços pessoais, muitas vezes informais e operando sob condições de precariedade até os profissionais altamente qualificados e de altos níveis salariais dos serviços especializados/avançados. Estes últimos tendem a permanecer (e a crescer proporcionalmente) nos centros principais, cuja economia passa a ser quase exclusivamente voltada para os serviços (que inclui nessa concepção mais ampla as atividades comerciais). Ocorre uma desconcentração relativa – e daí um crescimento nos entornos metropolitanos (Magalhães, 2005) – dos chamados serviços intermediários, que abrangem atividades de grau intermediário de qualificação e especialização que não necessitam da escala mais ampliada (de demanda inclusive) para se realizarem, mas que já comportam algum nível técnico intermediário.

Vem ocorrendo também uma complexificação de alguns setores de ponta que escapam a estas categorizações, como é o caso do setor de softwares, que muitas vezes opera sob medida, exatamente de acordo com a demanda específica, e disponibilizando um serviço de assistência permanente após a instalação dos sistemas, passando aí a se aproximar do setor terciário. A própria indústria de ponta, na medida em que amplia seu componente tecnológico, passa a funcionar também desta forma, no limiar com os serviços produtivos avançados. Os antigos centros industriais anteriormente amplamente dominados pela indústria fordista passam por um processo de reestruturação que os inserem neste limiar (e num mosaico setorial) dos serviços com a indústria – que passa a depender cada vez mais destes serviços produtivos (de assistência técnica, de atualização tecnológica, de consultoria etc.).

A relação da dinâmica dos serviços com o processo de urbanização de modo geral é bastante estreita. Um lugar central se constitui necessariamente a partir de um setor terciário maior que nas demais localidades, e um processo de extensão do tecido urbano tende a carregar os serviços junto com as condições gerais de produção e o meio técnico-científico-informacional. Deste modo, se a cidade-região se forma a partir duma intensificação no

processo de urbanização dos entornos da metrópole, ocorre aí uma alteração na dinâmica do setor terciário, que tende a crescer nas localidades inseridas no âmbito da cidade-região.

A disponibilidade de mão-de-obra na cidade-região está diretamente ligada ao tamanho tanto do desemprego quanto do setor terciário inferior (serviços pessoais, informais, precários), que constituem um exército industrial de reserva para as eventuais necessidades de expansão da produção dos setores formais. Deste modo, se este setor terciário precário cresce nos entornos metropolitanos, de forma relativamente integrada com o resto da cidade-região, trata-se de um ativo para o capital (seja industrial, seja dos serviços ligados ao comércio ou aos serviços intermediários, de assistência técnica etc.), atuando inclusive na manutenção de salários mais baixos que lhe possibilitam maiores margens de lucro.

A dinâmica recente de crescimento do setor terciário como expressão de acentuação do grau de urbanização de determinada localidade pode ser entendida também como um reflexo da produção social do espaço urbano, atuando na criação incessante de novas necessidades, e desmantelando formações econômico-sociais e espaciais tradicionais mais adequadas para as condições de reprodução de determinada população (como é o caso do meio rural tradicional, que persiste apenas naquilo que Monte-Mór (1994) chama de *ilhas de ruralidade*). A inserção nos circuitos modernos de produção e reprodução passa deste modo por esta produção do espaço urbano que deixa de se restringir às cidades propriamente ditas e faz com que as populações tenham que se inserir também no mercado de trabalho dito moderno, cuja porta de entrada seria justamente este setor terciário precário.

Há também uma questão adicional pertinente nesta discussão, da centralidade dos serviços ou da indústria para o capitalismo contemporâneo, que permeia um pouco as discussões desta sub-seção. Alguns autores consideram o setor terciário a ponta do processo de acumulação atual, tendo tomado da indústria a posição principal e a função de “locomotiva” do restante da economia. Trata-se de uma questão bastante complexa e discutível, devido principalmente ao fato de que o encadeamento intersectorial da indústria (como a automobilística, por exemplo) permanece muito expressivo, tanto à jusante quanto à montante nas cadeias produtivas. Tal fato é simplesmente comprovado pela quantidade de sub-setores industriais (e até terciários) que são diretamente ligados à dinâmica do setor automobilístico, que permanece na posição de indústria motriz (nas palavras de François Perroux) de diversas economias, constituindo um pólo econômico com o qual outras localidades industriais estabelecem fortes relações de complementaridade (e dependência). Deste modo, a produção do espaço em função da pujança da indústria motriz permanece

muito válida para o contexto atual (o que foi largamente responsável pela generalização do subúrbio de alta renda nos EUA, espacialidade que cria uma dependência do automóvel altamente benéfica para a indústria automobilística daquele país), sobretudo na semi-periferia onde estas indústrias investiram pesadamente nas últimas décadas.

Este argumento geral é bastante desenvolvido por Edward Soja (2000), que procura refutar a tese da sociedade pós-industrial, afirmando que os analistas que tendem a deixar de lado a dinâmica industrial (muito importante para se entender a cidade-região) se concentram exageradamente nos núcleos dos grandes centros e nos processos de *gentrificação*, ignorando que mesmo que o emprego na indústria tenha sofrido quedas significativas na maioria dos países de industrialização avançada, a participação do produto industrial no PIB dessas economias sofreu pequenas alterações (SOJA, 2000, p. 165). Sobre a retórica pós-industrial, Soja afirma que

Acerca deste discurso alternativo sobre a reestruturação urbana, a cidade industrial capitalista se tornou a cidade pós-industrial ou a cidade da era da informação, sinalizando um distanciamento da estrutura e da lógica do capitalismo urbano-industrial. Em alguns casos extremos, esta mudança, com sua pequena ênfase em questões como conflitos no local de trabalho, sindicatos industriais, e política socialista, provocou afirmações imaginativas sobre o “fim da ideologia”, o “triumfo do capitalismo”, e mais recentemente o “fim da história”. Até nas suas formas mais moderadas, o pós-industrialismo é associado com uma diminuição da importância dos processos de industrialização como um fundamento para o estudo dos fenômenos urbanos contemporâneos (SOJA, 2000, p. 165).

No que diz respeito à formação de valor agregado, realmente, o setor terciário avançado constitui um terreno privilegiado para o investimento de capital, capaz de criar valor a partir da propagação de novos nichos de mercado consumidor, dispostos a pagar valores mais altos por serviços *personalizados* de mais alto valor agregado (e lucratividade). Há também no setor terciário uma tendência a empregar grandes contingentes de mão-de-obra, o que anteriormente era atributo da indústria. Trata-se de um fator ligado à natureza das atividades ali realizadas, mais dificilmente automatizáveis (e cuja automatização seria mais custosa que o valor da mão-de-obra na maioria dos lugares⁵⁵), e que envolvem uma operacionalização manual e ligada ao contato direto com o público consumidor – o que não ocorre na indústria (ou na agro-indústria).

⁵⁵ O que nos países centrais se mantém válido devido à presença de uma mão-de-obra imigrante prontamente disponível para o crescimento da demanda por pessoal. Vale ressaltar que a grande quantidade de empregados nos serviços não corresponde, de forma alguma, à lógica do período fordista de criar demanda agregada para o consumo de massa através da distribuição de ganhos nos salários.

Quanto à centralidade dos serviços, o que ocorre hoje é uma primazia do setor financeiro (que faz parte do terciário superior), que tende a ter suas demandas de política econômica mais prontamente atendidas e sua dinâmica mais fortemente interligada às das de outros setores. Isso se deve ao atrelamento do desempenho (lucrativo) deste setor a todos os outros – inclusive os industriais. Ou seja, um aumento de produtividade na indústria automobilística, por exemplo, tem seus efeitos na lucratividade em primeira instância deste próprio setor, e indiretamente do setor financeiro, que abarca ganhos de acordo com os portfólios de investimento altamente diversificáveis (que mais recentemente passaram a incluir também os (altos) lucros do setor imobiliário dos grandes centros). Não faz sentido deste modo, atribuir a centralidade do processo de acumulação a um serviço avançado que na verdade se compõe por pequenas porções de todos os outros setores, e o peso do terciário (principalmente para a análise regional e urbana) hoje se deve principalmente aos grandes contingentes de pessoal empregado naqueles setores (muito heterogêneos, ressalta-se).

Voltando ao argumento de Soja, aquele autor se baseia nas pesquisas de Allen Scott (geógrafo economista cuja escola de pensamento Soja se refere como os “urbanistas industriais”) sobre a reestruturação produtiva na cidade-região de Los Angeles. Aquele autor argumenta que

1) os serviços de negócios e informacionais também são, de forma significativa, commodities manufaturadas e são ‘produzidos’ na mesma maneira que o aço, os carros ou os computadores; 2) mesmo os serviços pessoais (educação, saúde, finanças pessoais) e os serviços públicos e semi-públicos (consumo coletivo) podem ser vistos como ‘componentes importantes de e/ou adjuntos às estruturas básicas da produção e do trabalho no capitalismo moderno’ (SCOTT, 1988, p.8 apud SOJA, 2000, p.166); e 3) setores especializados como administração corporativa, bancos, seguros, contabilidade, publicidade etc. continuam, como sempre, a gerir, dirigir e controlar o sistema mundial de produção industrial de commodities, o ‘motor interno de toda a economia capitalista’ (SCOTT, 1988, p.8 apud SOJA, 2000, p.166) (SOJA, 2000, p. 166).

Soja continua sua argumentação afirmando que o argumento pós-industrialista teve maior repercussão dentre os sociólogos, principalmente aqueles pouco abertos à sua proposta de “inserção do espaço na teoria social crítica” (SOJA, 1993), afirmando que a centralidade da indústria anda de mãos dadas com a centralidade do espaço para o entendimento da sociedade (capitalista, urbana) contemporânea.

Adicionalmente, de acordo com o argumento de Harvey (2004), grande parte da alta lucratividade de inúmeras empresas (nas quais o setor financeiro global tem participações expressivas) no contexto atual se explica pela exploração sem precedentes no capitalismo do

século XX de mão de obra de custo baixíssimo amplamente disponível nos países do sudeste asiático. Até a década de 90, tal mão-de-obra era empregada somente na indústria (de setores diversos, desde os calçados esportivos até os produtos eletrônicos), mas mais recentemente passaram a ser empregadas também no setor terciário dos *call centers* norte-americanos⁵⁶ que, possibilitados pelo avanço da tecnologia das telecomunicações, vêm instalando unidades intensivas em mão-de-obra na Índia⁵⁷.

Deste modo, no que diz respeito à dinâmica interna da cidade-região em termos setoriais (de indústria e serviços), propomos que a dinâmica da indústria permanece central para o entendimento da produção (hegemônica) do espaço urbano, porém, no que tange aos núcleos metropolitanos mais fortemente ocupados pelo terciário avançado, há aí uma produção do espaço de acordo com este setor, que também é fundamental para sua realização. Os processos de *gentrificação* e a generalização do *shopping center* podem ser entendidos dessa maneira, fundamentais para a criação de um ambiente favorável ao consumo (de produtos e serviços de alto valor agregado, e portanto de altas margens de lucro) e à práxis urbana consumista nos grandes centros, a partir da generalização do espetáculo e da produção de simulacros (de acordo com Guy Debord, e Jean Baudrillard, respectivamente) que atuam na produção social do espaço do consumo.

Mas essa predominância da dinâmica industrial na formação da cidade-região não quer dizer de forma alguma que devemos desprezar a dinâmica do terciário nos entornos metropolitanos, pois esta é fundamental para a própria industrialização, no sentido de que passam a fazer parte das condições gerais de produção (como colocado em Magalhães, 2005). Ademais, o crescimento dos serviços nas proximidades dos grandes centros também representa a expressão de uma determinada produção do espaço urbano que se espalha para além destes centros mais adensados, e se torna um dos elementos carregados com a extensão do tecido urbano, tal qual colocada anteriormente.

Esta geografia setorial do emprego interna à cidade-região pode ser entendida também como uma série de relações de dominação e subordinação, tendo os serviços avançados da centralidade principal como o lócus (sujeito a outros nós situados na rede urbana global) das atividades de comando e controle de todas as outras, e as diversas atividades (industriais, agro-industriais, do terciário precário etc.) situadas também no centro, mas sobretudo no

⁵⁶ Setor terciário amplamente automatizado e “taylorizado” (características típicas do setor industrial).

⁵⁷ O chamado *outsourcing*, que dá precedentes para outras dinâmicas semelhantes, de deslocamento de atividades dos serviços intensivas em mão-de-obra de qualificação baixa/intermediária para os países de mão-de-obra de custo mais baixo, o que era atributo exclusivo da indústria de bens de consumo duráveis.

restante da cidade-região, como subordinadas e ditadas pelas demandas do centro comandante e controlador. O crescimento e a inserção do setor terciário ao longo do território se torna uma conveniência a mais para a inserção dos capitais de forma geral. Os serviços, desde os produtivos e distributivos, mais diretamente ligados ao circuito superior, até os pessoais e precários, são fundamentais à expansão do investimento e ao aprofundamento do capital na estrutura econômico-social e espacial dos lugares e das regiões, podendo por isso ser incluídos dentre as condições gerais de produção.

É desta forma que a extensão do tecido urbano no território se torna uma funcionalidade para o alcance do investimento produtivo ao longo destes eixos de urbanização estendida. A ligação do processo de terciarização com a urbanização pode ser vista a partir da ótica da produção social do espaço (um outro ponto de vista, distinto da perspectiva econômico-espacial). O incremento da terciarização estaria ligado a uma maior disposição (socialmente produzida a partir de necessidades criadas e/ou a partir de processos de *destituição do lugar* (Becker, 1991) de inserção da população de determinado lugar no mercado de trabalho urbano propriamente dito, por um lado. No segmento intermediário dos serviços (mais complexos que os pessoais, menos complexos que o terciário superior dos núcleos metropolitanos), ocorreria um efeito cascata das atividades exercidas na metrópole através de uma extensão do aprofundamento da divisão social do trabalho ao longo do território, criando novas atividades (à maneira de Jacobs, 1969) neste *urbano intermediário* das cidades médias – que constituem o exemplo mais facilmente visível deste processo. Não se trata aqui de afirmar que os serviços alcançam estas localidades de forma autônoma e espontânea, mas que eles se inserem numa lógica de produção do espaço urbano que ultrapassa a lógica econômico-espacial *stricto sensu*, e que atinge espacialidades novas⁵⁸ a partir dos tentáculos lançados ao território pelas metrópoles.

3.4: A divisão territorial do trabalho e a rede de cidades

A geografia econômica elaborada por Doreen Massey (1984) evidencia um entrelaçamento entre as relações sociais de produção e a geografia da produção. Em linhas gerais, a autora argumenta que relações (sócio)econômicas entre regiões carregam em si

⁵⁸ Inclusive no sentido que Santos (1996) dá à “idade dos lugares” (lugares *jovens* como espacialidades de poucas rugosidades cristalizadas no espaço, que se tornam entraves e resistências em potencial às rodadas de modernização).

relações sociais de produção, e que a organização (em termos setoriais, a partir da pesquisa realizada na Inglaterra por aquela autora) da economia de determinada região, que é diretamente ligada às relações que esta estabelece com outras regiões, contém em si as relações sociais de produção. Ou seja, relações econômicas inter-regionais que influenciam a organização do espaço de determinada região devem ser vistas como relações socioespaciais de produção:

A organização geográfica da produção pode, deste modo, ser conceituada nos termos da estrutura espacial das relações de produção. E se for este o caso, aquelas que são freqüentemente chamadas de 'relações interregionais' são também um reflexo da estrutura espacial das relações de produção (MASSEY, 1984, p. 96).

O ponto de vista de Roberto Lobato Corrêa (1994) acerca da “natureza e [do] significado da rede urbana” parte do entendimento de sua funcionalidade para o processo de acumulação capitalista. Aquele autor critica as diversas teorizações clássicas sobre o tema por não se preocuparem com esta perspectiva crítica que busca uma compreensão mais ampla e ligada à “realidade social, da qual a rede urbana é uma dimensão”. Para Corrêa, naquelas abordagens

a história é colocada de lado, não havendo preocupação com a gênese e a dinâmica da rede urbana: o tempo constitui uma abstração em que têm existência mecanismos que originam uma seqüência evolutiva marcada por equilíbrio-desequilíbrio-equilíbrio. (CORRÊA, 1994, p.48).

Corrêa coloca que a rede urbana está diretamente ligada à divisão territorial do trabalho, sendo uma função desta e ao mesmo tempo uma condição para sua realização. As cidades, através das relações de polarização com os centros principais de comando e controle do território, constituem uma base que possibilita tanto o investimento e a produção que é canalizada na direção dos centros de consumo mais significativos quanto o próprio consumo daquilo que emana dos centros principais. Mas para Corrêa trata-se de uma troca desigual, onde a extração de sobrelucro se dá na direção dos centros dominantes, através de diversos “ciclos de exploração”.

A dominação da cidade sobre o campo e mais amplamente sobre sua hinterlândia é sistematizada por Corrêa a partir de dois grandes ciclos de exploração (CORRÊA, 1994, p. 56). Num primeiro momento a grande cidade no topo da hierarquia urbana extrai diversos elementos de sua hinterlândia: força de trabalho, produtos alimentares, matérias primas, lucros comerciais e renda fundiária. Posteriormente a grande cidade lança diversos de seus

elementos sobre sua área de influência, exportando “capitais, bens e serviços, idéias e valores”.

A respeito das migrações, pode-se resumir o ponto de vista de Corrêa a partir da seguinte passagem:

As atividades capitalistas da cidade, entre elas especialmente as indústrias, necessitam de trabalhadores “livres”, que dispõem apenas de sua força de trabalho e nenhum ou pouco vínculo com o campo. Estes trabalhadores constituem a massa de onde será extraído o valor excedente, fonte de acumulação de capital. Assim, a cidade precisa drenar, via emigração rural-urbana, uma parcela da população do campo, constituída por pequenos proprietários, rendeiros, meeiros, moradores de condição e assalariados (CORRÊA, 1994, p. 56-57).

Quanto à comercialização da produção rural, Corrêa afirma que há uma necessidade operacional de dispersão-concentração-dispersão ao longo da cadeia de distribuição onde “a cidade impõe ao campo um preço inferior aos praticados no meio urbano. A rede urbana, por onde circula a produção rural, constitui-se assim em uma cadeia de drenagem sobre o campo” (CORRÊA, 1994, p. 58). Seja na forma de diversos intermediários, ou do atacadista situado na pequena cidade em contato direto com o meio rural, ou da indústria que processa estes alimentos situados em cidades médias que polarizam os pequenos centros, até chegar ao supermercado da grande cidade, cada uma destas etapas constitui uma extração de valor excedente através do poder de monopólio daqueles que se situam à jusante na cadeia. E este poder tem uma expressão espacial nítida, que corresponde à própria hierarquia urbana.

A outra forma de dominação do campo pela cidade colocada por Corrêa é a drenagem da renda fundiária, que se dá principalmente através do absenteísmo dos grandes proprietários (muitas vezes latifundiários, no caso particular do Brasil central). Aquele autor propõe que apesar de se tratar de uma relação aparentemente pré-capitalista, os agentes do grande capital financeiro rentista continuam com grandes aplicações na renda fundiária rural, seja para especulação ou para participação nos ganhos da agroindústria. O tema da reforma agrária se torna inevitável nestas considerações, e a este respeito Corrêa nos explica que

Em relação ao efeito político, poder-se-ia supor que a reforma agrária seria de muito interesse para os cidadãos, sendo a sua execução o resultado de uma demanda de natureza urbana⁵⁹, além de interessar a um grande contingente de camponeses e assalariados rurais. No entanto, os interesses urbanos, constituídos pelos proprietários tradicionais absenteístas e as grandes empresas, opõem-se à reforma agrária, pois a propriedade fundiária rural representa acesso ao crédito subsidiado, fonte de renda,

⁵⁹ Ponto de vista que converge para as considerações de Monte-Mór (2004) acerca dos movimentos sociais que vêm se manifestando no território como expressão do aspecto político, ligado à práxis urbana, da *urbanização extensiva*.

reserva de valor, poder político e, o que é mais importante, é uma forma de propriedade privada cuja extinção ou limitação de uso não se pode permitir. Deste modo cidade e campo contêm as classes e frações de classe que têm interesses opostos no que se refere à propriedade da terra. (CORRÊA, 1994, p. 63).

Os três elementos acima correspondem ao primeiro ciclo de exploração, e o primeiro elemento do segundo ciclo são os investimentos de capitais. Este é um item fundamental para o entendimento dos processos socioespaciais na cidade-região, por se tratar de uma área de intensificação destes investimentos. O próprio processo de aprofundamento da divisão territorial do trabalho gerado pelo aproveitamento das vantagens comparativas localizadas se dá em função destes investimentos produtivos cujos capitais têm origens nas (grandes) cidades. Os impactos citados por Corrêa são diversos: altera-se a paisagem agrária e o *habitat* rural; as necessidades de força de trabalho no campo, criando novos excedentes demográficos (necessário para a própria atividade sazonal decorrente das safras e entressafras); e por último, ocorre uma

transferência do poder de controle e decisão das atividades locais para a metrópole, [que] se dá pela implantação de filiais de empresas da grande cidade, acompanhada em muitos casos pela falência, incorporação e satelização funcional de empresas locais que não apresentam condições de competição com as grandes empresas de fora. Inclui não apenas as atividades industriais, que podem ser reestruturadas, mas também as atividades comerciais e de serviços pela penetração de filiais bancárias, lojas departamentais, de eletrodomésticos, supermercados, companhias de transportes etc. Em todos os casos a transferência significa perda da gestão das atividades e drenagem de valores excedentes como juros e lucros comerciais. (CORRÊA, 1994, p. 65)⁶⁰.

Os dois últimos elementos do segundo ciclo de exploração, “distribuição de bens e serviços” e “difusão de valores e ideais” podem ser analisados em conjunto, devido à interdependência dentre eles. O papel do elemento simbólico e da difusão de signos e representações na produção do espaço a partir da abordagem lefebvriana é central neste item, onde o consumo como práxis urbana é difundido e socialmente produzido através da produção de seu espaço. Corrêa o introduz da seguinte forma:

Com a expropriação dos meios de produção e de consumo de parcela ponderável dos camponeses, com a modernização da agricultura e a destruição das indústrias das pequenas cidades, o mundo rural e os centros menores estão preparados para o consumo de produtos industriais e serviços cujas origens estão na grande cidade.

⁶⁰ Quando Lencioni (2000) refuta a idéia de *desconcentração* decorrente do processo de formação da cidade-região, é justamente a este processo de maior centralização do poder de comando e controle que aquela autora se refere.

Trata-se de fertilizantes, inseticidas, arados, produtos alimentares industrializados, tecidos, móveis, utilidades domésticas diversas e, mais tarde, eletrodomésticos e veículos automotores, entre outros; inclui-se também os serviços de educação, saúde, bancários, contabilidade, publicidade etc. A difusão de um ideário urbano, capitalista em realidade, que introduz novos valores e condiciona hábitos, ratifica e direciona a demanda e o consumo de bens e serviços urbanos (CORRÊA, 1994, p. 67).

Ou seja, este processo também passa pela produção das necessidades (de incorporação de técnicas, de insumos produtivos, de bens de consumo duráveis, e sobretudo da necessidade inescapável da venda da força de trabalho enquanto mercadoria), cujo instrumental não se limita ao âmbito simbólico, mas inclui também a produção do (primeiro) espaço banal e da configuração territorial⁶¹.

Esta relação de subordinação entre as regiões não se concretiza sem uma relação entre classes dominantes localmente consolidadas em cada espacialidade. Não se trata assim de uma simples relação de compra monopsonica e venda monopolística da grande cidade para o restante da rede urbana e o campo sob seu domínio, onde não haveria espaço para a participação (e para a reprodução) de estratos sociais dominantes nas diversas localidades neste processo, pois estes são elementos essenciais nesta divisão territorial do trabalho. A partir das elaborações de Corrêa, podemos supor que toda a hinterlândia de determinada metrópole se insere nestes mecanismos de extração de valor excedente na direção das centralidades de forma sucessiva. Através das diversas formas colocadas acima, as cidades em dada rede urbana funcionam como postos intermediários em função das atividades de comando e controle hierarquicamente superior situadas nos centros principais. Não se trata aqui, de forma alguma, de defender o isolamento do lugar e a construção de sistemas autóctones e fechados, mas somente de explicitar o grau de heteronomia que está contido em grande parte das relações socioespaciais que dão forma a determinada rede urbana. Torna-se pertinente explicitar o potencial (em termos de ganhos de escala para experiências demasiado localizadas) que reside no fortalecimento dos laços entre os lugares, e obviamente, este fortalecimento não se dá somente e linearmente em função da obtenção de lucros extraordinários através da extração de valor adicionado. Experiências autônomas e eventualmente ligadas ao plano da coletividade de determinado local podem ser potencializadas através da união de forças com experiências semelhantes de alhures, mesmo

⁶¹ Cujo caso clássico, do processo de re-arranjo espacial imprescindível para o bom andamento da revolução industrial na Inglaterra do século XIX, é descrito por Marx nas suas formulações acerca da *acumulação primitiva*. Ver MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, Volume 2, Capítulo XXIV.

que estas sejam profundamente localizadas e enraizadas no contexto específico do lugar em questão.

Em relação à formação da cidade-região, podemos propor que estas dinâmicas ligadas aos “ciclos de exploração” se intensificam ao ponto de incluir este anel externo às áreas metropolitanas e suas centralidades no espaço-cidade. Estes mecanismos de polarização ocorrem na área peri-metropolitana da seguinte forma: as migrações se tornam movimentos quasi-pendulares (nos dois sentidos, da metrópole em direção às suas margens e vice-versa). A produção de alimentos e o fornecimento de recursos naturais se dá em função quase completa da demanda da metrópole, e criam-se nichos altamente especializados de produção em função de mercados consumidores urbanos igualmente especializados, e soma-se a isso uma intensificação da industrialização da agricultura nestas áreas. O proprietário rural absenteísta se generaliza de tal modo que aparecem outras formas de ocupação do campo (e de sua urbanização) como espaços de lazer voltados para os finais de semana dos cidadãos. Os investimentos de capitais entram na lógica do espraiamento da indústria pós-fordista em fuga dos altos custos dos centros industriais fordistas situados nas metrópoles. E a distribuição de bens e serviços e a difusão de valores se dá no nível da criação de uma identidade metropolitana que é amarrada em grande parte pelo consumo enquanto práxis urbana que influencia fortemente o cotidiano destas localidades, se espalhando por suas redondezas (e que se manifesta de modo fragmentado no aparecimento de grupos seguidores de tendências culturais urbanas muitas vezes antagônicas).

Tem-se aqui uma ferramenta analítica para a delimitação da fronteira entre as áreas que fazem parte da cidade-região daquelas porções da hinterlândia polarizadas pela metrópole mas onde estas dinâmicas (de transbordamento da metrópole) se fazem presente com menor intensidade. Obviamente, trata-se de uma fronteira de difícil definição objetiva, muito mais próxima da forma de uma franja que perde intensidade com a distância do que de uma linha bem definida.

Porém, deve-se considerar também a possibilidade de ligações verticais entre duas localidades distantes (desobedecendo hierarquias urbanas de localidades centrais em torno de uma *hinterland* no sentido *christalleriano* clássico), que se manifesta nas centralidades intermediárias da cidade-região, ou seja, as relações de subordinação e dominação por parte do centro principal não necessariamente se referem ao núcleo da própria cidade-região (embora muitas vezes passe por este), podendo se constituir também com outros centros de comando e controle através do espaço de fluxos global (CASTELLS, 1999). Essa é uma das

características marcantes da cidade-região como um fenômeno novo, que a distingue da unidade centralidade-*hinterland* anterior que não apresentava tal complexidade que se potencializa com esta nova camada na organização em redes, que quebra sua linearidade e sua mono-centralidade (no que diz respeito às atividades de comando e controle).

3.5: Cidade-região, cidade global e cidade-região global

Saskia Sassen (2001), propõe sete hipóteses para definir seu modelo de cidade global (que para a autora, se concretiza somente nos casos das cidades de Nova York, Londres e Tóquio, as centralidades principais e de maior nível hierárquico na rede global de cidades(-região) atualmente em formação), resumidas a seguir com o intuito de introduzir o conceito:

- 1) A dispersão geográfica das atividades econômicas que marcam a globalização, assim como a integração simultânea de tais atividades dispersas geograficamente, é um fator chave alimentando o crescimento e a importância de funções corporativas centrais. Quanto mais dispersas forem as operações de uma empresa por diferentes países, mais complexas e estratégicas serão suas funções centrais – isto é, o trabalho de gerenciar, coordenar, prestar serviços e financiar a rede de operações de uma empresa.
- 2) Tais funções centrais se tornam tão complexas que cada vez mais os escritórios centrais (headquarters⁶²) de grandes empresas globais são mais numerosos que elas mesmo. Eles compram uma parcela de suas funções centrais de empresas prestadoras de serviços altamente especializados: serviços de contabilidade, jurídicos, de relações públicas, de programação, de telecomunicações e outros do gênero. Deste modo, enquanto até o início da década de 90 o local-chave para a produção destas funções centrais eram os escritórios centrais das empresas, hoje existe um segundo local-chave: as empresas de serviços especializados contratadas pelos escritórios centrais para produzir alguns componentes dessas funções centrais.

⁶² “Quartel-general”.

- 3) Estas empresas prestadoras de serviços estão sujeitas a economias de aglomeração. A complexidade dos serviços, a incerteza dos mercados nos quais elas estão envolvidas (diretamente ou através dos escritórios centrais que as contratam) e a importância da velocidade em todas estas transações é uma mistura de condições que constitui uma nova dinâmica da aglomeração. Esta mistura de empresas e conhecimento especializado de uma amplitude de campos de atuação faz com que o meio urbano se transforme num centro de informações. Viver na cidade se torna sinônimo de viver num *loop* de informações extremamente denso e intenso, e estas informações não podem ser fielmente duplicadas no espaço eletrônico (o que não se aplica a atividades de rotina que não estão sujeitas às incertezas e formas não padronizadas de complexidade). As cidades globais são, nesta ótica, locais de produção das principais indústrias de informações de nosso tempo.
- 4) Quanto mais os escritórios centrais terceirizarem suas funções mais complexas e menos padronizadas, particularmente aquelas sujeitas a incertezas e mercados voláteis, maior liberdade eles terão para escolher qualquer localidade, pois o trabalho realizado dentro dos escritórios centrais estará menos sujeitos às economias de aglomeração. Isso enfatiza o fato de que o setor que especifica as vantagens produtivas das cidades globais é o setor de serviços altamente especializado e configurado em redes de alta interdependência.
- 5) Estes serviços são integrados com uma rede global de filiais e outras formas de parceria situadas em outras centralidades que fazem com que aumentem os fluxos e as transações entre cidades de diferentes países, criando uma rede urbana global, e fazendo com que a economia dessas cidades se desconectem de suas *hinterlands* ou até mesmo das próprias economias nacionais.
- 6) Cresce substancialmente o grau de desigualdade socioeconômica na medida em que cresce o número de profissionais com os mais altos salários e as empresas com os mais altos lucros.
- 7) Cresce também o número de atividades informais (não somente como consequência da desigualdade, como o caso de empresas que são expulsas de suas localidades

originais devido à gentrificação causada pelo item 6), que também são fundamentais para as atividades realizadas pelos serviços especializados.

Em outro texto, Sassen insere um conteúdo político (muito provavelmente a partir de críticas às suas concepções iniciais) mais explícito na idéia da cidade global (SASSEN, 1998), afirmando que as manifestações anti-globalização recentes provam que estes grandes nós dos serviços avançados da economia global tornam-se também o palco de conflitos referentes aos processos socioespaciais que vêm ocorrendo no âmbito da globalização. Ou seja, não se tratam de processos que ocorrem única e exclusivamente no dito espaço de fluxos, inalcançável pela prática reivindicativa e manifestante, mas eles têm uma espacialidade própria (e inédita de acordo com a autora), e se concretizam justamente nestas cidades globais que passam a ser também espaços politizados no que diz respeito a estas questões globais. Do ponto de vista cultural, as cidades globais refletem sua condição de centralidade que sintetiza porções e manifestações de um enorme espaço polarizado constituído por diversos países, se tornando também ponto de encontro de fragmentos culturais destes contextos específicos (Nova York e Londres constituindo o exemplo mais acentuado de presença de culturas de diversas partes do mundo resultando numa grande diferenciação e desligamento de seus contextos regionais respectivos).

Esta discussão sobre a cidade global é importante para estas elaborações em torno do papel dos serviços avançados nestes nós da nova economia global, e surgem duas questões mais diretamente ligadas à questão central deste estudo, qual seja, a formação da cidade-região. Poder-se-ia supor, devido à proximidade dos serviços especializados diretamente ligados no (como uma espécie de portal de acesso ao) espaço de fluxos global (que facilita o acesso ao fluxo de informações e a mercados consumidores, fornecedores ou financiadores distantes), que a cidade-região enquanto espaço privilegiado da indústria enxuta e flexível do capitalismo contemporâneo (situada nos entornos, que se tornariam mais atrativos devido à proximidade da cidade global) só surge a partir de centralidades metropolitanas que se tornam cidades globais. Esta questão é colocada por Geiger (2001), que afirma que

a conceituação e cidade/região global refere-se à reconstrução de estruturas regionais no processo do desenvolvimento do capitalismo pós-fordista, flexível e que evolui a partir das cidades globais. As presentes formas da globalização se originam a partir dessas novas regiões. Se as grandes cidades seriam como que os 'volantes' no movimento, a região/cidade global seria como que seus 'motores' (GEIGER, 2001, p.537).

Procuraremos argumentar que a cidade-região, não necessariamente se constrói somente a partir deste centro global, mas que tal fato, da existência de uma cidade global no núcleo da metrópole, fortalece e potencializa o processo de formação de uma cidade-região ao seu redor. A segunda questão, que parte da simples observação dos casos de cidade global colocados por Sassen (Nova York, Londres e Tóquio) é o inverso da primeira: a cidade global só surge a partir de cidades-região consolidadas? A resposta seria exatamente a mesma da primeira questão, e caímos deste modo numa relação retro-alimentadora entre a cidade global e a cidade-região enquanto processos socioespaciais interligados e que se fortalecem uns aos outros.

Compans (2004) demonstra como o planejamento estratégico pretende transformar os núcleos das grandes metrópoles, tornando-os bons ambientes para o investimento privado no terciário superior que constituiriam os novos motores da economia contemporânea, que se localizam em localidades onde estariam presentes certas condições de produção e algumas amenidades urbanas que esta vertente do planejamento urbano procuraria criar para atrair tais investimentos (investe-se pesadamente deste modo na imagem da cidade). O discurso (desconstruído por Compans) deste planejamento estratégico (apoiado nos trabalhos de Manuel Castells em co-autoria com Jordi Borja, ex-vice-prefeito de Barcelona – a Meca do planejamento estratégico de cidades) parte do pressuposto que a economia contemporânea se realiza no núcleo urbano independentemente da economia real da área metropolitana e de seu entorno situado na cidade-região (que envolve recursos naturais, infra-estrutura para a produção industrial e para atividades importadoras e exportadoras de produtos e insumos etc.), e que a infra-estrutura exigida pela economia a ocupar os centros se limita às amenidades e a algum aparato institucional favorável. Esta economia que o planejamento estratégico pretende atrair está largamente presente nas cidades globais, sedes de um terciário praticamente destacado de seu entorno⁶³, que têm como área de mercado grandes porções da economia global. É curioso notar que as três cidades globais analisadas por Sassen (Nova York, Londres e Tóquio) são também cidades-região de economias industriais antigas e expressivas, e pouquíssimas são as cidades capazes de exercer de fato a função de cidade mundial ou global sem que existam (previamente, pelo menos) relações fortes internas à cidade-região.

⁶³ Assim como era o próprio Rio de Janeiro estudado por Compans, que perde essa posição no Brasil ao longo das últimas décadas e que atualmente vem se tornando uma cidade-região, tópico do próximo capítulo.

Como colocado anteriormente (na seção 3.3 acima), a economia informacional se sustenta principalmente a partir de sua relação com a economia industrial, que por sua vez não funciona sem os serviços, ocorrendo aí uma interação retro-alimentadora análoga à que ocorre entre a cidade-global e a cidade-região (sendo que nesta há de se acrescentar um fator “não necessariamente” que torna esta relação não tão essencial quanto no caso da indústria com os serviços), até mesmo pelo fato de serem a sede da economia informacional e da economia industrial, respectivamente. Ou seja, a cidade da economia informacional (ou o núcleo provedor de serviços avançados) se beneficia fortemente da pujança de seu entorno (caso de São Paulo), e este, por sua vez, tem no amplo leque de serviços especializados ofertados no centro um ativo bastante importante para a fluidez e o bom funcionamento das atividades de alto nível de complexidade ali realizadas. Deste modo, a cidade-global que não possui uma cidade-região no seu entorno deve necessariamente orientar as atividades de seus serviços avançados para outras regiões, constituindo uma atividade exportadora de serviços no nível inter-regional (ou mesmo internacional), pois este setor não se sustenta de forma fechada, sem que se estabeleçam relações com a economia industrial (pelo simples fato de que grande parte deste terciário é formado pelos serviços produtivos, cuja dinâmica é necessária e diretamente ligada ao setor manufatureiro produtor de mercadorias). Este papel de centro exportador de serviços avançados e complexos é reservado a poucas cidades globais devido à escala de demanda necessária à sua realização, (ou seja, a oferta de determinado serviço de alto grau de complexidade só se realiza num centro que atende um amplo mercado consumidor).

O fato citado acima, das principais cidades globais no mundo (consideradas as únicas de fato segundo a abordagem de Sassen) se constituírem a partir de cidades-região consolidadas pode se explicar pelo fato de que o setor terciário avançado teve nestas cidades um histórico mais longo no tempo, ou seja, começaram a exercer atividades complexas muito anteriormente devido à existência da demanda por estas advinda da indústria localizada na cidade-região respectiva. Quando as demais localidades passam a exercer atividades mais complexas, passam também a demandar os serviços (de consultoria tecnológica, administrativa, financeira, jurídica etc.) já consolidados nos grandes centros.

Outro fato curioso é que estas três cidades globais são também a sede histórica do mercado de capitais, da economia originária do advento do capitalismo industrial no caso de Londres, e das duas maiores economias nacionais do século XX no caso de Nova York e

Tóquio. A existência de um mercado de capitais⁶⁴ implica também a existência no mesmo local de um amplo leque de atividades complementares e essenciais ao bom funcionamento do mercado financeiro. E não seria exagero afirmar que se tratam da ponta destes serviços especializados, de alto valor agregado e alto nível de qualificação (cuja dependência do centro urbano é bastante alta, principalmente devido às relações externas às firmas e muito freqüentemente informais (e eventualmente ilegais e obscuras) que caracterizam o *buzz* da cidade descrito anteriormente). Na medida em que avança o processo de globalização⁶⁵ (altamente ditado e comandado por estes centros de controle do capital internacional), seja através da atuação das multinacionais em novas regiões do mundo, seja pela abertura de certas economias ao comércio e ao investimento internacional, ocorre um processo análogo ao descrito acima: as centralidades além-mar que se integram no mercado financeiro global passam a demandar estes serviços complexos ligados direta ou indiretamente ao mercado de capitais, cuja oferta já está consolidada nas cidades globais devido ao longo histórico destas atividades que giram em torno do mercado de capitais ali (mais antiga e concretamente) constituído. Ou seja, a formação da cidade global se efetiva através deste duplo processo, de transbordamento da oferta de serviços produtivos que anteriormente se restringiam a sua cidade-região para outras áreas do mundo, e do transbordamento da oferta das atividades que anteriormente se realizavam somente em função do mercado financeiro local para outras centralidades financeiras (em integração via globalização).

O encontro da cidade-região com a cidade global constitui o fenômeno estudado por Allen Scott e Michael Storper (2001), chamado por estes autores de *cidade-região global*. Trata-se de uma expressão do ressurgimento e do re-fortalecimento da região e do novo regionalismo no contexto da globalização discutidos acima. Os autores (Scott *et al*, 2001) colocam a cidade-região global como o grande desafio urbano contemporâneo para o planejamento e a política democrática, geradora de profundas desigualdades socioespaciais num espaço cada vez mais fragmentado e segmentado, que expressa e reproduz a lógica do capitalismo global contemporâneo de aprofundar as diferenças de renda, apesar de criar oportunidades de crescimento e desenvolvimento (estritamente econômico) jamais

⁶⁴ Cujas relações com a economia industrial é estreita, para não dizer óbvia – basta analisar a listagem de empresas de maior valorização de seus papéis nas principais bolsas de valores do mundo.

⁶⁵ Que vem demonstrando implicar também uma financeirização e uma “bolsificação” crescentes dos capitais, o que representa uma aparente pulverização da propriedade, mas que significa muito mais uma porta aberta ao investimento estrangeiro fluido, que pode auferir de rendimentos altos obtidos no setor produtivo ao mesmo tempo em que pode sair da bolsa muito mais ágil e facilmente do que no caso de investimentos diretos em capital imobilizado.

vivenciadas no contexto urbano-regional. Uma perspectiva acerca da globalização, fortalecida segundo os autores por um tratamento jornalístico da questão, que pretende diminuir a importância da geografia e decretar seu fim (supostamente devido às novas tecnologias de telecomunicações que permitiriam uma difusão sem limites das atividades e o fim da necessidade de grandes aglomerações urbanas), é atacada no texto, que afirma que

Ao invés de ser dissolvida como objeto geográfico e social pelos processos de globalização, a cidade-região está se tornando central para a vida moderna, e isto se intensifica pois a globalização (em combinação com várias transformações tecnológicas) reativou sua significância como base de toda forma de atividade produtiva, tanto na indústria quanto nos serviços, nos setores de alta tecnologia e de baixo coeficiente técnico. Na medida em que estas transformações avançam em seu percurso, torna-se cada vez mais aparente que a cidade no seu sentido estreito é uma unidade de organização social local menos apropriada ou viável do que a cidade-região ou a rede regional de cidades (SCOTT et al, 2001, p. 11).

Os autores seguem propondo a cidade-região global como o motor da economia globalizada, produtora das inovações tecnológicas, difusora de produtos culturais e sede dos serviços avançados que comandam e controlam as atividades industriais rotineiras e automatizadas que podem ser destacadas da necessidade (e do custo) de estar presente nos grandes centros – “funcionando cada vez mais como redes locais dinâmicas de relações econômicas inseridas nas redes mundiais de competição e trocas inter-regionais” (SCOTT *et al*, 2001, p. 18). Esta necessidade de localização na cidade-região global é maior para os setores (industriais) de ponta mais diretamente sujeitos às condições de incerteza e próximos aos centros difusores de inovações, que para serem incorporadas na produção necessitam de um contato direto e pessoal com uma série de serviços responsáveis pela implantação destas novas tecnologias. A proximidade relativa do setor financeiro de ponta também é um atributo necessário, devido a uma série de interações entre os financiadores seja da implantação, da instalação ou da expansão das indústrias, ou também através da constante participação nas decisões administrativas das grandes indústrias por parte de membros de conselhos deliberativos destas empresas por parte de investidores institucionais e acionistas majoritários. Outra proximidade importante na cidade-região (que se soma a esta rede de interações mútuas que criam uma interdependência dos seus componentes, uns dos outros), que beneficiam tanto o setor financeiro e os serviços avançados constitutivos da cidade global quanto a indústria situada nas proximidades, é a existência de grandes universidades e centros de pesquisa de ponta e formação de mão-de-obra especializada e de alta qualificação fundamental para todas estas atividades econômicas. Trata-se, tanto na economia informacional quanto no âmbito da

economia industrial de alto coeficiente tecnológico, de uma das condições gerais de produção nos termos de Jean Lojkin citadas anteriormente, tão essenciais para a realização destas atividades quanto a disponibilidade de infra-estrutura física como a eletricidade ou a estrutura viária.

Esta busca pela proximidade mútua por parte de todos os tipos de agentes econômicos na atualidade é, de modo significativo, uma resposta estratégica à competitividade econômica exacerbada que – em diversos segmentos da economia – intensificou a incerteza e estabeleceu um incentivo ao aprendizado e à inovação. A aglomeração permite às firmas responderem a estes desafios permitindo níveis maiores de flexibilidade operacional e potencializando suas capacidades inovadoras. A globalização acentuou este processo, embora não seja de forma alguma sua causa exclusiva, de forma que com a internacionalização dos mercados, as economias das cidades-região globais cresceram proporcionalmente. As grandes cidades-região assim passam a funcionar como plataformas territoriais das quais grupos concentrados ou redes de firmas atingem os mercados globais (SCOTT et al, 2001, p.14).

Nos termos de Storper (1997), ocorre na cidade-região um aumento da produtividade e da performance das firmas devido ao fato de que a concentração intensifica a criatividade, o aprendizado e a inovação (através do fluxo de idéias e de conhecimento que perpassa as ligações inter-firmas nas redes – seja de fornecimento e compras, seja de interdependência através da inovação – industriais), e possibilita também a flexibilização tão almejada no contexto atual. Ademais, a ligação destas cidades-região com os mercados mundiais, que se fortalece cada vez mais com a globalização, constitui um incentivo a mais para a localização dos mais diversos setores no seu bojo.

Como brevemente introduzido acima, os proponentes da cidade-região global aqui citados identificam uma série de desafios internos a esta nova unidade socioespacial de análise, principalmente no que diz respeito ao descompasso crescente entre sua pujança econômico-industrial potencializada pelo acesso a mercados globais e a desigualdade que se faz presente (que não se via desde o início do século XX nestes níveis, no caso dos países centrais). O que aqueles autores não reconhecem é a interligação entre os dois fatos, ou seja, que a ampla disponibilidade de mão-de-obra barata e de baixa qualificação, atuando na informalidade e sem direitos trabalhistas (pelo fato de serem em grande medida imigrantes sem permissões de trabalho formal, no caso do norte global) representa também um dos fatores tão celebrados nas passagens acima que tornam a cidade-região global o motor desta nova economia-mundo. Ou seja, tanto no terciário intermediário e nos seus sub-setores de mão-de-obra menos qualificada e de operações mais rotineiras (como o caso dos *call centers* ou das redes de *fast food*) quanto em grande parte da indústria, a inexistência de um exército

industrial de reserva composto por trabalhadores de baixíssimo custo para o capital tornaria estas atividades realizadas na cidade-região global pouco competitivas nos mercados mundiais de altíssima concorrência e incerteza permanente. Porém, chamam a atenção para a segmentação e a fragmentação sócio-política espacial (semelhante àquela colocada por Souza, 2000) que se torna um atributo inerente à cidade-região global.

A cidade-região global culturalmente heterogênea, policêntrica, social e espacialmente segmentada é deste modo um tabuleiro de xadrez de desenvolvimento desigual altamente fragmentado em contínuo espraiamento centrífugo. A cidade-região expandida funciona como uma plataforma vital de vantagens competitivas e geradora de crescimento na economia global, mas ao mesmo tempo este mundo regional de produção freqüentemente se assenta sobre estruturas institucionais de governança e planejamento que são inadequadas para manter a ordem social efetiva, para não mencionar a saúde econômica contínua. A criação de novos quadros institucionais de governança regional capazes de sustentar o desenvolvimento econômico, instigando um sentido de identidade regional cooperativa, e promovendo maneiras inovadoras de atingir a democracia regional e a justiça econômica se torna um grande desafio para o futuro (SCOTT et al, 2001, p. 20-21).

Assim, evidencia-se que os desafios políticos da cidade-região global são inúmeros, a começar pelo simples fato de que muito raramente estas entidades socioespaciais têm órgãos administrativos correspondentes (para não dizer dos casos em que se situam em países diferentes), apesar da contigüidade dos processos socioespaciais e crescentemente da identidade coletiva e cultural em construção. Independente das vertentes políticas que a disputam⁶⁶, as oportunidades de realização da política através de um fortalecimento da chamada democracia regional (que no caso da cidade-região poderia ser uma *democracia urbano-regional*) são inúmeras no novo contexto da cidade-região.

⁶⁶ Segundo Scott et al (2001), o neoliberalismo, que vem prevalecendo de forma expressiva, por um lado, e por outro, uma nova versão do pacto social-democrata que combina o bom ambiente para o investimento com um compromisso com o bem-estar social.

CAPÍTULO 4: A CIDADE-REGIÃO EM FORMAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Este capítulo tem como objetivo ilustrar a discussão dos capítulos anteriores com alguns casos do Brasil contemporâneo⁶⁷. Não pretendemos comprovar empiricamente as elaborações teóricas anteriores, mas simplesmente apresentar algumas tendências que apontam na direção ali proposta. Esta ilustração pode servir como uma indicação de uma possível agenda de pesquisas futuras que eventualmente venham a confrontar, refutar ou corroborar tanto a contribuição teórica que constitui o bojo deste estudo quanto as observações (preliminares) de ordem empírica colocadas a seguir.

A discussão teórica colocada anteriormente ultrapassa de certa forma o objeto central do estudo, pois parte da premissa de que é fundamental o entendimento da interação entre as esferas da economia, da política e da cultura com a produção e a organização do espaço. Deste modo, concentramos esforços nesta retro-alimentação, que nem sempre se limitam à questão da cidade-região enquanto ente geográfico em formação e fortalecimento, se manifestando nos problemas metropolitanos contemporâneos de forma geral. Por exemplo, as formulações de Edward Soja aqui utilizadas acerca da Pós-Metrópole não se limitam de forma alguma à metropolização do espaço regional, e tampouco a reestruturação produtiva tem sua interação com a reestruturação espacial reduzida à formação da cidade-região, e ambos têm impactos decisivos sobre a própria metrópole (cuja formação não se consolida de forma definitiva no período da industrialização fordista, estando igualmente sujeita aos processos de reestruturação espacial aqui discutidos).

A cidade-região é apenas um dos aspectos (e dos discursos, nos termos de Soja) da reestruturação metropolitana contemporânea, que inclui uma série de processos distintos que vem ocorrendo na própria área adensada da metrópole, com a diferença de que esta já é um ambiente construído mais consolidado, e que o alcance de novas espacialidades é importante por isso (justamente por se tratar da produção de um espaço de acordo com a lógica atual, que anteriormente tinha laços mais fracos com o processo de metropolização).

Esta ressalva é importante, pois lidaremos com casos estudados adiante (com a exceção de São Paulo) onde o processo de formação da cidade-região enquanto

⁶⁷ Para em seguida mudar o enfoque da análise, da discussão da economia política do espaço para o olhar da produção do espaço da cidade-região, tema do próximo capítulo.

metropolização do espaço regional, apesar de anunciado e iminente, ainda é um tanto frágil e relativamente pouco visível nos termos apresentados. E nestes casos, mesmo se não atingem a escala regional mais ampliada de forma tão intensa (e até óbvia) como o caso de São Paulo, os processos de reestruturação metropolitana se manifestam claramente (e portanto seus elementos, como a cidade industrial pós-fordista e também a *exopolis*, a expressão mais visível no ambiente construído) na própria área anteriormente (na fase fordista) produzida/construída pela metrópole.

4.1: As especificidades da produção do espaço do subdesenvolvimento socioeconômico-espacial

Abordaremos nesta seção a questão das particularidades dos processos socioeconômico-espaciais nos países subdesenvolvidos. Como advertido na Introdução, tratamos a realidade brasileira contemporânea a partir de sua inserção na semi-periferia da economia-mundo, a partir da abordagem de Wallerstein (1974) acerca do tema. Porém, esta inserção ocorreu a partir de um processo intenso de modernização socioespacial do território brasileiro (ver Becker, 1991), e as diversas peculiaridades e especificidades do espaço do subdesenvolvimento tal qual tratadas por Santos (1978) permanecem de grande validade para o entendimento das conseqüências de determinadas dinâmicas socioespaciais tais quais aquelas ligadas à formação da cidade-região. Vale advertir também que não compartilhamos de uma interpretação do subdesenvolvimento (muitas vezes mescladas ao próprio termo) como uma formação econômico-social *dualista*, com parcelas avançadas e modernas convivendo com outras arcaicas e em condições de precariedade (a serem “modernizadas”), numa perspectiva que não enxerga a relação entre as duas, produtos de um mesmo processo histórico de modernização socioespacial⁶⁸.

Os longos ciclos de acumulação são sentidos na periferia a partir de seus efeitos que emanam dos centros da economia-mundo. No caso da economia brasileira, há uma seqüência histórica de ciclos de atividade (ciclo do açúcar, do ouro, do café etc.) que se definem a partir da inserção deste conjunto na economia-mundo em cada momento determinado. Esta inserção em função do que ocorre nos núcleos externamente consolidados faz com que a reestruturação gerada pela entrada num novo ciclo se dê antes que os efeitos da estrutura anterior sejam

⁶⁸ A este respeito, ver Francisco de Oliveira (2003) e Santos (1979).

completamente sentidos, e principalmente, distribuídos pela sociedade e pelo espaço – gerando configurações espaciais (em diversas escalas) onde a tendência ao desenvolvimento desigual inerente na produção capitalista do espaço se manifesta de forma ainda mais acentuada. As reestruturações impostas pela necessidade de entrada em novos ciclos provocam deste modo o abandono de projetos (de desenvolvimento urbano-regional) em curso, e o início da formulação de novos projetos sem que os anteriores tenham sido plenamente levados a cabo.

Milton Santos (1978) identifica uma série de características intrínsecas à organização e à produção do espaço dos países (semi-)periféricos, que são funções de do caráter fundamental destes espaços, qual seja, o espaço derivado: espaços que

se organizam e se reorganizam em relação a interesses distantes: sua organização é função de necessidades exógenas e depende de parâmetros importados, tomados de empréstimo aos sistemas representativos desses interesses distantes (SANTOS, 1978, p.75).

Algumas outras características do espaço do subdesenvolvimento de acordo com Santos são:

- espaço periférico: as regiões pólo do país muito raramente são suas áreas centrais, pois são resultado de uma ocupação voltada para o atendimento de demandas externas;
- espaço aberto: grandes porções do espaço são desocupadas e desprezadas, criando enormes zonas de fronteira que pode vir a gerar “uma urbanização nova com o aparecimento de aglomerações urbanas, cidades monofuncionais, cidades criadas, cidades cogumelos sobre terras onde outrora nada existia” (SANTOS, 1978, p. 106);
- espaço seletivo: os processos de modernização são seletivos, atingindo de forma assimétrica parcelas da sociedade e do espaço, envolvendo grande diferenças de renda que tende a refletir num espaço ainda mais parcelado/fragmentado;
- espaço incompletamente organizado: ao contrário do espaço dos países de industrialização avançada, onde se verifica um maior grau de homogeneidade no que diz respeito à presença de infra-estrutura e da malha programada⁶⁹, no espaço dos países subdesenvolvidos estas características se verificam somente em alguns “bolsões”, em “regiões privilegiadas”;
- espaço descontínuo: as áreas bem atendidas e ligadas a sistemas avançados fazem fronteira imediata com regiões de “meios rudimentares”, “encontramos zonas onde a presença de técnicas de nível elevado não traz obstáculo à presença, nas vizinhanças, de uma mão-de-obra sem qualquer qualificação” e “a instalação de uma rodovia ou de uma

⁶⁹ Becker (1991), ao analisar a configuração do espaço em escala nacional no Brasil por parte das estratégias do Estado ao longo do século XX, define a *malha programada* como um aparato territorial de controle técnico e político, construído através dos diversos programas e projetos governamentais (na fase da integração nacional promovida pelos governos autoritários) que atendiam aos interesses do tripé por trás da produção hegemônica do espaço. A produção desta malha programada se consistia na extensão das redes técnicas (viárias, de comunicação, de informação, institucional, bancária etc.) e na criação de territórios superpostos à divisão político-administrativa oficial, gerido por instituições estatais (que posteriormente se tornariam empresas privadas em posição privilegiada devido ao enraizamento territorial constituído ao longo desta etapa fordista – como o caso da CVRD).

estrada de ferro moderna não impede que em tal região as outras instalações de transporte estejam tecnicamente em atraso de um século ou mais” (SANTOS, 1978, p. 108).

- espaço não integrado: os sub-espços muitas vezes são mais integrados a pólos externos do que entre eles; este é o caráter ligado à ausência de integração nacional estudada também pelos teóricos do desenvolvimento regional;
- espaço instável: trata-se da instabilidade inerente ao espaço derivado, sujeito a uma “multiplicidade de impactos que levam aos desequilíbrios, aos ajustamentos repetidos”.

Deste modo, a configuração da cidade-região no Brasil tende a refletir estas características, principalmente no que tange ao espaço incompletamente organizado, seletivo, descontínuo e instável. As centralidades peri-metropolitanas em processo de integração à cidade-região passam a acomodar espacialidades de alta inserção das condições gerais de produção que possibilitam a realização da produção baseada em meios de alta tecnologia com a presença de espaços precários vizinhos, onde, como indicado no capítulo 1, a compressão espaço-temporal acentua esta descontinuidade. A contribuição de Milton Santos acerca do tema permite um passo adiante nesta formulação, na direção do entendimento da relação entre estes dois tipos de espaços, igualmente modernos, ambos resultado de determinados processos de modernização, e em interação constante um com o outro (na forma da oferta de mão-de-obra abundante que mantém níveis salariais baixos para o circuito superior da economia urbana, por exemplo).

Uma síntese da perspectiva do espaço do subdesenvolvimento a partir das idéias de Celso Furtado⁷⁰ e de Milton Santos nos é elaborada por Linhares (2007). Aquele autor propõe uma defesa da necessidade do planejamento sócio-econômico-espacial (profundamente democrático) enquanto processo fundamental para a superação do subdesenvolvimento. O estruturalismo de Celso Furtado descrito por Linhares é bastante diferente da vertente do estruturalismo marxista criticada anteriormente, se caracterizando por uma tentativa de encontrar a explicação para determinados problemas econômicos dos países subdesenvolvidos em suas estruturas econômicas e suas características qualitativas (produtivas, de regulação e de consumo), ao contrário da ciência econômica de vertente mais ortodoxa que ignora tais diferenças estruturais e procura explicações em variáveis quantitativas *per se*. Segundo Linhares, o subdesenvolvimento se caracteriza por uma série de descompassos e assimetrias, seja entre as pressões do padrão de demanda (principalmente dos grupos privilegiados) e a

⁷⁰ No que diz respeito às suas contribuições para o entendimento das especificidades da formação econômico-social subdesenvolvida, destacam-se as obras “Raízes do subdesenvolvimento”, “O mito do desenvolvimento econômico”, “Desenvolvimento e subdesenvolvimento”, “Dialética do desenvolvimento” e “Formação Econômica do Brasil”.

esfera produtiva (o que acarretam dificuldades inclusive para as políticas econômicas) – segundo o ponto de vista furtadiano; seja no espaço seletivo e incompletamente organizado a partir da ótica de Milton Santos. Linhares interpreta que

Milton Santos adverte que a organização do espaço nesses países, que endossa a dinâmica do modo de produção capitalista e do aparato tecnológico subjacente, traz no seu bojo os impactos da estrutura sócio-econômica desequilibrada. Emerge um sistema técnico hegemônico, vinculado ao sistema social hegemônico, dos quais participa como beneficiária apenas uma pequena parcela da população. A modernização tecnológica que se intensificou e se espalhou a reboque do advento da industrialização acompanhou-se de um processo de marginalização pelo qual o acesso às benesses da tecnologia foi vedado a uma parcela importante da população (LINHARES, 2007, p. 12-13).

O espaço incompletamente organizado se expressa na cidade, dentre outras, na forma de um tecido urbano espoliado sem as condições mínimas de reprodução ampliada da vida, espaço de uma espécie de sub-classe, sub-cidadã, intrinsecamente ligada à ausência e/ou à fragilidade da democracia em perspectiva histórica. Há uma série de expressões mais ou menos ligadas à característica fundamental de espaço derivado proposta por Milton Santos que se relacionam também a esta estrutura social concentradora das benesses do progresso técnico e do crescimento econômico que se relaciona à configuração de uma hegemonia, no sentido gramsciano do termo, cuja reprodução implica na reprodução do próprio subdesenvolvimento. Celso Furtado identifica no padrão de consumo das elites brasileiras um entrave bastante expressivo ao processo de diminuição da intensidade da dependência e do paralelo desenvolvimento da autonomia. Trazer tais características socioeconômicas da estrutura semiperiférica para o plano das contradições da cidade e da organização do espaço urbano envolve uma passagem para o âmbito da produção do espaço (em termos lefebvrianos) do subdesenvolvimento enquanto elemento fundamental para o entendimento de sua reprodução. E esta produção do espaço envolve necessariamente a atuação de uma hegemonia, na produção hegemônica deste espaço, que é fundamental para a própria reprodução do subdesenvolvimento (contida na reprodução da própria hegemonia)⁷¹. Deste modo, a superação democrática desta condição heterônoma que marca o espaço derivado do subdesenvolvimento envolve necessariamente um esforço contra-hegemônico, seja na

⁷¹ O crescimento econômico no sentido estreito, que não envolva transformações qualitativas nas *estruturas* de produção tais quais identificadas na obra furtadiana, se torna não somente sujeito a condições conjunturais que provocam a efemeridade dos projetos tal qual descrito acima, mas também um *cimento* daquelas estruturas, podendo fazer crescer uma economia assentada sobre uma estrutura socioespacial com graves problemas cujas soluções se tornam mais difíceis em períodos posteriores às conjunturas de crescimento acelerado.

produção de *outros* espaços que escapem ao espaço hegemônico, seja através da inversão radical de prioridades (de investimentos, de projetos) por parte do planejamento democrático.

A diferenciação entre os ditos países semiperiféricos (mais próximos da realidade brasileira, e de interesse maior para este estudo), que passaram por um período de industrialização/urbanização incompletos através da implantação do fordismo periférico, e os países de subdesenvolvimento mais acentuado pode ser lida na configuração das cidades destes dois grupos. Uma ampla análise da alarmante realidade contemporânea da urbanização dos países de terceiro mundo foi feita por Davis (2006), que compõe um retrato da generalização da urbanização espoliada das favelas nas grandes cidades do sul global, chegando ao ponto de tratar a favela não mais como uma exceção (pois elas se tornam a maior parte do tecido urbano de uma série de cidades africanas e asiáticas), mas como uma característica intrínseca à urbanização contemporânea em condições de subdesenvolvimento sócio-econômico-espacial. Uma característica notável desta urbanização/favelização contemporânea demonstrada por Davis é a ausência do processo de industrialização como indutor do processo de urbanização (como foi o caso dos países semi-periféricos) em grande parte dos países analisados.

(...) na maior parte do mundo em desenvolvimento, falta ao crescimento das cidades o poderoso motor industrial-exportador da China, da Coreia e de Taiwan, assim como a enorme importação chinesa de capital estrangeiro (...). Desde meados da década de 1980, as grandes cidades industriais do hemisfério sul – Bombaim, Johannesburgo, Buenos Aires, Belo Horizonte e São Paulo – sofreram todas o fechamento maciço das fábricas e a tendência à desindustrialização. Em outros lugares, a urbanização desligou-se mais radicalmente da industrialização e até do desenvolvimento propriamente dito, e, na África subsaariana, daquela suposta condição *sine qua non* da urbanização, o aumento da produtividade agrícola. Em conseqüência, é comum que o tamanho da economia de uma cidade tenha, surpreendentemente, pouca relação com o tamanho da sua população e vice-versa. (DAVIS, 2006, p. 23).

Esta “urbanização sem crescimento” é, para Davis, uma herança da crise da dívida externa do final dos anos 70 e início dos 80, e sobretudo das políticas de ajuste estrutural impostas a estas economias desde meados dos 80. O imperativo de inserção (sobretudo dos camponeses) na competição do mercado global de *commodities* e o desmonte de políticas nacionais de regulamentação e fomento da agricultura impostos pelas políticas neoliberais de ajuste estrutural teve o resultado de que “as décadas de 1980 e 1990 foram uma época de convulsão rural nunca vista nas áreas rurais do mundo inteiro”, e

Quando as redes locais de segurança desapareceram, os agricultores pobres ficaram cada vez mais vulneráveis a qualquer choque exógeno: seca, inflação, aumento dos

juros ou queda do preço das commodities (ou doença: estima-se que 60% dos pequenos camponeses cambojanos que vendem a sua terra e mudam-se para a cidade são forçados a isso por dívidas com assistência médica). Ao mesmo tempo, líderes guerreiros gananciosos e guerras civis crônicas, muitas vezes estimuladas pela desorganização econômica do ajuste estrutural imposto pela dívida ou por predadores econômicos estrangeiros (como no Congo e em Angola), desarraigaram todo o campo. As cidades, apesar do crescimento econômico estagnado ou negativo e sem o necessário investimento em nova infra-estrutura, instalações educacionais e sistemas de saúde pública, simplesmente colheram o produto da crise agrária mundial. Em vez do estereótipo clássico do uso intensivo de mão-de-obra no campo e uso intensivo do capital na metrópole industrial, o Terceiro Mundo apresenta hoje muitos exemplos de campo com uso intensivo de capital e cidades desindustrializadas com uso intensivo de mão-de-obra. A “superurbanização”, em outras palavras, é impulsionada pela reprodução da pobreza, não pela oferta de empregos. Essa é apenas uma das várias descidas inesperadas para as quais a ordem mundial neoliberal vem direcionando o futuro (DAVIS, 2006, p. 25-26).

Tem-se aí um novo quadro urbano do mundo subdesenvolvido bastante diferente do que foi configurado ao longo dos três primeiros quartéis do século XX onde o processo de industrialização teve um papel indutor decisivo. Podemos propor a partir de Davis que a globalização passa a ter uma função central, por abarcar toda uma série de processos de inserção (perversa, nestes casos) numa lógica global definida pelos mercados e pelas instituições que os configuram. Ademais, há nas cidades do sul global descritas por Davis um acesso a uma rede internacional de migração de força de trabalho na direção dos grandes centros urbanos do mundo desenvolvido que potencialmente abastece com dólares e euros estas economias urbanas espoliadas e suas estratégias de sobrevivência.

Não devemos supor que este desligamento da industrialização da urbanização se aplica linearmente ao contexto da formação cidade-região aqui proposto⁷², pois o duplo processo de desindustrialização dos centros fordistas e pulverização do investimento industrial permanece em seu bojo (o que é um processo de reestruturação característico da semi-periferia). Por outro lado, este desligamento se manifesta em localidades onde a urbanização se retro-alimenta com um crescimento do terciário inferior inseridos nas franjas da cidade-região. Temos aí duas dinâmicas econômico-espaciais ligadas à urbanização difusa na cidade-região: o crescimento do investimento industrial nas cidades médias situadas dentro de determinado raio de distância, e a extensão dos serviços ao longo do território como manifestação da própria extensão do tecido urbano.

A própria cidade-região é uma configuração socioespacial que se manifesta na semi-periferia de industrialização tardia e incompleta, ligada a uma série de processos de

⁷² Apesar da globalização também entrar em cena de forma muito significativa neste contexto, alterando o próprio padrão de industrialização.

reconfiguração espacial das estruturas anteriormente constituídas (ainda que incompletamente), que pouco provavelmente se verificará nos países subdesenvolvidos fora do contexto semi-periférico (cujo processo de metropolização em curso não se relaciona à entrada da indústria de larga escala no espaço urbano, mas a uma primazia das *estratégias de sobrevivência* que corresponde a uma urbanização da subsistência anteriormente praticada no campo). Entretanto, Davis chama atenção para os processos de urbanização do campo também por trás de grande parte das migrações em direção aos grandes centros tanto na África quanto no sudeste asiático⁷³ (Davis, 2006, p.19-21).

A extensão do tecido urbano revela que o dito inchaço da metrópole nos países periféricos, no caso brasileiro recente, vem se espalhando de forma desigual (e aparentemente paradoxal) pelo território. A característica de um excedente de mão de obra à disposição das eventuais necessidades de expansão é inerente à periferia em suas diversas escalas – o que se torna mais evidente na medida em que o *lumpen* proletariado nos países de centro são justamente estes grupos de sub-cidadãos imigrantes do sul global cuja entrada naqueles mercados de trabalho deve ser dosada também de acordo com as necessidades. Assim, na medida em que se unifica o mercado nacional através da malha programada, esta característica de mão de obra abundante passa a se fazer presente (muitas vezes na forma do crescimento do terciário inferior e precário) ao longo do território, por ser uma característica estrutural da economia (semi-)periférica e ao mesmo tempo uma condição para sua realização e seu crescimento. A configuração da cidade-região revela que quando o excedente de mão de obra deixa de ser funcional em determinado local, através do fortalecimento dos sindicatos, por exemplo – o capital industrial deixa de expandir (mas não fecha as portas) nessa localidade e se difunde (de forma pulverizada) nas redondezas.

⁷³ A urgência do urbano no sudeste asiático se manifesta na aceleração recente da urbanização nos dois países mais populosos do mundo, a China e a Índia, de estruturas tradicionalmente rurais, que impõe uma série de desafios (urbanísticos, ambientais, sociais, econômicos) sem precedentes na história da cidade e do planejamento urbano e regional.

4.2: Algumas tendências recentes de configuração do espaço urbano e regional no Brasil⁷⁴

A configuração regional pré-1930 (período que se inicia com maior intensidade um processo de industrialização e de construção do mercado nacional voltado para dentro) do território brasileiro é marcada pela inserção das regiões em cada um destes ciclos, constituindo diversas economias regionais com um baixo nível de integração entre elas (Oliveira, 1977). Tratava-se de espaços derivados no sentido de que o núcleo de comando e controle das atividades se situava no mercado externo, para onde sua produção (de produtos primários, de baixo valor agregado) era direcionada (uma configuração herdada da condição colonial destas espacialidades).

A partir de 1930, ocorrem tentativas diversas de conduzir um processo de industrialização por substituição de importações que aumentasse o grau de autonomia da economia brasileira e diminuísse a intensidade de sua dependência destes fluxos da economia-mundo (que lhe inserem de uma forma muito particular, a partir de trocas desiguais, que atuam na reprodução de seu subdesenvolvimento). Apesar dos diversos esforços no sentido de diminuir os desequilíbrios regionais no país, o resultado é uma centralização da indústria no sudeste, que faz com que as demais regiões se tornem espaços diretamente influenciados e ditados pelo núcleo da economia brasileira constituído principalmente em São Paulo. Tem-se aí o início de um processo de integração nacional que altera de forma significativa o quadro anterior de diversas regiões com economias relativamente voltadas para dentro, passando a existir uma economia nacional com diversas manifestações regionalizadas mais intensamente interligadas (Oliveira, 1977). As regiões se voltam para o próprio espaço nacional, e se tornam, de certo modo, espaços derivados do núcleo da economia brasileira situado em São Paulo e no sudeste.

⁷⁴ Esta seção procura trabalhar uma perspectiva panorâmica nas linhas da argumentação desenvolvida nos capítulos anteriores. Existe um amplo leque de estudos e pesquisas recentes acerca deste tema que não será abordado nas próximas páginas devido simplesmente a esta limitação de escopo, mas que constituem referência fundamental no que tange a dinâmica da rede urbana e da organização territorial brasileira contemporânea. Alguns exemplos: BRANDÃO, C.; GALVÃO, A.C.; GONÇALVES, M. F. (orgs.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.; IPEA/IBGE/NESUR. **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.; MATOS, Ralfo (org.). **Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2005.; LAVINAS, CARLEIAL, NABUCO (orgs.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Anpur/Hucitec, 1993.; CARLEIAL, L.; NABUCO, M.R. (orgs.). **Transformações na divisão inter-regional do trabalho no Brasil**. São Paulo/Fortaleza/Belo Horizonte: Anpec/Caen/Cedeplar, 1989.; LIMONAD, Ester (org.). **Brasil Século XXI – por uma nova regionalização?** São Paulo: Max Limonad, 2004.

Como proposto por Becker (1991), a crise do fordismo atinge de forma mais abrupta as economias semi-periféricas, que ainda não tinham construído de forma plena o aparato de bem estar social e nem a competitividade empresarial que determinaria a inserção das economias na globalização neoliberal posterior a este processo. Como o Estado tinha tomado para si o papel de motor da modernização conservadora, a crise do regime de acumulação no contexto brasileiro se manifesta em seu cerne, significando o esgotamento de um padrão de financiamento da industrialização pelo setor público e comprometendo a legitimidade do Estado. A crise do Estado tem como resultado o abandono do projeto de modernização antes de sua universalização, e o aumento das demandas sociais das massas pobres já urbanizadas se dá neste contexto do Estado desestruturado. Becker coloca que o território se torna assim ao mesmo tempo instrumento de consolidação e crescimento do Estado e expressão de sua vulnerabilidade, e a leitura do território permite desvendar os interesses em jogo no processo de reestruturação da economia e da sociedade, onde os grandes grupos oligopolistas, progressivamente desvinculados do Estado através das privatizações, não somente criam escudos da crise e da fragmentação, mas passam a se beneficiar da nova estrutura, passando a negociar diretamente com frações locais e regionais, reforçando a fragmentação socioespacial e a desigualdade regional em larga escala.

A partir deste quadro do projeto nacional interrompido, o que ocorre atualmente é uma mescla dos resquícios e dos resultados da política de industrialização por substituição de importações (com todas as características que marcam o caráter periférico do fordismo que aqui se tentou implantar⁷⁵) com uma nova inserção na economia mundial, que de certa forma constitui um retorno aos padrões anteriores de fortalecimento da base de exportação de commodities de baixo valor agregado (necessidade imposta pela própria política econômica de cunho neoliberal⁷⁶). Esta lógica de tornar as exportações um objetivo primordial, em detrimento do mercado interno (através da própria substituição de importações – processo que não funciona sem a participação ativa do Estado com diretrizes de longo prazo de planejamento e desenvolvimento regional), vem alterando o quadro descrito acima da integração nacional (incompleta) gerada pela construção (interrompida) do fordismo-keynesianismo no Brasil. As regiões voltam a estabelecer laços fortes com o exterior, como

⁷⁵ E com uma presença marcante do capital estrangeiro na indústria motriz (principalmente automotiva).

⁷⁶ Que restringe a capacidade de financiamento da despesa pública, estabelecendo como prioridade o controle inflacionário através da retração da demanda agregada e da taxa de câmbio através dos juros, propondo também uma nova inserção no mercado externo que tem como objetivo a diminuição da relação dívida/PIB, principalmente através da relação dívida/exportações ali contida.

colocado anteriormente na discussão teórica acerca do re-fortalecimento das regiões, e passam a ter suas economias fortemente definidas pelas vantagens comparativas que cada região apresenta, servindo potencialmente ao mercado global como um todo.

Quanto à organização industrial, o regime de acumulação flexível vem se manifestando de forma progressivamente significativa, dando continuidade a um processo onde o fordismo teve um caráter periférico, construído parcialmente (e abandonado antes de sua conclusão enquanto projeto), a partir do processo de industrialização por substituição de importações. Mas como reflexo do caráter de espaço derivado que estão inerentes à economia e à urbanização brasileiras, os reflexos da mudança no regime de acumulação nos países de centro são visíveis na organização do espaço e da produção local. Rompe-se o contrato social fordista, diminuindo-se abruptamente a participação e a importância dos sindicatos na negociação salarial e na definição de normas e políticas de trabalho das empresas, generaliza-se a subcontratação e a gestão flexível de contratos e de projetos, aumenta-se fortemente o grau de automação nas plantas, e principalmente (para nossos propósitos), a indústria passa a evitar a localização de novos investimentos nas grandes concentrações industriais fordistas.

No plano do “modo de regulação” as transformações são mais visíveis, no sentido de que ocorre, de forma paralela ao fortalecimento do neoliberalismo (caracterizado nos países semi-periféricos por políticas macroeconômicas de ajuste recessivo combinadas a um retorno ao *laissez-faire* nos mercados de trabalho que deixam um espaço muito restrito à atuação dos sindicatos), um rompimento do contrato social fordista-keynesiano antes que este fosse implementado de fato. Trata-se de um abandono de um projeto relativamente mais inclusivo de construção da sociedade urbano-industrial moderna que nos países de centro teria se esgotado e fornecido as bases (em termos do nível de renda e da capacidade de lidar com a instabilidade e a incerteza por parte da população) que amorteceriam os impactos negativos do desmantelamento deste mesmo modelo para que aumentasse a eficiência da acumulação capitalista.

A configuração territorial do espaço econômico brasileiro contemporâneo elaborada por Diniz (1993) desenha um panorama da dinâmica regional partindo dos seguintes pressupostos:

- A partir da década de 70, há uma diminuição significativa na participação da indústria paulistana em relação ao total do país: em 1970, a Região Metropolitana de São Paulo concentrava 44% da produção industrial do Brasil, cifra que cai para 26% em 1990.

- ocorre uma mudança da distribuição da produção industrial no Brasil a partir do incremento nas deseconomias de aglomeração em São Paulo, mas não se trata de uma verdadeira desconcentração (à maneira da configuração regional dos EUA, por exemplo), mas de uma re-concentração numa área que aquele autor denomina *polígono de desenvolvimento* (tendo como um dos vértices a cidade de Belo Horizonte e sua região circundante, prosseguindo para o oeste em direção ao triângulo mineiro, por um lado e ao sudeste de Minas por outro, incluindo todo o estado de São Paulo e grande parte do sul do Brasil, terminando na metrópole de Porto Alegre).
- Numa primeira fase esta desconcentração se dirige ao interior de São Paulo, e numa segunda fase começa a se direcionar ao polígono (a partir da identificação de pontos isolados com condições gerais de produção disponíveis)
- A inserção no polígono também pode se dar pela base exportadora, que gera renda suficiente para formar tanto um mercado consumidor expressivo quanto pessoal qualificado e centros de excelência que passam a fazer parte das condições gerais de produção.

Segundo Diniz, os seguintes conjuntos de forças estariam por trás desta dinâmica: em primeiro lugar as deseconomias de aglomeração em São Paulo (congestionamentos de infraestrutura, mão-de-obra se torna muito mais cara, atuação de sindicatos etc.), e quando estas deseconomias começam a surgir em São Paulo, as economias de aglomeração já se fazem presentes em outras localidades (a partir da extensão das condições gerais de produção ao longo do território); em segundo lugar tem-se a ação do Estado na extensão da malha programada através da Sudene, Sudam, Zona Franca de Manaus etc.; de incentivos fiscais (caso da Fiat Automóveis em Betim) e do provimento de infra-estrutura (principalmente energia e transportes); em terceiro lugar estariam os recursos naturais: mineração, agropecuária no cerrado, silvicultura etc. situados em regiões diversas no Brasil central; em quarto lugar: unificação do mercado e das condições gerais de produção que também possibilitaria a desconcentração; e por último, a concentração socioespacial de renda e de tecnologia no polígono em relação ao resto do Brasil (que tornaria esta região uma área privilegiada para o investimento). Aquele autor adverte que ocorre uma reprodução das áreas subdesenvolvidas, pois os novos complexos não se localizariam em "regiões atrasadas ou vazias, desde que elas não dispõem dos requerimentos locacionais fundamentais para as

atividades baseadas em tecnologias avançadas, como centros de pesquisa, mercado de trabalho especializado e infra-estrutura de comunicação" (DINIZ, 1993, p. 54).

Este polígono de desenvolvimento é um nível de regionalização que se encaixa no novo arranjo espacial e que define um papel de articulador do espaço nacional às metrópoles enquanto sedes de atividades de comando e controle. Trata-se de uma região onde a malha programada se faz presente de forma mais intensa do que no restante do território nacional, e onde o meio técnico-científico-informacional se manifesta (de forma desigual) em pontos específicos na sua expressão mais avançada e sofisticada, constituindo áreas de alto nível técnico e alta composição orgânica do capital em contrastes com o que Milton Santos (2002) chama de espaços opacos.

Podemos propor a cidade-região inserida no polígono de desenvolvimento como um nível de regionalização a mais, aprofundando e destrinchando espacialidades de maior intensificação dos fluxos urbano-regionais dentro do próprio polígono. Isso não quer dizer, de forma alguma, que as espacialidades que ficam de fora das cidades-região situadas no polígono não tenham uma dinâmica de urbanização (e industrialização em termos flexíveis) acentuadas, como comprovam algumas regiões do sul de Minas, como Itajubá e Santa Rita do Sapucaí, um pouco mais distantes da capital paulista, mas que de todo modo vêm se tornando pólos privilegiados para a indústria de alto grau de inovação e intensivas em tecnologia avançada. Trata-se de áreas onde as condições gerais de produção se manifestam de forma suficientemente avançadas para receber tais investimentos. Também são áreas que estabelecem laços estreitos com suas metrópoles polarizadoras ao ponto de poderem ser consideradas como pertencentes à cidade-região, apesar da distância, como uma espécie de satélite lançado na hinterlândia, que têm características semelhantes às centralidades de porte médio situadas na hinterlândia imediata aqui tratadas como espaços privilegiados para a acumulação flexível (retomando: por escapar das deseconomias de aglomeração e da involução metropolitana, pela presença das condições gerais de produção e do meio técnico-científico-informacional de forma mais intensa do que as localidades mais distantes das metrópoles; pela proximidade da metrópole que permite um contato mais estreito com seu trabalho especializado em relações de sub-contratação e gestão de projetos assim como um acesso mais ágil a seus ativos infra-estruturais de uso coletivo como aeroportos, portos etc.).

Deste modo, temos na região dinâmica da economia brasileira a seguinte configuração econômico-espacial: num primeiro nível, delimitando esta área como um todo, o polígono de desenvolvimento proposto por Diniz (1993) em nossa perspectiva somado do Rio de Janeiro e

de sua região polarizada; num segundo nível, temos as cidades-região somadas destes satélites lançados em pontos um pouco mais distantes (mas não em áreas isoladas dentro de sua hinterlândia), configurando um arquipélago de espaços iluminados (em oposição aos “espaços opacos”) desigualmente distribuídos dentro do próprio polígono; e num terceiro plano, têm-se as próprias metrópoles como as áreas volantes de toda esta malha programada mais densamente constituída em contato mais estreito com o espaço de fluxos globais.

As regiões restantes dentro do polígono (e também no centro-oeste brasileiro) vêm se caracterizando por uma crescente inserção de capital agro-industrial, configurando centros regionais polarizadores destas atividades e muitas vezes concentradores das indústrias interligadas com a agropecuária industrial, tanto à jusante (processamento de alimentos em larga escala, por exemplo) quanto à montante (como a engenharia genética e a produção de sementes modificadas). As cidades de Uberaba, Uberlândia, Maringá, Ribeirão Preto, dentre inúmeras outras, são alguns exemplos destes centros de comando e controle da agroindústria. Estes centros médios atuam como postos intermediários tanto na extensão dos tentáculos da malha programada quanto na extração de mais-valia e de renda fundiária diferencial e na sua canalização na direção dos grandes centros (Corrêa, 1994; seção 3.4 acima).

O novo arranjo espacial no Brasil não se resume à configuração da cidade-região (que é um processo dentre vários outros). Trata-se de uma organização do espaço nacional que se fortalece a partir do declínio da integração nacional buscada no período fordista-keynesiano a favor de um re-fortalecimento relativo de uma configuração econômico-espacial que prevalecia na fase da economia brasileira composta por diversas economias regionais, que eram determinadas pelo seu padrão de inserção no mercado (principalmente externo, dado que não existia um mercado interno significativo). Esta inserção obedece à lógica do livre mercado e da competição internacional, qual seja, a ordem da especialização produtiva baseada em vantagens comparativas (em mão de obra barata para a indústria têxtil no caso do nordeste, em recursos naturais em diversas regiões do país, em terras abundantes e de baixo custo para o capital agroindustrial no centro-oeste, para citar alguns exemplos). Deve-se ressaltar que soma-se a este quadro (definido pela globalização) uma continuação da polarização do espaço nacional como um todo pela cidade de São Paulo, que em conjunturas de crescimento econômico voltado para o mercado interno (como a atual), comanda e controla de forma mais expressiva este processo de obtenção das vantagens locais de cada (cidade-)região de acordo com suas dotações. A seguir entraremos numa breve análise dos casos específicos da configuração socioespacial da cidade-região em curso nos principais

centros urbano-industriais brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, começando pelo caso mais significativo, que tende a ser um tipo ideal que potencialmente revela a natureza dos processos em curso e iminentes nas outras regiões.

As fronteiras de determinado lugar são necessariamente difusas e de difícil delimitação exata. Massey (1994, p. 150), ao estudar o lugar do ponto de vista da identidade, argumenta que esta delimitação envolve necessariamente uma separação entre “nós e eles”, entre os que participam do grupo e da comunidade e aqueles que estão de fora. O problema da regionalização para fins diversos (como a definição precisa de áreas de influência das localidades centrais mais expressivas do Brasil tal qual realizado por Lemos *et al*, 2000) é geralmente levado a cabo a partir de modelos específicos, de acordo com as intenções da definição das regiões (tal qual o modelo gravitacional utilizado no projeto citado acima, que a partir da densidade do setor terciário dos pólos principais, ponderado pela distância de cada localidade, define a inserção de cada um destes locais em dada área de influência dos pólos). No nosso caso, esta é uma questão de maior complexidade, pois estamos tratando de processos socioespaciais de difícil identificação e quantificação através de dados socioeconômicos e demográficos. De qualquer forma, a regionalização da cidade-região deveria incluir as espacialidades atingidas pelos dois grupos de processos aqui discutidos: o crescimento do setor terciário (como manifestação de maior grau de urbanização) e aumento da atividade industrial em unidades flexíveis nas centralidades de pequeno e médio porte do entorno; e a difusão da *exopolis* (como os parcelamentos residenciais cercados) e de outras formas diversas de manifestação do tecido urbano fora da cidade propriamente dita, intensificadas pela proximidade da metrópole. Uma definição precisa destes limites da cidade-região demandaria minuciosas pesquisas de campo, ultrapassando em muito as intenções ilustrativas deste capítulo. Entretanto, algumas aproximações da territorialidade da cidade-região são ensaiadas a seguir. Os croquis apresentados adiante se fundamentam nos mapas temáticos reunidos no Apêndice, sendo que os pequenos centros industriais em processo de integração à cidade-região foram definidos a partir do crescimento populacional e do emprego industrial ao longo da última década, e também do estoque do emprego industrial e no setor terciário nestas localidades (caso dos centros médios, já estabelecidos). Deve-se advertir que a aparente abundância visualizada nos croquis abaixo de localidades em processo de crescimento da indústria a partir da reestruturação da produção e de novos investimentos em unidades produtivas não deve ser interpretado como uma dinâmica de desenvolvimento econômico em todas estas localidades apresentadas, como se representasse um processo

altamente virtuoso de expansão da renda de forma descentralizada ao longo do território. Trata-se muito mais de uma pulverização das localidades com as condições de *recebimento* de investimentos em unidades em busca de menores custos produtivos e cuja localização é menos condicionada às áreas metropolitanas adensadas.

4.3: A Cidade-Região de São Paulo: motor do capitalismo brasileiro

A industrialização brasileira pós-1930 tem seu epicentro desde o início na capital paulista. Impulsionada pelo dinamismo da economia cafeeira (cujo eixo se desloca do vale do Paraíba no interior do atual estado do Rio de Janeiro para o oeste paulista no último quarto do século XIX), cujos excedentes proporcionaram os primeiros passos da industrialização, a cidade de São Paulo toma as rédeas deste processo (de significância nacional) de modernização socioespacial desde seus princípios – considerando que os anteriores impulsos cariocas neste sentido (nos tempos do Barão de Mauá, por exemplo) não tiveram tanta continuidade e abrangência. Deste modo, desde o segundo quartil do século XX, a cidade de São Paulo se torna a centralidade principal da economia brasileira como um todo, além de abrigar a própria indústria (dentro do município de São Paulo, e posteriormente em suas vizinhanças metropolitanas no ABC(D) paulista), constituindo também o seu centro de comando e controle, sede dos serviços avançados e de uma ligação com o capital estrangeiro que viria a se tornar um agente central na dinâmica industrial do país a partir da segunda metade do século passado.

O processo de metropolização decorrente da industrialização também é o mais expressivo e significativo do Brasil, passando por diversas rodadas, se renovando e tomando novos impulsos e assumindo novas feições, transformando o tecido urbano de acordo com estas, ao longo das décadas desde seu início. Becker (1991) considera que a ligação da cidade mundial paulista com as diversas espacialidades ao longo de todo o território nacional com as quais ela estabelece relações de comando e controle só é possibilitada pela extensão da malha programada. Deste modo, esta produção estratégica do espaço em escala nacional reforçou ainda mais o papel de São Paulo como centralidade volante, que estabelece as relações de centro-periferia colocadas por Corrêa (1994), tendo a rede urbana como um aparato, com a totalidade do território nacional. Mesmo que a globalização (re)crie os fluxos diretos da

região com o exterior⁷⁷, a força não somente da polarização de São Paulo mas também de seu transbordamento, ao longo do território nacional, continua decisiva. Ou seja, a cidade-região paulista poderia ser colocada em outro plano (e em outra escala) de análise como diversas espacialidades espalhadas em todo o país, e em algumas porções de outros países no continente, onde sua influência é diretamente exercida.

Podemos propor que a própria industrialização/metropolização da região central de Minas Gerais polarizada por Belo Horizonte está ligada a este transbordamento de São Paulo por sobre o território nacional. Nos termos de Jane Jacobs (1984), esta área de Minas Gerais era no início uma “região de fornecimento” provedora de recursos naturais para a indústria, que posteriormente se torna uma “região transplantada” a partir do próprio investimento industrial (num primeiro momento no parque metalúrgico), e que ao longo do tempo foi se consolidando (ainda que incompletamente) enquanto “cidade substitutiva de importações”, até se tornar uma cidade-região. Mas a segunda fase deste processo, o “transplante” (que marcaria a consolidação da própria modernização socioespacial e econômica iniciada com a construção de Belo Horizonte e a inserção desta região na malha urbano-industrial do capitalismo brasileiro pós-1930), tem origem justamente na indústria paulistana cuja demanda por produtos intermediários numa primeira fase criou as condições para o crescimento do parque mineiro-metalúrgico centralizado na RMBH, que posteriormente se completaria com a chegada da indústria mecânica (também como um transbordamento de São Paulo).

Mas nos termos de cidade-região aqui considerados, da metrópole somada de sua hinterlândia imediata, o caso da cidade-região paulista constitui o exemplo mais expressivo deste processo no Brasil contemporâneo. O tecido metropolitano da capital paulista vem atingindo e integrando na sua espacialidade e nos seus nexos outras centralidades e até outras áreas metropolitanas de menor porte que muito recentemente eram mais autônomas e menos integradas na dinâmica da metropolização do pólo principal da capital. Estas centralidades inseridas no âmbito da cidade-região paulista se tornaram localização estratégica para as entidades carro-chefe da economia global, as grandes corporações multinacionais (que compõem junto com o mercado financeiro internacional e as instituições multilaterais os principais agentes do amplo processo de globalização contemporâneo), que atuam no mercado

⁷⁷ Considerando que na economia colonial haviam diversas economias regionais com fortes ligações externas, que ao longo do século XX, se tornaram, segundo Oliveira (1977), uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional, através de um processo de industrialização centrado no sudeste que tem como consequência a desindustrialização das pequenas unidades em diversas regiões, principalmente o nordeste. O período atual re-estabelece em certo grau a relação região-mercado externo que durante a segunda metade do século XX foi enfraquecida em função da integração nacional incompleta.

brasileiro. Citando alguns casos de nomes mais conhecidos: Pirelli, GM, Yashica e Dell em Sorocaba; Siemens em Jundiaí; Philips, Panasonic, Basf, Eastman Kodak, LG, Johnson & Johnson, Ericsson e Monsanto em São José dos Campos; e IBM, Samsung, Bosch, Rhodia, Motorola, 3M, dentre várias outras na área metropolitana de Campinas⁷⁸. Este não é um fato isolado para nossos propósitos, pois revela o grau em que estas centralidades inseridas no âmbito da cidade-região efetivamente se tornam localização privilegiada para os setores de ponta do capitalismo industrial contemporâneo, comprovando a hipótese de que a cidade-região de São Paulo se aproxima da categoria “cidade-região global” na tipologia apresentada na seção 3.5 acima. Uma agenda de pesquisa mais minuciosa seria necessária para comprovar tal hipótese, mas podemos assumir que se trata de uma industrialização que se insere nos moldes pós-fordistas explorados nos capítulos dois e três acima, marcada por uma grande utilização de processos produtivos de alta tecnologia, com mão-de-obra “enxuta” e especializada, operando em relações de subcontratação de processos e etapas produtivas da forma mais flexível possível, potencialmente inserida em cadeias produtivas organizadas em nível global (dividindo processos de produção do mesmo produto com plantas italianas, chinesas ou tailandesas, por exemplo). A relação desta indústria com a metrópole “fordista-keynesiana” é de uma dependência muito menor do conjunto de condições gerais de produção ali disponíveis do que foi o caso da indústria fordista, mas de uma forte ligação com o terciário avançado situado nos núcleos destas áreas, criando esta tendência à localização fora do tecido metropolitano adensado, mas num raio de proximidade relativa.

As áreas metropolitanas situadas no âmbito da cidade-região em São Paulo são a região metropolitana de Campinas ao norte, e ao sul a Baixada Santista, separada do tecido metropolitano paulistano apenas por uma barreira físico-geográfica (a Serra do Mar) cuja ocupação em termos de ambiente construído seria inconcebível, e que progressivamente perde força enquanto barreira, se tornando uma área diretamente ligada à metrópole paulistana e inserida em sua dinâmica socioespacial. Mas deve-se ressaltar que a região de

⁷⁸ Fonte: sítios das empresas e das prefeituras dos municípios na Internet.

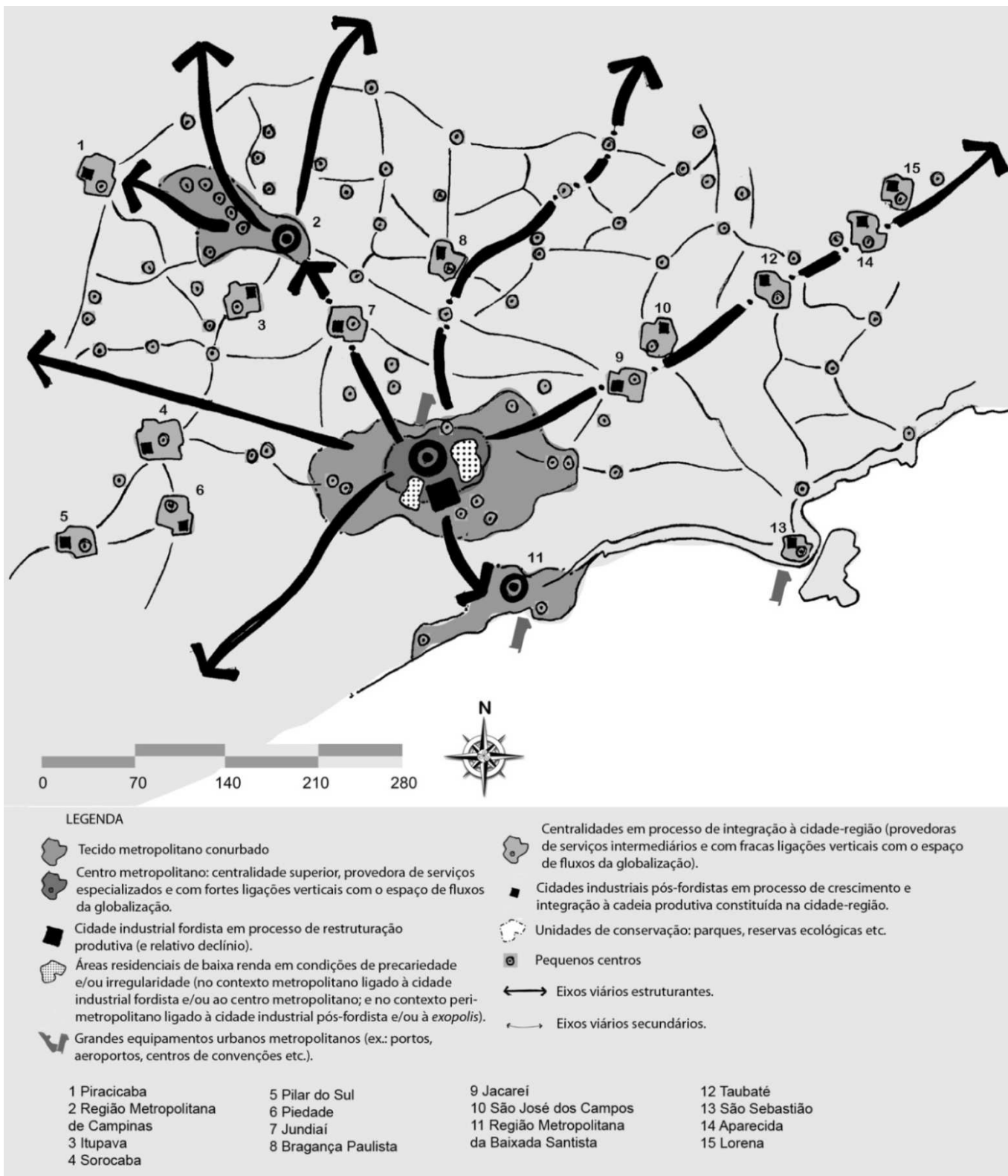


FIGURA 2
A cidade-região de São Paulo⁷⁹

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados apresentados no apêndice.

⁷⁹ Os elementos correspondentes ao meio rural e ao “urbano agrícola” propostos na Figura 1 não foram representados, pela dificuldade de identificação precisa das porções de território tomadas por aquelas tipologias nos meios utilizados.

Santos⁸⁰, por sediar o porto da metrópole paulistana, estabelece uma relação mais estreita com esta há muito mais tempo que o início dos processos de incremento nas deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo e desconcentração de sua indústria. A refinaria Presidente Bernardes, instalada em Cubatão em 1954, constitui um passo adiante na integração entre a baixada e a metrópole paulistana, consolidando uma industrialização nos padrões fordistas daquela região (principalmente nos setores intermediários) que estabelece relações de complementaridade com a indústria paulistana nos moldes do complexo metalúrgico da industrialização mineira. Outra forma da integração da Baixada Santista com a capital paulista é o fato de que a faixa litorânea como um todo na região da hinterlândia imediata de São Paulo se torna em si um vetor de expansão urbana, ligada ao turismo de fins de semana e toda a dinâmica imobiliária (de segundas residências) resultante deste fenômeno. Este é um fator importante no que diz respeito aos fluxos internos à cidade-região paulista de modo geral, onde a presença de inúmeros pontos turísticos de fim-de-semana ocasiona deslocamentos em massa dos moradores da metrópole paulistana em direção a estas localidades, que passam por processos de produção do espaço local altamente condicionados por este tipo de uso. Há também a tendência da influência crescente de grupos de características demográficas específicas, como a população idosa, grupo em plena expansão, com alto poder aquisitivo e que tende a procurar estas regiões litorâneas e turísticas seja como local de moradia ou como residência secundária. Mais recentemente, o crescimento econômico da Baixada Santista é puxado também pelo crescimento do setor de extração petrolífera, cuja expectativa de expansão tende a atrair investimentos também do capital imobiliário.

Em relação à área metropolitana de Campinas, ocorrem processos semelhantes aos da Baixada Santista, qual seja, uma integração crescente na metropolização difusa da cidade-região. Uma simples visualização (através do software de imagens de satélite *Google Earth*) do caminho da cidade de São Paulo ao longo da Rodovia dos Bandeirantes revela um padrão de urbanização difuso mas praticamente contínuo ao longo do eixo: num raio de aproximadamente cinco quilômetros da rodovia a presença de loteamentos é facilmente

⁸⁰ As passagens a seguir referentes à Baixada Santista se basearam principalmente no diagnóstico realizado no **“Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado”** desenvolvido pela Agência Metropolitana da Baixada Santista em 2002 – disponível em www.agem.sp.gov.br/pdf/PMDI.pdf (consulta em maio/2008). Em relação à Região Metropolitana de Campinas, de modo semelhante, foi utilizado o estudo **“Estrutura Econômica da Região Metropolitana de Campinas”**, elaborado pela Fundação Seade para a Agência Metropolitana de Campinas em 2006 – disponível em www.agemcamp.sp.gov.br/estudos/estrutura_economica.pdf (consulta em maio/2008).

observada, muitas vezes ao longo da própria estrada. Cada porção deste tecido urbano espraiado é ligada a um centro específico que a polariza e constitui sua referência (simbólica, econômica, política). Porém, surge a hipótese de que os fluxos dentro desta mancha metropolitana estendida se complexificam para muito além da simples rede de cidades *christalleriana* facilmente hierarquizada, com seus centros e sub-centros subordinados a uma lógica linear de polarização. E esta complexidade é potencializada pelos fluxos ligados à globalização, que além das ligações horizontais entre os territórios próximos e contíguos, insere nesta rede as ligações verticais entre localidades distantes que vem se fortalecendo.

A economia da região de Campinas tem um histórico que explica sua singularidade no contexto nacional. Ligada à força da agricultura de sua hinterlândia desde o período do ciclo do açúcar, passando pelo ciclo cafeeiro e que se sustenta até os dias atuais (hoje a principal produção da região volta a ser a cana-de-açúcar, destinada às usinas sucroalcooleiras), Campinas se torna um centro comercial e de serviços desde este período pré-industrial, e sua centralidade também foi potencializada no contexto histórico pelo entroncamento ferroviário, garantindo uma posição de pólo regional de uma grande área do interior paulista. A industrialização financiada pelos excedentes do café foi largamente concentrada na capital paulista, mas também atingiu de forma significativa a economia campineira, que também se industrializa desde este período (criando desde o início uma desconcentração regional relativa e uma maior capilaridade resultante que é marcante na rede urbana paulista como um todo até os dias atuais). Outro fenômeno que atinge a economia campineira contemporaneamente à indústria paulistana é a entrada do capital estrangeiro a partir dos anos 50, com grandes empresas como Swift, Dunlop e Singer se instalando na região e atraindo um amplo leque de estabelecimentos fornecedores. Uma outra característica interessante é que também desde os tempos da industrialização dos anos 30 ocorre uma desconcentração interna naquela região, com uma presença principalmente da indústria têxtil em localidades como Americana e Indaiatuba.

A indústria intermediária pesada na região tomou impulso com a instalação da Refinaria do Planalto Paulista (hoje a maior refinaria de petróleo do país) em Paulínia, município vizinho de Campinas, em 1972, e a partir deste momento da entrada da indústria pesada o processo de metropolização tem início. Um fator marcante no período posterior foi o crescimento das atividades de pesquisa e desenvolvimento na região, impulsionado pela instalação de diversos institutos de pesquisa aplicada na Unicamp poucos anos após sua criação na década de 60. Este é um fato importante para se compreender a industrialização de

alta tecnologia que caracteriza a região atualmente, que na nossa perspectiva, deve considerar também o nexo da desconcentração da indústria de São Paulo e da extensão das condições gerais de produção ao restante da cidade-região (a própria Unicamp como um exemplo concreto). O caso de São José dos Campos é semelhante, tendo o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) cumprindo o papel de produção de pesquisa e desenvolvimento que seria largamente aplicado pela Embraer. Ou seja, a partir de estratégias deliberadas do Estado voltadas para a produção e a extensão da malha programada, a desconcentração resultante em São Paulo deve ser vista também a partir desta ótica, dos agentes envolvidos nestes processos de produção do espaço regional. Através de diversas ações, como a criação de centros de pesquisa, a intensidade da ação do Estado na produção do espaço da cidade-região paulista (basicamente no provimento das condições gerais de produção) é um fator decisivo que a diferencia dos outros casos estudados adiante e que contribuem para torná-la o caso mais significativo deste processo no Brasil contemporâneo.

Voltando a análise da cidade-região como um todo, o mesmo padrão de urbanização difusa ao longo dos eixos principais se repete no vetor oeste, que liga a capital paulista à cidade de Sorocaba, passando por São Roque. No caso da cidade-região de São Paulo, percebe-se que a indústria se faz presente em alguns pontos destes eixos viários de expansão urbana, constituindo um elemento central neste processo (devido ao fato de que as próprias plantas industriais estabelecem fluxos intensos umas com as outras e com as centralidades urbanas). Tem-se deste modo as áreas de Campinas e Santos como regiões relativamente autônomas e que passaram por processos de metropolização independentemente do processo de formação da cidade-região. Mas estas áreas passam a sofrer influência da cidade-região, que atualmente é um tecido urbano espraiado e difuso que se estende ao longo de eixos, não somente entre a metrópole paulistana e estes locais, mas também entre eles, adensando também os eixos secundários como Campinas – Sorocaba ou São José dos Campos – Santos.

Os outros eixos se caracterizam pela presença de cidades de médio porte altamente inseridas no processo de industrialização do interior daquele estado, e a partir da lógica recente da cidade-região, vêm se tornando localização privilegiada das novas unidades industriais de alto componente tecnológico e inseridas no palco global de competitividade. Essas centralidades médias são: Sorocaba, ao oeste, Jundiaí ao norte, São José dos Campos, Taubaté, Aparecida, Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Lorena ao leste. É interessante notar que a urbanização ao longo deste eixo leste se estende por uma distância maior, e que chega quase até a fronteira com o estado do Rio de Janeiro na rodovia Presidente Dutra (onde se

inicia uma outra barreira física separando os vetores dos dois lados: a Serra da Mantiqueira na região de Itatiaia e do pico das Agulhas Negras).

Este eixo se caracteriza também pela ligação com a metrópole carioca, que pode vir a concretizar uma configuração de uma megalópole Rio de Janeiro-São Paulo⁸¹. Esta hipótese deve levar em consideração o grau de integração entre os dois principais pólos do Brasil urbano-industrial – que se efetiva muito mais no nível dos serviços complexos situados no núcleo de suas centralidades urbanas (cuja expressão é a magnitude da demanda pela ponte aérea entre os dois centros) do que neste âmbito (metropolitano-regional) das cadeias produtivas industriais. A ligação (praticamente conurbada, exceto pelas barreiras físico-geográficas como a Serra do Mar) entre São Paulo, Santos e Campinas é muito mais próxima da configuração de uma megalópole do que a ligação entre o Rio de Janeiro e a capital paulista. Mas deve-se ressaltar que a instalação recente de duas plantas industriais de veículos automotores no eixo Rio de Janeiro – São Paulo (fábrica da Peugeot em Porto Real e nova unidade de caminhões Volkswagen em Resende, ambas no estado do Rio), somada à (mais antiga) presença da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, deve fazer com que a integração dos parques industriais ligados às metrópoles paulistana e carioca ganhe fôlego nas próximas décadas (o que fortaleceria a ligação através do eixo viário, e tornaria a hipótese da megalópole mais visível). O crescimento deste complexo industrial na região Vale do Paraíba do sul das cidades de Resende, Porto Real e Volta Redonda cumpriria um papel central neste eventual processo de integração entre os parques industriais do Grande Rio e da cidade-região de São Paulo.

4.5: Perspectivas da reestruturação regional no Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro é um caso muito particular do ponto de vista dos propósitos deste estudo. Trata-se de uma metrópole de alto nível hierárquico que historicamente estabeleceu laços frágeis com sua região circundante (caso citado inclusive por Jacobs, 1984), voltada muito mais para fora e para outros centros de igual ou maior importância no mundo desde os tempos em que a atividade portuária começou a ganhar fôlego na cidade. O cosmopolitismo resultante no Rio de Janeiro é um traço muito marcante daquela cidade, que define sua

⁸¹ Como uma tendência de muito longo prazo no quadro da urbanização brasileira – ponto de vista defendido por Corrêa (2007), que propõe um tecido urbano em forma de “L”, desde a Região Metropolitana de Campinas até o Rio de Janeiro, tendo São Paulo como seu nó articulador principal.

identidade e de certa forma contribui para sustentar sua atividade econômica (que sofreu uma série de retrações ao longo da segunda metade do século XX, com a mudança da capital federal para Brasília e a consolidação de São Paulo como o principal pólo econômico e centralidade de serviços avançados do país).

Os primeiros indícios de industrialização na economia brasileira na segunda metade do século XIX (após um longo período de proibição do investimento industrial por parte da coroa portuguesa) se concentraram na cidade do Rio de Janeiro, e a expansão da atividade cafeeira no Vale do Paraíba contribuiria para financiar este primeiro impulso de industrialização (LOUREIRO, 2006). A industrialização deste período se efetivou em áreas ao norte do centro da cidade, em alguns bairros antigos e tradicionais, como São Cristóvão, área da antiga morada da família real portuguesa que depois de seu retorno a Portugal seria palco desta industrialização pioneira. Também ocorreu em outras áreas nas encostas dos morros, previamente desocupadas, que se consolidariam como bairros da periferia carioca (OLIVEIRA, Floriano, 2003). O bairro de Bangu é um caso emblemático, cuja indústria têxtil instalada no final do século XIX e ligada ao restante da cidade por uma via férrea constituiu uma cidade industrial que funcionou como tal (com grande parte dos moradores do bairro compondo a mão de obra da indústria) durante um longo período subsequente⁸².

O declínio do café nas redondezas do Rio de Janeiro (devido a diversas condições, como o relevo, que limitariam sua produtividade), concomitante ao crescimento desta atividade no estado de São Paulo, cujo porto de escoamento seria a cidade de Santos, foi o início de um longo período de inflexão da passagem da primazia urbana do Rio de Janeiro para São Paulo, cuja industrialização ao longo da primeira metade do século XX foi financiada diretamente pelos capitais cafeeiros do interior daquele estado. Segundo Cano (1977), no final da década de 1910 o valor bruto da produção industrial paulista já ultrapassa a soma do distrito federal com o estado do Rio de Janeiro. Mas a centralidade (econômica, política e cultural) incontestável do Rio de Janeiro e seu alcance nacional se mantém ao longo do século passado (sendo que em diversos termos ela permanece muito forte nos dias atuais), embora as ligações entre a metrópole e a região circundante no âmbito da esfera produtiva, bastante intensas no auge da atividade cafeeira, fossem bastante frágeis neste período:

Ao mesmo tempo em que o Rio consolidava sua posição como grande metrópole nacional, centro político e econômico, o mesmo não conseguia estabelecer uma base produtiva integrada com o seu entorno geográfico. Sua periferia metropolitana não

⁸² A Fábrica de Tecidos Bangu encerrou suas atividades no bairro em 2005, e no local da fábrica foi inaugurado um *shopping center* em 2007.

constituiu novos sub-centros econômicos, como viria a acontecer em etapas posteriores com São Paulo, através do ABC, Belo Horizonte com Contagem, Porto Alegre com o Vale dos Sinos, entre outros. Assim, paradoxalmente, o Rio se consolida como metrópole nacional ao mesmo tempo em que começa a perder posição relativa na produção do país, principalmente na produção industrial. Estavam estabelecidos os germes da sua perda futura de posição nacional. (LOUREIRO, 2006, p. 27).

A citação nos permite uma ligação com o período da industrialização fordista, geralmente ligado à fase mais intensa do processo de metropolização. Vemos que o Rio de Janeiro já tinha sua economia amplamente baseada nas atividades do terciário avançado de uma centralidade com capacidade polarizadora de todo o território nacional, e mesmo antes da entrada do país na fase de industrialização pesada (fordista) aquela metrópole já havia perdido sua primazia nestes termos industriais para São Paulo. Mas mesmo não se tornando o pólo econômico industrial principal, a industrialização (e a conseqüente intensificação do processo de metropolização) ao longo dos meados do século passado, se faz presente de forma significativa nas redondezas da cidade, principalmente no seu eixo norte, na baixada fluminense em Duque de Caxias, e se estendendo ao noroeste pela rodovia que segue na direção de São Paulo. Trata-se de uma região de concentração relativa da indústria naval, e também de alguns setores como a indústria química (a partir da instalação da Refinaria Duque de Caxias em 1961), e do setor alimentício. Neste período acentua-se a concentração econômica e a primazia urbana do Rio de Janeiro e de sua área metropolitana em relação ao restante daquele estado, cuja rede de cidades permanece bastante frágil e com baixa capilaridade (mas existem indícios de um início de reversão deste quadro, como indicado abaixo).

A crise do modelo fordista-keynesiano atinge o Rio de Janeiro de modo mais acentuado que outras localidades, pois representa um terceiro revés na base econômica daquela região (não acompanhada de um movimento emigratório que suavizasse seus efeitos), que havia sofrido no início da década de 60 uma perda significativa de demanda agregada devido à transferência da capital para Brasília, e que de forma contínua desde meados do século XX teve sua economia de centralidade primaz sugada pelo adensamento paulistano. A grande extensão do tecido urbano espoliado na metrópole do Rio de Janeiro (e seu crescimento que persiste) é uma expressão deste quadro econômico em crise ligada a motivos diversos. Natal (2000), ao analisar as diversas causas das sucessivas crises que atingem o Rio de Janeiro ao longo das últimas décadas (incluindo a fusão do antigo estado da Guanabara ao

estado do Rio de Janeiro⁸³, e diversas tentativas em vão e estratégias mal conduzidas por parte das elites locais visando uma retomada dos investimentos na região), aponta que a década de 80 foi um ponto crítico desta trajetória descendente:

De fato, como indicado pela expressão ‘Rio de todas as crises’, a sociedade fluminense apresentou-se à época como um conjunto superposto de crises. Dentre elas, podem ser destacadas: (i) a pronunciada decadência e a falta de competitividade da indústria fluminense (...); (ii) a efetiva redução dos gastos do governo federal no estado, como também os impactos derivados dos anúncios de sua redução; (iii) o dramático agravamento da chamada questão social; (iv) os conflitos de natureza federativa, particularmente os estabelecidos entre os governos estadual e federal; e (v) o inegável estiolamento ‘moral’ da população fluminense, em especial da carioca, (...) (NATAL, 2000, p. 425).

Sabemos que este quadro se estende por parte dos anos 90, e que ocorrem retomadas não continuadas do crescimento econômico a partir da metade da década passada, o que se altera a partir de 2004, ano em que se inicia uma trajetória de retomada dos investimentos industriais. Nesta nova conjuntura, algumas tendências apontam na direção de uma retomada da atividade econômica no parque industrial da baixada fluminense, marcada por uma nova fase de expansão da indústria naval, que é acompanhada por um crescimento econômico do interior daquele estado.

Porém, devemos ressaltar que este “esvaziamento econômico” do Rio de Janeiro deve também ser relativizado. Dentre outros fatores, deve-se considerar que o peso, o grau de especialização, e o alcance do setor terciário avançado daquela metrópole permanecem muito significativos, constituindo relações muitas vezes de complementaridade às atividades exercidas em São Paulo, e com um potencial de especialização complementar ao perfil do terciário avançado paulistano sem paralelos nas outras metrópoles brasileiras, principalmente nas chamadas “indústrias criativas”.

A “regionalização” em curso da economia urbano-industrial da metrópole do Rio de Janeiro em direção às áreas circundantes é analisada por Floriano Oliveira (2003). Aquele autor propõe que certas áreas do interior do estado, nas redondezas da própria área metropolitana, dispõem da infra-estrutura técnico-científica necessária (universidades, centros de pesquisa, escolas técnicas etc.) para o investimento industrial, que tem ocorrido a partir de algumas tendências. Segundo Oliveira,

⁸³ Uma realidade sócio-política ainda em construção, sem as diversas instituições voltadas para o desenvolvimento econômico regional presentes em outros estados de maior tradição na articulação política e empresarial para tais objetivos (como o próprio estado de Minas Gerais).

(...) há uma nova estrutura industrial promovendo um significativo crescimento da economia fluminense, recuperando perdas históricas e delineando economias regionais mais estruturadas fora da metrópole. Trata-se, no entanto, de um processo relacionado não só a ações de empresas e grupos econômicos globalizados, mas também a mudanças nas relações políticas e sociais ocorridas em escalas mais próximas; um processo que sinaliza uma reestruturação industrial no interior do estado, simultaneamente a uma inflexão da tendência histórica de hiper-concentração de recursos, arrecadação e população na metrópole (OLIVEIRA, Floriano, 2003, p. 15)

Três tendências principais estariam se intensificando e contribuindo para a desconcentração e a interiorização da economia fluminense: em primeiro lugar e de modo mais significativo está o crescimento da extração de petróleo a partir das bases de Campos e Macaé, no norte daquele estado, cujo impacto nos serviços avançados situados no Rio de Janeiro seriam supostamente muito significativos. A segunda tendência se dá a partir do maior peso do Porto de Sepetiba, que tende a atrair progressivamente alguma atividade industrial para seu entorno. Por último, ocorre um crescimento na região do Médio Paraíba do Sul, entre Volta Redonda e a fronteira com São Paulo na direção de Taubaté, com a instalação recentes de duas plantas de veículos automotores: a Peugeot em Porto Real, e a fábrica de caminhões da Volkswagen, em Resende. Como indicado acima, um maior adensamento urbano-industrial desta região tornaria mais provável a hipótese da megalópole Rio-São Paulo. Acrescentamos a estas tendências a dinâmica atual de crescimento da região de Angra dos Reis em função da retomada do programa nuclear brasileiro (cujas usinas se localizam naquele município).

Nos termos colocados por Loureiro (2006), este adensamento do interior fluminense descrito por Oliveira constitui uma oportunidade para a metrópole carioca, que pode finalmente estabelecer laços mais estreitos com sua região circundante, e utilizar esta dinâmica como um fator que gere um ciclo virtuoso inclusive para os setores do terciário

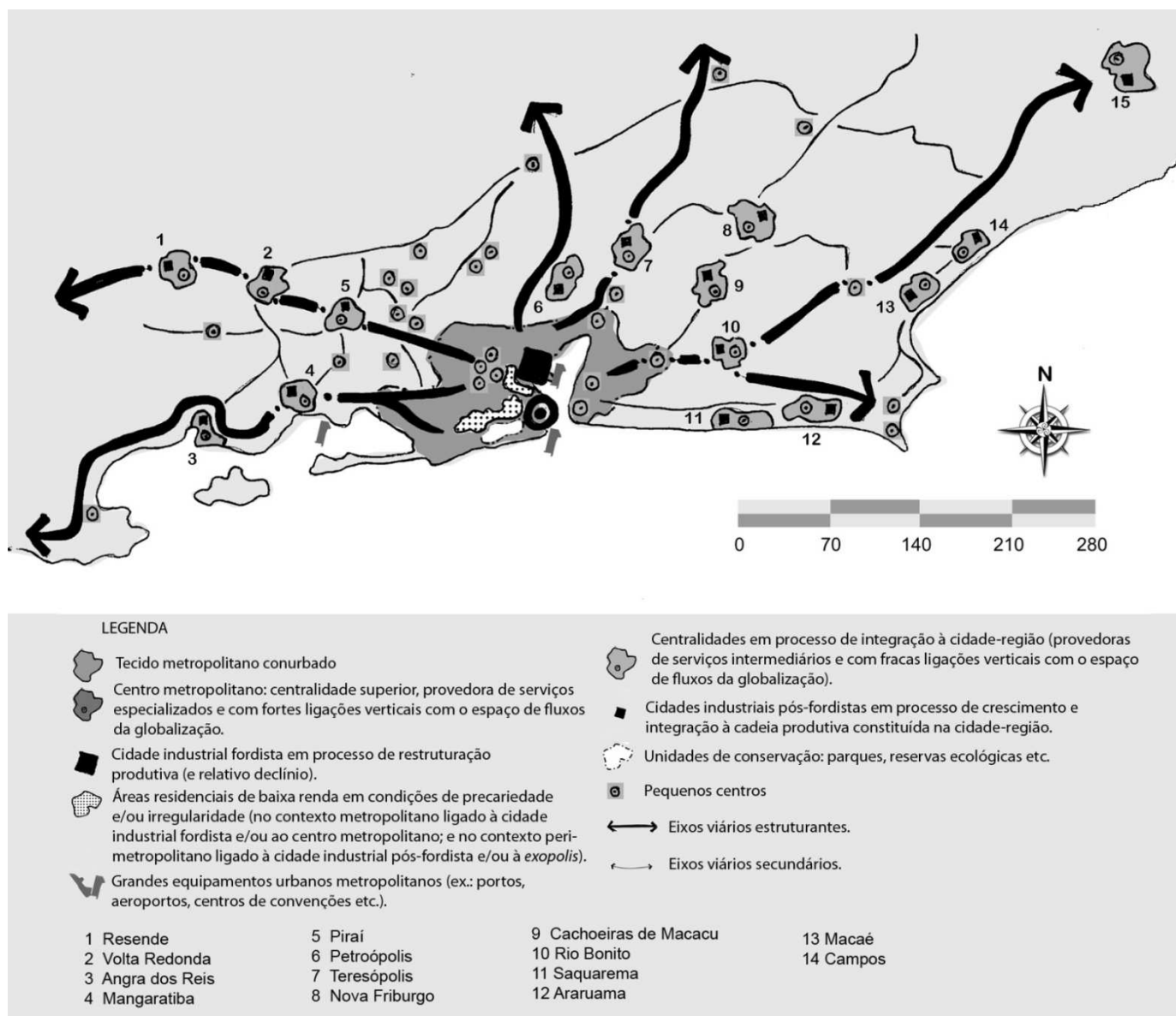


FIGURA 3
A cidade-região do Rio de Janeiro

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados apresentados no apêndice.

avançado em declínio situados no Rio de Janeiro que tradicionalmente tiveram todo o espaço econômico nacional como sua área de mercado. Resta saber se a precariedade de grande parte do tecido metropolitano carioca seria capaz de aproveitar desta dinâmica de re-fortalecimento do papel polarizador do Rio de Janeiro (devido ao crescimento de sua hinterlândia imediata) e dos seus efeitos no setor terciário da capital carioca, considerando que o acréscimo na demanda agregada representado pelo dinamismo do interior permanece em boa parte fora de sua região imediata (o que significa que a renda gerada na industrialização da cidade-região

não beneficia estas áreas metropolitanas espoliadas, pelo contrário, contribui para a permanência do alto desemprego metropolitano).

Uma interpretação complementar a esta perspectiva da industrialização em potencial do interior fluminense é feita Randolph (2005), que propõe a ocupação peri-metropolitana do Rio de Janeiro como um processo histórico (intensificado recentemente) ligado à busca do “espaço qualitativo” por parte das classes médias altas, em fuga do “espaço quantitativo” da metrópole:

No caso do Rio de Janeiro, a *periferia metropolitana expandida* tem uma característica que a certamente distingue das periferias de muitas outras megacidades: ela parece surgir como área de residência fixa de uma ocupação anterior que teve uma outra funcionalidade: a de ser lugar de lazer, de descanso e recreio de uma parcela da população carioca de média a alta renda. É nossa hipótese (...) de que suas “qualidades” que a capacitaram para um uso turístico local podem dar origem a uma forma de urbanização que não seja meramente uma extensão territorial da forma tradicional (RANDOLPH, 2005, p. 11).

Aquele autor propõe uma regionalização de toda esta área do Rio de Janeiro, sua área metropolitana e seu entorno, composta pela própria cidade do Rio de Janeiro somada da Baixada Fluminense ao norte representando o tecido metropolitano mais adensado, e na área peri-metropolitana tem-se a região serrana ao norte, a região dos lagos a leste e a “costa verde” a oeste. Randolph verifica que tanto o crescimento populacional quanto a taxa líquida de migração destas áreas ao longo da década de noventa são maiores do que na região metropolitana. Segundo aquele autor, o crescimento destas faixas peri-metropolitanas se efetiva numa urbanização não-tradicional, o que representa não somente um rompimento do modelo de localização das elites em áreas centrais e da população de baixa renda nas periferias, mas também o aparecimento de outras formas de espaço urbano distintos (em forma e conteúdo) da cidade (discussão brevemente explorada no primeiro capítulo e que será aprofundada no capítulo final deste estudo).

4.3: Belo Horizonte: a consolidação da área metropolitana e o início da formação da cidade-região

A região central do estado de Minas Gerais tem um histórico de colonização e povoamento que remonta ao início do ciclo do ouro no final do século XVII, período que iniciaria uma mudança no eixo econômico principal do Brasil colônia, que se deslocaria do

nordeste (e sua economia predominantemente agrária, primário-exportadora) para a região sudeste que permanece nos dias atuais a principal região urbano-industrial do país. A própria ascensão da cidade do Rio de Janeiro ao status de porto de maior abrangência, que viria a contribuir para que aquela cidade se tornasse o principal centro urbano brasileiro no século XVIII se deveu a esta mudança de eixo propiciada pelo ouro da região das Minas.

Alguns pesquisadores da história econômica de Minas Gerais (como Paula, 2000) vem enfatizando o grau de urbanidade (e modernidade) precoce presente na região das Minas, devido a uma série de fatores (forte presença do aparelho estatal colonial fiscalizador e cobrador de impostos; a natureza da atividade mineradora, que não fortalece um meio rural autárquico, mas cria uma camada de trabalhadores que vivem nas cidades etc.) e com uma série de implicações (forte produção artístico-cultural, movimentos políticos revolucionários etc.). A indústria não pôde surgir neste contexto de rico *sinoikismo* devido à simples e direta repressão por parte da coroa portuguesa. O esgotamento do ciclo do ouro inicia um período de retração do adensamento urbano da região das Minas, que passa, ao longo do século XIX, por um processo de “ruralização” bastante extenso territorialmente. Ou seja, o meio rural (bastante frágil durante o auge do período da mineração aurífera) de Minas Gerais como um todo se constrói neste período, que marca também a consolidação da ocupação do estado através da chegada às regiões mais isoladas, resultando no surgimento de inúmeras centralidades de pequeno porte de apoio ao meio rural por toda a área que hoje constitui o estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, pelo fato de ter sido planejada para ser sede do aparelho burocrático e das elites políticas do estado, com seus funcionários, já nasce com forte caráter urbano/moderno. Já nos primeiros anos de vida da cidade, há um

significativo esforço de desenvolvimento na cidade de atividades hoje classificadas como terciárias: atividades de administração pública, educacionais, culturais, bem como as atividades comerciais, bancárias e financeiras. (PAULA *et al*, 2004, p 15).

Pretendia-se que as atividades econômicas realizadas na cidade fossem restritas ao comércio e aos serviços essenciais para o bem-estar da classe política e burocrática, sendo que a atividade administrativa seria o carro-chefe da economia belo-horizontina. O plano inicial da cidade não previa, e nem desejava, que a cidade se tornasse um pólo econômico industrial com capacidade polarizadora de toda uma região, realidade que no entanto começa a se concretizar vagarosamente a partir dos anos 30 (PAULA *et al*, 2004). Somente no ano de 1946 Belo Horizonte passaria a ocupar o primeiro lugar dentre os municípios mineiros mais industrializados. Nesses primeiros momentos da industrialização da região central de Minas

Gerais já começava a se revelar o caráter ainda hoje predominante da estrutura industrial da região, dominada pela atividade mineiro-metalúrgica (posteriormente acrescentar-se-ia o complexo mecânico).

A partir dos anos 30, a industrialização substitutiva de importações trouxe nova perspectiva e mudou as intenções das elites mineiras em relação ao futuro de Belo Horizonte e sua região. A cidade deixaria de ter aquele caráter mais fortemente relacionado ao aparelho burocrático estatal e à administração pública, cuja dinâmica fortaleceria seu comércio e serviços, deixando a indústria de fora, e passaria a incorporar explicitamente uma estratégia de formação de um pólo econômico regional na cidade e suas redondezas mais imediatas. Segundo Diniz (1981), a industrialização mineira teve o Estado – tanto a união quanto o governo estadual – como ator central (e precoce, em relação ao resto do país), no apoio ao desenvolvimento da atividade industrial:

Já no final dos anos de 1930, o Estado se lançava na experiência de montagem de um sistema energético de propriedade governamental. Em 1940, lançou a primeira experiência brasileira de montagem da cidade industrial, construindo Contagem, [...] e elaborou seu plano de governo, na convicção de que a industrialização era a única saída para superar o atraso econômico e que essa só poderia ser orientada e promovida, através de uma ação coordenada do setor público. (DINIZ, 1981. p 17).

O próprio crescimento da participação do setor público no apoio ao desenvolvimento econômico deu impulso à mudança de perspectiva do papel de Belo Horizonte, devido principalmente à emergência de uma tecnocracia que constituía uma nova elite política que tinha como principal objetivo o desenvolvimento econômico através da industrialização. Até então, a região de Minas Gerais que tinha maior peso industrial era a Zona da Mata e particularmente, a cidade de Juiz de Fora, que começou a perder posição relativa para a Zona Metalúrgica e a capital, até que a participação desta região na produção industrial do Estado passou de 32% em 1920 para 44,7% em 1947 (enquanto a participação relativa da Zona da Mata caiu de 35,6% em 1920 para 20% em 1947) (DINIZ, 1981, p. 31). No período do início do século até o início da década de 30, as indústrias alimentar, de bebidas, e têxtil são as principais responsáveis pela atividade industrial no estado; a partir de então aumenta o peso da indústria metalúrgica em Minas, uma das razões para o deslocamento do eixo industrial principal de Juiz de Fora para a região central do estado, no entorno de Belo Horizonte.

A crise advinda da queda da produção cafeeira agravou a situação financeira do governo estadual, o que tornava as condições de infra-estrutura ainda piores. O programa de expansão da malha rodoviária fora abandonado, os fluxos e as comunicações entre as diversas regiões do estado continuavam bastante precários (assim como nos contextos históricos dos séculos anteriores), e o provimento de energia elétrica também era bastante deficiente, fato

evidenciado pela grave escassez de energia que atingiria Belo Horizonte nos anos 30, cujo ápice foi a venda do sistema elétrico e de transportes urbanos da cidade ao Grupo Bond and Share, que não ampliou de modo significativo a capacidade instalada (DINIZ, 1981. p.38).

Tais eram os principais desafios a serem vencidos pela tecnocracia que passava a buscar superar tais restrições ao desenvolvimento pleno da indústria e à constituição de um pólo econômico regional autônomo na região da capital mineira. No centro das intenções estava a idéia de que a economia mineira deveria superar sua condição de estar sujeita ao dinamismo paulista e se estabelecer como um pólo plenamente constituído, independente da dinâmica industrial de São Paulo – região que se havia solidificado enquanto pólo econômico nacional, a partir do sucesso da atividade cafeeira naquele estado depois da segunda metade do século XIX.

Assim, apesar da crise, a classe política agora composta também pela tecnocracia, concentraria grandes esforços para tornar Minas Gerais um grande pólo industrial, começando pela implantação da grande siderurgia (complementar à atividade mineradora), indústria que proveria os insumos básicos para a atividade industrial pesada de transformação. O primeiro passo para concretizar esses avanços seria a superação das restrições relacionadas à infraestrutura, e o provimento das condições gerais de produção imprescindíveis para isso.

Neste sentido foi construída a cidade industrial de Contagem em 1940 (inaugurada em 1946), e a partir do Plano de Recuperação Econômica e Fomento, realizado pelo governo do estado na segunda metade da década de 40 (mas que teve sua execução limitada pelas dificuldades financeiras do governo Milton Campos), o estado passaria a ter como prioridade o provimento do binômio infra-estrutural “energia e transporte”, adotado como slogan pelo recém eleito governador Juscelino Kubitschek em 1951. A partir de então, começam a ser dados passos concretos, com a criação da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG em 1952, e a construção (planejada pelo próprio governo JK, através do Departamento de Estradas e Rodagens – DER-MG) de 2000 quilômetros de estradas e a pavimentação de 500, números que acabaram sendo surpreendidos pela construção de 3.725 quilômetros (DINIZ, 1981, p.79-80). A grande disponibilidade de recursos naturais (principalmente de extração mineral), seria o principal motor desta industrialização inicial, que consistiu basicamente da indústria metalúrgica, ligada aos setores de extração mineral.

A partir do sucesso do plano de provimento de energia e transportes, pôde-se consolidar a grande siderurgia mineira, com a entrada em operação da Acesita e da Mannesmann no início da década de 1950, e a inauguração da Usiminas no início da década seguinte (DINIZ, 1981, p 87-88). Diniz considera a construção de Brasília fundamental na superação da condição de “isolamento geográfico” do estado. A construção de vias de

transporte ligando as diversas partes do estado à capital (que deram condições de acesso ao noroeste de Minas, região bastante isolada até então) que somada à construção do eixo rodoviário que ligaria Vitória ao Triângulo Mineiro, passando por Belo Horizonte (criando um eixo leste-oeste no estado) faria com que os transportes deixassem de ser “o maior fator de estrangulamento para a expansão econômica mineira até então” (DINIZ, 1981, p. 96).

Assim, a partir do final dos anos 50, Minas Gerais passaria a apresentar plenas condições de efetivar uma expansão industrial, pois já poderia contar com uma infra-estrutura bem consolidada e um parque industrial básico (principalmente metalúrgico) capaz de prover os insumos para outros setores da indústria que viriam a se estabelecer na região. Supunha-se que o estado superaria sua condição de atraso que marcara sua história desde o fim do ciclo do ouro, conseguindo estabelecer um pólo econômico plenamente industrializado e desenvolvido. Como colocado por Crocco (2004),

o processo de industrialização de Minas tem nos anos 60 o seu grande marco. Nesse período, inicia-se um profundo processo de transformação industrial que determinará a configuração da indústria mineira até os dias de hoje. No final daquela década, a economia mineira, pela primeira vez, apresenta um dinamismo econômico superior ao observado no resto do país, puxado pelos setores de mineração e pela indústria de transformação. Este processo teve como consequência o início de um movimento de transformação da estrutura industrial do estado (CROCCO, 2004, p.4).

A concepção de pólo econômico pode ser melhor apreendida teoricamente a partir do conceito de Perroux (1967), que o propõe com base em uma indústria motriz cujo crescimento do produto industrial é superior ao crescimento da economia como um todo e das demais indústrias (as indústrias movidas), com as quais a indústria motriz estabelece relações de complementaridade na cadeia produtiva, e determina o nível de produção para estas. Para melhor compreender a situação da RMBH como pólo industrial, pode-se traçar um paralelo entre o pólo econômico industrial *potencial* (e/ou *lateral*) formado na região central de Minas Gerais com aquele da região de Liège, na Bélgica, estudado por Paelinck (1965). O pólo econômico plenamente constituído é, necessariamente, o lugar onde se estabelece, num contexto regional, a chamada indústria motriz – aquela que puxa o crescimento de todas as outras, e cujo crescimento do produto industrial é mais alto que o crescimento de todos os outros sub-setores industriais e da economia nacional. O pólo potencial é aquele que desenvolve indústrias de base e intermediárias e apresenta as condições para o estabelecimento da indústria motriz em sua região. O pólo lateral é aquele que apresenta tais características, mas não vem a se constituir como pólo principal por já estar submetido a um pólo de tal natureza, enquanto provedor de insumos para a indústria motriz, justamente o caso da indústria da região central de Minas Gerais (que viria a compreender também a região do

Vale do Aço). Diniz (1981) mostrou que, devido a uma série de fatores, ocorreu de fato uma especialização produtiva da indústria da região central do estado, que assim se estabeleceu como pólo industrial regional produtor da tríade mínero-metalúrgico-mecânica (com o maior peso à produção de bens intermediários; insumos para os setores produtivos de bens de capital e duráveis de consumo), altamente interligado à indústria paulista (o verdadeiro pólo econômico nacional no sentido *perrouxiano*) e dependente desta.

O principal fator que impediu a plena concretização da intenção desenvolvimentista de constituir um pólo industrial completo, que parecia tão próxima durante o governo federal de Juscelino Kubistchek, foi a crise econômica que atingiu o Brasil no início dos anos de 1960. Nesse momento, a industrialização comandada pelo Estado havia completado a etapa de desenvolvimento da indústria intermediária (principalmente aço e cimento), o que poderia sustentar um desenvolvimento das indústrias de bens duráveis dentro dos mesmos moldes (liderado pela política econômica nacional-desenvolvimentista). Mas a política de ajuste recessivo adotada na segunda metade da década de 1960, como resposta ao surto inflacionário que havia sido iniciado nos fins do Governo JK (contra o qual as políticas da primeira metade da década haviam sido ineficazes), causou a descontinuidade da política ativa em prol do desenvolvimento do parque industrial nacional, principalmente devido aos grandes cortes de investimentos. O resultado para Minas Gerais foi que sua indústria, até então bem concentrada nos bens intermediários, a partir do estancamento dos investimentos industriais realizados pelo Estado – em parceria com o capital estrangeiro – tendeu a permanecer especializada, e a acentuar tal concentração setorial, tornando-se complementar à (e dependente do dinamismo da) indústria paulista, mais plenamente desenvolvida em termos setoriais e com um maior peso da indústria de bens de consumo duráveis.

Na década de 1970, ocorreu um incremento significativo no produto da indústria automobilística em Minas Gerais, com uma altíssima participação do capital estrangeiro, atraído por vários incentivos concedidos pelo governo estadual, tornando o estado atrativo para os investimentos privados. O principal retrato desta dinâmica foi o estabelecimento da *Fabbrica Italiana Automobili Torino* - FIAT Automóveis na cidade de Betim, a oeste de Belo Horizonte, e adjacente à Cidade Industrial que se havia constituído em Contagem. Entre 1970 e 1977, a participação do capital estrangeiro no valor do investimento dos setores de bens de capital e duráveis de consumo foi de 80,2% (sendo que o total de investimentos neste setor foi de 6,5 bilhões – em Cr\$ de 1974), enquanto o investimento do setor público permaneceu concentrado nos bens intermediários (setor que totalizou Cr\$ 58 bilhões). Em linhas keynesianas, pode-se argumentar que não ocorreu a efetivação de um mercado consumidor de

peso no Estado de Minas, cuja demanda traria um crescimento do setor de bens duráveis. O surgimento de tal mercado consumidor poderia ser fruto de políticas mais agressivas de distribuição de renda. Porém, um mercado consumidor de magnitude relativamente mais expressiva surgiria em São Paulo, o que daria uma vantagem a mais para que a indústria desse estado atingisse e incorporasse economias de escala decisivas na sua afirmação enquanto pólo econômico da indústria nacional.

A instalação, nos anos 70, da indústria mecânica, representa a entrada do terceiro elemento da pauta produtiva da indústria que permanece a característica básica da região nos dias atuais: o chamado complexo mineiro-metal-mecânico. Este conjunto de atividades é composto pela indústria extrativa mineral, na sua ponta inicial, situada numa região geográfica mais ampla, que comporta todo o quadrilátero ferrífero e uma série de localidades mineradoras num raio mais ampliado da capital. Esta atividade mineradora fornece insumos para a metalurgia, setor que permanece bastante expressivo na economia da RMBH, situado principalmente nos três principais municípios da metrópole: Belo Horizonte, Contagem e Betim. Completando o complexo mineiro-metal-mecânico, tem-se o complexo de indústrias ligadas ao pólo industrial automotivo, centralizado na região pela planta da Fiat Automóveis de Betim, que estabelece uma cadeia significativa de fornecedores diretos (constituindo uma rede de pequenas e médias plantas industriais). A base exportadora da RMBH se caracteriza pelo complexo mineiro-metal-mecânico, e a estrutura industrial inclui também uma gama de setores principalmente voltados para a demanda metropolitana (como o setor de alimentos e bebidas por exemplo). As atividades ligadas à mineração e à metalurgia exportam não somente para fora da metrópole, mas também para mercados internacionais. O setor mecânico, por sua vez, atende principalmente o mercado consumidor brasileiro (de automóveis, principalmente), mas vem apresentando por parte de algumas indústrias uma tendência à exportação de peças, componentes e bens de capital do setor automotivo para outros países. Como colocado acima, uma característica marcante da economia metropolitana de Belo Horizonte atual é a ausência dos setores produtores de bens de consumo duráveis (muito presentes na indústria paulista e em Manaus)⁸⁴. Como discutido acima, esta indústria de alto coeficiente tecnológico, produtora de bens de consumo durável, é um fator que impulsiona a formação da cidade-região em São Paulo, e que torna esta dinâmica de

⁸⁴ A Toshiba possui uma planta em Contagem, mas que se limita à fabricação de transformadores. Mas recentemente algumas exceções pontuais vêm se apresentando, como é o caso da Jabil, fábrica situada em Contagem, de capital norte-americano, produtora de componentes de eletrônicos diversos, como impressoras, celulares e computadores, cuja produção é organizada de modo pulverizado por dentre suas dezenas de unidades industriais situadas também em São Paulo e Manaus no Brasil, no México, na Europa, na China, na Índia, no Japão, na Malásia, em Singapura, em Taiwan, no Vietnã, e em diversas regiões dos próprios EUA, aproveitando deste modo as vantagens comparativas específicas de cada uma destas localidades. Fonte: www.jabil.com (consulta em Maio/2008).

desconcentração industrial no entorno metropolitano de Belo Horizonte limitada aos setores ligados ao pólo automotivo – mas cria-se as condições para que estas localidades recebam investimentos de outros setores, em eventuais conjunturas macroeconômicas de ampliação da capacidade instalada.

Deste modo, do ponto de vista econômico-espacial (e dos aspectos ligados à localização industrial) da reestruturação produtiva e da ascensão da indústria pós-fordista, a formação da cidade-região no entorno de Belo Horizonte seria uma dinâmica relativamente limitada, em função de sua característica de pólo industrial incompleto, marcado pela ausência dos setores produtores de bens de consumo duráveis. Mas considerando a reestruturação da Fiat ao longo da década de 90 (criando uma rede pulverizada de fornecedores de componentes específicos, no formato *just in time*), o aumento subsequente de sua produção⁸⁵, e a expansão anunciada de sua capacidade instalada⁸⁶, a própria dinâmica comandada pelo pólo automotivo em si é muito expressiva, e já vem surtindo efeitos nas centralidades do entorno metropolitano.

Podemos propor também que a cidade-região de Belo Horizonte, ainda no que tange a economia espacial, é realidade antiga, devido às estreitas relações de complementaridade entre as atividades mineradoras realizadas no entorno metropolitano e o pólo metal-mecânico da RMBH. Mas isto implicaria uma outra lógica, e um outro entendimento da cidade-região, pois a localização desta atividade mineradora é, obviamente, determinada pela disponibilidade de recursos naturais. Considerando a reestruturação realizada por este setor nas últimas décadas, como proposto em Magalhães (2006) analisando alguns municípios do eixo sul do entorno metropolitano, ocorre uma diminuição considerável do contingente de empregos nestes setores industriais extrativistas, concomitante a um crescimento expressivo do setor terciário nestas localidades (concentrados nos serviços pessoais e intermediários – sendo que os serviços avançados permanecem concentrados em Belo Horizonte, com alguma desconcentração na direção de Nova Lima, mas por motivos ligados à política fiscal daquele município vizinho das áreas de maior valorização imobiliária do município da capital). Este

⁸⁵ Segundo informações do sítio da empresa na Internet (www.fiat.com.br – consulta em junho/2008), em 2005 a Fiat foi líder no mercado nacional de automóveis (400 mil veículos produzidos em 2005, com previsão para 720 mil em 2007), e as exportações atingiram a casa dos 100 mil veículos (cerca de 30% a mais que no ano anterior). Ocorre um aumento expressivo da participação do mercado nacional daquela indústria a partir dos anos 90, e cresce também seu mercado externo, situado nos países do Mercosul, no México, na Venezuela, na Europa, no Oriente Médio e no norte do continente africano.

⁸⁶ O grupo Fiat anunciou investimentos de R\$ 5 bilhões de 2008 a 2010 na expansão de suas atividades em Betim e em outras unidades industriais da região: a FPT Powertrain Technologies, em Betim e Sete Lagoas; a Teksid, em Betim; a Iveco, em Sete Lagoas; a New Holland Construções, em Contagem, e a Magneti Marelli, em Contagem e Lavras. A expansão da produção do pólo causará efeitos em toda sua cadeia de fornecedores não incluídos nos valores deste anúncio de expansão, gerando aí um primeiro efeito multiplicador imediato. Fonte: http://www.fiat.com.br/br/afiat/fiatnews_1698.jsp (consulta em junho/2008).

crescimento do setor terciário no entorno metropolitano de Belo Horizonte representa em si uma dinâmica ligada à extensão da urbanização, criando economias locais progressivamente mais “urbanizadas”, como resultado tanto da reestruturação industrial quanto da produção do espaço urbano neste entorno metropolitano.

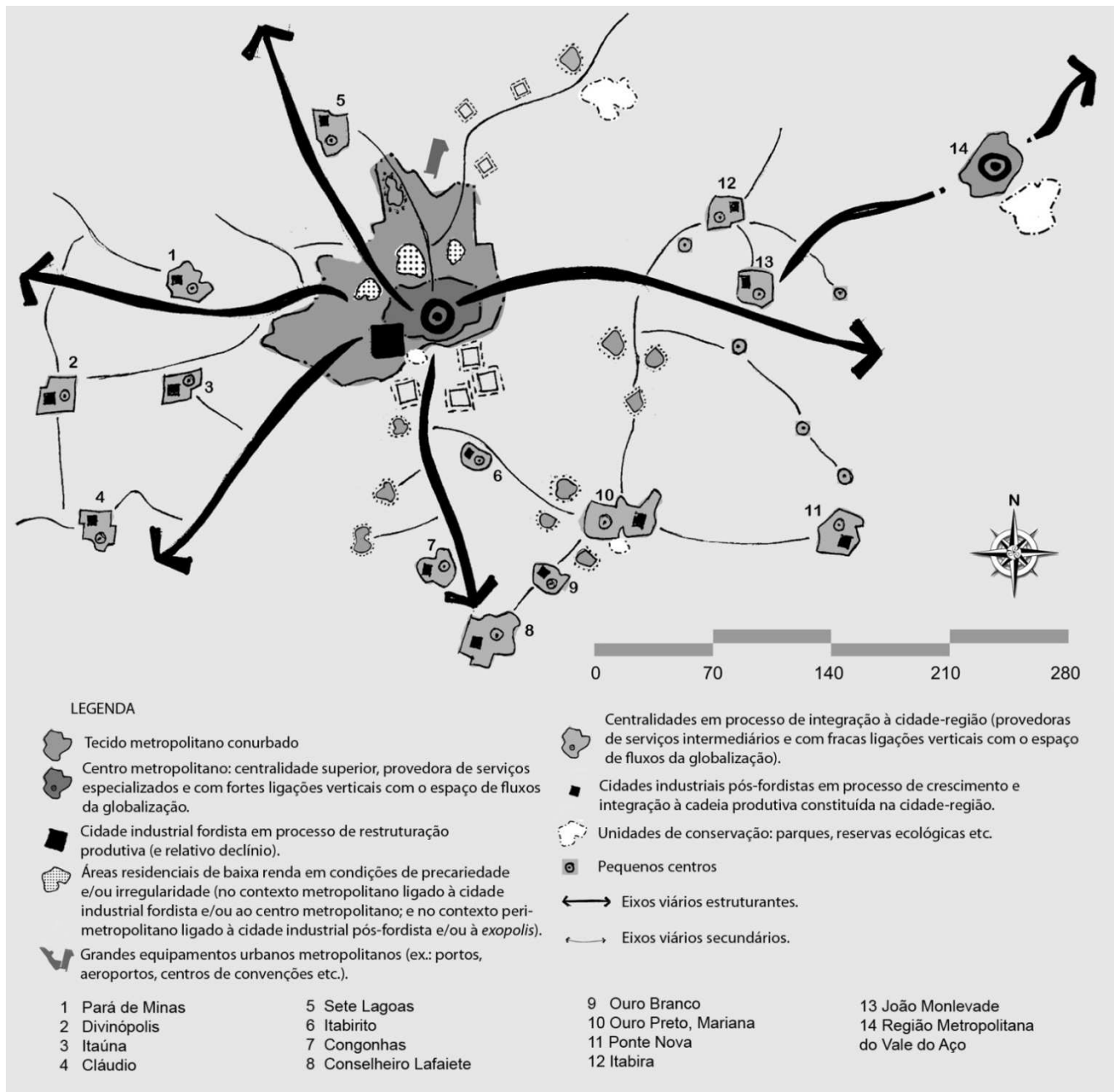


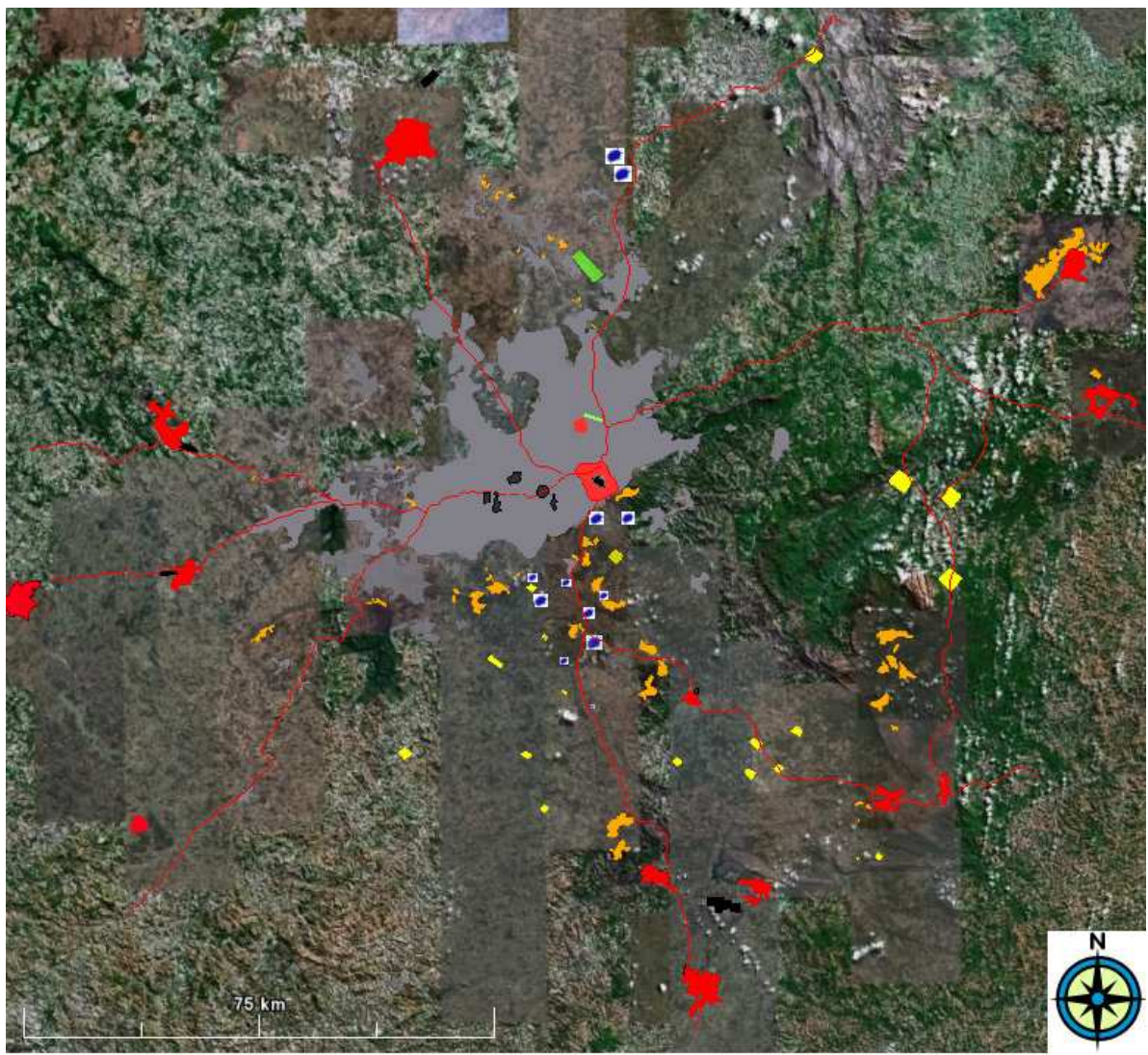
FIGURA 4
A cidade-região de Belo Horizonte

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados apresentados no apêndice.

Porém, a conjuntura recente de crescimento das exportações de produtos primários e intermediários causou uma expansão expressiva do setor da mineração no entorno de Belo Horizonte, liderado (através da aquisição de empresas menores e da abertura de novos focos de exploração) pela atuação da CVRD, principalmente na região a sudeste de Belo Horizonte, nos municípios de Barão de Cocais, São Gonçalo do Rio Abaixo e Santa Bárbara. A Gerdau, por sua vez, expande suas operações (também de forma muito expressiva) na região ao sul de Belo Horizonte, em Ouro Branco (com a aquisição seguida de uma expansão da capacidade instalada da Açominas), Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Jeceaba. Ocorre deste modo uma nova rodada de reforço das cadeias produtivas ligadas ao pólo minero-metalúrgico na cidade-região de Belo Horizonte, puxada neste contexto pela demanda externa (o grau de diversificação da pauta produtiva da indústria da região é deixado para segundo plano, em função deste crescimento quantitativo da produção primário-exportadora). Assim a região se insere na lógica do novo arranjo espacial no país de ter sua configuração econômico-espacial pautada mais uma vez por mercados externos, o que não necessariamente configura verticalidades fortes nestas localidades específicas, justamente pela proximidade da capital por onde passa o contato direto com estes mercados longínquos.

Complementando o croqui acima, apresentamos a figura a seguir com o objetivo de demonstrar a presença da mineração na região aqui analisada (somada dos demais elementos também apresentados anteriormente⁸⁷). Ressalta-se que as áreas destacadas correspondem aos focos de mineração já existentes, não apresentando as novas minas em processo de iniciação da instalação da estrutura de exploração.

⁸⁷ Trata-se de uma imagem de satélite cujos elementos foram demarcados com o auxílio de uma ferramenta de desenho do software de visualização de imagens de satélite "Google Earth".



LEGENDA


-  Tecido metropolitano conurbado
-  Áreas industriais
-  Grandes equipamentos urbanos metropolitanos (ex: aeroporto, centro de convenções etc.)
-  *Exopolis* e loteamentos residenciais cercados (alta renda)
-  Pequenos centros históricos; antigas centralidades de apoio ao meio rural (em intenso processo de transformação sócio-espacial: turismo, urbanização)
-  Áreas de mineração
-  Centralidades em processo de integração à cidade-região
-  Centralidade metropolitana principal

FIGURA 5
Cidade-região de Belo Horizonte: áreas de mineração e outros elementos

Fonte: elaboração própria, a partir do software de imagens de satélite “Google Earth”.

Em segundo lugar (e retornando às configurações recentes do pólo automotivo), há uma tendência a um crescimento da indústria nas cidades médias localizadas nas proximidades da capital, principalmente Sete Lagoas, Itaúna, Pará de Minas, Divinópolis, Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco, Congonhas, João Monlevade, Itabira e Itabirito. A principal manifestação concreta neste sentido nos anos recentes foi a instalação da planta da Iveco, fábrica de caminhões do grupo Fiat, na cidade de Sete Lagoas, no ano de 1999. A cidade de Itabirito também vem demonstrando um crescimento da indústria flexível ligada ao parque industrial da Fiat Automóveis, com a *Delphi Automotive Systems do Brasil* que se instalou em Itabirito em 1995 e o recente anúncio da Teksid (a maior fornecedora de peças da Fiat, situada em Betim) de instalar uma nova unidade na cidade. Ocorre também um crescimento de um setor terciário capaz de fortalecer a centralidade destas cidades, como por exemplo os pequenos centros universitários, atividade que reforça as condições gerais de produção e o meio técnico-científico-informacional nestas áreas. O movimento pendular de alunos e professores entre a área metropolitana e estas faculdades é um exemplo da relação de complementaridade que este tipo de atividade estabelece com a metrópole – o que também contribui para aumentar os fluxos entre a metrópole e as centralidades do entorno metropolitano.

Uma minuciosa análise da centralidade de Sete Lagoas, que se estabeleceu historicamente enquanto “boca do sertão”, e se manteve forte ao longo de sua história, não tendo sido “esvaziada” pela proximidade de Belo Horizonte (aproximadamente setenta quilômetros), é realizada por Nogueira (2003). Aquela autora demonstra a transformação das funções que reforçam a centralidade setelagoana ao longo de sua história (no período fordista marcada por uma forte presença da siderurgia), enfatizando o papel ativo das elites locais neste processo, que também teria sido decisivo no contexto da industrialização atual⁸⁸, inclusive na atração do investimento da Iveco para a cidade. Podemos propor um complemento à abordagem daquela autora nos termos aqui elaborados, que a configuração da cidade-região, mesmo não sendo capaz de explicar o não-esvaziamento de Sete Lagoas pelo adensamento da metrópole vizinha⁸⁹, é bastante esclarecedora quanto à sua dinâmica atual (surgindo um questionamento da real efetividade da agência política/estratégica das elites

⁸⁸ Atualmente o município tem um parque industrial expressivo em termos quantitativos e relativamente diversificado, incluindo alguns setores de alta tecnologia (produtores de equipamentos médico-hospitalares e de alta precisão), assim como a indústria têxtil e diversos setores produtores de alimentos e bebidas, além das unidades produtivas ligadas ao novo pólo montador automotivo comandado pela Iveco.

⁸⁹ O que, aliás, pode ser atribuído ao fato de que aquela cidade se fortaleceu enquanto um dos primeiros centros de apoio à agroindústria do estado, bastante fortalecido pela próprio mercado metropolitano vizinho.

locais setelagoanas num cenário hipotético de ausência dos processos ligados à cidade-região, principalmente as deseconomias de aglomeração e a involução metropolitana atingindo o tecido metropolitano adensado, e a extensão das condições gerais de produção ao entorno da metrópole).

Um centro de características semelhantes a Sete Lagoas (como afirmado por Nogueira, 2003) é a cidade de Divinópolis. Tendo se consolidado como centralidade principal do centro-oeste mineiro como entroncamento ferroviário e centro comercial, a industrialização pesada se instala com o setor siderúrgico, que passou recentemente por um processo de reestruturação gerando uma relativa desindustrialização das estruturas fordistas. Concomitante a este processo há um crescimento expressivo do setor de confecções, composto por pequenas e médias unidades produtivas (muitas vezes caseiras) que atuam com fortes relações de subcontratação (frequentemente informais, ocultando práticas trabalhistas precárias e irregulares), configurando um arranjo produtivo local de confecções na cidade, nos moldes da acumulação flexível. Um processo semelhante e de maior magnitude ocorre na cidade vizinha, Nova Serrana, centro de pequeno porte, antigo produtor de celas fornecidas para o centro-oeste mineiro, que se torna um dos maiores pólos calçadistas do país, cujo crescimento industrial recente também apresenta características de pequenas e médias empresas configurando um arranjo produtivo local.

A dinâmica imobiliária do entorno metropolitano no caso de Belo Horizonte também indica algumas características ligadas à formação da cidade-região. No caso de eixo sul de expansão metropolitana, trata-se de um histórico de ocupação dominado pelas mineradoras, que são as grandes proprietárias das terras da região desde os tempos do ciclo de exploração aurífera em Nova Lima⁹⁰, o que se estende em direção a outros focos de mineração na região, atingindo outros centros como Congonhas, Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete. Ao longo do eixo esta presença da mineração varia em intensidade, dividindo o espaço com o meio rural que aparece de forma mais expressiva na medida em que se distancia da capital, porém com alguns bolsões de forte ruralidade muito próximos à capital, principalmente nos municípios de Brumadinho, Moeda e Belo Vale (que vêm ganhando novos vizinhos com os parcelamentos cercados crescentes). A lógica da produção do espaço resultante desta grande presença da mineração vem sendo marcada por um aproveitamento de uma segunda rodada de extração de

⁹⁰ A St. John Del Rey Mining Company, companhia de capital inglês que foi o carro-chefe de um “segundo ciclo do ouro” em Minas Gerais (a partir da introdução de máquinas e técnicas mais avançadas que permitiriam a extração em áreas não exploradas anteriormente no auge da atividade no século XVIII), iniciou suas atividades em Nova Lima em 1834.

renda fundiária, realizada em locais sob propriedade destas empresas onde a atividade mineradora seria anti-econômica, na forma dos parcelamentos residenciais cercados direcionados ao mercado de alta renda. O alcance desta dinâmica de transformação do espaço da mineração em condomínios se estende ao longo do eixo sul, e é marcado por certo grau de heterogeneidade destas ocupações, que variam entre residências permanentes e sítios de finais de semana, assim como no nível de renda e no “estilo de vida” dos grupos que os apropriam⁹¹. As pequenas centralidades históricas de apoio ao meio rural (Piedade do Paraopeba, Moeda, Belo Vale, Aranha, Palhano, Suzano dentre outras) se tornam progressivamente local de moradia da força de trabalho ocupada nos serviços pessoais nestas *exopolis* (jardineiros, zeladores, empregadas domésticas etc.), e não deixam de apresentar algum potencial de organizações comunitárias autônomas, voltadas por exemplo para a Economia Popular Solidária, integradas com outros grupos de outras áreas.

Esta primazia dos espaços residenciais cercados na configuração do espaço periurbano atual chega ao nível de se tornar uma estratégia de promoção do espaço local por parte dos municípios da região metropolitana, que tentam atraí-los através dos planos diretores recentemente formulados, que incluem zoneamentos prevendo grandes áreas dos entornos dos perímetros urbanos reservadas aos condomínios. Na grande Belo Horizonte, esta dinâmica não se limita ao eixo sul, espaço pioneiro e privilegiado deste fenômeno⁹², mas vem se mostrando presente de forma significativa também no chamado vetor norte, a atual “bola da vez” do mercado imobiliário metropolitano – em função da construção do novo Centro Administrativo do governo estadual (em curso) nos limites do município da capital naquela direção. Neste caso cria-se um espaço altamente descontínuo, nos termos propostos por Milton Santos discutidos acima, pois a presença de áreas de reprodução de força de trabalho de baixíssimo nível de renda é muito significativa na área, o que não é o caso do eixo sul. Há aí um problema grave aguardando sua efetivação, que é o risco de expulsão desta população de baixa renda para as periferias ainda mais distantes, que se soma ao fato de que os planos diretores dos municípios daquela direção não vêm se preocupando com a oferta de habitação

⁹¹ Que se separam basicamente entre os antigos moradores destas áreas, ligados à existência de clubes (como no condomínio Vila Del Rey), e algumas vezes ocupando os espaços como pequenos sítios (com eventuais hortas e pomares); e os moradores mais novos, atraídos sobretudo pela beleza cênica e pela garantia de segurança supostamente proporcionada por estes espaços segregados, e menos ligados a outras formas de apropriação do espaço. Ressalta-se que o próprio desejo de retorno à natureza utilizado na produção da imagem destas localidades por parte dos produtores imobiliários envolve uma tosca (e grave) contradição: cada vez mais esta forma de ocupação degrada e no limite *substitui* esta mesma natureza utilizada como marketing para a valorização imobiliária.

⁹² A respeito do Eixo Sul, ver Costa et al (2006).

para interesse social (atuando nos moldes da estratégia urbanística de atrair o que interessa e menosprezar o que é necessário e democraticamente prioritário), o que pode acarretar uma nova rodada de urbanização espoliada nas margens do tecido metropolitano na direção do vetor norte.

O vetor norte pode ser visto como uma “bola da vez” também do desenvolvimento industrial da RMBH, com uma estratégia anunciada pelo governo estadual de transformar o Aeroporto Tancredo Neves em Confins num “aeroporto industrial”, com uma grande oferta de infra-estrutura e de condições fiscais para a instalação de indústrias exportadoras na área. Trata-se também de uma região onde as deseconomias de aglomeração mais fortemente presentes no eixo industrial da RMBH ao oeste da capital ainda são menos significativas, apresentando condições de atração de novos investimentos semelhantes às centralidades situadas no âmbito da cidade-região, e competindo em potencial com estas cidades do entorno metropolitano nesta atração de capitais. Ou seja, a própria área interna à RMBH ainda apresenta sub-espacos não consolidados e menos sujeitos aos problemas da “involução metropolitana”, que seria um dos efeitos por trás da formação da cidade-região. As diferentes *condições de competição* destes dois grupos de localidades seria um tema para pesquisas posteriores, mas ressalta-se o plano de igualdade em que são colocadas pelo novo arranjo espacial da cidade-região, onde a maior proximidade relativa ao centro metropolitano não necessariamente se traduz em maiores vantagens estratégicas para determinada localidade.

Para concluir a seção e o capítulo, em linhas gerais, o quadro da cidade-região de Belo Horizonte é marcado pelas seguintes características:

- a presença (antiga, e em processo de expansão) da mineração e da indústria siderúrgica no entorno metropolitano;
- as características estruturais do pólo mínero-metal-mecânico limitam o alcance da desconcentração industrial a partir deste meio mais densamente industrializado (situado principalmente em Contagem e Betim) – tal qual ocorrido em São Paulo a partir da reestruturação da indústria de bens de consumo duráveis;
- ocorre um crescimento bastante expressivo dos serviços (principalmente pessoais e distributivos) nestas áreas industriais tradicionais (Contagem e Betim), evidenciando um maior grau de urbanização destas áreas (e do fortalecimento de suas centralidades), o que tende a aumentar progressivamente a renda da terra e conseqüentemente o custo de localização industrial nestas áreas;

- ocorre atualmente um processo de consolidação da ocupação de certas áreas da própria área metropolitana, marcado pela expansão atual na direção do vetor norte;
- o eixo sul apresenta de forma mais expressiva os processos socioespaciais característicos da cidade-região apresentados na morfologia proposta no capítulo 1, conformando um tecido urbano espraiado e segregado, que melhor representa no caso de Belo Horizonte a fuga por parte das elites da involução metropolitana e a busca das chamadas amenidades, ou daquilo que Randolph (2005) caracteriza como “espaços qualitativos”;
- os parcelamentos residenciais cercados se tornam um modelo largamente adotado de produção do ambiente construído não somente na área metropolitana mas também no entorno, chegando a ser incluído em diversos planos diretores municipais em áreas previstas para sua expansão (desejada pelos governos municipais);
- há indicações de um processo de crescimento industrial nas centralidades situadas no entorno metropolitano a partir da reestruturação e da expansão do pólo automotivo comandado pela Fiat Automóveis em Betim.

CAPÍTULO 5 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE-REGIÃO: A URBANIZAÇÃO EXTENSIVA, A CIDADE, O URBANO E O LUGAR.

Grande parte da literatura a respeito da cidade-região se concentra no fortalecimento dessa escala socioespacial no cenário global, e enfatiza suas relações externas, assim como os fatores que influenciam na inserção bem-sucedida de determinadas cidades-região em detrimento de outras neste palco contemporâneo da economia globalizada, assim como os aspectos institucionais e escalares da ação do Estado neste contexto. Deixa-se assim um pouco de lado a dinâmica interna da cidade-região e os processos socioespaciais que estão por trás de sua própria formação. Quanto a esta dinâmica interna, ao longo de todo este estudo, parte-se do pressuposto, muito baseado em Lefebvre (1999, 2006b), que vem ocorrendo um transbordamento do tecido urbano para além das cidades propriamente ditas. Esta expansão do urbano se dá a partir do que Lefebvre chama de implosão-explosão da cidade, ou seja, uma enorme concentração e aumento da densidade nos núcleos concomitante ao espriamento de determinados elementos anteriormente exclusivos das cidades ao longo do território. Diversos são estes elementos (ou “atributos” socioespaciais), que vão desde aspectos culturais e ligados à práxis cotidiana até processos relacionados à esfera da economia, seja no que diz respeito à infra-estrutura ou aos serviços.

Outra característica da literatura recente acerca da cidade-região (como em Scott *et al*, 2001; e Storper, 1997) é seu olhar advindo da economia política da urbanização e quase exclusivamente voltado para a geografia econômica e suas contribuições possíveis ao planejamento urbano e regional, deixando de lado a questão da política impregnada nos processos socioespaciais, principalmente no que tange a transformação dos lugares. Tentaremos nas próximas páginas realizar esta passagem para as questões que se situam além da economia política, dando menor ênfase ao ponto de vista econômico-espacial prevalecente em outras partes do estudo e procurando abordar as transformações socioespaciais sob a ótica da produção social do espaço e de seus aspectos sócio-políticos, aproximando a abordagem da perspectiva do cotidiano (embora sem entrar de forma mais verticalizada nesta discussão) e de sua importância para o entendimento do espaço social e sua reprodução.

5.1: A produção do espaço: alguns elementos teóricos para uma mudança de perspectiva

Um pressuposto básico da perspectiva da *produção do espaço* é que a própria economia deve ser vista como uma expressão de relações socioespaciais (e da reprodução destas), não constituindo um ente autônomo e inatingível a partir de manifestações, organizações e reivindicações que visem a transformação socioespacial e que tenham a cidade ou o espaço como elementos centrais na motivação das ações políticas e cidadãs. De antemão, vale ressaltar que a concepção lefebvriana de *produção*, ao se referir à produção do espaço, é marcada por uma ampliação radical desta idéia (que contrasta com uma concepção economicista que reduz a produção ao âmbito *produtivista* das mercadorias e dos objetos), permitindo que se discorra acerca da produção do cotidiano, das temporalidades ou (sintetizando) do espaço. As idéias de *produção social do espaço* e de *espaço social* são apresentadas por Henri Lefebvre no livro “A Produção do Espaço” (1991), cuja introdução é brevemente explorada a seguir.

Lefebvre afirma que antigamente a palavra espaço tinha uma conotação puramente geométrica/euclidiana/matemática (falar de espaço social soaria estranho). O autor procura demonstrar como é fundamental para a compreensão das sociedades contemporâneas (e sua reprodução) o entendimento do espaço para além do ambiente construído e do espaço físico, banal. Todo período histórico teve sua própria lógica da produção do espaço que o sustentava, e no capitalismo não é diferente.

Hoje em dia poucas pessoas recusariam admitir “a influência” de capitais e do capitalismo nas questões práticas concernentes ao espaço, da construção de imóveis à repartição de investimentos e à divisão do trabalho no planeta inteiro. Porém, o que entendem por “capitalismo” e por “influência”? Para uns, representam “o dinheiro” e suas capacidades de intervenção, ou a troca comercial, a mercadoria e sua generalidade, posto que “tudo” se compra e se vende. Para outros, representam mais nitidamente os atores dos dramas: “sociedades” nacionais e multinacionais, bancos, promotores, autoridades. Cada agente suscetível de intervir teria sua “influência”.

Alguns esquecem facilmente que o capitalismo tem ainda um outro aspecto, ligado, decerto, ao funcionamento do dinheiro, dos diversos mercados, das relações sociais de produção, mas distinto porque dominante: a hegemonia de uma classe. O conceito de hegemonia, introduzido por Gramsci para prever o papel da classe operária na construção de uma outra sociedade, ainda permite analisar a ação da burguesia, em particular no que concerne ao espaço. O conceito de hegemonia refina este, um pouco pesado e brutal, de “ditadura” do proletariado após a da burguesia. Ele designa muito mais que uma influência e que o emprego perpétuo da violência repressiva. A hegemonia se exerce sobre a sociedade inteira, cultura e saber incluídos, o mais freqüente por pessoas interpostas: os políticos,

personalidades e partidos, mas também por muitos intelectuais, cientistas. Ela se exerce, portanto, pelas instituições e pelas representações. (LEFEBVRE, 2007)

Deste modo, a partir da introdução da idéia de hegemonia enquanto elemento central na produção do espaço, chega-se à idéia de que “o espaço (social) é um produto (social), (...) o espaço produzido de determinada maneira serve como uma ferramenta de pensamento e ação (...), além de ser um meio de produção ele é também um meio de controle, e portanto de dominação/poder, ainda que, enquanto tal, ele escapa parcialmente àqueles que o usariam”. Lefebvre afirma que toda sociedade – e portanto, todo modo de produção – produz um espaço, seu próprio espaço: “Qualquer ‘existência social’ aspirando ou se declarando real, mas não produzindo seu próprio espaço, seria uma entidade estranha, um tipo muito peculiar de abstração incapaz de escapar da esfera ideológica ou mesmo cultural”, e “‘Mudar a vida! Mudar a sociedade!’ Estas idéias perdem totalmente seu significado sem produzir um espaço apropriado. Uma lição a ser aprendida dos construtivistas soviéticos dos anos de 1920-30, e de seu fracasso, é que novas relações sociais pedem um novo espaço, e vice-versa.” (LEFEBVRE, 1991).

Em seguida, o autor apresenta um espectro (ou um contínuo, resumido a seguir) de definições acerca da natureza dos diversos espaços socialmente produzidos ao longo da história, que culminaria no espaço diferencial (para o autor ainda na virtualidade, em gestação), que superaria enfim a produção do espaço abstrato imposto pela generalização do capital para outras esferas que não a da produção restrita:

- Espaço absoluto – são espacialidades pontualmente presentes que representam o sagrado e o divino, seja na forma de monumentos ou de santuários. Em sociedades tradicionais está muito freqüentemente incluído em elementos da natureza (grutas, picos, rios), algumas vezes com monumentos inseridos nestas localidades.
- Espaço histórico – produto da evolução do espaço absoluto com maior conteúdo político e/ou de organizações religiosas, produzindo um ambiente construído (e logo uma centralidade) mais significativo(a).
- Espaço político – o espaço do núcleo da cidade-estado, e a cidade renascentista como uma cidade política (LEFEBVRE, 1999; 2006b), onde começa a penetrar o mercado e posteriormente a lógica da acumulação, “onde as forças da história acabam com a natureza de uma vez por todas, e sobre suas ruínas estabelece o *espaço da*

acumulação”, que passa a dominar a lógica da própria cidade e (da produção) do espaço.

- Espaço abstrato – a partir do momento em que a atividade produtiva (trabalho) se desliga do processo de reprodução que perpetuava a vida social, “o trabalho se torna presa da abstração, daí o trabalho social abstrato – e o *espaço abstrato*”; trata-se da espacialidade constituída pela gênese do capitalismo industrial como trabalhado por Karl Marx. Este espaço (coisificado: representando uma coisificação das relações sociais) se tornaria a principal ferramenta da produção hegemônica do espaço, utilizada tanto pelo urbanismo insensível ao lugar e ao espaço social (por exemplo, na reestruturação da cidade de Nova York realizada por Robert Moses⁹³) quanto pela própria produção capitalista do ambiente construído por parte de frações do capital.
- Espaço repressivo – é o autoritarismo político-burocrático que Lefebvre considera como central ao próprio Estado moderno (que constitui uma das bases da chamada sociedade burocrática de consumo dirigido); trata-se de uma condição derivada do próprio espaço abstrato produzido pelo Estado capitalista, e de uma conseqüência de seu avanço por sobre o espaço social da cidade.
- Espaço diferencial – seria um novo tipo de espaço que superasse o espaço abstrato dominante (que carrega consigo as sementes deste novo espaço), resultando da superação da reprodução das relações sociais de produção que estão na base da própria reprodução do espaço abstrato, constituindo novas relações sociais de produção, com uma lógica diferente daquelas do espaço abstrato:

A partir de um ponto vista menos pessimista, podemos demonstrar que o espaço abstrato contém contradições específicas. Estas contradições espaciais derivam em parte das antigas contradições levadas a cabo pelo tempo histórico. Portanto, elas passaram por modificações: algumas se agravaram, algumas se atenuaram. Dentre estas, surgiram novas contradições completamente novas, que podem vir a precipitar a queda do espaço abstrato. A reprodução das relações sociais de produção neste espaço inevitavelmente obedece a duas tendências: a dissolução de velhas relações por um lado e a geração de novas relações por outro. Assim, apesar – ou talvez por causa – de sua negatividade, o espaço abstrato carrega consigo as sementes de um novo tipo de espaço. Chamo este espaço de espaço diferencial, pois, assim como o espaço abstrato tende à homogeneidade, à eliminação de diferenças ou peculiaridades existentes, um novo espaço não pode nascer (ser produzido) a não ser que ele acentue as diferenças. Ele também fará renascer a unidade que o espaço abstrato destruiu nas funções, elementos e momentos da prática social. Ele também irá restaurar a unidade naquilo que o espaço abstrato rompe – às funções, elementos e momentos da prática social (LEFEBVRE, 1991, p. 52).

⁹³ Ver BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**, Capítulo 5.

Acerca do espaço abstrato, podemos encontrar manifestações significativas de sua generalização a partir de outros olhares, distintos da perspectiva lefebvriana. Em primeiro lugar, os não-lugares, entendidos como espacialidades transitórias e “deslocalizadas”, sem nenhuma relação com o lugar onde se encontram, e que são idênticas embora situadas em lugares radicalmente diferentes (aeroportos, restaurantes de redes de *fast food* etc.⁹⁴), são também manifestações do espaço abstrato em intensa difusão nas cidades de todo o mundo. A este respeito, recentemente vem ocorrendo uma acelerada inserção nas economias locais de empresas voltadas ao comércio e aos serviços (ao consumidor final) vinculadas a grandes corporações transnacionais organizadas em rede, nos mais diversos ramos de atividade (desde grandes supermercados até redes de livrarias ou de pequenas lanchonetes, onde a presença da marca e a exploração de sua imagem de forma repetitiva e exagerada é um elemento fundamental). Voltando brevemente ao ponto de vista econômico-espacial, podemos distinguir estes novos atores econômicos do pequeno negócio mais diretamente vinculado ao lugar (ligado aos seus sujeitos e portanto às suas particularidades) nas relações externas que os dois tipos estabelecem. O pequeno estabelecimento tende a manter suas redes de subcontratação, de fornecimento e de compras nas escalas local e regional, buscando fornecedores e contratando técnicos de computação, anúncios em pequenos jornais e revistas, contadores, consultores etc., também estabelecidos local ou regionalmente. Por sua vez, os fornecedores e prestadores de serviços (de publicidade, de contabilidade, de assistência técnica etc.) das grandes redes de atuação global tendem a se organizar também na escala mais ampla (estabelecendo relações contratuais de larga escala, permitindo inclusive maiores reduções nos custos individuais dos serviços prestados ou bens fornecidos, devido às economias de escala). Deste ponto de vista econômico mais estreito em si, trata-se de um problema para a localidade, no sentido de que os efeitos multiplicadores escapam para localidades distantes⁹⁵. Além disso, estas grandes redes aumentam a quantidade de lucros obtidos no nível local e enviados para localidades distantes (geralmente para sua posterior

⁹⁴ Augé (1994) trabalha com a idéia de não-lugar a partir de sua oposição ao conceito antropológico de lugar, como um elemento em disseminação no contexto que denomina de “supermodernidade”: “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar”, e “a supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudeleriana, não integram os lugares antigos: estes, (...) promovidos a 'lugares de memória', ocupam aí um lugar circunscrito e específico” (AUGÉ, 1994, p.73)

⁹⁵ O processo de concentração de capitais através das fusões e aquisições faz com que o circuito dos estabelecimentos vinculados às redes cresça de forma exponencial, inclusive através da incorporação de pequenas e médias empresas anteriormente controladas por setores locais/regionais.

distribuição na forma de dividendos), aumentando o problema da sucção de renda gerada na economia local e canalizada na direção dos centros de comando e controle destes grandes negócios. De forma semelhante à organização da rede urbana descrita por Corrêa (1994), trata-se de uma reprodução da heteronomia do lugar, aumentando sua sujeição a centros decisórios externos. A agroindústria também é uma forma de extensão do espaço abstrato (por sobre o meio rural), por impregnar a atividade (e logo o cotidiano e o espaço vivido da) agropecuária com uma lógica taylorista, buscando ganhos de eficiência nos processos produtivos através de técnicas próprias da indústria (no limite, buscando anular os processos naturais, aos quais o meio rural se sujeita quase completamente, que influenciem negativamente esta busca pela produtividade)⁹⁶.

Voltando aos diversos espaços lefebvrianos, há ainda um elemento adicional que aquele autor não inclui na seqüência inicialmente apresentada e resumida acima, dedicando posteriormente todo um capítulo a seu respeito. Trata-se do espaço social, que podemos interpretar como um espaço coletiva e socialmente produzido no sentido amplo do termo, de forma espontânea e orgânica, de baixo para cima⁹⁷. Lefebvre entende a própria cidade como resultado de uma produção orgânica do espaço ao longo do tempo e a partir de ações diversas por parte de determinados grupos, o que a torna mais próxima de uma obra (semelhante às obras da natureza, não se tratando desta forma de uma obra de arte, justamente por não ter sido anteriormente planejada e concebida mentalmente por um autor determinado) do que de um produto. Da mesma forma, o espaço social lefebvriano seria um espaço coletiva e espontaneamente construído e cristalizado ao longo do tempo, sobre o qual o espaço abstrato (do urbanismo ortodoxo – representando o espaço abstrato produzido pelo Estado – e da acumulação, por reproduzir o trabalho abstrato e a atividade produtiva como uma abstração) tende a avançar. Seria portanto o espaço que faria emergir o embate contra o avanço do espaço abstrato, revelando e denunciando suas contradições (que segundo Lefebvre lhe são inerentes) a partir do encontro das diversas resistências das alteridades e da luta pelo lugar com o embate travado pelo trabalho contra sua redução ao labor⁹⁸. Poderia ser visto também

⁹⁶ A abstração também decorre do fato de que os capitais buscam se valorizar independentemente das atividades econômicas que utilizam como suporte para tal, pouco importando (para os acionistas em busca de maiores dividendos, cuja satisfação se torna o objetivo estruturante das grandes corporações) a natureza desta atividade.

⁹⁷ Deve-se tomar o devido cuidado para que o espaço social não se confunda com a idéia mais ampla do espaço socialmente produzido: todas as categorias citadas anteriormente são socialmente produzidas.

⁹⁸ A distinção entre “o labor dos nossos corpos e o trabalho de nossas mãos”, entre o *animal laborans* e o *homo faber*, é realizada por Hannah Arendt (1981), numa crítica à teoria marxista que ignorou essa diferença entre o

como o espaço da re-afirmação da cidade (e do direito à cidade) em contraposição ao espaço da metropolização (como expressão do espaço abstrato) enquanto desmantelamento da cidade através de sua implosão-explosão.

A re-afirmação da centralidade da produção do espaço para a reprodução das relações sociais de produção está por trás da longa trajetória teórica de Lefebvre n'A Produção do Espaço. Esta idéia da reprodução das relações é apresentada no livro anterior, "*La Survie Du Capitalisme*", como um ataque ao estruturalismo que insistia no conceito de modo de produção capitalista, e na sua manutenção no centro das preocupações teóricas. Para Lefebvre, a mudança de enfoque do modo de produção para a reprodução das relações sociais permite enriquecer a análise, que passa a focar inúmeras dinâmicas, ou as diversas formas através das quais esta reprodução das relações de produção é realizada. A produção do espaço estaria no centro destas inúmeras dinâmicas, ultrapassando o nível instrumental e tornando-se uma finalidade em si – o que permite entender melhor a idéia também colocada por Lefebvre, que a finalidade não declarada da industrialização seria a urbanização (LEFEBVRE, 2006b). Segundo Lefebvre,

a problemática do espaço, que subsume os problemas da esfera urbana (a cidade e suas extensões) e da vida cotidiana (o consumo programado), deslocou a problemática da industrialização. Entretanto, ela não destruiu aquele conjunto anterior de problemas: as relações sociais que prevaleciam anteriormente ainda prevalecem; o novo problema é, precisamente, o problema de sua *reprodução*. (LEFEBVRE, 1991, p. 89. Grifo do original.)

Ao produzir o espaço, o capitalismo reproduz as relações sociais de produção, e se torna capaz não somente de criar novas necessidades por mercadorias que se tornam automática e rapidamente obsoletas (como o automóvel), mas também de fazer transbordar a lógica da mercadoria e da industrialização para outros domínios anteriormente distantes de sua influência, apreendendo desde a moradia e o espaço urbano em si até chegar à própria natureza. Esta é uma visão construída a partir de uma nova forma de leitura da totalidade (que supera o economicismo do estruturalismo, mas não abandona a perspectiva holística e dialética), possibilitada por esta virada espacial, que coloca o espaço no fundamento da dinâmica socioespacial, não como simples receptáculo, mas como agente ativo desta. Lefebvre busca constantemente com sua análise acerca da produção do espaço

labor como a atividade próxima dos processos biológicos e da satisfação das necessidades básicas, e o trabalho como o ato transformador do mundo, ligado ao processo de criação.

...uma abordagem que analisaria não as coisas no espaço, mas o espaço em si, com uma visão que procure revelar as relações sociais nele contidas. A tendência dominante fragmenta o espaço e o recorta em pedaços. Enumera as coisas, os vários objetos, que o espaço contém. As especializações dividem o espaço por dentro delas e atuam por sobre suas partes truncadas, configurando barreiras mentais e fronteiras prático-sociais. (LEFEBVRE, 1991, p. 89.)

Edward Soja (1996) propõe que Lefebvre, n’A Produção do Espaço, procura em várias passagens superar diversas oposições binárias (substitui-se o determinismo do *ou isso ou aquilo* – capital X trabalho, burguesia X proletariado, lucros X salários, sujeito X objeto, local X global, centro X periferia, agência X estrutura – pela contemplação de diversas tríades) com a idéia de que “há sempre o outro”. Apresentam-se assim tríades conceituais que culminam na idéia do espaço socialmente produzido como uma terceira interpretação do espaço, depois do espaço físico e do espaço mental, categorias que são apresentadas também como *espaço percebido*, *espaço concebido* (ou representações do espaço), e *espaço vivido* (ou espaços de representação). O espaço percebido seria o ambiente construído, o espaço banal, chamado por Soja de *primeiro* espaço. O espaço concebido é a representação do espaço, as abstrações do espaço na forma de mapas e planos (o espaço do urbanismo), ou imagens na forma de pinturas, fotografias etc. (o espaço da/na arte, e mais recentemente da publicidade). O espaço de representação seria um *terceiro* espaço, marcado pelas apropriações diversas, pelo simbolismo inerente ao espaço, pelos sentidos que são dados a determinado espaço. Para Lefebvre, a fonte dos espaços de representação é a história de determinado grupo, e de forma semelhante às analogias acima, poderíamos propor que se trata do espaço da antropologia, da etnologia ou da psicanálise, mesmo que estes discursos o ignorem (LEFEBVRE, 1991, p.41).

O espaço da representação está vivo: ele fala. Ele tem um centro ou núcleo: ego, cama, quarto, lar, casa; ou: praça, igreja, cemitério. Ele inclui os *loci* da paixão, da ação e das situações vividas, e deste modo imediatamente inclui o tempo. Conseqüentemente ele pode ser qualificado de diversas formas: ele pode ser direcional, situacional ou relacional, pois ele é essencialmente qualitativo, fluido e dinâmico. (LEFEBVRE, 1991, p. 42).

Citando Lefebvre em *La Présence et l’absence: Contribution à la théorie des représentations*, Soja argumenta que “there is always the Other, a third term that disrupts, disorders, and begins to reconstitute the conventional binary opposition into an-Other that comprehends it but is more than just the sum of two parts” (Soja, 1996, p. 31). O terceiro-espaço proposto por Soja seria deste modo o espaço de representação lefebvriano, somado de um conteúdo de alteridade permitido pelo caráter *radicalmente aberto* advindo da

incorporação do *terceiro* (o que nos remete à idéia de espaço diferencial, entendido por Lefebvre como a possibilidade de superação do espaço abstrato). Deste modo:

In this first round of thirding, *social space* takes on two different qualities. It serves both as a separable field, distinguishable from physical and mental space, *and/also* as an approximation for an all-encompassing mode of spatial thinking. Lefebvre continued to use social space in both ways throughout the text. Thirdspace, as I have been defining it, retains the multiple meanings Lefebvre persistently ascribed to social space. It is both a space that is distinguishable from other spaces (physical and mental, or First and Second) and a transcending composite of all spaces (Thirdspace as Aleph). (SOJA, 1996, p. 62).

Indica-se aqui que a produção social do espaço, embora contenha as possibilidades e aberturas para alteridades e outras produções do espaço (tal qual pretendidas por Soja, principalmente, enquanto possibilidades de *emancipação*), é no mundo contemporâneo largamente dominada pelo consumo e a cultura (difusora) do consumismo. Através de mecanismos diversos, o capital atua na produção social de um espaço hegemônico, fundamental para a reprodução das relações sociais de produção. Deste modo, a idéia de que a (re)produção do espaço é central para a reprodução (e a sobrevivência) do capitalismo se refere não somente ao ambiente construído e ao espaço físico (banal), mas também ao espaço socialmente produzido. Ou seja, é também a reprodução da tecnologia, da cultura, do imaginário, e principalmente da criação de necessidades que dita os padrões de consumo, ou até mesmo da política. Esta concepção do espaço socialmente produzido é fundamental, pois o tema aparece constantemente nas discussões a seguir, daí a importância de se destacar a inspiração (lefebvriana) da abordagem aqui adotada.

5.2: A cidade e o urbano na cidade-região

Vale retomar brevemente o tema da *exopolis* discutido no primeiro capítulo, como um exemplo concreto da diferença entre o urbano enquanto substantivo e o urbano adjetivo. Como vimos anteriormente, trata-se de uma manifestação do urbano radicalmente diferente da *cidade*. Soja afirma que a *exopolis* é expressão de um duplo processo, que podemos entender de forma análoga à implosão-explosão da cidade, no qual a cidade se vira do lado avesso (*de dentro para fora* – o urbano explodido, para fora das cidades propriamente ditas; e *de fora para dentro* – com a globalização e o fortalecimento de ligações verticais no espaço de fluxos global nos centros das cidades). Surge portanto a necessidade de se caracterizar melhor o

urbano enquanto substantivo, e apontar aquilo que o distinguiria do urbano enquanto adjetivo, ou seja, aquilo referente às próprias cidades⁹⁹. Supõe-se que este *urbano* esteja estreitamente ligado às cidades, mas não se traduzem em cidades (em termos de ambiente construído, por razões óbvias, mas também no plano do espaço socialmente produzido) e portanto, trata-se de uma expressão socioespacial de um fenômeno de natureza distinta das cidades. Como a expansão do tecido urbano é um elemento fundamental na formação da cidade-região, torna-se necessário aprofundar nesta discussão, retornando, para tal, às suas origens lefebvrianas:

(...) na cidade antiga, o uso e o valor de uso ainda definem o emprego do tempo. Nas formas tradicionais da cidade, a troca e o valor de troca ainda não romperam todas as barreiras, nem se apoderaram de todas as modalidades do uso. É nesse sentido que as cidades antigas são e permanecem obras, e não produtos.

O estilhaçamento da cidade tradicional é um fenômeno evidente, ao contrário de seu sentido. É preciso procurá-lo. As interpretações desse fato foram e ainda são múltiplas. Uns pensam que é preciso dar razão à “anticidade” contra a cidade e que a modernidade se define pela “não-cidade” (...). A indústria surgiu efetivamente como a “não-cidade” e a “anticidade”. Ela se implantou ao sabor dos recursos que empregava em seu favor, a saber, as fontes de energia, de matérias-primas, de mão-de-obra, mas ela atacou as cidades no sentido mais forte do termo, destruindo-as, dissolvendo-as. Ela as fez crescer desmesuradamente e provocou uma explosão de suas características antigas (fenômeno de implosão-explosão). Com a indústria, tem-se a generalização da troca e do mundo da mercadoria, que são seus produtos. O uso e o valor de uso quase desaparecem inteiramente, não persistindo senão como exigência de consumo das mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, o solo tornou-se mercadoria; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra. Tudo o que constituiu a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto.

Pode-se dizer que a sociedade urbana desapareceu? Não, ao contrário. Ela se generaliza. A sociedade inteira torna-se urbana. O processo dialético é o seguinte: a cidade – sua negação pela industrialização – sua restituição a uma escala muito mais ampla que outrora, a da sociedade inteira. (LEFEBVRE, 2006a, p.42)

A longa citação se justifica pelo alcance da formulação teórica e a pertinência do argumento ali colocado na discussão proposta nesta parte deste estudo. Henri Lefebvre entende a generalização do urbano como um processo relacionado à tomada da cidade pelo fenômeno da industrialização (chamando atenção também para a urbanização desligada da industrialização), porém guardando em seu bojo um embrião de transformação social através da política que é intrínseco ao fenômeno urbano, que deixa de ser restrito às grandes aglomerações urbanas e também é carregado em sua extensão ao longo de escalas espaciais mais amplas (Monte-Mór, 1994, 2004, 2006a).

⁹⁹ Não deixando aqui de se levar em consideração o próprio estilhaçamento da cidade e sua profunda transformação num tecido socioespacial fragmentado através do próprio processo de metropolização (resultante em última instância da própria industrialização).

Antes de prosseguirmos nesta discussão, vale explicitar que o advento do tecido urbano tem suas origens transformação da cidade pela entrada da indústria¹⁰⁰. Nas palavras de Monte-Mór (2006b):

Instalada no espaço do poder, a indústria impôs sua lógica da produção e o espaço da cidade, até então organizado e legitimado como lócus privilegiado da obra coletiva e regido pelo valor de uso (coletivo) foi gradativamente privatizado, mercantilizado e subordinado ao valor de troca. Segundo Lefebvre, a cidade se transformou também em produto industrial seguindo as mesmas leis funcionalistas que regem a produção. O espaço privilegiado da reprodução da sociedade ficou, assim, subordinado à lógica do "industrialismo" e às necessidades da indústria, reunindo acima de tudo as condições necessárias à produção capitalista.(...)

O que é, então, o urbano, não o adjetivo da cidade, mas o novo substantivo que surgiu com características próprias? Entendido desta forma, o urbano é esse "tecido" que nasce nas cidades e se estende para além delas, sobre o campo e as regiões, uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, uma manifestação material e sócio-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social. O urbano, ou o espaço urbano-industrial contemporâneo torna-se, neste sentido lefebvriano, uma metáfora para o espaço social integrado e (re)definido pela urbanização que se estende virtualmente por todo o território e caracteriza a sociedade urbana contemporânea (MONTE-MÓR, 2006b, p. 189-190)

Ou seja, trata-se de um processo ligado à industrialização e aos diversos processos de modernização socioespacial daquela rodada inicial impressos ao longo do território, ressaltando que estes impulsos ganham fôlego a partir da metropolização que transforma os principais centros urbanos industrializados, e que passa então a emanar destes espaços-sede do controle da malha programada progressiva e continuamente estendida.

Retornando ao texto em que Lefebvre trabalha pela primeira vez a idéia de separar a cidade do tecido urbano, *O Direito à Cidade*, algumas premissas são lançadas pelo referido autor, sobre as quais seu argumento se fundamenta. Em primeiro lugar, chama atenção o preceito, amplamente conhecido mas de extrema importância para esta discussão, de que

A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE, 2006b, p. 6).

¹⁰⁰ Interpretamos a entrada da indústria na cidade na abordagem lefebvriana não como as atividades *proto-industriais* da cidade renascentista, mas como o largo e intenso processo histórico de revolução industrial iniciado na Inglaterra no final do século XVIII, que representou uma virada mais decisiva no meio técnico (com a introdução mais significativa de máquinas – que substituiriam os instrumentos anteriormente predominantes – e o nascimento das relações sociais de produção modernas). Como discutido por Soja (2000), o arquétipo da cidade definida por este processo socioespacial/histórico é a cidade de Manchester na primeira metade do século XIX, apelidada de *Cottonopolis*, onde a indústria gera uma transformação do espaço urbano jamais vista na história anterior das cidades. A acumulação primitiva descrita por Marx pode ser interpretada como a *produção do espaço* da revolução industrial, elemento essencial para que esta fosse bem sucedida.

Esta distinção pode ser bastante útil numa simples tarefa de identificação de núcleos onde predomina uma espacialidade centrada no valor de uso em meio ao tecido urbano estendido nas redondezas das metrópoles. Estas centralidades (culturais, religiosas, comerciais¹⁰¹) teriam também um forte sentido político e cidadão, impregnado por uma lógica de ação coletiva inerente à *cidade*. Para Lefebvre, a questão do *modo de vida* também deve se fazer presente na leitura destes (terceiros) espaços:

O tecido urbano pode ser descrito utilizando o conceito de *ecossistema*, unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes. Semelhante descrição corre o risco de deixar escapar o essencial. Com efeito, o interesse do “tecido urbano” não se limita à sua morfologia. Ele é ou suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a *sociedade urbana*. Na base econômica do “tecido urbano” aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e “cultural”. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores (LEFEBVRE, 2006b, p. 11).

A respeito do modo de vida, Lefebvre adianta uma crítica ao ponto de vista da homogeneização através do urbano (defendendo que a industrialização – através do espaço abstrato – tende a tornar homogêneo enquanto o urbano – enquanto espaço social – diferencia), distinguindo no processo de expansão do tecido urbano duas dicotomias, dois conflitos diferentes: campo-cidade e ruralidade-urbanidade. Esta idéia da não-homogeneização pode encontrar suporte também no ponto de vista da dialética sócio-espacial, onde as transformações sociais dão forma ao espaço e vice-versa. Deste modo, no processo de transformação gerado pela extensão do urbano, a síntese resultante do conflito entre os elementos carregados pela urbanização com as (resistências oferecidas pelas) rugosidades anteriormente cristalizadas no espaço¹⁰² é necessariamente distinta de um lugar para outro, mantendo a singularidade destes (pois cada lugar *reagiria* de um modo distinto, de acordo com suas particularidades).

Partindo desta diferenciação pelo urbano e retomando o tema introduzido acima do espaço diferencial, segundo Soja, esta é uma idéia que se relaciona ao direito à cidade, englobando-o e ampliando seu objetivo:

¹⁰¹ Lefebvre chama atenção também para a transformação da centralidade urbana e de seu conteúdo ligado à festa, à religião e à política (fato que na cidade renascentista se relacionava a um certo “provimento de valor de uso” por parte das classes dominantes em busca de legitimação, na forma de monumentos, por exemplo – separando este conteúdo político da centralidade de uma práxis democrática) em *centro de decisões* – justamente a apropriação da centralidade por parte dos serviços de comando e controle nos núcleos metropolitanos.

¹⁰² Utilizamos ao longo do texto a noção de espacialidade (e de lugar) cristalizada(o) a partir das elaborações de Santos (1978, P. 136-140) acerca das *rugosidades*.

A partir de sua idéia do direito à cidade, [Lefebvre] argumentou pela necessidade de lutar num terreno mais amplo pelo direito à diferença, a ser diferente, contra as crescentes formas de homogeneização, fragmentação, e de poder hierarquicamente organizado (...) que definiram a geografia específica do capitalismo. Ele localizou estas lutas pelo direito a ser diferente em diversos níveis, começando de forma significativa com o corpo e a sexualidade e estendendo pelas formas construídas e o desenho arquitetônico até a espacialidade do lar e do monumento, a vizinhança urbana, a cidade, a região cultural e os movimentos de liberação nacional, até as respostas mais globais ao desenvolvimento geograficamente desigual e ao subdesenvolvimento (SOJA, 1996, p. 35).

A distinção entre obra e produto permeia grande parte dos escritos de Lefebvre sobre a cidade e o urbano, e pode ser vista como um paralelo entre valor de uso e valor de troca, porém de forma mais ampla que esta última (incluindo a práxis e as “necessidades” do cotidiano). O *direito à cidade* pode ser interpretado de uma maneira bastante simples como o direito à centralidade não dominada pelos *centros de decisão*, à apropriação da obra e do valor de uso coletiva e abertamente encontrável na cidade¹⁰³, que o tecido urbano tende a tornar rarefeito. Deve-se chamar atenção para o fato de que Lefebvre deixa claro que não se trata de nostalgia e de um retorno à cidade renascentista, propondo que o urbano enquanto virtualidade carregue esta busca pelo direito à cidade nas suas reivindicações:

A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. Mesmo para aqueles que procuram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta. No entanto, “o urbano” persiste, no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade (LEFEBVRE, 2006b, p. 105).

O *direito à cidade* não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada (LEFEBVRE, 2006b, p. 116-7).

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2006b, p. 135).

Num texto posterior, Lefebvre continua o esclarecimento de seu projeto (de entendimento essencial para o argumento geral deste estudo, pelo fato de que o tecido urbano contemporaneamente produzido e estendido na cidade-região pode vir a minimizar esta característica muito própria da cidade e de suas centralidades abertas à apropriação). Fica clara a distinção entre a cidade como centralidade da reunião de elementos que potencializam a obra e o valor de uso e o urbano, colocado em dois níveis: como o tecido resultante da

¹⁰³ Em si uma obra e um valor de uso aberto à apropriação não-utilitarista, coletiva e organicamente construída.

explosão da cidade, e também como o virtual repleto de possibilidades de transformação (e projeção da centralidade da cidade renascentista a uma nova escala, muito mais ampliada, sem o conteúdo opressor daquela):

Se é exato que a cidade foi um lugar de civilização, sua explosão pode aniquilar esse papel. Ou o espaço urbano será um espaço de dissociação da sociedade e do social (em um caos, em uma massa agitada de movimentos diversos), ou ele será um lugar de *reapropriação* (da vida cotidiana, do social). Se não há determinismo absoluto, mas sempre (na vida biológica e nos tempos humanos) *possibilidades* freqüentemente opostas, uma “escolha” mais ou menos consciente se realiza. O urbano, hoje e amanhã? Um feixe de possibilidades, o melhor e o pior. Talvez o melhor aqui e o pior alhures!...

(...)

O “direito à cidade”? Isto queria e ainda quer dizer: não deixar perder a herança histórica... não deixar o espaço se transformar em migalhas, reencontrar o “centro” como lugar de criação, de civilização (de urbanidade). Essa idéia, lançada há vinte anos e que teve uma certa repercussão, procede das análises anteriores: a cidade teve e guarda uma centralidade, lugar favorecido pelas trocas, pela vida social, pela *civilização* (portanto, não somente do ponto de vista da autoridade e do poder – o que acompanha a vida social, não sem conflitos). (LEFEBVRE, 1986, p. 163)¹⁰⁴

Para Lefebvre, esta se torna uma luta pela cidade no sentido de que na contemporaneidade a produção hegemônica do espaço tende a negligenciar tais atributos próprios da *cidade*, fato que Lefebvre leva em consideração ao afirmar que trata-se de um projeto de transformação social que toma o centro das reivindicações (fazendo com que este saia das arenas anteriores, restritas às fábricas) que passa a ser justamente a questão urbana (onde a problemática do *habitat* contra o *habitar* – como uma contraposição entre a habitação como espaço abstrato produzido na forma dos conjuntos habitacionais modernistas provida pelo planejamento urbano, e o lar, inserido num *lugar* enquanto espaço vivido – é fundamental). O *direito à cidade* lefebvriano seria assim uma pauta para esta ação política não mais centrada na questão de classe (mas que passa longe de abandoná-la)¹⁰⁵.

Esta proposta não se realiza sem uma construção teórica à qual o autor se propôs realizar em sua obra, e muito menos sem a inversão de perspectivas que a teoria almeja alcançar. Esta inversão (paralela ao transbordamento da luta para além das fábricas e na direção do urbano) pode ser interpretada como uma retirada da questão mais estritamente

¹⁰⁴ Retirado de extratos traduzidos pela Profa. Margarida Maria de Andrade (mimeo.).

¹⁰⁵ A pertinência desta agenda política na questão metropolitana no contexto observado por Lefebvre permanece em voga na atualidade. Não seria ousadia afirmar que os conflitos urbanos ocorridos nas periferias das grandes cidades francesas em novembro de 2005 foram uma manifestação dos trabalhadores imigrantes não somente pelo reconhecimento formal de sua cidadania (e por um tratamento digno por parte das autoridades), mas também pelo direito ao acesso e à participação da vida urbana de forma plena (onde a tolerância e o simples respeito à diferença se tornariam uma celebração desta) e não no cotidiano altamente controlado e vigiado dos grandes conjuntos habitacionais das *cités* parisienses.

econômica do centro das determinações, na direção do espaço social e da própria cidade como reivindicação central:

A indústria, durante dois séculos, realizou o grande relançamento da mercadoria (que lhe preexistia, porém limitada ao mesmo tempo pelas estruturas agrárias e pelas estruturas urbanas). Ela permitiu uma ampliação virtualmente ilimitada do valor de troca. Mostrou, na mercadoria, não apenas uma maneira de pôr as pessoas em relacionamento como também uma lógica, uma linguagem, um mundo. a mercadoria superou todas as barragens (e esse processo não terminou; o automóvel, atual objeto-piloto no mundo das mercadorias, tende a superar esta última barragem: a cidade). Foi portanto a época da economia política e de seu reinado, com as duas variantes: economismo liberal, economismo planificador. Atualmente esboça-se a superação do economismo. Na direção do quê? De uma ética ou uma estética, de um moralismo ou de estetismo? Na direção de novos 'valores'? Não. Trata-se de uma superação pela e na prática: trata-se de uma mudança de prática social. O valor de uso, subordinado ao valor de troca durante séculos, pode retomar o primeiro plano. Como? Pela e na sociedade urbana, partindo dessa realidade que ainda resiste e que conserva para nós a imagem do valor de uso: a cidade. (LEFEBVRE, 2006b, p. 127-8).

Podemos estabelecer aí uma ligação entre estas reivindicações pela cidade com a luta pelo lugar, onde o lugar (com suas particularidades e singularidades) se torna uma arena, e um condensador de possibilidades de transformação socioespacial (como em Milton Santos, 2002 e Massey, 1994). Vale ressaltar de antemão que esta “luta pelo lugar” não necessariamente se caracteriza por um particularismo contrastante com a universalidade da luta pela cidade, pois o lugar pode ser (e se pautar por) uma expressão de cosmopolitismo que crie uma forte ligação entre localidades que trazem valiosos ganhos (de escala inclusive) na própria luta lefebvriana pela cidade (este tema do lugar como palco de reivindicações e possibilidades será retomado mais adiante).

Podemos propor aqui que a extensão do tecido urbano por espaços regionais tende a carregar seu caráter de fragmentação socioespacial (como em Souza, 2000; seção 1.2 acima) para a área peri-metropolitana, cuja produção do espaço urbano passa a ser marcada desde seus primórdios (considerando que grande parte do que ali se encontrava anteriormente fazia parte do meio rural, e que este passa a se urbanizar com este sentido contemporâneo, descolado do processo de construção de *idades* e da produção social de seu espaço) por esta fragmentação que lhe é intrínseca.

Sabemos que a *pólis*, a cidadania, o valor de uso apropriável pública e democraticamente, a festa, a idéia de abertura (como discutida por Henri Lefebvre n’ “A vida cotidiana no mundo moderno” – basicamente as possibilidades de escapatória das repressões

terroristas cotidianas da dita sociedade burocrática de consumo dirigido¹⁰⁶) são todos aspectos inerentes às cidades. A questão da ação coletiva por trás dos movimentos sociais e da política associativa de mobilização comunitária é amplamente pesquisada por Castells (1985), que propõe esta ação coletiva em torno de questões específicas como um fenômeno inerente às cidades, que carregam um conteúdo político que lhes é inseparável. Aquele autor¹⁰⁷ demonstra através de diversos exemplos históricos como o meio urbano denso faz surgir em seu bojo movimentos e organizações reivindicativas que politizam a questão urbana e a tornam um meio privilegiado de manifestações democráticas, de baixo para cima. Os movimentos sociais urbanos são estudados por Castells a partir de uma vertente neo-marxista, que os coloca como possíveis agentes de transformação social, com a capacidade de interferir inclusive na ação do Estado e na sua estrutura (vista pelos estruturalistas, e pelo próprio Castells anteriormente à obra aqui citada, como um mero *instrumento*, sem aberturas possíveis para estas iniciativas autônomas). Um movimento social bem sucedido teria como resultado, deste modo, uma profunda mudança nas regras e no aparato institucional ligado às questões reivindicadas, naturalmente, na direção colocada pelos movimentos.

Colocadas estas questões acerca da *cidade*, torna-se pertinente a questão das (im)possibilidades da manifestação destas características próprias à cidade no tecido urbano que atualmente dita a produção do espaço. Algumas manifestações mais visíveis no (primeiro-)espaço percebido permitem algumas especulações em torno da questão, ao analisar-se o caso dos parcelamentos residenciais cercados tratados anteriormente. Trata-se de espaços onde o valor de uso é completamente capturado e transformado em valor de troca, sem resquícios de possibilidades para sua apropriação pública e democrática (na forma de praças, parques, museus e a própria rua). Considerando a imagem da rua da cidade moderna como retratada por Jane Jacobs (1961) como expressão da própria modernidade, a morte da rua nos condomínios poderia servir como exemplo de *modernização sem modernidade*, e deste modo e neste caso, o urbano seria a anti-cidade. No que diz respeito à práxis urbana, a

¹⁰⁶ Ver: CUNHA et. al. **O terror superposto: uma leitura lefebvriana do conceito de terrorismo e suas relações com o mundo contemporâneo**. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol.5, n.2, 2003. Também disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20217.pdf> (consulta em maio/2007).

¹⁰⁷ Num trabalho que demonstra uma clara mudança do ponto de vista de Castells em relação à obra lefebvriana, que havia sido duramente criticada por aquele autor no livro "A Questão Urbana", orientada pelo estruturalismo althusseriano.

partir deste primeiro ponto de vista do urbano (referente ao exemplo dos condomínios cercados), questiona-se em que medida ela deixa de ser a práxis política cidadã (inerente à *pólis*) e deixa ser dominada por uma práxis utilitarista pautada pelo consumo (dirigido).

Outro exemplo pode ser visto na urbanização do meio rural, que se torna um *urbano agrícola* e passa a conter e a expressar mais claramente, deste modo, diversas contradições inerentes à reprodução das relações sociais de produção no âmbito do tecido urbano-industrial. Mas surge aqui uma outra perspectiva do urbano (radicalmente distinta da idéia do tecido urbano como extensão do espaço metropolitano preponderantemente abstrato), como um processo que carrega em seu bojo a práxis política anteriormente restrita às cidades (tema aprofundado na próxima seção). A partir daí, surgem no meio rural (em processo de urbanização) movimentos de luta pela terra e de reivindicação democrática por direitos de cidadãos que se mobilizam perante o novo campo, em transformação a partir da própria modernização da agricultura, como é o caso do Movimento dos Sem Terra¹⁰⁸. Trata-se de um exemplo dos movimentos sociais que anteriormente se restringiam às cidades (os ditos Movimentos Sociais Urbanos – MSUs). Evidencia-se portanto uma profunda ambigüidade no termo *urbano*, que em alguns casos representa um lado menos virtuoso da urbanização contemporânea, marcado pela produção de um espaço excludente, fragmentado, carcerário e ditado mais pela práxis consumista do que pela práxis política; mas pode também carregar a possibilidade desta práxis política, que anteriormente também se restringia às cidades propriamente ditas¹⁰⁹.

Poder-se-ia propor também um terceiro ponto de vista para o *urbano*, advindo de uma interpretação do termo a partir da possibilidade do espontâneo, das manifestações virtuosas do espaço social, das práticas espaciais representativas de apropriações do espaço urbano a partir deste espaço social, em detrimento do espaço abstrato. Uma questão complementar a esta discussão é a relação deste processo de urbanização para além das cidades com o próprio processo de metropolização que é uma das suas próprias causas – e que seria, a partir deste ponto de vista da impossibilidade do urbano enquanto expressão da espontaneidade, responsável também pelo *fim da cidade*. Deste modo, o caso dos condomínios cercados seria simplesmente expressão de um processo de metropolização que faz com que as relações (os

¹⁰⁸ Supondo aqui que trata-se em grande medida de um movimento pela reforma agrária, problema muito anterior ao processo de modernização do campo, porém que ganha forças somente a partir deste. Um simples exemplo de impulso inicial que foi fundamental ao próprio crescimento do movimento é o deslocamento em massa de trabalhadores rurais ocasionado pelo emprego de máquinas na atividade agrícola.

¹⁰⁹ Abordagem de Monte-Mór (1994; 2004), retomada na próxima seção.

encontros, a vida pública) sejam estabelecidas em outros domínios mais ligados ao dito espaço de fluxos. Assim, os condomínios fechados tornam-se uma expressão no âmbito do ambiente construído deste espaço que prescindem dos pontos de encontro abertos à apropriação pública tal qual a rua da cidade moderna citada acima; mas a produção deste espaço não seria exclusiva aos espaços como os condomínios fechados, tomando de assalto a própria cidade, através do processo de metropolização. Dever-se-ia portanto tomar o devido cuidado com a imagem idílica e romântica da rua da cidade moderna e do seu “complexo balé” cuja morte seria responsabilidade do que Jane Jacobs chama de planejamento urbano ortodoxo (o planejamento modernista levado a cabo por Robert Moses em Nova York), pois o próprio processo de metropolização cumpriria esta tarefa, mesmo se o urbanismo não o realiza¹¹⁰.

Este olhar soma-se aos relatados anteriormente e contribui para se demonstrar o cuidado necessário com a terminologia, que assim como a própria idéia de espaço (cujos adjetivos são mais cuidadosamente trabalhados no arcabouço teórico desenvolvido por Henri Lefebvre), o urbano também requer um certo rigor para evitar eventuais mal-entendidos conceituais advindos da insuficiência da linguagem para lidar com a complexidade dos processos socioespaciais.

5.3: O processo de formação da cidade-região e a produção de seu espaço: a urbanização extensiva

O entendimento da produção do espaço da cidade-região parte do pressuposto de que a extensão do tecido urbano que dá forma à cidade-região se situa num constante embate dialético entre o espaço social e o espaço abstrato, e a idéia de urbanização extensiva é central nesta concepção. Monte-Mór (1994, 2004), a partir de um enfoque em possíveis inserções da questão ambiental na problemática urbana (enfatizando o erro grave de se tratar o urbano e as cidades como entes geográficos mortos, desnaturalizados, e portanto de pouca importância para a análise ambiental), propõe o conceito de *urbanização extensiva*¹¹¹ como um processo de transformação socioespacial onde os fluxos e as lógicas de produção e reprodução de

¹¹⁰ Como por exemplo a chegada da gentrificação no mesmo bairro do SoHo em Nova York descrito por Jacobs, onde os novos moradores, apesar de não terem sua vizinhança cortadas por vias expressas, estabelecem relações no âmbito metropolitano e pouco provavelmente o fazem com os vizinhos ou os donos das mercearias próximas (que se tornam cafés e boutiques de grifes internacionais).

¹¹¹ Como indicado acima, trata-se de uma inspiração fundamental para o argumento mais amplo deste estudo, estando impregnado nas suas diversas partes e não se limitando a sua utilização mais explícita nesta seção – como o processo formador (por aglutinar seus inúmeros processos) da cidade-região.

espacialidades diversas e distantes das grandes cidades se espelham cada vez mais nos processos urbanos que se verificam em pontos isolados do território. A urbanização extensiva carrega em seu bojo as Condições Gerais de Produção (LOJKINE, 1981) e o Meio Técnico-Científico-Informacional (SANTOS, 1988) para determinadas porções do território interligadas por eixos viários (e mais recentemente pelas tecnologias avançadas e praticamente onipresentes de telecomunicações) estruturadores deste processo. Estes dois aspectos fornecem a base para o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, provendo uma relativa ubiquidade das condições necessárias para a especialização produtiva de determinada localidade. Deste modo, do ponto de vista econômico-espacial, trata-se de um processo que possibilita uma penetração da dinâmica de mercado ao longo do território, que também é influenciada diretamente pela ação do Estado. Definindo mais precisamente o conceito, segundo Monte-Mór a urbanização extensiva

se refere à extensão das relações sócio-espaciais contemporâneas – formas e processos urbano-industriais – anteriormente restritas às metrópoles e cidades médias a escalas regionais, nacionais e globais. É a textura sócio-espacial da unidade dialética entre centros urbanos e o tecido urbano que estende formas e processos urbanos – incluindo a *práxis urbana* – ao campo e ao espaço social como um todo (MONTE-MÓR, 2004, p.13).

[...] – esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais – representa, assim, a forma sócio-espacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até – e cada vez mais – às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros... (MONTE-MÓR, 1994, p171).

O processo de urbanização extensiva cumpre um papel fundamental na politização da questão urbana que passa a se evidenciar nos arredores metropolitanos, mais especificamente em suas centralidades emergentes. Na medida em que determinado contexto local passa a apresentar em seus processos socioespaciais um conteúdo cada vez mais urbano (ou seja, embates mais clara e explicitamente vinculados aos processos de urbanização e de acentuação do caráter urbano destas localidades), essas questões passam a se tornar pertinentes no âmbito da política (não restrita à atuação no e em torno do Estado, mas concebida mais amplamente, ou seja, naquilo que se refere à *práxis da cidadania politizada*). Deste modo, além dos aspectos mais diretamente ligados à esfera produtiva (como as condições gerais de produção e o meio técnico-científico-informacional), a urbanização extensiva envolve também (e principalmente) essa tendência à *práxis politizada*, que se manifesta no cotidiano e no espaço, em questões em torno destas duas esferas (intrinsecamente interligadas).

[...] o campo se urbanizou rapidamente à medida que as condições de produção urbano-industriais, antes restritas às cidades, estenderam-se para além dos limites legais do espaço urbano e ganharam a dimensão regional e mesmo nacional. Ao fazê-lo, o tecido urbano no qual essas condições se apoiavam carregou consigo o germe da *polis*, da *civitas*, dando origem ao processo [...] de *urbanização extensiva*. Trata-se de uma metáfora para indicar que o urbano, tomado agora como um substantivo e não apenas como adjetivo da cidade, ganhou virtualmente dimensões globais representando todo o espaço social, ele todo agora equipado com as condições urbano-industriais, preenche das relações de produção capitalistas e (re)politicizado a partir da *práxis* gerada nas centralidades urbanas (MONTE-MÓR, 2006a, p.76).

A urbanização extensiva situa-se num embate dialético entre as adversidades relacionadas à extensão do espaço abstrato do urbano-industrial por espaços regionais de amplitude e alcance inéditos, e a oportunidade representada pela possibilidade da práxis cidadã também anteriormente restrita à polis, aos núcleos cosmopolitas e politicizados dos grandes centros. Trata-se de um embate, nos termos apresentados acima, entre a cidade (e a luta pelo direito à cidade) e o tecido urbano pautado pelo valor de troca, que é também, a partir da ótica da produção do espaço, o conflito (e a resistência) do espaço social com a extensão do espaço abstrato. Esta dialética (lefebvriana) entre a virtualidade emancipatória possível (da possibilidade de outros espaços, produzidos de outras formas) e a reprodução das relações sociais heterônomas (através da produção hegemônica do espaço abstrato) se faz presente nas práticas (de consumo, de produção do ambiente construído etc.) que permeiam a questão ambiental, central na análise de Monte-Mór, que ressalta este mesmo embate também nas relações de produção e nas práticas produtivas (onde os outros espaços emancipatórios possíveis seriam representados pela Economia Popular e Solidária). Ocorre então uma politização do espaço social anteriormente restrita ao meio urbano densamente constituído:

ao final dos anos 80 já não mais se falava de movimentos sociais *urbanos*, mas apenas de movimentos sociais. A qualificação urbana havia perdido o significado, na medida em que esse processo de politização e de luta pela cidadania, que se iniciou nas cidades atingiu o campo e as regiões envolvendo populações agrícolas deslocadas de seu espaço de vida e trabalho—os *atingidos por barragem*; trabalhadores sem terra, dando origem a um dos mais expressivos movimentos sociais no país—o MST; seringueiros organizados em um Conselho Nacional e mundialmente articulados; índios, organizados em mais de uma centena de associações e vários conselhos regionais, nacional e internacionais; *povos da floresta e do cerrado*, articulados em diversas instâncias envolvendo várias populações extrativas; garimpeiros; enfim, a sociedade organizada para muito além das cidades, atingindo o campo (e a floresta) como um todo. (MONTE-MÓR, 2006b, p. 192)

O urbano extensivo torna-se um resultante deste embate, refletindo a permanente tensão entre as adversidades e as oportunidades de transformação e de emancipação que caracteriza o meio urbano contemporâneo. Sua importância na semi-periferia do capitalismo

atinge outros patamares, devido ao fato de que são espacialidades “jovens”, em processo de construção, cuja inércia (das ações atuais que se provarem equivocadas) no médio e longo prazo será de difícil e custosa reversão.

Esta extensão da urbanização atinge na abordagem de Monte-Mór (2004) amplas escalas territoriais, que deve ser interpretada como um largo processo histórico de modernização socioespacial e da reiterada inserção de espaços fronteiriços nos sucessivos circuitos (de pessoas, mercadorias, matérias-primas, capitais, informações) da modernidade. No caso estudado por aquele autor, é justamente o embate dialético descrito acima entre a extensão da práxis urbana e a extensão do espaço abstrato que dá conteúdo ao espaço social da Amazônia contemporânea, produzido a partir desta reiterada inserção (sucessivamente recriada ao longo da história), o que ocorre de forma seletiva e incompleta, daquele amplo território aparentemente isolado nos circuitos modernos/urbanos:

Uma teoria da modernidade é uma teoria de transformações, descobertas, conexões, extensões, renovações e (re)constituições. A extensão da forma socioespacial urbana da metrópole por sobre o espaço regional que tenho chamado de urbanização extensiva poderia deste modo ser entendida como um processo de modernização, isto é, a extensão das condições socioespaciais e econômicas da constituição da modernidade para além dos limites da metrópole onde elas foram originalmente geradas.

É a apropriação e a redefinição destes processos e das formas produzidas no centro de suas transformações – a urbs/o urbano – pelo tecido periférico integrado que (re)produz e estende as possibilidades, significados concretos e mediações da modernidade. É a urbanização extensiva, entendida como uma forma urbano-industrial capitalista contemporânea, que permite que a modernidade (e a modernização) se expandam por sobre o espaço social como um todo (MONTE-MÓR, 2004, p. 17)

No caso aqui estudado, do território do entorno das grandes metrópoles que passa a integrar a cidade-região, trata-se, obviamente, de espacialidades onde a extensão da urbanização se faz presente de forma distinta que o contexto da fronteira amazônica pesquisado por Monte-Mór. A proximidade de áreas metropolitanas densamente povoadas e industrializadas permite um contato mais estreito com este meio metropolitano por parte das localidades circundantes. Porém, o *lugar* historicamente constituído nas centralidades que passam a integrar a cidade-região tem um grau de cristalização e consolidação (históricos) muito anterior à extensão recente do tecido metropolitano por sobre os territórios circundantes, o que implica uma dialética socioespacial na sua “reação” a estes processos que o atingem, e que vêm de fora, emanando da metrópole. Esta reação é única a cada localidade, pois parte desta rugosidade historicamente cristalizada que é única e particular, tendo sua

diferença definida ao longo do processo histórico que constitui o lugar (de forma semelhante à concepção lefebvriana da constituição orgânica da cidade como obra discutida acima) – processo que foi chamado de “dependência da trajetória” anteriormente (a partir de preocupações mais econômicas), que é necessariamente distinta de uma localidade para outra. Deste modo, o próprio lugar, apesar de necessariamente inserido na ordem distante (que se torna na contemporaneidade uma ordem global), justamente pela força de suas particularidades, apresenta possibilidades de emancipação contidas nessa própria diferença, no seu próprio bojo. A urbanização extensiva, por carregar a práxis urbana politizada, cria nas localidades uma possibilidade de emancipação e de construção do espaço diferencial lefebvriano. Uma revolução possível para Lefebvre (dentre várias) é a exacerbação e a afirmação das diferenças inerentes ao espaço social (e constantemente reprimidas, aplainadas pelo espaço abstrato homogeneizante), formando um espaço das alteridades, composto por diversos espaços e heterotopias.

A cidade-região, por se formar também a partir do processo de compressão espaço-temporal, potencializa o contato dos lugares uns com os outros, podendo ser vista, deste modo, como um grande caleidoscópio de lugares, cada qual com sua particularidade, ainda que inseridos tanto na ordem global quanto no tecido metropolitano recém estendido por sobre seus territórios. Torna-se pertinente, deste modo, analisar de que forma o *lugar* se insere neste embate dialético entre o espaço social e o espaço abstrato carregado/potencializado pela urbanização extensiva e em que medida podemos identificar possibilidades de desenvolvimento socioespacial¹¹² e de emancipação nesta configuração da cidade-região enquanto mosaico ou caleidoscópio de lugares.

5.4: O Lugar na cidade-região. A cidade-região como mosaico de lugares.

Continuando a elaboração da seção anterior, podemos propor uma ligação entre o espaço diferencial lefebvriano e a afirmação das particularidades do lugar. Partindo da idéia da dialética como teses, antíteses e sínteses, é possível pensar o espaço diferencial como resultado(s) de uma série de antíteses possíveis para determinada tese, a partir de suas próprias sínteses resultantes. Tomando o exemplo da extensão do espaço abstrato como uma dinâmica inicial, a partir das "reações" (antíteses) de cada lugar (de acordo com as

¹¹² Como em Souza (2002).

características de seu *sinoikismo* e seu espaço social) às verticalidades e aos impulsos que emanam da metrópole, cada lugar pode criar sua própria síntese, e cada um dos casos tem um potencial intrínseco de superação de determinadas condições heterônomas neste processo. O mosaico de lugares da cidade-região se torna portanto um mosaico de sínteses possíveis que reforçariam umas às outras se fortemente interligadas.

O interesse pelo lugar na geografia contemporânea ganhou novos patamares com a discussão acerca do “glocal” e da interação entre a globalização e o lugar. Como indicado na seção 3.2 acima, a respeito do “refortalecimento da região no contexto atual”, ao contrário de diminuir a importância do espaço e dos lugares, a globalização acentua esta relevância, buscando nas localidades seus ativos específicos e gerando um efeito perverso de guerra dos lugares que na atualidade ultrapassa a escala nacional e faz com que o planejamento de cidades e regiões entre num conflito em escala internacional na atração de investimentos (muito a partir do marketing do lugar aliado à oferta de certas condições (pontuais) de produção).

Soja (1996, p. 40) chama atenção que Lefebvre muito raramente utiliza o conceito de lugar, argumentando que a riqueza de seu significado aparece no trabalho daquele autor como *espaço vivido e vida cotidiana*. Vale acrescentar que a idéia de *espaço social* apresentada anteriormente também se relaciona ao conceito, demonstrando suas possibilidades de transformação. Harvey (1996b) afirma a respeito de lugar que determinadas

entidades alcançam estabilidade relativa tanto nas suas delimitações quanto no seu ordenamento interno de processos criadores de espaços, por um tempo determinado. Estas permanências ocupam uma parcela do espaço de uma maneira exclusiva (por um tempo determinado) e portanto define um lugar – o seu lugar – (por um tempo determinado). O processo de formação de lugares é um processo esculpido de ‘permanências’ a partir do fluxo de processos criador de espaço-temporalidades. Mas as ‘permanências’ – por mais sólidas que elas pareçam – não são eternas mas estão sempre sujeitas ao tempo como “pericimto perpétuo”. Elas são contingentes nos processos de criação, sustentação e dissolução (HARVEY, 1996b, p.261).

A partir desta elaboração de Harvey (que fornece um ponto de vista dialético acerca da formação, da consolidação, da sustentação e do dismantelamento de lugares a partir de suas relações com os processos socioespaciais mais amplos), propomos o processo de formação da cidade-região como um destes fluxos “criadores de espaço-temporalidades” que alteram as lógicas próprias do lugar inserido no seu âmbito. Estas localidades se inserem nas margens dos processos metropolitanos, que interagem de forma retro-alimentadora com suas características locais cristalizadas ao longo de sua história particular. Como colocado acima, ocorre uma diminuição das distâncias efetivas que faz com que estes lugares inseridos na

cidade-região intensifiquem suas relações externas, o que ocorre em três planos: nos fluxos internos à cidade-região entre a localidade e o núcleo metropolitano que a polariza, e entre as localidades umas com as outras; e nos fluxos externos à cidade-região, através das verticalidades que permitem o acesso a outros lugares distantes, seja diretamente entre estes lugares, seja através da mediação do núcleo metropolitano. A partir da idéia de que o lugar na metrópole (o bairro, por exemplo) é radicalmente alterado (e no limite desmantelado) pelo processo de metropolização, na cidade-região esta tendência também se faria presente, na forma da transformação das espacialidades antigamente consideradas *interioranas* que passam progressivamente a apresentar características *metropolitanas* – processo que ocorre de forma distinta em cada lugar, pelos motivos acima esboçados.

Voltando aos conceitos, além da idéia lefebvriana do espaço vivido do cotidiano que se imprime no lugar, e desta característica apontada por Harvey do lugar que o torna inerentemente sujeito aos fluxos externos, e das relações do próprio lugar com outras localidades, que também influenciam o conteúdo de suas particularidades, entendemos o lugar como uma possível arena de realização da cidadania, um possível palco de embates e conflitos democráticos, uma espacialidade propícia para uma prática privilegiada da democracia. Pensar o lugar implica pensar a coletividade, seus desafios, seus problemas e a priorização destes, tarefas que só ganham legitimidade (e uma ligação possível com a própria concepção de lugar como espaço vivido no cotidiano) se realizadas de forma profundamente democrática. Esta “profundidade” na democracia¹¹³ implica necessariamente a não limitação da ação coletiva (e logo da política) à atuação do Estado, o que nos leva a uma concepção de *planejamento* semelhante à de Friedmann (1987), entendido como formas variadas de ação coletiva visando transformações sociais diversas, porém com a característica comum de empreender um esforço continuado ao longo do tempo, e com objetivos de longo prazo (definidos democraticamente). Mas o conteúdo desta ação política baseada no lugar é que se torna um ponto em aberto, a ser explorado adiante. Adianta-se que há um debate onde alguns autores (como Massey, 1994) tendem a interpretar a política do lugar como parte de uma agenda de reivindicações de grupos específicos, enquanto outros (como Harvey, 1996b)

¹¹³ Partindo do pressuposto que um maior nível de abertura do Estado e de participação popular no planejamento implica um maior nível de democracia (mas não necessariamente: muitas vezes a institucionalização destas práticas engessa os canais de abertura e participação, de modo que eles se tornam formas de cooptação e de controle dos resultados da participação pela própria tecnocracia, que não se abre para amplas discussões (a respeito do orçamento, por exemplo), fazendo com que a participação se reduza ao simples ato de realizar escolhas dentre um leque pré-definido de opções disponíveis).

criticam esta postura e procuram pautar as reivindicações pelo lugar como uma ação política universalista.

Antes de prosseguirmos nas discussões acerca da política no/e do lugar, cabe uma digressão para esclarecer a concepção de *autonomia* utilizada ao longo do texto, e que neste momento se torna um ponto mais central do argumento. A idéia de autonomia tal como articulada pelo filósofo político Cornelius Castoriadis (1982) nos oferece uma boa referência no que diz respeito a uma concepção bastante ampla de cidadania, que não se restringe de forma alguma à atuação política através do Estado. Uma boa referência do trabalho de Castoriadis e sua pertinência para a democracia e a cidadania no nível urbano é a discussão de Marcelo Lopes de Souza (2002), que se baseia nesta idéia castoriadiana de autonomia ao analisar o fortalecimento de formas de democracia direta no nível urbano como indicadores de um incremento da autonomia de determinada população. Souza se concentra na instância política da crítica de Castoriadis, que “*via as democracias representativas ocidentais não como verdadeiras democracias, mas sim como ‘oligarquias liberais.’*” [onde o] “*(...) sentido do verdadeiro regime democrático (...) deveria ser visto como incompatível com uma situação em que as esferas decisórias são em grande medida fechadas à participação do público e em que os políticos profissionais (...) pouco prestam contas do que fazem com seus mandatos...*” (SOUZA, 2002, pp. 170-171).

Souza trata da autonomia como o “*consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade*” (SOUZA, 2002, p. 174), em oposição à heteronomia, marcada por uma situação de dependência ou incapacidade de autodeterminação da própria transformação e do próprio desenvolvimento. Em “*A Instituição Imaginária da Sociedade*” (CASTORIADIS, 1982), aquele autor apresenta o conceito de autonomia partindo de uma discussão a respeito do indivíduo e das situações de privação de desejos que caracterizam a heteronomia individual (ou a alienação), a partir de repressões externas que operam através do inconsciente, para em seguida desenvolver o conceito no plano da coletividade, afirmando que a concretização da própria autonomia individual só é possível no plano coletivo, devido ao fato de que o indivíduo não pode ser plenamente livre de forma isolada (GEZERLIS, 2001). A ‘alienação como fenômeno social’, tal qual Castoriadis (1982) define a heteronomia, opera das mais diversas formas,

... como massa de condições de privação e de opressão, como estrutura solidificada global, material e institucional, de economia, de poder e de ideologia, como indução, mistificação, manipulação e violência. Nenhuma autonomia individual pode superar as conseqüências deste estado de coisas, anular os efeitos sobre nossa vida, da

estrutura opressiva da sociedade na qual vivemos. É que a alienação, a heteronomia social, não aparece simplesmente como ‘discurso do outro’, embora este desempenhe um papel essencial como determinação e conteúdo do inconsciente e do consciente da massa dos indivíduos. Mas o outro desaparece no anonimato coletivo, na impessoalidade dos ‘mecanismos econômicos do mercado’ ou da ‘racionalidade do Plano’, da lei de alguns apresentada como lei simplesmente. (CASTORIADIS, 1982, p. 131).

Em entrevista concedida em 1976 (VOLKER et al., 1981), Castoriadis afirma que “*a práxis é o fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como o agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia*” (op cit., p. 55), “*de que trata a revolução? Trata-se disso: que os homens assumam coletivamente seus próprios negócios, e também que eu, nós, temos que fazer e queremos fazer alguma coisa para que isso aconteça*” (op cit., p. 57) e “*trata-se de mostrar às pessoas que somente elas detêm uma possível resposta, que somente elas podem inventá-la, que todas as possibilidades e capacidade de organização da sociedade encontram-se nelas mesmas*” (op cit., p.69).

A busca pela autonomia seria assim a motivação de toda práxis política e cidadã (realmente voltada para o fortalecimento da democracia e da *res publica*), e a reprodução da heteronomia através da produção social de um espaço heterônimo com o conteúdo proposto na argumentação aqui apresentada se torna deste modo um empecilho adicional à própria realização da política. Feita este esclarecimento do conceito de autonomia aqui utilizado, retomamos a discussão acerca do lugar, incorporando na discussão esta concepção de que o lugar se torna um terreno propício para a atuação política visando a autonomia coletiva.

No plano da identidade, Doreen Massey (1994) afirma que a globalização gera um “sentido global de lugar” que é único a cada localidade, justamente pelo fato de que as verticalidades (Milton Santos, 2002) se manifestam e se mesclam umas às outras de forma particular de acordo com as próprias particularidades do lugar. Massey inicia sua análise com uma resposta à crítica ao localismo feita por Harvey (1992), que tende a considerar que a política localista, por mais progressistas que sejam suas intenções, acaba caindo numa atitude paroquial, míope, se auto-referenciando e tendo sua poder de transformação diminuído diante de uma força universalista, que é a circulação de capital. Harvey considera o localismo necessariamente não-universalista e voltado para dentro, fechado, tendendo a posições nostálgicas e reacionárias voltadas para uma estetização e uma romantização perigosas do lugar. Basicamente, Massey (1994, p. 125-144) responde a esta argumentação afirmando que não necessariamente esta desvirtuação ocorre, e que o lugar (representando a diferença) não é, de forma alguma, necessariamente fechado, xenófobo e reacionário.

No texto seguinte, Massey (1994, p. 146-156¹¹⁴) avalia de forma mais geral os processos recentes de transformação socioespacial ligados à globalização, e como eles alteram a noção de lugar. Em primeiro lugar (retomando brevemente um ponto de vista introduzido no capítulo 1), a autora propõe que a noção de compressão espaço-temporal deve incorporar uma perspectiva dos grupos excluídos desta maior mobilidade e diminuição das distâncias efetivas, pois há uma geometria do poder nestes processos, com os quais diferentes grupos se posicionam e se relacionam de forma distinta, quebrando a linearidade desta compressão. A autora cita o exemplo de algumas ilhas do pacífico sul que se tornam na atualidade mais isoladas que anteriormente, na época em que os transportes marítimos possibilitavam maior acesso aos fluxos mundiais do que os aviões que sobrevoam estas localidades. Como colocado na proposta de morfologia na seção 1.3, internamente à cidade-região, poderíamos propor igualmente uma assimetria de acesso à maior fluidez espacial responsável pela diminuição das distâncias entre os lugares. Teríamos aí uma série de grupos de mobilidade restringida, mais fixos às localidades, cuja relação com o lugar (enquanto espaço vivido) é fundamentalmente distinta daqueles que gozam de acesso mais ágil a localidades distintas no espaço urbano-regional da cidade-região.

Massey fundamenta sua resposta à posição de Harvey afirmando que o lugar não corresponde à *comunidade*, pois esta pode existir sem dividir a mesma localidade, e os lugares contíguos não necessariamente agrupam grupos sociais coerentes. Deste modo, o lugar deve ser visto como uma superposição de conjuntos, tanto de grupos sociais e “comunidades” (termo que poderia ser mais coerentemente relacionado às preocupações de Harvey como entidades fechadas e defensivas¹¹⁵) quanto de verticalidades e contatos com outras localidades distantes – atributo que se intensifica ao ponto de prover um sentido global ao lugar, nas palavras da autora. Deste modo, agir sobre o lugar significa necessariamente ter uma atitude cosmopolita, pois ele se torna inerentemente impregnado pelos fluxos verticais que o ligam a outras localidades distantes, porém a singularidade é mantida, pois cada lugar apresenta uma conjunção, ou uma superposição distinta de verticalidades (que entram em contato com sua história também de maneira particular):

¹¹⁴ Traduzido para o português como “Um Sentido Global de Lugar” (In: ARANTES, Antônio (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.)

¹¹⁵ Bauman (2003) considera certos casos de re-fortalecimento da comunidade no mundo contemporâneo como resultado de uma busca por segurança, um suposto retorno às raízes num mundo *líquido* (nos termos daquele autor), que inúmeras vezes (mas não necessariamente) se caracteriza por um conservadorismo com um pano de fundo étnico, religioso e cultural que enxerga o *outro* como ameaça.

A especificidade do lugar é continuamente reproduzida, mas não se trata de uma especificidade que resulta de alguma história longa e internalizada. Existem diversas fontes para esta especificidade – esta particularidade do lugar. Há o fato de que as próprias relações sociais mais amplas nas quais os lugares são estabelecidos são geograficamente diferenciadas. A globalização (na economia, na cultura, ou em qualquer outra coisa) não implica uma simples homogeneização. Pelo contrário, a globalização das relações sociais é outra fonte da (reprodução da) desigualdade geográfica do desenvolvimento, e portanto da unicidade do lugar. Há a especificidade do lugar que deriva do fato de que cada lugar é o foco de uma distinta *mistura* de relações sociais mais amplas e mais localizadas. E finalmente, todas estas relações interagem com a especificidade da história acumulada de um lugar, tendo esta própria história imaginada como um produto de camadas sobre camadas de diferentes conjuntos de ligações, tanto locais quanto com o mundo (MASSEY, 1994, p. 155-6. Grifo da autora).

É nesta atitude cosmopolita em relação ao lugar que Massey identifica a possibilidade de uma atuação política progressista que tenha o lugar como objeto de reivindicação e construção de uma autonomia coletiva. Ademais, existem inúmeras possibilidades de entrecruzamento entre o lugar e outras pautas políticas, desde questões de gênero e etnia até as reivindicações mais universalistas ligadas à questão de classe. Retornando à concepção lefebvriana do espaço diferencial, aquele autor deixa explícito que não se trata de um projeto de transformação que abandona a questão de classe, tendo na classe trabalhadora um agente chave por trás da produção deste(s) espaço(s):

Hoje, mais do que nunca, a luta de classes está inscrita no espaço. Somente a luta de classes tem a capacidade de diferenciar, de gerar diferenças que não são intrínsecas ao crescimento econômico como estratégia, ‘lógica’ ou ‘sistema’ – isto é, diferenças que não sejam nem induzidas nem aceitáveis a este crescimento. As formas desta luta de classes são agora muito mais variadas que anteriormente. Naturalmente, elas incluem a ação política de minorias (LEFEBVRE, 1991, p. 55).

Esta é uma ressalva fundamental, pois nos esclarece que o espaço diferencial também é um resultado de ações contra-hegemônicas, não podendo ser alcançado sem que as contradições do espaço abstrato sejam superadas e não resultando da simples reunião de grupos com particularidades identitárias distintas no espaço urbano altamente adensado, da forma que vem ocorrendo nas grandes cidades crescentemente multiculturais do norte global. Acerca do multiculturalismo na sua manifestação contemporânea na metrópole norte-americana e do ocidente europeu, Soja (1996), interpreta o trabalho de Homi Bhabha como um projeto pós-colonialista que procura um “espaço produtivo” a partir da cultura entendida como diferença – o que está longe de ser o caso deste multiculturalismo como a simples reunião no mesmo lugar de grupos de diferentes origens:

Este ‘espaço produtivo’ [de Homi Bhabha] é bem distinto das perspectivas liberais relativistas acerca da ‘diversidade cultural’ e do ‘multiculturalismo’, que formam

outro espaço discursivo. Naquele espaço o ‘conhecimento Ocidental’ localiza culturas ‘numa espécie de museu imaginário’, numa fôrma de sua própria escolha, onde o impulso a universalizar e a historicizar reconhece prontamente a diversidade social e histórica das culturas, mas ao mesmo tempo as transcende e as torna transparentes, ilusórias. Se referindo particularmente à Grã Bretanha, Bhabha descreve o ‘entretenimento e o incentivo da diversidade cultural’ como uma forma de controle e delimitação (SOJA, 1996, p. 139-140).

Para Bhabha, a atitude das sociedades ou das culturas dominantes é a de uma tolerância superficial, que reconhece as outras culturas, mas re-afirma a necessidade de inseri-las nesta fôrma, nesta redoma constituída pela própria cultura dominante. Trata-se de uma brutal redução da diferença cultural que passa longe de permitir a produção de outros espaços, formando um espaço diferencial.

Um bom exemplo de um espaço diferencial possível (e em gestação) é a economia popular solidária (SINGER, 1998; CORAGGIO, 1994, SANTOS, Boaventura, 2002), cujo projeto de construção mais autônoma da esfera da produção, muito relacionada ao *lugar* e às possibilidades contidas nas suas particularidades, não se efetiva sem um reconhecimento de que seu espaço deve ser produzido e afirmado por fora do espaço hegemônico. Insere deste modo reivindicações mais universalistas como a questão de classe (e até mesmo o direito à cidade, de certa forma) na luta pela diferença (nas formas de produção), pela construção de um espaço diferencial.

Trazendo a discussão para a realidade da metrópole brasileira, para Milton Santos (2002) a “força do lugar” está nas relações de proximidade e no cotidiano:

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao muno, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, Milton, 2002, p. 322).

Esta é uma potencialidade que se aplica para aquele autor aos grupos desprivilegiados, não beneficiados pela fluidez advinda da compressão espaço-temporal, excluídos também dos espaços que o próprio autor denomina de “iluminados” (isto é, localidades onde as condições gerais de produção da infra-estrutura de ponta e o meio técnico-científico-informacional estão intensamente presentes), que

se justapõem, superpõem e contrapõem ao uso da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas ‘opacas’. Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão. Os espaços inorgânicos é que são

abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores (SANTOS, Milton, 2002, p. 326).

Santos enxerga um potencial nos “tempos lentos” do lugar não atingido pela “iluminação” do espaço, considerando-o como palco de uma cooperação cotidiana gerada a partir da “comunhão” criada pela contigüidade. A reivindicação pelo lugar ganha neste caso um potencial de real transformação social. Ademais, a segregação socioespacial é tamanha na metrópole brasileira, que a luta pelo lugar dos grupos excluídos se torna necessariamente uma reivindicação legítima e progressista, não correndo, obviamente, o risco de entrar em terrenos políticos reacionários e de fechamento/isolamento do Outro (algo que o lugar dos grupos que se situam no extremo oposto do espectro socioeconômico vem realizando muito literalmente, construindo muralhas). Na cidade-região esta se torna uma alternativa viável para o lugar (dos “tempos lentos”) cujo acesso à fluidez da compressão espaço-temporal é restrito. O desafio neste caso resta na dificuldade do contato destes lugares (isolados pelas condições impostas, não por determinação própria) uns com os outros, o que possibilitaria o cosmopolitismo defendido por Massey e geraria ganhos de escala e escopo importantes para estes movimentos. Tem-se aí uma possibilidade de ação bastante concreta por parte destes lugares dos tempos lentos, na formação de redes de cooperação mútua e troca de experiências por dentro as ações profundamente enraizadas em cada lugar.

Podemos inferir que as transformações sociais que contribuam com a produção de um espaço diferencial têm em potencial uma força inicial no lugar e na escala local (mesmo que surjam a partir da influência de verticalidades que ali se fazem presentes), devido ao fato de que partem do lugar enquanto espaço vivido, do espaço social organicamente constituído. Porém, o isolamento e o confinamento no nível da localidade destes espaços da(s) alteridade(s) tenderiam a enfraquecê-los ao longo do tempo. Ademais, além deste risco, há também uma oportunidade envolvida no fortalecimento das ligações dentre estes espaços diferenciais localmente constituídos.

Retornando às críticas universalistas a estes projetos “particulares”, Harvey (1993) (num texto posterior ao criticado por Massey referido acima) enxerga alguns problemas neste tipo de abordagem não universalista. Em primeiro lugar, o autor insiste na importância de um projeto universalista que não se relaciona à luta pelo lugar e/ou às questões de gênero e etnia, afirmando que “a mudança do universalismo para a ênfase em determinados grupos inevitavelmente criou tensões entre grupos e contribuiu para fragmentar ao invés de consolidar qualquer sentido mais amplo de uma aliança de classe progressista” (HARVEY,

1993, p. 45). Mas posteriormente Harvey argumenta a favor da necessidade de se construir múltiplas concepções acerca da justiça social, desde as mais universalistas até as mais específicas, argumentando que elas sejam mescladas, da mesma forma que Lefebvre defende a manutenção da questão de classe na produção do espaço diferencial. De fato, há um risco por trás da não conjugação destes dois grupos de reivindicações, que é justamente a falta de coesão e a exclusão de determinados indivíduos igualmente vulneráveis e excluídos, mas que não se encaixam em determinado grupo específico (étnico, por exemplo), privando-os até mesmo do acesso a estes projetos de autonomia e emancipação. Para Harvey, este confinamento dos projetos de emancipação a determinadas particularidades eventualmente perde de vista as relações de poder mais ampliadas. Porém, aquele autor reconhece a validade destes projetos, e procura conciliar as duas vertentes, mas mantendo o caráter universalista no centro de suas preocupações:

A condição da universalidade não pode nunca ser evitada, e aqueles que procuram fazê-lo (como é o caso de várias formulações pós-modernas e pós-estruturalistas) acabam somente escondendo, e não eliminando a condição. Mas a universalidade deve ser construída em relações dialéticas com a particularidade. Cada um define o outro de forma que o critério da universalidade permaneça aberto para negociação através das particularidades da diferença. (HARVEY, 1993, p. 63).

Ademais, Harvey continua esta busca pela conciliação afirmando que a luta pelo lugar (enquanto espaço da afirmação da democracia, produzido pela coletividade) é uma das formas de atenuar esta possível exclusão de determinados indivíduos que não se encaixam nas particularidades de gênero ou etnia, mas dividem o mesmo espaço vivido:

A lealdade ao lugar pode ter um poderoso significado político mesmo quando as práticas diárias das pessoas naquele lugar demonstram poucos traços em comum ou até mesmo contradições políticas diretas. Embora as forças que se uniram para criar a resistência da Comuna de Paris em 1871, por exemplo, fossem extraordinariamente heterogêneas, elas se uniram por uma lealdade em comum ao lugar que chamavam de Paris e todas concordaram que a liberação de Paris era um objetivo crucial. Menos dramaticamente, o fato de que uma categoria como 'Nova-Iorquinos' pode fazer sentido aos milhões políglotas que ocupam aquele lugar prova precisamente o poder político que pode ser mobilizado e exercido através das atividades de construção do lugar na mente e no solo (HARVEY, 1996b, p. 322-3).

Ou seja, como indicado anteriormente, que a luta pelo direito à cidade também tem um caráter universalista (assim como a luta de classes), o lugar (apesar de ser definido por particularidades em relação aos processos socioespaciais mais amplos) também não deve ter seu poder de transformação pensado em termos particularistas e específicos, podendo representar pautas amplas e representativas dos interesses democráticos de diversos grupos. Tem-se aí uma conciliação possível da produção do espaço diferencial (de outros espaços)

com uma política universalista do lugar, tendo a autonomia como um princípio norteador. Por se pautar por um aprofundamento da democracia, este é um universalismo que permite (e celebra) a afirmação da diferença, e portanto a autonomia (da produção) de seus espaços. No espaço diferencial, o lugar se torna uma diferença em si, a partir de suas particularidades que o definem; e internamente ao lugar, as diferenças ali situadas têm a autonomia de seus espaços possibilitada. O lugar permite o espaço diferencial, por ser ao mesmo tempo lócus privilegiado da democracia e do espaço de representações, vivido no cotidiano.

Retornando mais uma vez à idéia de que a ação localista corre o risco de se voltar para um conservadorismo fechado, esta mesma capacidade do lugar de mobilizar grupos distintos na direção de sua exclusão pode, e vem sendo freqüentemente, utilizado na criação de consensos e na diminuição do debate democrático em prol da produção da imagem da cidade e de seu marketing. Na sub-seção 3.2. acima (“O fortalecimento da região no contexto atual”), criticou-se uma tendência recente à atuação do Estado pautada por objetivos estratégicos de venda da imagem de determinada cidade (ou região) para o investimento externo, tema que será revisitado adiante com o objetivo de se focar o problema do localismo não-cosmopolita impregnado nesta tendência. Um bom exemplo de atuação do Estado mais voltado para o desenvolvimento local são as políticas baseadas nos Arranjos Produtivos Locais (que procuram desenvolver a produção de determinado produto no qual dada localidade apresenta vantagens absolutas ou comparativas). Estas políticas de incentivo aos APLs são um exemplo do que Amin (2006) chama de *políticas de crescimento endógeno*, criticadas como a expressão de um novo regionalismo, cujas políticas regionais tendem a confluir de modo perverso com as políticas neoliberais praticadas no nível nacional, muitas vezes sob o discurso de maior democracia propiciada pela maior autonomia dos governos locais.

Indo além do que propõe Amin a respeito das limitações das políticas de desenvolvimento endógeno (originadas *de dentro* da região e voltadas *para dentro* da região) restritas ao local, pode-se supor que tais práticas, quando levadas a cabo pelo planejamento no âmbito do Estado, configurado de cima para baixo, sem participação popular e em grande medida representando interesses pontuais e específicos de determinados grupos e setores, acabam culminando numa prática localista pautada por estratégias de atração de investimentos, que a literatura recente acerca do Planejamento Urbano e Regional denomina de *Empresariamento Urbano*. Harvey (1996a) afirma que trata-se de uma mudança no enfoque do planejamento contemporâneo, que deixa de lado o *gerenciamento* e a *gestão*

urbanas e passa a atuar dentro da lógica da própria empresa privada moderna, ou seja, por meio do chamado planejamento estratégico.

O argumento desenvolvido por Castells e Borja (1996) a respeito da atuação das cidades como atores políticos, parte da idéia do protagonismo das cidades propiciado pelo aumento de autonomia dos governos locais (em grande medida relacionado ao próprio processo de reestruturação levado a cabo em paralelo à crise do Estado-nação), e procura sustentar o discurso de que trata-se de uma possibilidade real para uma prática política mais democrática, pois os governos locais estariam mais próximos de suas populações e mais sensíveis a seus anseios. Porém, os próprios autores acabam caindo na armadilha do empresariamento urbano, incentivando políticas de fortalecimento e promoção da imagem das cidades visando a atração de investimentos privados – cujo exemplo emblemático é a cidade de Barcelona. Desnecessário enfatizar que esta visão do planejamento está por trás de práticas de disputa entre os lugares e guerras fiscais cujo maior beneficiado é o próprio capital, e é justamente nesta confluência entre a maior autonomia local e o planejamento estratégico que se sustenta a proposta de que as ações do Estado confinadas ao âmbito local e sem ligações externas de cooperação e coordenação com outras localidades acabam desencadeando justamente em práticas perversas de fortalecimento do patriotismo de cidades, da criação de consensos a qualquer custo em prol da imagem do local, e de guerras fiscais.

No que diz respeito à esfera da sociedade civil, a limitação das ações ao local está mais ligado a uma limitação e um não aproveitamento das oportunidades criadas pelo fortalecimento das redes do que a um risco, como no caso do planejamento descrito acima. Um bom exemplo de como organizações comunitárias, associações cidadãs, ONGs de base local, cooperativas de pequenos produtores etc. podem se organizar em redes com outras localidades e se beneficiar enormemente disso é dado por Santos e Rodríguez (2002). Os autores procuram demonstrar como novas formas de organização da produção vêm se configurando pelo mundo, de modo radicalmente diferente da empresa capitalista tradicional que constitui a unidade fundamental do neoliberalismo hegemônico que dá o tom da globalização também hegemônica, para o qual procuram-se alternativas viáveis. Formas não-capitalistas de organização da economia a partir das quais podem se sustentar novas formas de desenvolvimento local surgem de forma embrionária, seja no resgate das cooperativas ou em práticas de consumo cidadão etc. Os autores consideram que

A insistência na viabilidade das alternativas não implica, contudo, uma aceitação do que existe. A afirmação fundamental do pensamento crítico consiste na asserção de

que a realidade não se reduz ao que existe. A realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas. (SANTOS *et al*, 2002, p.25)

Segundo os autores, um dos principais desafios para as propostas emergentes de desenvolvimento alternativo é justamente o fato de que elas enfatizam demasiadamente a escala local. Seria necessário, portanto,

passar da imagem da comunidade como uma coletividade fechada e estática (comunidade-fortaleza) para uma imagem da comunidade como uma entidade viva e dinâmica, aberta simultaneamente ao contato e à solidariedade com outras comunidades, em diferentes escalas, e decidida a defender as alternativas contra-hegemônicas que surjam no seu interior (comunidades-ameba) (SANTOS *et al*, 2002, p.53).

Para isso, e fazendo o gancho com a discussão acima, seria preciso trabalhar pela construção de um *localismo cosmopolita*, onde as localidades se insiram em redes de colaboração e apoio mútuo, e somente deste modo a fragilidade intrínseca das organizações não-capitalistas (muito elevada devido ao sempre presente risco de cooptação, fracasso econômico ou desvirtuamento dos projetos alternativos) pode ser superada.

Pode-se afirmar com tranquilidade que a tendência dominante na atuação do poder público a partir do lugar é justamente o alinhamento com o planejamento estratégico, que vem ganhando forças também na escala regional. Deste modo, conclui-se esta seção, e este capítulo, com esta avaliação do grande desafio que permanece para o planejamento democrático pautado pela inversão de prioridades e pelo aprofundamento da participação (e não de seu engessamento institucional), em face desta tendência colocada de alinhamento da política do lugar (e da região) não com o direito à cidade, mas com o seu marketing, visando a atração de capitais (e do turismo, em alguns casos). Deste modo, a política do lugar na cidade-região fica entre estes dois pólos: de um lado o lugar como espaço vivido e compartilhado e como possibilidade de realização da democracia, o localismo cosmopolita e a luta pela autonomia e pelo direito à cidade; e de outro o planejamento estratégico e o localismo competitivo, valendo ressaltar que este representa uma ruptura com a inversão de prioridades (os investimentos públicos se voltam para a construção de fachadas, do lugar enquanto estratégia de marketing, e da melhoria da estrutura exigida pelo capital – para que ele escolha determinado local dentre vários outros possíveis).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou contribuir para a discussão teórica recente sobre a expansão metropolitana e a formação de uma área, ao redor das regiões metropolitanas consolidadas, de natureza distinta da própria metrópole e sua região imediata. Partindo de uma proposta de morfologia socioespacial para esta cidade-região, o fenômeno foi abordado a partir de diversos aspectos: a morfologia, o contexto histórico, os processos econômico-espaciais, e a perspectiva sócio-política da produção do espaço e do potencial do *lugar* na cidade-região. Foram apresentadas também ilustrações das três principais metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, indicando tendências como em São Paulo, mais consolidadas, e que nos outros se apresentam de forma incipiente e podem vir a se intensificar nos próximos anos.

A discussão teórica tomou o centro do estudo, e a empiria se limitou às ilustrações. Esta abordagem teve a intenção de contribuir com o entendimento teórico do objeto de estudo a partir de uma perspectiva crítica do espaço urbano e de sua produção, onde a análise empírica pretende apenas ilustrar os aspectos teóricos para melhor compreensão. Essa escolha metodológica não implica, de forma alguma, conferir menor importância à análise da dinâmica espacial recente; ao contrário, essa análise passa assim a constituir uma agenda de pesquisas e uma seqüência natural do trabalho, à qual será dada a devida atenção no caso de um estudo de escopo de maior envergadura.

De fato, a junção destas duas perspectivas faz com que elas se enriqueçam mutuamente: a crítica a partir dos embates teóricos acerca da produção do espaço (que inclui a economia geopolítica), por um lado, e a análise socioeconômica e demográfica das dinâmicas espaciais, por outro. Porém, vale explicitar esta justificativa que, dada a complexidade (e a extensão) tomada pela primeira vertente neste trabalho, intencionalmente aqui privilegiada, a inserção de um esforço analítico de igual peso demandaria uma pesquisa de natureza além daquela proposta no início do percurso desta.

Pensar a cidade-região em termos lefebvrianos implica uma consideração do *urbano* enquanto período histórico no qual não somente o tecido urbano se generaliza e a sociedade se urbaniza na virtualidade por completo, mas também onde as grandes questões colocadas à democracia e os embates políticos são, cada vez mais, problemas de natureza urbana. A relação da problemática industrial com esta generalização da urbanização permanece um ponto chave nesses embates, onde o espaço abstrato, que se desliga da própria

industrialização e se generaliza no espaço urbano, entra em conflito com demandas e mobilizações democráticas em torno do espaço social na luta pela *cidade*. O direito à cidade permanece no centro destes embates, como reivindicação universalista e democrática por uma produção do espaço que privilegie a *res publica* na forma de um valor de uso inerente à cidade e que vem sendo capturado e tornado valor de troca no tecido urbano altamente fragmentado/segregado.

Buscamos compreender como a indústria continua produzindo um espaço que lhe é apropriado no capitalismo recente, pautando prioridades na estruturação do espaço urbano e regional, e se desvencilhando de rugosidades e entraves constituídos pelo próprio ambiente outrora construído. Ao contrário de se esvaziar, a industrialização se intensifica, inserindo-se no meio anteriormente qualificado como rural, tendo seus métodos de taylorização do trabalho adotados nos serviços e pautando uma práxis centrada no consumo (para o qual o próprio espaço é estruturado). Mesmo que muito indiretamente, os próprios núcleos metropolitanos adensados continuam muito vinculados àquilo que lhes é colocado pela indústria, seja no que diz respeito ao imperativo do consumo (na primazia do automóvel e na sua capacidade de ditar a própria estruturação do espaço urbano, por exemplo) ou ao próprio emprego (industrializado, automatizado) no setor terciário, cuja dinâmica é altamente interligada com a dinâmica industrial. Poderíamos sintetizar com a idéia de que a produção, a circulação, o consumo e o uso efêmero (e tornado efêmero em função de uma estratégia) de mercadorias permanecem no centro da reprodução social, e portanto, da produção do espaço (ele próprio tornado uma mercadoria) – sendo os serviços também mercantilizados, inseridos no âmbito do espaço abstrato.

Deve-se advertir que não se propõe aqui um simples determinismo econômico com estas formulações. Trata-se de uma tentativa de esclarecer como a produção do espaço é fundamental na reprodução da própria lógica da infra-estrutura (no sentido marxista), e como esta perspectiva espacial ampliada inclui os signos, os valores, o cotidiano e, em última instância, aquilo que se reúne sob a própria cultura – como elementos inseparáveis da produção do espaço. Deste modo, a transformação do espaço implica uma transformação social mais ampla, atingindo a esfera da produção mas não se limitando a esta.

O urbano, enquanto expressão e potencialização do espaço social, oferece um amplo leque de alternativas e implica uma miríade de novas possibilidades de prática e de realização de projetos de autonomia. Mesmo que ainda muito timidamente, estas possibilidades guardam eventuais alteridades e *espaços outros*. E num plano mais amplo, a generalização do urbano

pode significar também o fortalecimento de uma democracia urbano-regional aprofundada, de práticas coletivas de maior interferência da democracia direta na própria agenda do setor público (cuja real abertura permanece uma questão de grande complicação – longe de ser conquistada de forma efetiva).

Como considerações finais, podemos iniciar propondo que a cidade-região, como discutido de forma extensa acima, torna-se uma escala de análise que se fortalece enquanto ente geográfico com seu nexos próprio. Esta *hipótese* lança uma série de implicações:

- em primeiro lugar, passa a fazer cada vez menos sentido o estudo da metrópole em si, separada de sua hinterlândia imediata, sem que se procure entender as interações entre elas (principalmente no que tange à estrutura produtiva e sua dinâmica setorial no espaço);
- a cidade industrial pós-fordista encontra na cidade-região uma série de localidades com potencial de receber investimentos em capital fixo de alto conteúdo tecnológico (o que se torna uma grande vantagem para o capital industrial, que deixa de criar e de depender de grandes aglomerações e passa a conseguir pulverizar seus investimentos, fugindo de deseconomias de escala e de aglomeração e de sindicatos mais atuantes);
- o planejamento da cidade-região torna necessária uma ligação do planejamento urbano com o planejamento regional (re-fortalecendo este, com um novo sentido), onde o tecido urbano difuso e espraiado se torna um novo desafio para o seu planejamento em diversas facetas: sociais, ambientais, de transportes, de habitação, de regularização fundiária, de gestão do espaço público etc., carregando os desafios impostos pela metropolização ao planejamento para além de áreas urbanas bem delimitadas e definidas (e assim, intensificando o problema, atualmente enfrentado pelo planejamento metropolitano, da dificuldade de planejamento compartilhado por dentre vários municípios vizinhos).
- de modo análogo, a cidade-região provoca um novo diálogo da geografia regional com a geografia urbana, o que implica também em perspectivas metodológicas mescladas;
- o lugar na cidade-região, como discutido no capítulo cinco, se transforma num palco privilegiado na luta coletiva pela cidade, fortalecida pela urbanização extensiva e sua dinâmica de politização do espaço social para além dos grandes centros. Deste modo, a política do lugar se caracteriza por um embate entre dois pólos opostos: a luta democrática pela construção coletiva da cidade e a infundável tentativa de atrair

capitais a partir de um marketing da localidade que muitas vezes interfere na ordem de ações prioritárias definida democraticamente (considerando o ponto anterior, que estas localidades *peri-metropolitanas* se tornam localidades de maior capacidade de atração de novos investimentos, esta vertente também se fortalece consideravelmente).

Deste modo, podemos propor que a cidade-região se torna um campo bastante fértil de pesquisas – acerca da economia, do planejamento na escala local e regional, do desenvolvimento socioespacial (tal qual trabalhado por Souza, 2002), dos movimentos sociais, do cotidiano, do lugar e de seus potenciais de transformações na busca pelo direito à cidade, das identidades, das heterotopias, da reprodução do espaço como condição da reprodução do capital, da globalização etc.

Esta é uma agenda de pesquisas que pode se dividir em duas vertentes metodológicas principais, igualmente importantes e que, se mescladas, também se fortalecem mutuamente: a análise socioeconômica e demográfica da dinâmica espacial, a partir de dados trabalhados com ferramentas de geoprocessamento; e uma pesquisa de cunho etnográfico, focada no estudo do cotidiano no meio urbano como elemento central da reprodução do espaço. Por um lado, a pesquisa poderia enfocar a cidade-região como um todo e sua dinâmica de formação (utilizando as ferramentas da primeira vertente), o que proveria insumos para estudos do lugar inserido no âmbito da cidade-região e envolvido nos seus embates (por sua vez, tendo como método a segunda linha de pesquisa).

Soja (2000) apresenta o conceito de cidade fractal como a metrópole multicultural formada por um mosaico de espacialidades com características sócio-ocupacionais e étnicas (cruzadas) bem definidas, e muitas vezes enclausuradas, de forma defensiva. A formação da cidade fractal coincide com um aumento na desigualdade social, e um encolhimento das classes médias, e é marcada também por maior heterogeneidade nas formas de riqueza e de pobreza (ambas acentuadas). No contexto brasileiro, esta cidade fractal seria marcada por uma segregação socioespacial semelhante, porém com outro conteúdo no que diz respeito ao mosaico étnico-cultural (ligado a uma forte correlação entre pobreza e raça), e com um sentido (de desigualdade) social mais gritante. Mas mantém-se a característica da formação de espacialidades enclausuradas e defensivas, nos termos da segregação sociopolítico-espacial trabalhada por Souza (2000).

A cidade-região corre o risco de representar um transbordamento desta fragmentação para além da metrópole, carregando este tecido urbano altamente segregado para os entornos

metropolitanos. Torna-se, deste modo, uma realidade ligada ao que Damiani (2000) chamou de *urbanização crítica*, como a “impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transforme radicalmente as bases da produção e da reprodução sociais”. Mas como toda crise envolve riscos e oportunidades, novas possibilidades de emancipação surgem deste contexto da metrópole explodida, gerando um quadro onde o urbano se torna conteúdo central nos problemas vivenciados no cotidiano, ao mesmo tempo em que possibilita outras formas de superá-los, outros espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Ash. **Post-Fordism: models, fantasies and phantoms of transition**. In: AMIN, Ash (org.). *Post-fordism: a reader*. Oxford: Blackwell, 1994.

_____. **Regional policy in a global economy**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. *Seminário Regional Development Policies in Brazil and the European Union*, 2006.

ALFREDO, Anselmo. **Uma abordagem sobre a problemática espaço-temporal no capitalismo contemporâneo**. Belo Horizonte: Boletim Mineiro de Geografia, v.13, 2005

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria: Salamandra, 1981.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares : introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papyrus, 1994.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacres et simulation**. Paris: Galillée, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade – a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BECKER, Bertha. **Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva**. In: Espaço e Debates, n.32, 1991.

BOYER, Robert. **La theorie de la regulation: une analyse critique**. Paris: La Decouverte, 1986.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Vol 3: O Tempo do mundo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRENNER, Neil. **Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales**. In : *Environment and Planning D: Society and Space*, 16, 5, 1998. Disponível em: <http://sociology.as.nyu.edu/docs/IO/222/Brenner.EPd.1998.pdf> (consulta em setembro/2007).

CALDEIRA, Teresa. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. In: *Novos Estudos Cebrap* 47, março 1997, pp. 155-176.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **The city and the grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements**. Berkeley: University of California Press, 1985.

_____. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. **As Cidades Como Atores Políticos.** In: Novos Estudos, n.45. São Paulo: CEBRAP, 1996, p.152-166.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in Southern Germany.** New Jersey: Prentice Hall, 1966.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática.** São Paulo: UNESP, 2004.

CORAGGIO, José L. **A Construção de uma economia popular como horizonte para cidades sem rumo.** In: RIBEIRO, L.C.Q; SANTOS JR., O. (Orgs.) Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

CORRÊA, Roberto L. **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Perspectiva da urbanização brasileira** – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: Anais do X Simpósio de Geografia Urbana. Florianópolis: UFSC, 2007.

COSTA, H.; COSTA, G.; MENDONÇA, J.; MONTE-MÓR, R. (orgs.). **Novas periferias metropolitanas** – a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmicas e especificidades do eixo sul. Belo Horizonte: C/ Arte, 2006.

COSTA, Geraldo M. **Exclusão socioespacial na era urbano-industrial: uma introdução ao tema.** In: Anais do VII Encontro Nacional da Anpur. Recife, 1997.

CROCCO, Marco. **O desenvolvimento da indústria em Belo Horizonte no início do novo século: análise e perspectivas.** In: Belo Horizonte no Século XXI; PBH/Cedeplar, UFMG, 2004. Disponível em:
http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/projeto_pbh_sec._xxi.php (acesso em junho/2008).

DAMIANI, Amélia. **A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica.** Revista Terra Livre, São Paulo, v. 15, p. 21-37, 2000.

DINIZ, Clélio C. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira.** Belo Horizonte: UFMG, 1981.

_____. **Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização.** Nova Economia, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 35-64, 1993.

FISHMAN, Robert. **Bourgeois utopias: visions of suburbia.** In: FAINSTEIN, S; CAMPBELL, S. Readings in urban theory. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

FOUCAULT, Michel; RABINOW, Paul. **The Foucault reader.** Nova York: Pantheon, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Des espaces autres**. In: Architecture, Mouvement, Continuité, n. 5, out. 1984, p. 46-49. Disponível em <http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault.heteroTopia.fr.html> (consulta em março/2006).

FRIEDMANN, John.. **Planning in the Public Domain: from knowledge to action**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

GEIGER, Pedro. **Novas estruturas urbano-regionais : a categoria região-cidade global**. In: SPOSITO, M. E. Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Unesp, 2001.

GEZERLIS, Alexandros. Castoriadis and the Project of Autonomy: a review of 'The Imaginary Institution of Society'. In: **Democracy & Nature: The International Journal of Inclusive Democracy**, v. 7, n. 3, 2001.

HARVEY, David. **The urban process under capitalism**. In : DEAR, M.; SCOTT, A. Urbanization and urban planning in capitalist society. Londres: Methuen, 1981.

_____. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Class relations, social justice and the politics of difference**. In: KEITH, M., PILE, S. Place and the politics of identity. Londres: Routledge, 1993.

_____. **Do Gerenciamento ao Empresariamento: a transformação urbana no capitalismo tardio**. In: Espaço e Debates, n.39, ano XVI. São Paulo: NERU, 1996a, p.48-64.

_____. **Justice, nature and the geography of difference**. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1996b.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

JACOBS, J. **The death and life of great american cities**. Nova York : Random House, 1961.

_____. **The economy of cities**. Middlesex: Penguin Books, 1969.

_____. **Cities and the wealth of nations: principles of economic life**. Nova York: Vintage, 1984.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **De l'état**. Paris: Union Generale, 1976. *apud* BRENNER, Neil. **Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales**. In : *Environment and Planning D: Society and Space*, 16, 5, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **The survival of capitalism**. Londres: Allison & Busby, 1978.

_____. **Le retour de la dialectique** - 12 mots clefs pour le monde moderne. Paris: Messidor, 1986.

_____. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **Espaço e política: o direito à cidade II**. Belo Horizonte: IGC/UFMG (versão preliminar para estudos; tradução: Sérgio Martins), 2006a.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006b.

_____. **A produção do espaço**. Belo Horizonte: IGC/UFMG (versão preliminar para estudos; tradução: Sérgio Martins e Doralice Pereira), 2007.

LEMOS, Mauro *et al.* **A nova geografia econômica do Brasil**: uma proposta de regionalização com base nos pólos econômicos e suas áreas de influência. In: Anais do IX Seminário sobre a economia mineira. Diamantina: Cedeplar, 2000.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **Cisão territorial da indústria e integração regional no estado de São Paulo**. In: BRANDÃO, C.; GALVÃO, A.C.; GONÇALVES, M. F. (orgs.) *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

_____. **A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo socioespacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica**. In: Anais do X Encontro Nacional da Anpur. Belo Horizonte, 2003.

_____. **Novos rumos e tendências da urbanização e a industrialização no estado de São Paulo**. In: LIMONAD, Ester (org.). *Brasil Século XXI – por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004.

LESSA, Carlos. **Análise econômica e economia política**. Aula inaugural do Departamento de Economia da Unicamp (mimeo). Campinas, 1972.

LIMONAD, Ester. **Entre a urbanização e a sub-urbanização do território**. In: Anais do XI Encontro Nacional da Anpur. Salvador, 2005.

LINHARES, Lucas. **Desenvolvimento regional e estrutura sócio-econômica no Brasil**: elementos para uma síntese teórica. In: Anais do X Simpósio Nacional de Geografia Urbana. UFSC: Florianópolis, 2007.

LINHARES, L.; MAGALHÃES, F.N.C.; MONTE-MÓR, R.L. (2004) **Urbanização extensiva e desconcentração econômica: a extensão das condições gerais de produção ao entorno metropolitano de Belo Horizonte**. In: Anais do XI Seminário sobre a economia mineira. Diamantina: Cedeplar, 2004.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres.** problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. **O pós-fordismo e seu espaço.** In: Espaço e Debates n. 25, 1988.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOUREIRO, Ana Cláudia. **Rio de Janeiro: uma análise da perda recente de centralidade.** Dissertação (Mestrado em Economia); Cedeplar/UFMG, 2006.

MAGALHÃES, F.N.C. **Urbanização Extensiva na Área de Influência de Belo Horizonte: uma perspectiva macrorregional.** Monografia de conclusão de curso (Graduação, Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas/UFMG, 2004.

_____. **Urbanização extensiva, terciarização e desconcentração nos entornos metropolitanos: notas exploratórias.** Anais do XI Encontro Nacional da Anpur. Salvador, 2005.

MAGALHÃES, F.N.C.; LINHARES, L., MONTE-MÓR, R.L.. **Urbanização extensiva e desconcentração espacial no Eixo Sul do Entorno Metropolitano de Belo Horizonte.** In: COSTA, H.S.M. Novas periferias metropolitanas – A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmicas e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/ Arte, 2006.

MARTINS, Sérgio. **Crítica à economia política do espaço.** In: DAMIANI, A., CARLOS, A.F., SEABRA, O. (orgs.) O espaço no fim de século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

MASSEY, Doreen. **Spatial divisions of labor: social structures and the geography of production.** New York: Methuen, 1984.

_____. **Space, place and gender.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MENDONÇA, Jupira; PERPÉTUO, Ignez. **A metrópole belo-horizontina em expansão: periferização da riqueza ou polarização social?** In: COSTA, Heloísa *et al* (orgs.). Novas periferias metropolitanas – a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmicas e especificidades do eixo sul. Belo Horizonte: C/ Arte, 2006.

MONTE-MÓR, Roberto L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.

_____. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, L. B. (org.) **Urbanização Brasileira: Redescobertas.** Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2003.

_____. **Modernities in the jungle:** extended urbanization in the Brazilian Amazonia. 2004. Tese (PhD, Planejamento Urbano) – Department of Urban Planning, School of Public Policy and Social Research, University of California at Los Angeles, Los Angeles, EUA, 2004.

_____. **As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil.** In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (orgs.). Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006a.

_____. **A cidade e o urbano.** In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org). As cidades da cidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006b.

MONTE-MÓR, R.L.; RAY, Sumantha. **Post-*ism & the third world:** a theoretical reassessment & fragments from Brazil and India. In: Nova Economia, Belo Horizonte, v.5, n.1, 1995.

NATAL, Jorge. **Revisitando o “Rio de todas as crises”** – economia, espaços e classes sociais. In: BRANDÃO, C.; GALVÃO, A.; GONÇALVES, M. F. Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

NOGUEIRA, Marly. **Sete Lagoas: a dinâmica funcional de um lugar na rede urbana de Minas Gerais.** Tese (Doutorado, Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, Floriano. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense.** Tese (Doutorado, Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita.** Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. **Crítica à razão dualista; o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

PAELINCK, J. **A Teoria do Desenvolvimento Regional Polarizado.** In: SCHWARTZMAN, J. Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1977.

PARR, John B. **Perspectives on the city-region.** In : Regional Studies, Vol. 39.5, p. 555-566, Londres : Routledge, 2005.

PAULA, João Antônio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PAULA, João Antônio de; MONTE-MÓR, R.L. **Formação histórica: três momentos da história de Belo Horizonte.** In: BH século XXI. Belo Horizonte: PBH, CEDEPLAR, 2004. Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pbh/index.php> (consulta em maio/2008).

PERROUX, François. **A economia do século XX.** Lisboa: Livraria Moraes, 1967.

PIORE, M.; SABEL, C. **The second industrial divide:** possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

SABEL, Charles. **Flexible specialization and the re-emergence of regional economies**. In: AMIN, Ash (org.). *Post-fordism: a reader*. Oxford: Blackwell, 1994.

SANTOS, Boaventura (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura; RODRIGUEZ, César. **Introdução: para ampliar o cânone da produção**. In: SANTOS, B. S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. (pp.23-77)

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. **Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v.8, n. 25, p. 58-62, 1988.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2006

SASSEN, Saskia. **The city: strategic site / new frontier**. In: WOLFF, Richard, INURA (orgs.). *Possible urban worlds: urban strategies at the end of the 20th century*. Basileia: Birkhäuser, 1998.

_____. **The global city: introducing a concept and its history**. In: KOOLHAAS, R. *Mutations*. Barcelona: Actar, 2001.

SCOTT, Allen. **Regions and the world economy: the coming shape of global production, competition and political order**. Oxford: Oxford University Press, 1988. *apud* SOJA, E. **Postmetropolis**. *Critical studies of cities and regions*. Oxford : Blackwell, 2000.

SCOTT, A.; AGNEW, J., SOJA, E., STORPER, M. **Global city-regions**. IN: SCOTT, A. (org.) *Global City-Regions – Trends, Theory, Policy*. Nova York: Oxford U. Press, 2001.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____. **Thirdspace**. *Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Oxford: Blackwell, 1996.

_____. **Postmetropolis.** Critical studies of cities and regions. Oxford : Blackwell, 2000.

SOUZA, Marcelo L. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual.** São Paulo: Ática, 1996.

_____. **O desafio metropolitano:** um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

STORPER, Michael. **The transition to flexible specialization in the US film industry:** external economies, the division of labour and the crossing of industrial divides. 1994 In: AMIN, Ash (org.). *Post-fordism: a reader.* Oxford: Blackwell, 1994.

_____. **The regional world:** territorial development in a global economy. Nova York: Guilford Press, 1997.

TOMANEY, John. **A new paradigm of work organization and technology?** In: AMIN, Ash (org.). *Post-fordism: a reader.* Oxford: Blackwell, 1994.

TOPALOV, Christian. **La urbanización capitalista:** algunos elementos para su análisis. México: Edicol, 1979.

_____. **Fazer a história da pesquisa urbana:** a experiência francesa desde 1965. *Espaço e Debates.* Ano XVIII, v.1, n.23, 1988. pp. 05-30.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria.** In: VAINER, C.; ARANTES, O.; MARICATO, E. (Orgs.). *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos.* Petrópolis: Vozes, 2000.

VOLKER, Paul; CORDEIRO, Renato C.; PURRI, Vitor J.B.; JAU, Vicente A.; BIGNOTTO, Newton (orgs.). **Revolução e Autonomia:** Um Perfil de Cornelius Castoriadis. Belo Horizonte: Copec, 1981.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system.** San Diego: Academic, 1974.

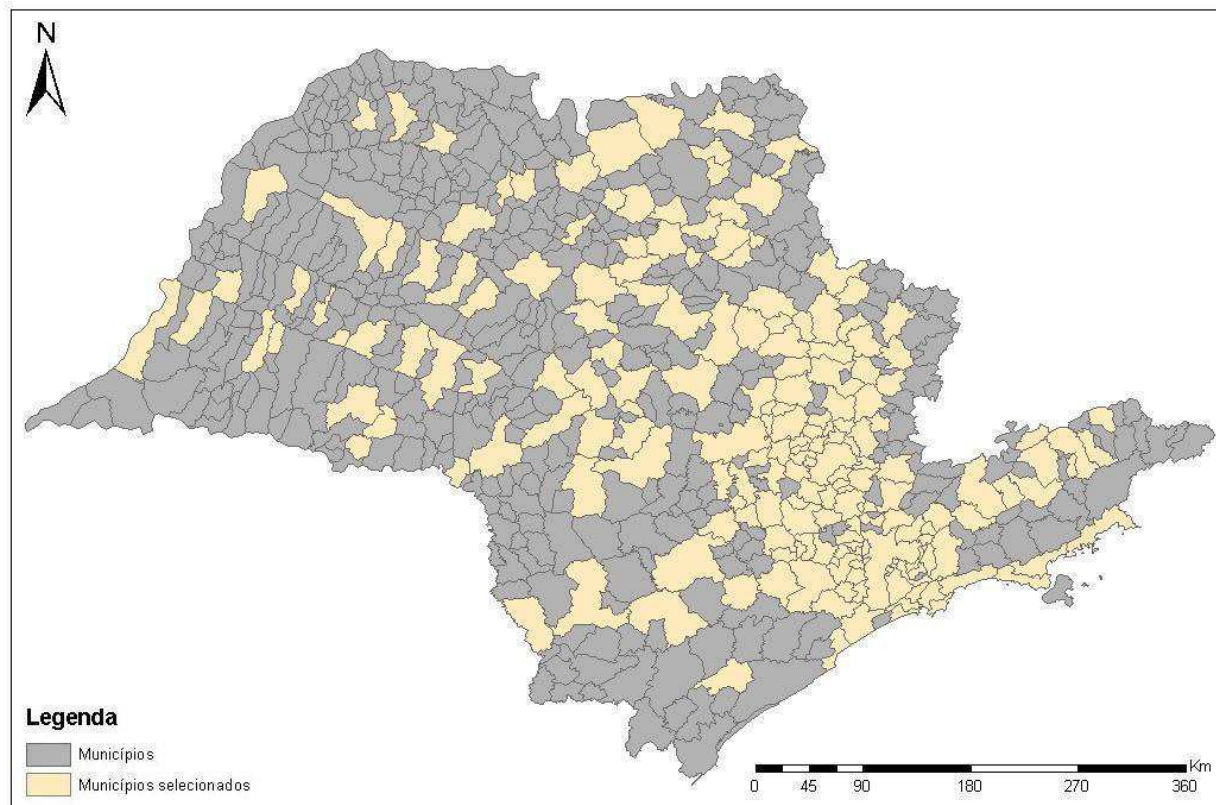
APÊNDICE: Mapas temáticos

Os mapas a seguir foram elaborados a partir de dados do IBGE e da RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho. Vale ressaltar de antemão que este levantamento da dinâmica do emprego muito frequentemente subestima o tamanho absoluto do mercado de trabalho, por se referir somente ao emprego formal. O emprego informal pode ser capturado através dos dados do Censo Demográfico (pessoal ocupado nos dados de pessoas), mas para nossos propósitos (o retrato da dinâmica recente da distribuição espacial do crescimento do emprego), a última observação disponível, referente ao ano 2000, já se encontra desatualizada.

A regionalização foi realizada da mesma forma que em Linhares *et al* (2004) e Magalhães (2004), onde esta espacialidade, estudada no caso mineiro, é chamada de “entorno metropolitano”. Utilizando o trabalho de regionalização e definição das áreas de influência dos principais pólos econômicos brasileiros realizados por Lemos *et al* (2000), que define macropólos (com suas macrorregiões de polarização respectivas) e mesopólos (com suas mesorregiões), agrupamos a mesorregião do pólo principal com as mesorregiões adjacentes. Deste modo, no caso de Minas Gerais, o entorno metropolitano inclui as mesorregiões de Belo Horizonte, Ipatinga e Divinópolis. Pela mera simplificação dos procedimentos operacionais, no caso do Rio de Janeiro, foi utilizado o próprio estado (pois a área de influência das mesorregiões ultrapassa em muito suas fronteiras), e no caso de São Paulo, excluímos as microrregiões mineiras incluídas na mesorregião polarizada por Campinas. Não entraremos aqui no mérito da correspondência exata desta regionalização com a cidade-região (cuja delimitação é propositalmente deixada em aberto neste estudo). Trata-se somente de uma ferramenta de definição de uma região para fins de apresentação de dados socioeconômicos e demográficos.

Pelo fato de que as taxas de crescimento tendem a sobre-relevar as localidades cuja base inicial é muita pequena, foram incluídos no cálculo do emprego somente os municípios com um total de empregos formais acima de 5 mil em 2006. Em relação ao crescimento populacional, selecionamos somente os municípios cuja população ultrapassou em 2007 os 20 mil habitantes.

A – São Paulo



1 - Andradas - MG	51 - Crovinhos	101 - Limeira	151 - Rio Claro
2 - Jacutinga - MG	52 - Cruzeiro	102 - Lins	152 - Rio das Pedras
3 - Poços de Caldas - MG	53 - Cubatão	103 - Lorena	153 - Salto
4 - Adamantina	54 - Descalvado	104 - Louveira	154 - Santa Bárbara D'oeste
5 - Aguiar	55 - Diadema	105 - Mairinque	155 - Santa Cruz das Palmeiras
6 - Agudos	56 - Dracena	106 - Mairiporã	156 - Santa Cruz do Rio Pardo
7 - Alumínio	57 - Embu	107 - Marília	157 - Santa Gertrudes
8 - Americana	58 - Embu-Guaçu	108 - Matão	158 - Santa Isabel
9 - Amparo	59 - Espírito Santo do Pinhal	109 - Mauá	159 - Santana de Parnaíba
10 - Andradina	60 - Fernandópolis	110 - Mirassol	160 - Santa Rita do Passa
11 - Aparecida	61 - Ferraz de Vasconcelos	111 - Mococa	161 - Quatro
12 - Araçatuba	62 - Franca	112 - Moji das Cruzes	162 - Santo André
13 - Araraquara	63 - Franco da Rocha	113 - Mogi-Guaçu	163 - Santo Antonio de Posse
14 - Araras	64 - Garça	114 - Mogi-Mirim	164 - Santos
15 - Artur Nogueira	65 - Guairá	115 - Monte Alto	165 - São Bernardo do Campo
16 - Arujá	66 - Guaratinguetá	116 - Monte Azul Paulista	166 - São Caetano do Sul
17 - Assis	67 - Guarujá	117 - Monte Mor	167 - São Carlos
18 - Atibaia	68 - Guarulhos	118 - Morungaba	168 - São João da Boa Vista
19 - Avaré	69 - Holambra	119 - Nova Odessa	169 - São Joaquim da Barra
20 - Bariri	70 - Hortolândia	120 - Novo Horizonte	170 - São José do Rio Pardo
21 - Barra Bonita	71 - Ibitinga	121 - Olímpia	171 - São José do Rio Preto
22 - Barretos	72 - Ibiúna	122 - Orlândia	172 - São José dos Campos
23 - Barueri	73 - Indaiatuba	123 - Osasco	173 - São Lourenço da Serra
24 - Bastos	74 - Itacemópolis	124 - Oswaldo Cruz	174 - São Manuel
25 - Batatais	75 - Itanhaém	125 - Ourinhos	175 - São Paulo
26 - Bauru	76 - Itapetininga da Serra	126 - Paraguaçu Paulista	176 - São Roque
27 - Bebedouro	77 - Itapetininga	127 - Paulínia	177 - São Sebastião
28 - Bertoga	78 - Itapeva	128 - Pederneras	178 - São Vicente
29 - Birigui	79 - Itapeví	129 - Pedreira	179 - Serrana
30 - Boituva	80 - Itapira	130 - Penapolis	180 - Serra Negra
31 - Botucatu	81 - Itápolis	131 - Peruipe	181 - Sertãozinho
32 - Bragança Paulista	82 - Itaquaquecetuba	132 - Piedade	182 - Sorocaba
33 - Brotas	83 - Itararé	133 - Pilar do Sul	183 - Sumaré
34 - Cabreúva	84 - Itatiba	134 - Pindamonhangaba	184 - Suzano
35 - Caçapava	85 - Itu	135 - Piracicaba	185 - Taboão da Serra
36 - Caiabu	86 - Itupeva	136 - Pirassununga	186 - Taquaritinga
37 - Cajamar	87 - Ituverava	137 - Pitangueiras	187 - Tarumã
38 - Campinas	88 - Jaboticabal	138 - Poá	188 - Tatui
39 - Campo Limpo Paulista	89 - Jacaré	139 - Pompéia	189 - Taubaté
40 - Campos do Jordão	90 - Jaguariúna	140 - Porto Feliz	190 - Tietê
41 - Capão Bonito	91 - Jales	141 - Porto Ferreira	191 - Tupã
42 - Capivari	92 - Jandira	142 - Pradópolis	192 - Ubatuba
43 - Caraguatatuba	93 - Jardinópolis	143 - Praia Grande	193 - Valinhos
44 - Carapicuíba	94 - Jau	144 - Presidente Epitácio	194 - Vargem Grande do Sul
45 - Casa Branca	95 - Jose Bonifácio	145 - Presidente Prudente	195 - Vargem Grande Paulista
46 - Catanduva	96 - Jundiá	146 - Presidente Venceslau	196 - Várzea Paulista
47 - Cerquillo	97 - Juquitiba	147 - Promissão	197 - Vinhedo
48 - Cordeirópolis	98 - Laranjal Paulista	148 - Registro	198 - Votorantim
49 - Cosmópolis	99 - Leme	149 - Ribeirão Pires	199 - Votuporanga
50 - Cotia	100 - Lençóis Paulista	150 - Ribeirão Preto	

FIGURA 1
Entorno Metropolitano de São Paulo: municípios selecionados

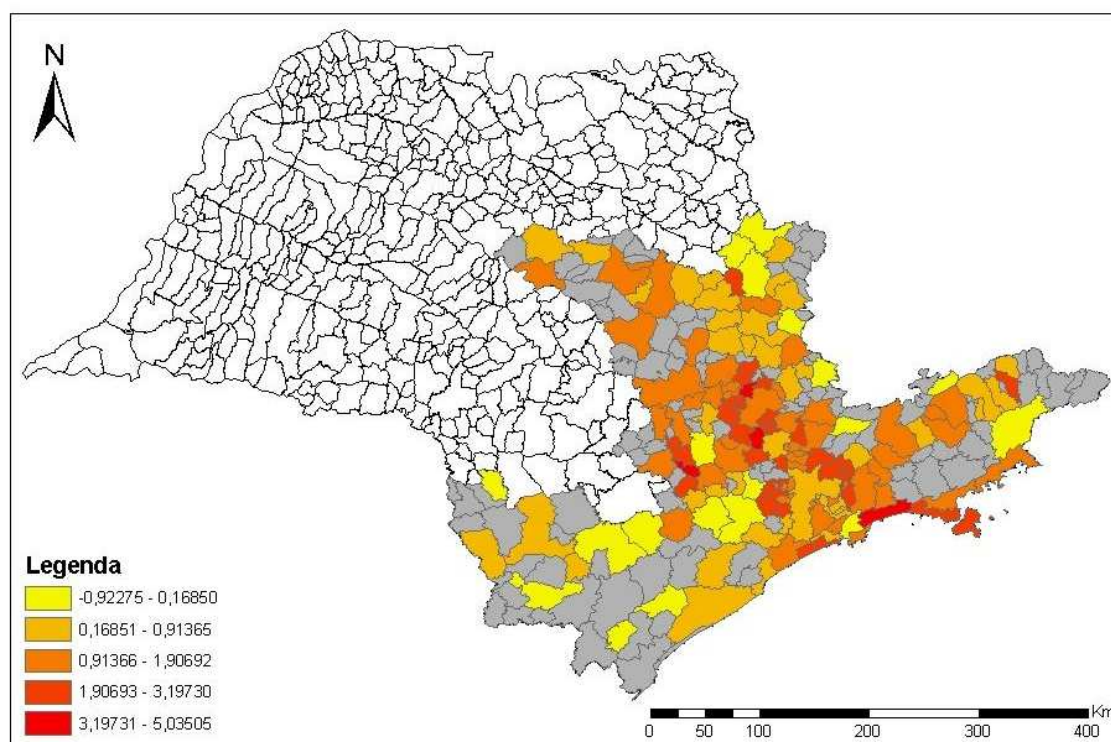


FIGURA 2
Taxa anual de crescimento populacional
Entorno Metropolitano de São Paulo – 2000 - 2007

Fonte: Censo demográfico, 2000; Contagem da população, 2007 - IBGE.

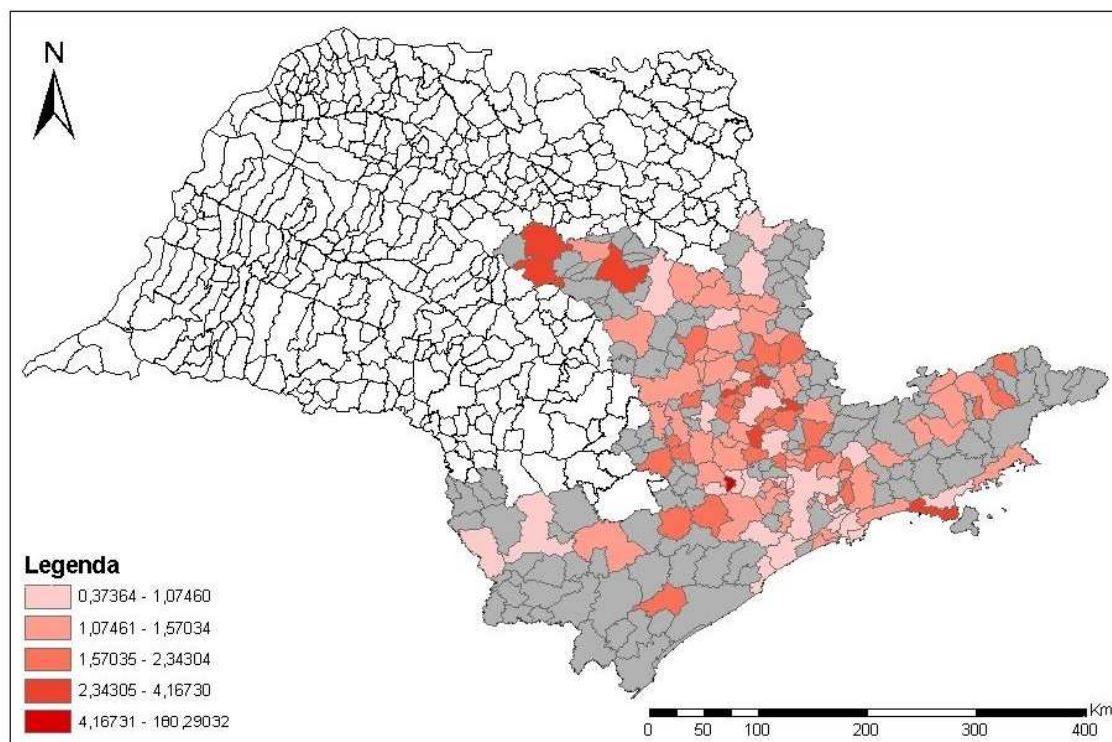


FIGURA 3
Taxa de crescimento do emprego formal na indústria
Entorno metropolitano de São Paulo – 1996 – 2006

Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho.

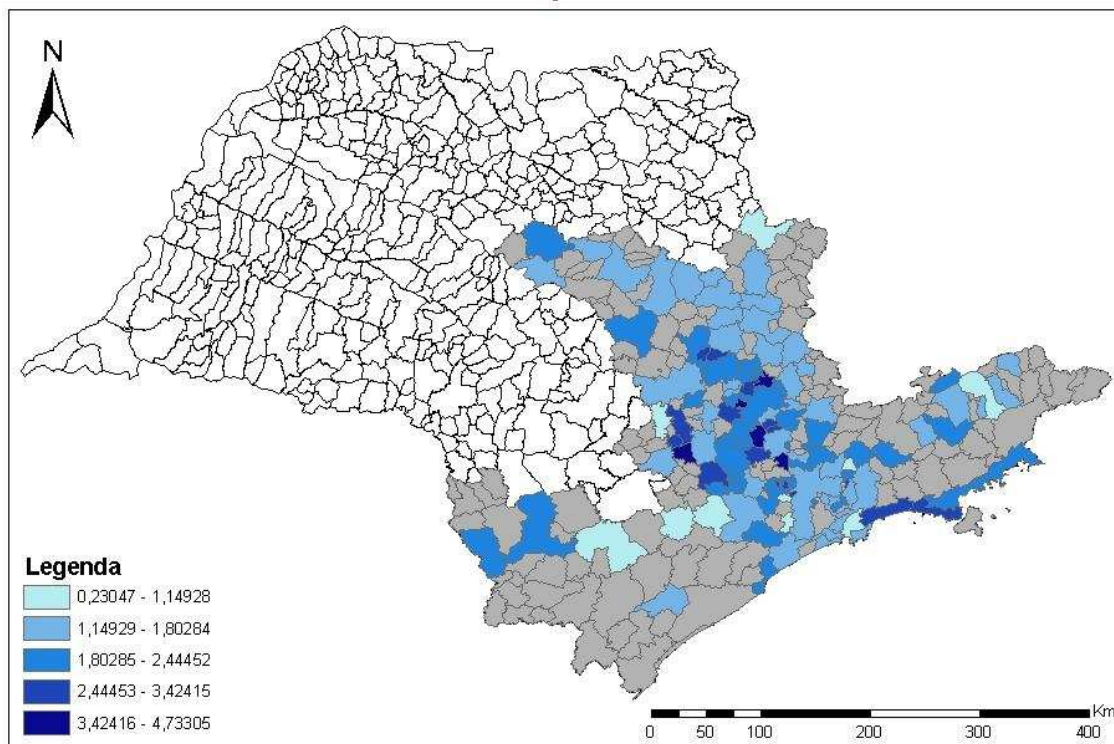


FIGURA 4
Taxa de crescimento do emprego formal nos serviços
Entorno metropolitano de São Paulo – 1996 – 2006

Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho.

B – Rio de Janeiro

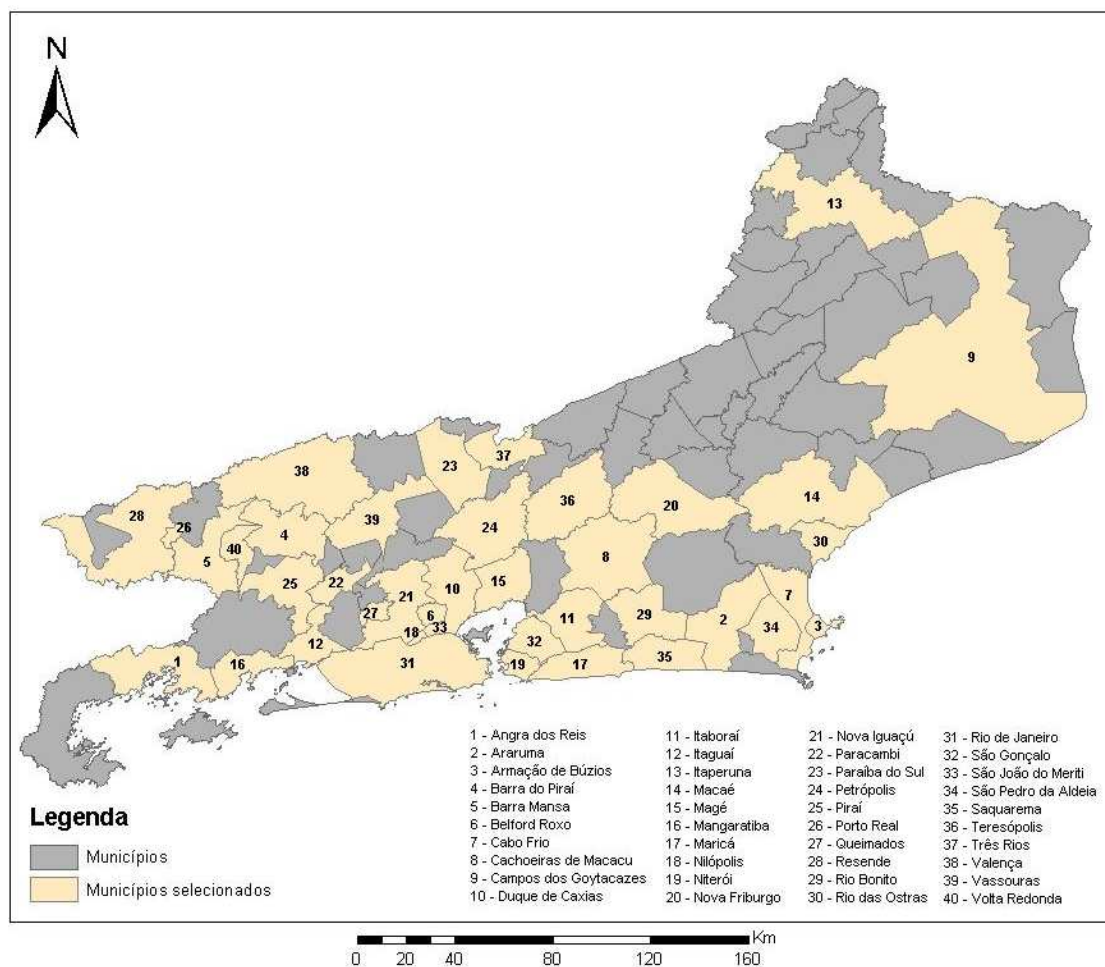


FIGURA 5
Estado do Rio de Janeiro: municípios selecionados

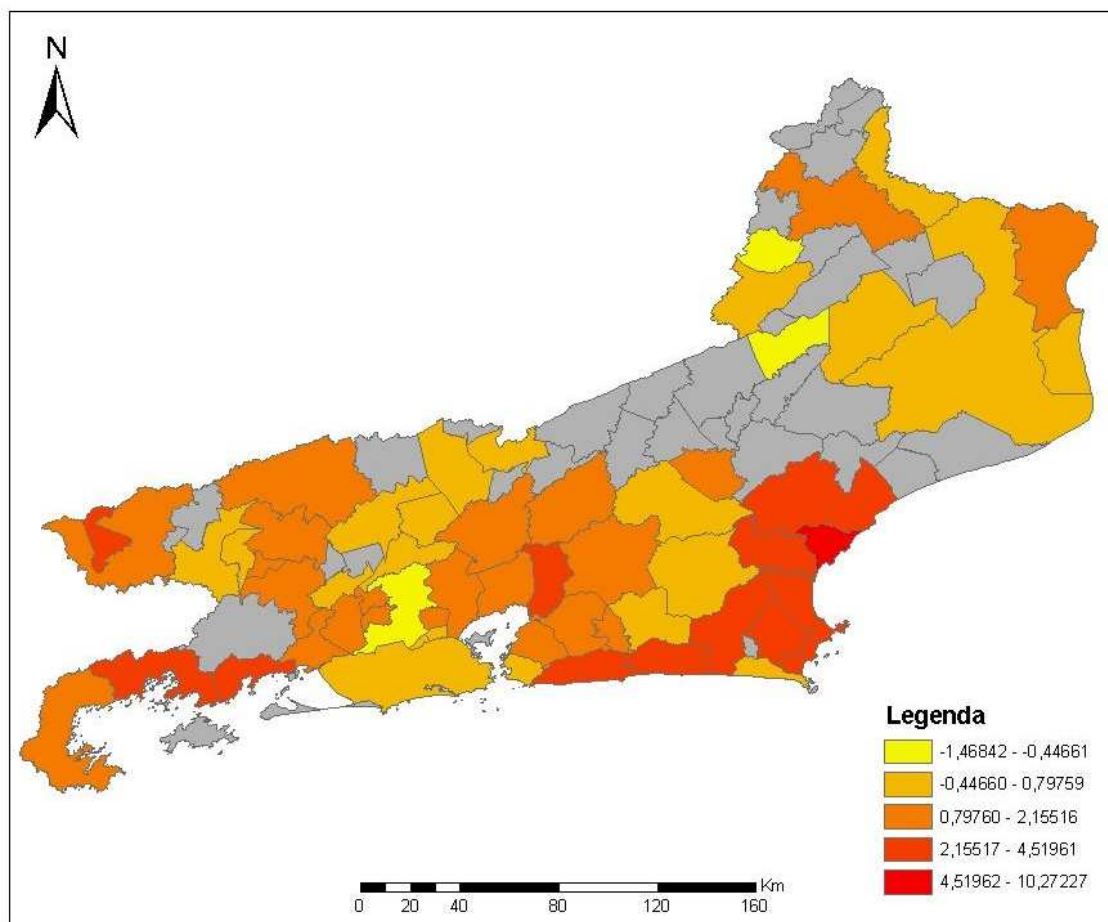


FIGURA 6
Taxa anual de crescimento populacional
Estado do Rio de Janeiro – 2000 - 2007

Fonte: Censo demográfico, 2000; Contagem da população, 2007 - IBGE.

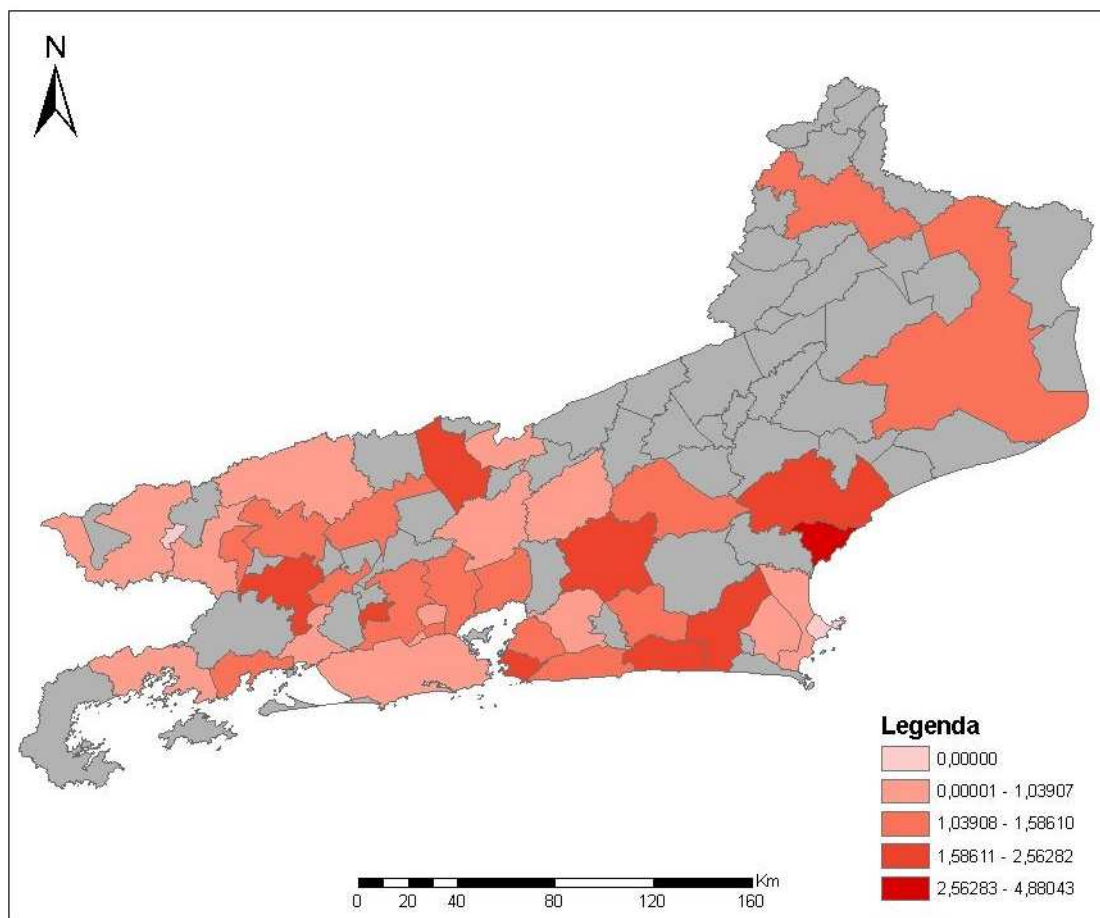


FIGURA 7
Taxa de crescimento do emprego formal na indústria
Estado do Rio de Janeiro – 1996 – 2006

Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho.

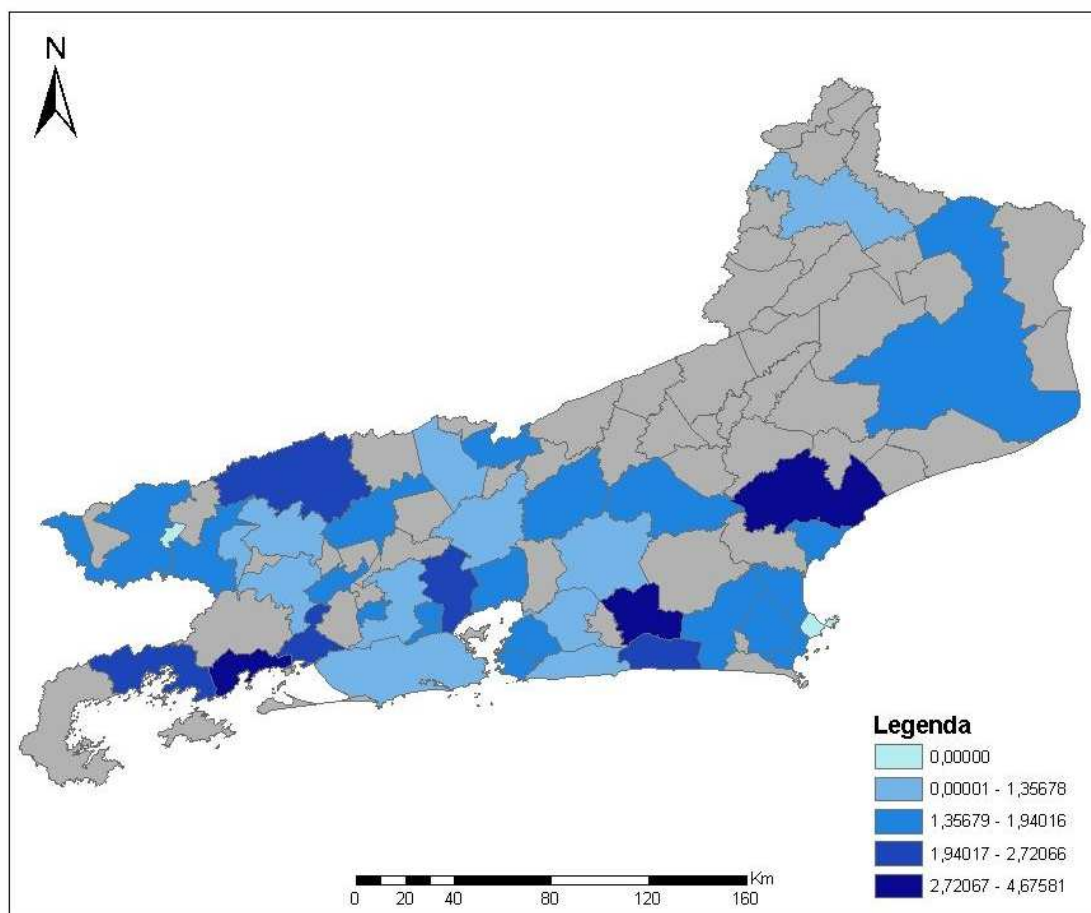


FIGURA 8
Taxa de crescimento do emprego formal nos serviços
Estado do Rio de Janeiro – 1996 – 2006

Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho.

C – Belo Horizonte

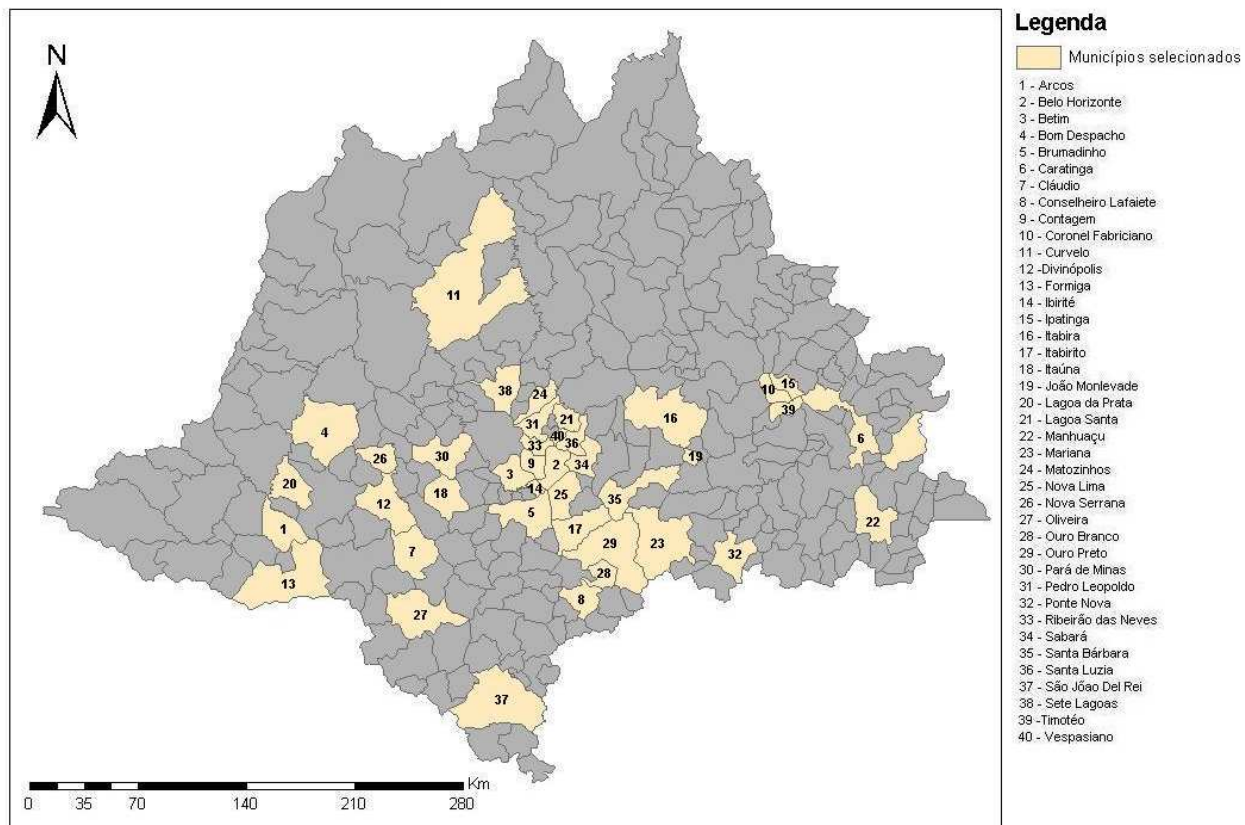


FIGURA 9
Entorno metropolitano de Belo Horizonte: municípios selecionados

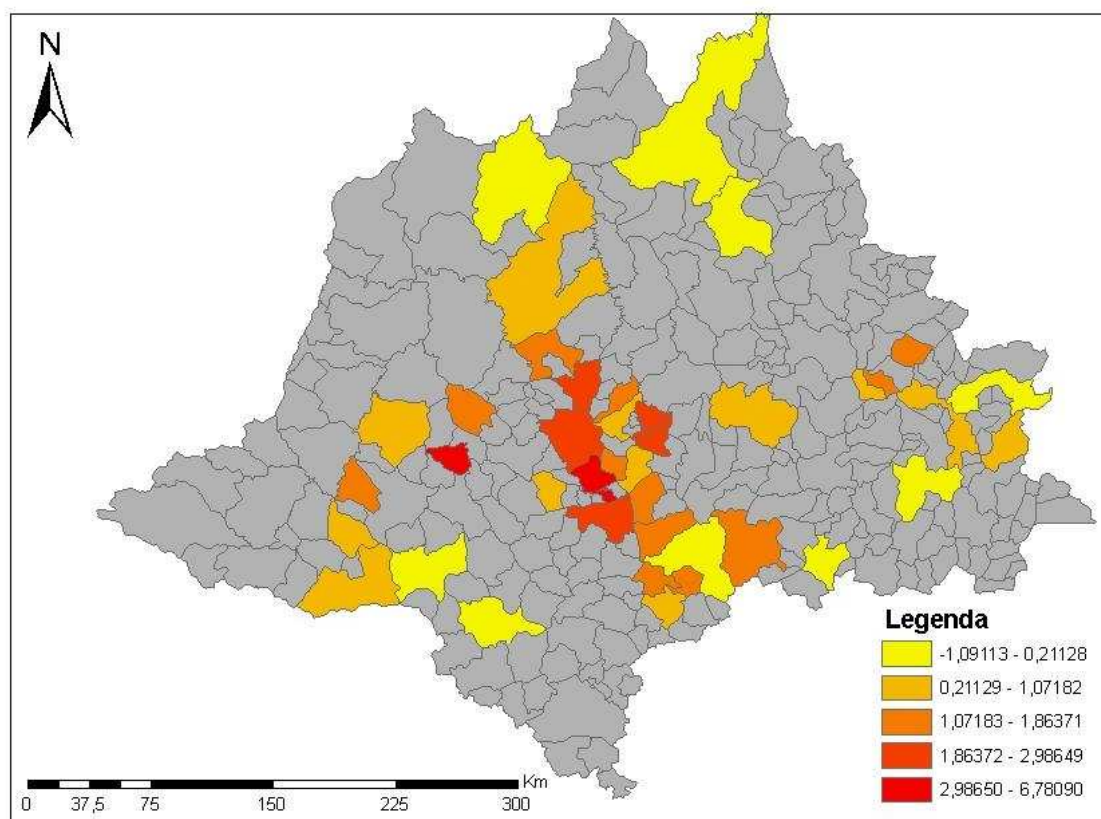


FIGURA 10
Taxa anual de crescimento populacional
Entorno metropolitano de Belo Horizonte

Fonte: Censo demográfico, 2000; Contagem da população, 2007 - IBGE.

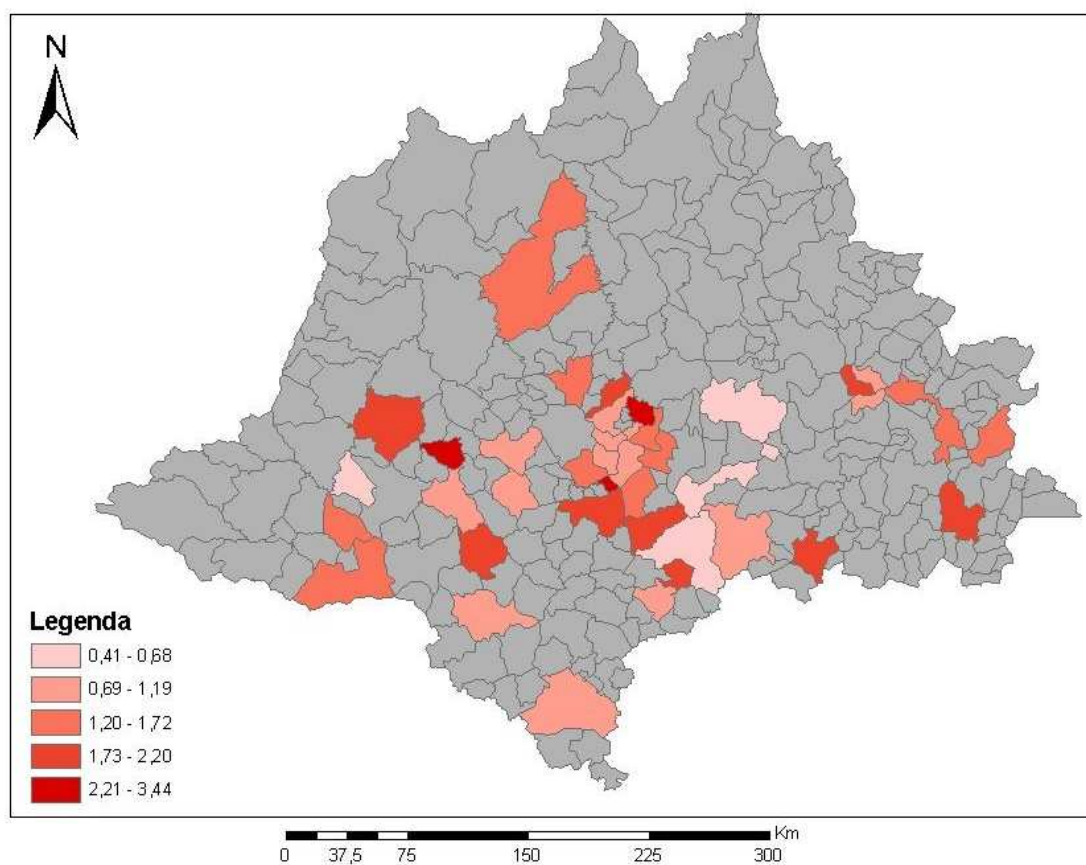


FIGURA 11
Taxa de crescimento do emprego formal na indústria
Entorno metropolitano de Belo Horizonte – 1996 – 2006

Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho.

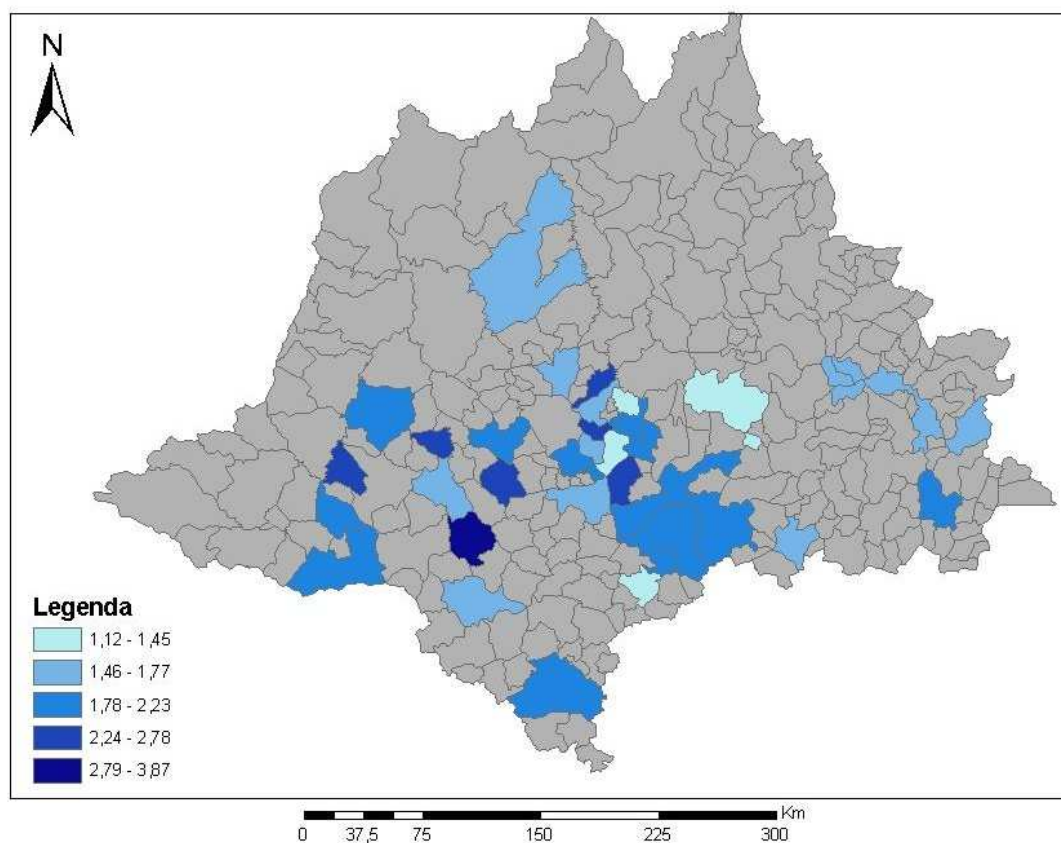


FIGURA 12
Taxa de crescimento do emprego formal nos serviços
Entorno metropolitano de Belo Horizonte – 1996 – 2006

Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)